

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

EDILENE ALEXANDRA LEAL SOARES

**O COLÉGIO TRIÂNGULO MINEIRO E O ENSINO SECUNDÁRIO
EM UBERABA (MG) ENTRE 1940 E 1960**

UBERLÂNDIA
2015

EDILENE ALEXANDRA LEAL SOARES

**O COLÉGIO TRIÂNGULO MINEIRO E O ENSINO SECUNDÁRIO
EM UBERABA (MG) ENTRE 1940 E 1960**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: História e Historiografia da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Giseli Cristina do Valle Gatti

Uberlândia
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S676c Soares, Edilene Alexandra Leal, 1974-
2015 O Colégio Triângulo Mineiro e o ensino secundário em Uberaba
(MG) entre 1940 e 1960 / Edilene Alexandra Leal Soares. - 2015.
212 f. : il.

Orientador: Giseli Cristina do Vale Gatti.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Educação - História - 1940-1960 - Teses. 3.
Colégio Triângulo Mineiro - Uberaba-MG - História - Teses. 4. Ensino
médio - Uberaba-MG - História - Teses. I. Gatti, Giseli Cristina do Vale,
1968-. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em Educação. III. Título.

BANCA EXAMINADORA

Gatti

Profa. Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Katiene Nogueira da Silva

Profa. Dra. Katiene Nogueira da Silva
Universidade de São Paulo - USP

Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro

Profa. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

*Para os meus pais Rosa e Antônio, meu esposo Teóginho e meu filho Italo Yuri:
presentes da minha vida.*

AGRADECIMENTOS

À professora Dra. Giseli Cristina do Valle Gatti, minha orientadora, pelo acolhimento e competência com que me acompanhou durante toda a trajetória do mestrado.

À professora Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, que participou da minha Banca de Qualificação e trouxe contribuições importantes para o desenvolvimento e a finalização deste trabalho.

Ao professor Dr. José Geraldo Inácio Filho, pelas contribuições precisas em minha Banca de Qualificação.

Agradeço, com muita gratidão, à Banca Examinadora, pelas observações e contribuições que, com certeza, dará ao trabalho.

Ao professor Dr. Carlos Henrique de Carvalho ex-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU, à atual coordenadora desse programa, Professora Dra. Maria Vieira Silva, e aos servidores James e Gianny, pela atenção com que sempre me receberam.

À Marilsa Aparecida Alberto Assis Souza, pela amizade, incentivo, dedicação, atenção com que sempre me acolheu.

À Sandra Marina Lopes, pela amizade e compreensão que sempre me recebeu.

À professora Dra. Graziela Giusti Pachane, pela amizade, carinho e incentivo com os quais sempre me recebeu.

À professora Dra. Rosimár Alves Querino, pela compreensão e incentivo nos momentos que precisei.

À assessora de gabinete, Marcela Fagundes, à historiadora Rosângela e aos senhores Theodoro e José, servidores da Superintendência Regional de Ensino de Uberaba, que me acolheram com gentileza e disponibilidade.

À professora Dora Sivieri, bibliotecárias e equipe administrativa do Centro de Documentação Mário Palmério, pela atenção e gentileza com que me receberam.

Aos servidores do Arquivo Público de Uberaba, em especial ao historiador Miguel, pela disponibilidade com que sempre me atendeu e esclareceu fatos importantes sobre a história de Uberaba.

Aos colegas Carla Lisboa, Simone, Gisele Abreu, Flávia e Wanderson e demais companheiros da turma do Mestrado 2013, por termos nos permitido partilhar os momentos de incertezas e alegrias.

Aos meus colegas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro pela compreensão e incentivo.

Ao meu esposo Teógino, meus irmãos José Ronaldo, Edmar, Patrícia, Renata e, em especial, aos meus pais, Rosa e Antônio, pela extrema importância em minha trajetória pessoal e profissional

RESUMO

Esta pesquisa está vinculada a Linha de História e Historiografia da Educação tem o objetivo de investigar o processo de criação e instalação do Colégio Triângulo Mineiro, localizado em Uberaba-MG, e identificar algumas práticas pedagógicas vivenciadas na instituição. Trata-se de estabelecimento privado, fundado nos anos de 1940 pelo professor Mário de Ascenção Palmério. A instituição – que era conhecida como Liceu Triângulo Mineiro – iniciou suas atividades oferecendo cursos de admissão, madureza, preparatório, pré-primário e primário e, em 1941, requereu verificação prévia para a oferta do 1º Ciclo do Ensino Secundário – o Curso Ginásial. Em 9 de abril de 1943, foi concedida a inspeção preliminar e recebeu a denominação de Ginásio Triângulo Mineiro, mas, somente em 7 de outubro de 1946, obteve o reconhecimento do Curso Ginásial. Em 27 de janeiro de 1947, conseguiu autorização para funcionar como colégio. A princípio, o fundador dizia que o estabelecimento tinha sido criado para atender aos menos favorecidos, no entanto, a problemática levantada nesta pesquisa aponta uma contradição: nos anos em que foi fundado, o Colégio Triângulo Mineiro implantou o 1º e 2º Ciclo do Ensino Secundário, níveis de ensino destinados a uma minoria. Como a instituição conseguiu oferecer esses dois ciclos a uma população “menos favorecida”, uma vez que o ensino secundário, naquele contexto, era destinado a poucos? Para investigar essa problemática, o recorte temporal delimitado para o estudo foi de 1940 a 1960. Os procedimentos metodológicos utilizados incluem a consulta e análise de jornais locais, documentos do Centro de Documentação Mário Palmério e Superintendência Regional de Ensino, além de outros materiais correspondentes ao período delimitado. A partir dessas fontes e utilizando referenciais teóricos como Nosella e Buffa (2009); Magalhães (1998; 1999; 2004); Nunes (2000); Silva (1969) e outros voltados para a análise das instituições escolares e o ensino secundário, buscou-se compreender dialeticamente as relações políticas, econômicas, sociais e culturais que interferem nas questões educacionais. Foi dada atenção especial para compreender como o Colégio Triângulo Mineiro, ofertando ensino secundário, em um período em que esse era destinado a minoria, conseguiu atender “aos menos favorecidos”. Constatou-se que a legislação educacional vigente, principalmente os Decretos-Lei nº 7.637 de 12 de junho de 1945 e o de nº 7.795 de 30 de julho do mesmo ano, assim como a Portaria nº 583 de 27 de outubro de 1948 corroboraram para o ingresso das camadas populares no ensino secundário. Concluiu-se que, entre 1942 a 1956, o Colégio Triângulo Mineiro obteve um número significativo de alunos matriculados no 1º Ciclo do Ensino Secundário – Curso Ginásial. Verificou-se a importância que se dava à conduta moral e disciplinar dos discentes e docentes; evidenciou-se que havia pouca rotatividade de professores e que eles lecionavam mais de uma disciplina, desempenhavam papel essencial para a construção da identidade educativa e destacavam-se em eventos cívicos e esportivos para a sociedade.

Palavras-Chave: História da Educação. Instituições Escolares. Ensino Secundário

ABSTRACT

This research is linked to the History and Historiography of the Education Line and it has the objective of investigating the creation and installation process of Colégio Triângulo Mineiro, a school located in Uberaba-MG, and identifying some pedagogic practices lived in the institution. This is a private establishment, founded in the 1940s by Mário de Ascenção Palmério, a teacher. The institution - that was known as Liceu Triângulo Mineiro - began its activities offering admission courses, "madureza" (a test to check the students' intellectual ability), preparatory, Kindergarten and primary school and, in 1941, it requested previous verification for the offer of the 1st Cycle of the Secondary Teaching – Middle School. On April 9, 1943, the preliminary inspection was granted and it received the denomination of Ginásio Triângulo Mineiro, but, only on October 7, 1946, it obtained the recognition of the Middle school. On January 27, 1947, it got authorization to work as school. At first, the founder said that the establishment had been created to assist to the least favored people, however, the problem pointed out in this research shows a contradiction: in the years that it was founded, Colégio Triângulo Mineiro implanted the 1st and 2nd Cycle of the Secondary Teaching, teaching levels destined to a minority. How did the institution get to offer those two cycles to a "less favored" population, once the secondary teaching, in that context, was destined to a few ones? To investigate that problem, the temporary cutting delimited for the study was from 1940 to 1960. The methodological procedures used include the consultation and analysis of local newspapers, documents of the Center of Documentation Mário Palmério and Regional Superintendency of Teaching, besides other materials corresponding to the delimited period. Starting from those sources and using theoretical referencias like Nosella and Buffa (2009); Magalhães (1998; 1999; 2004); Nunes (2000); Silva (1969) and others gone back to the analysis of the school institutions and the secondary teaching, it had the attempt to understand dialectically the political, economical, social and cultural relationships that interfere in the education subjects. Special attention was given to understand how Colégio Triângulo Mineiro, presenting secondary teaching in a period in that it was destined to the minority, got to assist "the least favored people". It was verified that the effective education legislation, mainly the Ordinance-law no. 7.637 of June 12, 1945 and the one of no. 7.795 of July 30 of the same year, as well as the Entrance no. 583 of October 27, 1948 corroborated for the entrance of the lower social class people in the secondary teaching. It was concluded that, among 1942 to 1956, Colégio Triângulo Mineiro obtained a significant number of enrolled students in the 1st Cycle of the Secondary Teaching – middle school. The importance was due to the teachers' and students' moral conduct and discipline; it was evidenced that there was little rotation of teachers and that they taught more than a discipline, they played essential part for the construction of the educational identity and they stood out in civic and sporting events for the society.

Key words: History of the Education. School institutions. Secondary teaching

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Desemboque – atual município de Sacramento/MG	71
Figura 2	Uberaba, importante entreposto comercial do século XVIII.....	72
Figura 3	Companhia Mogiana de Uberaba – 1910.....	75
Figura 4	Fábrica de Tecidos Cassu.....	77
Figura 5	Rua Santo Antônio jan/1938.....	79
Figura 6	Vista aérea do centro da cidade de Uberaba em 1930.....	82
Figura 7	Centro da cidade de Uberaba 1940.....	84
Figura 8	Visita de Getúlio Vargas ao Parque Fernando Costa - 1940	85
Figura 9	Vista aérea da cidade de Uberaba – 1950.....	88
Figura 10	Vista aérea da cidade de Uberaba e Igreja São Domingos – 1960....	89
Figura 11	Localização de Uberaba em Minas Gerais.....	89
Figura 12	Colégio Diocesano – Vista aérea – 1930.....	96
Figura 13	Batalhão dos Alunos do Colégio Diocesano 1916-1917.....	97
Figura 14	Colégio Nossa Senhora das Dores – 1930 saída dos alunos Pavilhão em 1º Plano inaugurado em 20/12/1895.....	98
Figura 15	Transporte das alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores/1957 ...	99
Figura 16	Anúncio do Curso de Madureza 15/2/1940.....	104
Figura 17	Anúncio do Curso de Admissão 16/3/1940.....	105
Figura 18	Edifício do Liceu do Triângulo Mineiro, situado, na rua Cel. Manoel Borges, 56. Até fevereiro de 1941, funcionava o Ginásio Brasil.....	108
Figura 19	Relatório de Inspeção Preliminar – 1942	110
Figura 20	Ficha de Classificação do Liceu do Triângulo Mineiro/1942.....	112
Figura 21	Anúncio da Escola de Comércio/1942	113
Figura 22	Documento referente processo de vistoria da instituição 1952.....	114

Figura 23	Assinatura do contrato com a Caixa Econômica Federal Outubro de Outubro de 1943..	117
Figura 24	Cópia do Decreto nº 21.901 de 7/10/1946 – Reconhecimento do Curso Ginásial	118
Figura 25	Anúncio da nova sede do Colégio do Triângulo Mineiro	120
Figura 26	Documento referente nova vistoria para fins de reconhecimento do 2º Ciclo do Ensino Secundário	121
Figura 27	Valor dos favores distribuídos em 1946	126
Figura 28	Valor dos favores distribuídos em 1947	127
Figura 29	Planta arquitetônica da residência do Diretor do Colégio Triângulo Mineiro.....	131
Figura 30	Disposição de laboratórios e salas de aulas do Colégio Triângulo Mineiro/1942	132
Figura 31	A nova sede do Colégio do Triângulo Mineiro	135
Figura 32	Sala do Diretor do Colégio Triângulo Mineiro, entre os anos 1945/1946.....	136
Figura 33	Local destinado à Biblioteca e outro ao Salão Nobre entre os anos de 1945 a 1946.....	137
Figura 34	Ambientes dos sanitários, lavabos, bidets [si] e bebedouros,.....	138
Figura 35	Laboratórios de Física e Química do Colégio TriânguloMineiro entre os anos de 1945 a 1946.....	139

Figura 36 Sala Especial – Sala de Desenho	140
Figura 37 Ambiente de uma sala de aula do Colégio Triângulo Mineiro.....	141
Figura 38 Relação do corpo docente do Colégio Triângulo Mineiro – Curso Colegial/1946	159
Figura 39 Parada dos alunos do Colégio do Triângulo Mineiro sem data	171
Figura 40 Desfile cívico dos alunos do Colégio Triângulo Mineiro, 1955	173
Figura 41 Parada do Colégio Triângulo Mineiro Rua Arthur Machado esquina com av. Leopoldino de Oliveira,1955	174
Figura 42 Parada do Colégio do Triângulo Mineiro – Rua Arthur Machado com av. Leopoldino de Oliveira – sem data	175
Figura 43 Parada do Colégio do Triângulo Mineiro – Praça Rui Barbosa paralizando a rua São Sebastião, sem data.....	176
Figura 44 Parada do Colégio do Triângulo Mineiro – sem data	177
Figura 45 Parada do Colégio do Triângulo Mineiro – rua Arthur Machado Esquina com Av. Leopoldino de Oliveira, 1955.....	178
Figura 46 Mário Palmério e a equipe de vôlei do Colégio Triângulo sem data Mineiro.....	179

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Disciplinas modernas e de caráter humanista ministradas em cursos preparatórios em Minas Gerais	41
Quadro 2 Currículo do Gymnásio Mineiro a partir da Reforma Rivadávia	43
Quadro 3 Currículo do Gymnásio Mineiro, após reforma estabelecida pelo Decreto nº 4.363 de 7/4/1915	45
Quadro 4 Alteração do Currículo do Gymnásio Mineiro – 11/9/1915.....	46
Quadro 5 Alteração do Currículo do Gymnásio Mineiro – 30/01/1926	47
Quadro 6 Algumas pesquisas sobre o ensino secundário no Brasil nos últimos seis anos	52
Quadro 7 Pesquisas realizadas na UFU sobre instituições educativas de Uberaba	53
Quadro 8 Matriz Curricular do 1º Ciclo do Curso Ginasial (Ensino Secundário) - Reforma Capanema (1942)	60

Quadro 9 Matriz Curricular do 2º ciclo do Curso Clássico (Ensino Secundário) - Reforma Capanema (1942).....	61
Quadro 10 Matriz Curricular do 2º ciclo do Curso Científico (Ensino Secundário) Reforma Capanema (1942)	61
Quadro 11 Disciplinas do 1º ciclo do Curso Ginásial (Ensino Secundário) do Colégio Triângulo Mineiro em 1952	62
Quadro 12 Disciplinas do 2º ciclo do Curso Científico (Ensino Secundário) do Colégio Triângulo Mineiro em 1952.....	63
Quadro 13 Prefeitos de Uberaba no período de 1946 a 1963.....	86
Quadro 14 Dados referentes ao Município de Uberaba: população, instrução e atividade principal	87
Quadro 15 Fundação de Escolas Públicas nas cidades da 39ª Superintendência Regional de Ensino – SRE, por décadas.....	90
Quadro 16 Fundação de escolas privadas nas cidades da 39ª Superintendência Regional de Ensino – SRE, por décadas.....	91
Quadro 17 Relação dos primeiros estabelecimentos de ensino da cidade de Uberaba	92

Quadro 18 Relação de instituições educativas fundadas a partir de 1924, na cidade de Uberaba	93
Quadro 19 Dados referentes às pessoas com 5 anos e mais que sabem ler e escrever no município de Uberaba, conforme recenseamento de 1950	94
Quadro 20 Valor dos Favores distribuídos pelo Colégio Triângulo Mineiro em 1949.....	128
Quadro 21 Valor dos favores distribuídos pelo Colégio Triângulo Mineiro entre os anos de 1951 a 1959	128
Quadro 22 Alunos matriculados no 1º ciclo do Curso Ginasial do Colégio Triângulo Mineiro – 1944	151
Quadro 23 Relação do Corpo Docente do Liceu do Triângulo Mineiro em 29/12/1941	156
Quadro 24 Professores que ministraram disciplinas no Colégio Triângulo Mineiro – 1º ciclo do Curso Ginasial do Ensino Secundário, entre os anos de 1942-1959.....	160
Quadro 25 Professores que ministraram disciplinas no Colégio Triângulo Mineiro – 2º ciclo do Curso Científico do Ensino Secundário, entre os anos de 1943 a 1954	163

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 Matrículas do Colégio do Triângulo Mineiro entre os anos de 1945 e 1956, incluindo o 1º ciclo do Curso Ginásial e o 2º ciclo do Curso Científico do Ensino Secundário.....	152
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCM	Batalhão Comando Militar
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CNE	Conselho Nacional de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
SRE	Superintendência Regional de Ensino
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
1 DIMENSÕES DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL, MINAS GERAIS E EM UBERABA	26
1.1 Especificidades do ensino secundário.....	26
1.2 Breves apontamentos sobre o ensino secundário brasileiro	28
1.3 As origens do ensino secundário brasileiro	30
1.4 Reforma de Francisco Campos	34
1.5 Apontamentos sobre o ensino secundário em Minas Gerais	37
1.6 Contextualização do Colégio Triângulo Mineiro nas décadas de 1940 a 1960...	49
1.7 O ensino secundário e os reflexos da Reforma de Gustavo Capanema no Colégio Triângulo Mineiro.....	56
2 CIDADE URBANIZADA: GÊNESE DO COLÉGIO TRIÂNGULO MINEIRO.....	69
2.1 Modernização e urbanização da cidade de Uberaba	69
2.2 Panorama educacional na cidade de Uberaba	90
2.3 O Ensino Secundário em Uberaba	94
2.4 Colégio Triângulo Mineiro na cidade de Uberaba.....	101
2.5 De Liceu a colégio: novas denominações.....	107
3. ENTRE FINALIDADES E PRÁTICA DO COLÉGIO TRIÂNGULO MINEIRO.....	130
3.1 O Espaço escolar dedicado ao Colégio do Triângulo Mineiro.....	130
3.2 Metodologia de ensino e regime disciplinar.....	142
3.3 As práticas disciplinares.....	147
3.4 O Corpo Discente.....	150
3.5 O Corpo Docente.....	155
3.6 Eventos esportivos e patrióticos: ritos e intenções.....	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182
REFERÊNCIAS.....	187
TESES E DISSERTAÇÕES.....	195
MATERIAIS HISTÓRICOS.....	198

ANEXOS

- A Decreto-Lei nº 21.901 de 7 de outubro de 1946
- B Requerimento para fins de concessão de Inspeção Permanente
- C Ficha de Classificação do Liceu Triângulo Mineiro
- D Parecer sobre a Inspeção Permanente
- E Decreto-Lei nº 7.637 de 12 de junho e de nº 7.795 de 30 de julho de 1945
- F Portaria nº 583 de 27 de outubro de 1948

INTRODUÇÃO

O mais interessante da pesquisa acadêmica é que ela pode causar surpresas durante o seu desenvolvimento e, conforme constatamos as hipóteses, a investigação ganha credibilidade e contribui com a própria história. Com esta dissertação não é diferente. Situada no âmbito da História e Historiografia da Educação Brasileira, ela possui como vertente a história das instituições escolares e como objeto de estudo o Colégio Triângulo Mineiro, considerado o Liceu Triângulo Mineiro, nos idos de 1940, quando foi fundado pelo professor Mário de Ascenção Palmério, ou só Mário Palmério, como ficou conhecido nacionalmente também como escritor.

Não fosse uma contradição encontrada na análise dos dados iniciais da pesquisa, esta dissertação tomaria rumos comuns. A instituição iniciou suas atividades oferecendo cursos de admissão, madureza, preparatório, pré-primário e primário e, em 1941, requereu verificação prévia para a oferta do 1º ciclo do ensino secundário – o curso Ginásial – e depois implantou o de 2º ciclo – o Colegial. Um início de história envolvida por uma missão emblemática: atender aos *menos favorecidos*. Um emblema que se transformou na questão central desta pesquisa: como pode uma instituição inserida em um contexto de escolas tradicionais, consideradas estabelecimentos para a elite – tais como o Colégio Nossa Senhora das Dores e o Colégio Diocesano – estaria destinada aos *menos favorecidos*? E mais: naquela época, o 1º e 2º ciclo do ensino secundário eram níveis destinados a uma minoria. Como o Colégio Triângulo Mineiro conseguiu oferecer esses dois ciclos à população menos favorecida, sendo que o ensino secundário era destinado a poucos?

Diante dessas indagações, dedicamo-nos a pesquisar a história do Colégio Triângulo Mineiro, focalizando o ensino secundário no seu âmbito. Isso sem deixar de atentar para o contexto em que a instituição estava inserida, bem como as eventuais peculiaridades que ela apresentava. Sabe-se – como já comentamos – que o ensino secundário brasileiro foi marcado como sendo um nível para a minoria, sendo oferecido, principalmente, por instituições particulares, composto por um currículo de conteúdo humanista e propedêutico. E isso nos provocou mais questionamentos. Como isso se procedeu no Colégio Triângulo Mineiro? Como se deu a evolução das fases, iniciando com cursos preparatórios, madureza, admissão e, posteriormente, o Ginásial e depois o Colegial? Ademais, a instituição estava inserida em um contexto em que outras instituições eram tradicionalmente dirigidas à elite, e por que ela mesma se apresentava como destinada “aos menos favorecidos”?

Para responder essas dúvidas, antes de qualquer coisa, é importante ressaltar alguns dados dos primórdios do Colégio Triângulo Mineiro e também contextualizá-lo no cenário educacional brasileiro no período de 1940 a 1960, ou seja, da data da fundação dele ao período em que começa a massificação do ensino secundário. Sendo assim, a pesquisa se estruturou tendo como objetivo geral a investigação sobre a gênese do colégio e o seu desempenho no cenário educacional da época. Já como objetivos específicos, a pesquisa buscou conhecer o processo de criação, implantação e evolução da escola; evidenciar a evolução dela, especificando o ensino secundário; bem como identificar algumas práticas pedagógicas por ela vivenciadas.

A partir desses objetivos, foi fundamental recorrer às fontes que se referem ao Colégio Triângulo Mineiro: o Acervo de Documentação de Mário Palmério, disponível no setor de Biblioteca da Universidade de Uberaba; o Arquivo Público Municipal e a Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

No acervo pessoal do fundador Mário Palmério foram encontradas fotografias da carreira política dele e também do Colégio Triângulo Mineiro. Dentre as fontes encontradas e catalogadas destacam-se: informações sobre os laboratórios destinados a algumas disciplinas, fotos da escola, de desfiles cívicos que os alunos participavam e da inauguração da primeira faculdade integrada ao estabelecimento. Além disso, também foi encontrada uma documentação referente à aquisição de terreno para ampliação da instituição, bem como plantas arquitetônicas, correspondências emitidas à Divisão de Ensino Secundário solicitando a composição de uma comissão para avaliar a concessão prévia e/ou de permanência para o funcionamento do 1º e 2º ciclo do curso secundário.

Os relatórios dos inspetores federais foram documentos que chamaram a atenção, principalmente por detalharem, não somente a situação da escola, mas por apresentarem um *check list* dos itens que eram pontuados para classificá-la. A relação de disciplinas com os conteúdos que eram essenciais para a formação de um saber, considerados imprescindíveis para o contexto ao qual o estabelecimento estava inserido, são fontes riquíssimas para muitos questionamentos.

O Regimento Interno e Disciplinar da instituição também foi uma fonte de análise importante para os conceitos educativos que eram impostos ao período delimitado da pesquisa.

Já na Superintendência Regional de Ensino de Uberaba, encontramos os relatórios de visitas à instituição e as observações dos inspetores sobre as aulas ministradas, relação de professores, bem como a formação deles. Foi possível averiguar os quadros gerais de

matrículas do curso secundário de 1º e 2º ciclo e a predominância de discentes do gênero masculino.

Os relatórios da disciplina de Educação Física enfatizavam a importância dos preparativos para as paradas cívicas, assim como apontavam que os exercícios físicos e esportivos eram rituais para garantir não só a saúde corporal dos alunos, mas também proporcionar uma identidade positiva da instituição frente à sociedade. Através dos desfiles patrióticos e eventos esportivos, como as olimpíadas, o Colégio Triângulo Mineiro se destacava junto à comunidade externa.

No Arquivo Público Municipal foi possível buscar fotos da instituição, dos colégios tradicionais Nossa Senhora das Dores e Diocesano e da cidade de Uberaba. Também foram consultados os jornais (*Lavoura e Comércio*, *O Triângulo*) que divulgavam notícias do Colégio Triângulo Mineiro e de outras instituições de ensino secundário de Uberaba e cidades circunvizinhas.

Cabe destacar ainda que os livros de memorialistas do município de Uberaba foram fontes muito ricas, pois retrataram a trajetória histórica da cidade, os quais, inferidos a outros dados documentais, permitem análise do tema proposto com o contexto sociocultural, político e econômico existente no período delimitado pela pesquisa. Nesse aspecto, Domingues (2011, p. 2) ressalta que:

Muitas vezes esses escritores realizam e realizaram pesquisas de fôlego, debuciando-se durante anos sobre arquivos apesar de quase sempre não divulgarem quais foram os arquivos pesquisados, não utilizarem referências, e, às vezes, na escrita, misturarem o que é de sua autoria com citações de documentos consultados ou de autores lidos. Esses escritores partem muitas vezes de textos de historiados, mas seguem caminhos totalmente diferentes dos acadêmicos.

Foi fundamental o levantamento de produções acadêmicas sobre o ensino secundário no Brasil e no Estado de Minas Gerais, pois elas contribuíram muito para apreender como esse nível de ensino se expandiu em âmbito nacional. Do mesmo modo, a bibliografia e a leitura de referenciais teóricos, que corroborariam para nortear o trabalho, tornaram-se essenciais, principalmente considerando-os sob a perspectiva de Buffa e Nosella (2009, p.72), em que se “[...] descreve o particular, explicitando suas relações com o contexto econômico, político, social e cultural, buscando [...] a relação dialética entre o particular e o geral”. Sendo assim, este estudo se propôs a desenvolver a pesquisa sobre o Colégio Triângulo Mineiro, no período de 1940 a 1960, tendo cuidado de fazer a aproximação entre o particular e o geral,

atentando-se para os aspectos sociocultural, econômico e político, além de apreender o que, conforme Buffa e Nosella (2009, p. 56-57), explicitam:

[...] diante de uma determinada organização do espaço escolar construído (prédio), o pesquisador pode inferir decisões, projetos, valorações, atribuição e exercício do poder; ou diante dos livros de matrículas, pode inferir e descrever o perfil dos alunos que freqüentavam a escola; ou ainda diante de trabalhos escolares, pode verificar as matérias estudadas e a qualidade do ensino ministrado. Enfim, a construção do objeto depende, de um lado, da formação, da experiência, da criatividade e dos valores do pesquisador e, de outro, da existência e do acesso às fontes. Uma escola pode ser vista com base em várias perspectivas, e isso faz da história uma ciência aberta.

Diante das perspectivas apresentadas pelo objeto de pesquisa, foi possível verificar que as relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos envolvidos na instituição (alunos, professores, inspetores federais, comunidade, diretor) poderiam coadunar com as situações dos contextos sociocultural, econômico e político do município de Uberaba. E também com o que era preconizado em âmbito nacional, em termos de ensino secundário, porém, não desvinculando essas relações da peculiaridade e identidade própria da instituição do Colégio Triângulo Mineiro.

Para apresentar o proposto, este trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo, “Dimensões do ensino secundário no Brasil, Minas Gerais e em Uberaba”, tem como objetivo compreender o contexto social, econômico, político e cultural que permearam o recorte temporal da pesquisa. Para tal, faz um breve retrospecto histórico desse nível de ensino no País. Apresenta breves apontamentos de como se originou, qual modelo e ou influência que teve, bem como aponta a relevância da Reforma Francisco Campos (1931). Por conseguinte, aborda a Reforma Capanema (1942) que corrobora para a análise do período delimitado para a pesquisa: 1940-1960. Ao mostrar os conteúdos estudados – que evidenciam qual o saber era fundamental para aquele período e apresentar o ensino secundário em Minas Gerais – ressalta as “mudanças” educacionais ocorridas nesse Estado, assim como suas correlações com as de âmbito federal.

O segundo capítulo, “Cidade urbanizada: gênese do Colégio Triângulo Mineiro”, versa sobre a história da cidade de Uberaba, contextualizando-a no aspecto socioeconômico, político e educacional. O capítulo permitirá uma compreensão sobre o município, depreendendo, também, como era o ensino secundário. Apresentará o resultado da investigação sobre a gênese do Colégio Triângulo Mineiro, assim como mostrará as mudanças ocorridas na instituição desde a implantação do 1º e 2º ciclo do ensino secundário.

No terceiro capítulo, “Entre finalidades e práticas do Colégio Triângulo Mineiro”, a abordagem será sobre o funcionamento interno da instituição utilizando, então, as fontes preservadas no Acervo de Documentação Mário Palmério e na Superintendência Regional de Ensino de Uberaba. Desse modo, o capítulo terá como escopo promover a apresentação dos sujeitos inseridos nas práticas cotidianas do Colégio Triângulo Mineiro e também discorrerá sobre as práticas pedagógicas, disciplinares e eventos esportivos e patrióticos que o caracterizou.

Ao apresentar os resultados desta investigação, procura-se contribuir não apenas para a formação da pesquisadora, como também expor uma perspectiva para melhor compreensão do processo de escolarização em nível secundário na cidade de Uberaba.

1 DIMENSÕES DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL, MINAS GERAIS E EM UBERABA

O ensino secundário no Brasil, Minas Gerais e na cidade de Uberaba foi marcado por especificidades que o caracterizou como sendo um nível de ensino destinado a uma minoria, ou seja, apenas alguns estudantes tinham a oportunidade de prosseguir os estudos depois de cursar o ensino primário. Com um currículo composto pela “Cultura Geral”, em que as disciplinas por si só eram imprescindíveis para o cabedal intelectual, porém sem a finalidade de formação profissional, o ensino secundário possuía conteúdos humanistas e com propósito propedêutico, isto é, destinava-se ao preparo para o ensino superior.

Nessa perspectiva, o ensino secundário deve ser discutido, apresentando as particularidades que o levaram a ser destinado apenas para as elites e, utilizando-se as palavras de Gustavo Capanema, para “as individualidades condutoras” da Nação (BRASIL, 1952, p.24). Aliás, foi Gustavo Capanema que emprestou o sobrenome para a grande transformação projetada no sistema educacional brasileiro, a Reforma Capanema, promulgada em 1942. Essa reforma manteve o ensino humanístico com o intuito de preparar os mais habilitados para conduzir a Nação, assim como apresentar um currículo com conteúdos que preparariam os alunos para a vida em sociedade, atendendo assim às demandas dela e enfatizando os valores pátrios nacionais. Os demais ramos do ensino secundário seriam para distribuir as camadas populares em ocupações diversas, mas que não eram tão expressivas quanto à responsabilidade que as individualidades condutoras teriam para com o País.

1.1 Especificidades do ensino secundário

Entende-se por ensino secundário um nível ulterior ao primário e que, portanto, seria destinado aos adolescentes (SILVA, 1969, p. 19). Para compreender como ocorreu no Brasil é fundamental enfatizar que ele surgiu a partir de ideias vindas da Europa, principalmente da França, as quais foram introjetadas no País, sem considerar as particularidades e, portanto, não condizentes com a realidade brasileira. Por isso, o currículo predominante no Brasil do século XIX era o clássico-humanístico e apresentava características semelhantes ao europeu. Era composto por dois ciclos com conclusão prevista entre seis e oito anos. Destinava-se, principalmente, aos filhos de industriais, proprietários de terras, comerciantes e liberais.

Segundo Gatti (2010, p. 59), “o ensino era dividido em dois níveis, o ensino primário e profissionalizante e o ensino secundário”.

De acordo com a autora, o ensino primário e profissionalizante era destinado às classes populares, as quais seriam preparadas para aprender “[...] noções básicas como ler, escrever e calcular ou ensinar algum tipo de profissão” (GATTI, 2010, p. 59). Sendo assim, caberia ao ensino secundário o preparo daqueles que conduziriam os rumos da Nação, que seriam, portanto, os administradores do País. Para que isso se efetivasse, era fundamental conduzi-los ao ensino superior. Nessa perspectiva, entende-se que iriam para o ensino secundário os estudantes oriundos das classes abastadas, portanto, com um *status social* que os privilegiavam. Assim, esses estariam bem-preparados uma vez que, desde as primeiras letras, recebiam os saberes que os conduziriam aos níveis posteriores.

Silva (1969, p. 25) explica que:

As instituições desse tipo de ensino, desse modo, eram nitidamente seletivas, num tripló sentido: *socialmente* seus alunos provinham das classes sociais mais elevadas, pressupondo-se nas mesmas condições especiais de motivação e de experiência cultural pré-escolar e extra-escolar [sic]; *pedagogicamente*, seus alunos eram recrutados, desde o nível elementar, por meio de classes ou escolas preparatórias; *profissionalmente*, visavam essas instituições a habilitar, com exclusividade, às ocupações que exigiam estudos de nível superior.

Diante disso, nota-se que existiu uma independência entre esses dois níveis de ensino, sendo que ambos atenderiam a públicos diferentes, ou seja, cada um teria uma finalidade específica. Como o ensino secundário estava destinado àqueles que conduziriam o País, era essencial que fosse incorporado um currículo composto por cultura geral, o qual teve forte influência francesa. Sobre esse currículo, Gatti (2010, p. 74) cita que:

essa cultura geral é melhor entendida se analisarmos os conteúdos de um currículo, que nos permite perceber os objetivos específicos da educação em um determinado momento histórico, e nesse contexto é compreensível o entendimento da função da escola que expressa valores e ideais de uma classe.

Silva (1969, p. 91) também faz alusão a esse tema explicitando que:

A noção de “cultura geral”, podemos dizer, expressa o papel seletivo efetivamente preenchido pelo tipo de ensino que por meio dela define seu objetivo, ou melhor, representa a tomada de consciência deste papel seletivo em face de uma situação de crise, resultante de transformações sociais subjacentes, de uma estrutura de organização escolar consagrada pela tradição. (Grifo do autor)

Cabe ressaltar que a cultura geral seria composta pelas disciplinas acadêmicas, cujos valores e saberes eram considerados importantes para a formação de alguns e, antes de tudo, estaria vinculada a uma natureza seletiva, destinada àqueles que formariam a elite daquele contexto social, cultural, econômico e político. O ensino secundário possuiria uma cultura geral desprendida de qualquer valor utilitário ou profissional, uma vez que o interesse maior era o ensino superior. Diante disso, podemos inferir que o ensino secundário, com esse caráter acadêmico, foi extremamente parcial, pois apenas uma minoria teria acesso e preparo para dar continuidade ao estudo de grau superior.

1.2 Breves apontamentos sobre o ensino secundário brasileiro

A partir da Primeira República (1889-1930), o ensino secundário passou a ser entendido como uma escolarização regular, com a atuação de professores aptos para ministrarem determinados conteúdos, além de apresentar contornos da escola moderna que ofereceria, também, as ciências modernas. Nas reformas educacionais que ocorreram nesse período, a permanência pelo currículo clássico humanístico e ou a inserção do científico mostram a incorporação de saberes que viessem atender às mudanças que aconteciam não só no Brasil, como também no mundo. A exigência de novas demandas sociais, econômicas e políticas tornariam o ensino secundário alvo de muitas discussões e exigiria que o poder público tomasse conta dos problemas que esse nível de ensino apresentava.

Ressalta-se que as mudanças que aconteceram nos currículos durante as reformas educacionais ocorreram por questões que podem ser inferidas tanto no aspecto social quanto político e econômico. A partir da década de 1920, o Brasil passa por um período conturbado devido a muitas revoltas e o descontentamento com a oligarquia cafeeira. O processo de industrialização, o aumento da população urbana e o desenvolvimento da classe média e dos operários contribuíram para apontar novas necessidades. Além disso, a insatisfação com o monopólio das elites rurais, assim como o abalo que a produção de café teve devido à crise de 1929 desencadearam a Revolução de 1930. Nesse contexto, ocorre o fim da Primeira República e do monopólio da elite rural no predomínio das ações políticas e econômicas do

Brasil que culminou com a queda de Washington Luis (1926-1930) e em 3 de novembro de 1930, após um golpe militar, Getúlio Vargas assume o governo.

Vargas necessitava do apoio dos operários, uma vez que a industrialização do Brasil era fundamental para o desenvolvimento nacional. Sendo assim, ele cria o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que culminou na implantação das leis trabalhistas. Em relação à educação, era essencial que o governo tomasse frente sobre esse assunto e, nesse sentido, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. O então ministro Francisco Campos assumiu as questões do setor e realizou a reforma educacional em 1931, que proporcionou a organização dos diversos níveis de ensino. Em relação ao ensino secundário, através do Decreto nº. 19.890, ficou definido que ele seria ofertado em dois ciclos, sendo o 1º ciclo de cinco anos – (curso fundamental) e o 2º ciclo de dois anos – (curso complementar). Mesmo com a organização dos níveis de ensino, a reforma atendeu apenas a uma parcela da população brasileira.

Nesse sentido, verifica-se, na Segunda República (1930-1937), uma continuidade da finalidade do ensino secundário. Conforme Pessanha e Brito (2008, p. 8) explicam:

As prerrogativas do ensino secundário, a partir das quais vinham sendo pensadas as suas finalidades últimas: a formação para o bom desempenho dos deveres da cidadania, para a qual deveria ser oferecido o acesso à cultura geral e a preparação para o ensino superior.

Cabe salientar que, no período seguinte, durante o Estado Novo (1937 a 1945), em que ocorreu a Reforma Capanema (1942), o ensino secundário teria, por parte do seu reformador, o seguinte entendimento:

Um ensino secundário que se limitasse ao simples desenvolvimento dos atributos naturais do ser humano e não tivesse a força [sic] de ir além dos estudos de mera informação literária, científica ou filosófica, que fosse incapaz de dar aos adolescentes uma concepção do que é o homem, uma concepção do ideal da vida humana, que não pudesse formar, em cada um deles, a consciência da significação histórica da pátria e da importância de seu destino no mundo, assim como o sentimento da responsabilidade nacional, falharia à sua finalidade própria, seria ensino secundário apenas na aparência e na terminologia, porque de seus currículos não proviriam as individualidades responsáveis e dirigentes, as individualidades esclarecidas de sua missão social e patriótica, e capazes de cumprí-la (BRASIL, 1952, p. 24).

O currículo implantado pela Reforma Capanema trouxe as finalidades propostas para o ensino secundário atendendo outro contexto, mas ainda conduzindo as classes populares para

determinados setores da sociedade. Desse modo, os adolescentes que prosseguissem os estudos ao ensino secundário seriam as “individualidades condutoras” da Nação. Essas seriam as responsáveis por inculcar no povo os valores essenciais e ideias preconizados de “responsabilidade nacional”, reforçando assim, o que Zotti (2004, p. 108) denomina de “comando da ditadura do Estado Novo”. A Reforma Capanema deixou evidente que as camadas populares teriam a oportunidade de continuar os estudos, contudo iriam para outros ramos de ensino.

Ainda na Quarta República, quando o Brasil retoma a fase democrática, na qual acontecem as eleições populares e a promulgação da Constituição de 1946, esteve vigente a Reforma Capanema, que permaneceu até a promulgação da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que rompe com a proposta de Capanema e contextualiza outro momento da história da educação no País.

1.3 As origens do ensino secundário brasileiro

Silva (1969, p.185-186) enfatiza que o ensino secundário brasileiro apresentou, durante décadas, a marca de pertencer às classes privilegiadas. Ele afirma que isso pode ser explicado considerando-se a história do País desde quando foi colônia de Portugal. A estrutura social, naquele contexto, não estava interessada em atender a maior parte da população. De acordo com os colonizadores, a maioria da população não tinha necessidades de ter muitos conhecimentos, cabendo-lhe apenas as noções básicas para conviver com a sociedade em que estava inserida.

Evidentemente que para os filhos dos colonizadores, comerciantes e proprietários de escravos, detentores do poder econômico e social, era fundamental distinguirem-se dos demais e isso seria possível através da instrução, do prazer em estar em ócio, o que os diferenciariam da maior parte da população. O trabalho era entendido como algo que não pertencesse à elite, a qual cabia apenas a escolha e dedicação aos estudos para garantir-lhes um *status* social, um privilégio diante daquela sociedade escravocrata.

Os jesuítas, da Companhia de Jesus, chegaram em 1549 e seriam os primeiros a dar uma organização para as ações educativas no Brasil. A instrução inicial foi para com os indígenas e, posteriormente, fundaram os primeiros colégios que ofertariam os estudos

humanistas aos filhos das classes privilegiadas. Aos índios seria então ofertado o essencial, ou seja, o básico para que pudessem passar pelo processo civilizatório, uma vez que eram considerados bárbaros e sem moral. A catequese seria imprescindível para correção de todos os desvios morais e comportamentais que possuísssem.

Silva (1969, p. 183) enfatiza que os jesuítas foram os representantes do ensino clássico. A pedagogia por eles ministrada era semioficial e destinava à formação de clérigos e letrados. Ainda segundo o autor (1969, p.185), o ensino jesuítico era organizado para a formação de letrados e, por conseguinte, permitia a formação das elites dirigentes.

Quando os jesuítas foram expulsos do Brasil, em 1759, o Marquês de Pombal tentou organizar a instrução pública, contudo o que ocorreu foi uma desestruturação daquilo que, até então, os jesuítas haviam deixado em termos de organização de ensino.

Com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, altera-se significativamente o quadro educacional, uma vez que várias iniciativas foram realizadas. Foi dessa maneira que ocorreu a implantação de estudos superiores, como a criação de academias e aulas, principalmente no Rio de Janeiro, sendo eles:

Academia Real da Marinha em 1808; Aula de Economia Política em 1808, bem como Escola de Anatomia e Cirurgia em 1809. Além dessas, foram ofertadas: Aula de Comércio em 1809; Academia Real Militar, em 1810 e também Aula de Botânica em 1812. As belas-artes foram contempladas e em 1816 foi fundada a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (VEIGA, 2007, p. 141).

Na tentativa de amenizar o caos na instrução, e principalmente em se tratando do ensino secundário, alguns liceus foram criados, tais como o Ateneu, em 1825, no Rio Grande do Norte; os Liceus da Bahia e Paraíba em 1836 e o Colégio Pedro II, em 1837, no Rio de Janeiro, onde ficava a Corte. Contudo, deve-se observar que os liceus provinciais ministriavam aulas avulsas e, portanto, não havia uma seriação.

Em relação ao Colégio Pedro II, na verdade o que houve foi a troca do nome do Seminário São Joaquim para Colégio Pedro II, o que ocorreu com o Decreto de 2 de dezembro de 1837 pelo então ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos (SILVA, 1969, p. 197). Segundo esse autor, o termo *liceu* era utilizado na França e podemos, mais uma vez, analisar o quanto as ideias educacionais daquele país eram difundidas no Brasil. Após 1837, ainda alguns estabelecimentos de ensino secundário utilizaram aquele termo, como os

da Bahia e Pernambuco, além de outros criados nas províncias do Piauí e Ceará (1845) e o de Alagoas (1849).

Em relação àquela denominação dada aos estabelecimentos de ensino, Silva (1969, p.198) explica que:

as palavras não teriam maior importância se não estivessem associadas à ideias, e estas tem valor na medida de sua possível correlação com as tradições e condições objetivas de determinada sociedade. A expressão “ensino secundário” se generaliza, entre nós, com aquela acepção restrita que viera a ter na França e, daí, se irradiara para outros países. “Ensino secundário”, como anteriormente mostramos, não tem a acepção de um simples nível, mas a de um tipo de ensino, aquele tipo ministrado em instituições que, entre nós, tem sido chamadas de colégios, liceus, ginásios, institutos, ateneus, e cujo currículo tem concretizado uma conciliação, mais ou menos bem sucedida, entre a tradição pedagógica anterior ao século XIX e as novas condições e necessidades do mundo moderno (Grifo do autor).

Essa tradição pedagógica foi a mesma difundida pelos jesuítas, de caráter clássico-humanista, e que, nas palavras de Silva (1969, p.198) e outros autores, seria a transplantação cultural de países europeus, em especial a França, a qual acarretaria a “Cultura Geral” – “Cultura Desinteressada” nos currículos da educação brasileira. Cabe ressaltar que, em ambos os casos, pretendia-se introjetar, na cultura escolar, os valores e saberes considerados essenciais para a formação de uma sociedade. Entendia-se, desse modo, que a cultura geral, antes de tudo, estaria vinculada a uma natureza seletiva, destinada a alguns, àqueles que formariam a elite daquele contexto social, cultural, econômico e político.

O ensino secundário teria uma cultura geral desprendida de qualquer valor utilitário ou profissional, simplesmente pelo interesse de contemplar o ócio e o intelectual. Estariam inseridos nele: os proprietários de terras, pequenos comerciantes, funcionários da Corte e a emergente pequena burguesia. Silva (1969, p.109) explica que:

A “cultura geral”, em outros termos, identificava-se com o estudo das matérias puramente acadêmicas, isto é, de disciplinas que não são necessárias a nenhuma formação profissional específica, de matérias que valem por si mesmas, em razão de seu conteúdo ou de seu poder formativo, ou têm valor preparatório do ponto de vista de estudos especializados de nível superior.

O Colégio Pedro II seria o padrão educacional no Brasil e, assim, difundiria a cultura geral. Ocorreria uma uniformização desse tipo de conteúdo para todos os estabelecimentos públicos ou privados no País.

De acordo com Vechia e Lorenz (2006, p. 6004), o Colégio Pedro II foi inspirado e organizado com base nos liceus franceses. Prova disso é que até os Estatutos dele, aprovados pelo Regulamento nº 8 de 31 de janeiro de 1838, possuíam várias disposições dos Estatutos das instituições educativas francesas. No pronunciamento de Bernardo de Vasconcelos, isso ficaria bem evidente:

O discurso é meu, mas o Regulamento é alheio; quase todas as disposições são copiadas dos Regulamentos dos Colégios de França, apenas modificado por homens que gozam a reputação de sábios, e entendem o que deve alterar-se nas disposições desses Estatutos (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1838, p. 159).

O Colégio Pedro II deveria ser o modelo para as demais instituições educacionais do ensino secundário cujo objetivo essencial seria a preparação para o ensino superior e não haveria interesse, naquele contexto, de se pensar um nível de ensino para a formação profissional específica. Com um padrão estabelecido, parecia que tudo estaria resolvido nesse nível de ensino. Entretanto, Veiga (2007, p. 187) aponta que várias mudanças ocorreram naquele colégio padrão. Em decorrência de ajustes que não atendiam à realidade da sociedade brasileira, o Colégio Pedro II passou por diversas reestruturações, tanto no currículo quanto no tempo de estudo, matrículas avulsas e exames preparatórios para o ingresso no ensino superior.

A necessidade de uma organização do ensino secundário se fez urgente e esse problema – não resolvido até ao final do Império – seria solucionado na fase inicial da República, quando as alterações ocorridas evidenciariam o quanto os conteúdos ministrados no Colégio Pedro II influenciariam no ensino secundário, uma vez que ainda conciliavam humanidades e ciências modernas, sem, contudo, alterar a concepção tradicional dos países europeus. A verdade é que, naquele momento, a finalidade o ensino secundário ficaria em consonância com a cultura das elites difundidas no Brasil. As disciplinas, com caracteres extremamente humanistas, apontavam para uma cultura classista e desinteressada, ou seja, não tinham a função de preparar os alunos para o trabalho, mas apenas para o conhecimento daquilo que era julgado como imprescindível para a cultura geral (SILVA, 1969, p. 108-109).

Esse panorama mudaria após 1899, quando ocorreria a equiparação dos cursos particulares aos do Colégio Pedro II (NUNES, 2000, p. 44). Aconteceriam mudanças na finalidade dessa instituição. Isso aconteceria porque todo aquele ritual anterior não era

compatível com as expectativas educacionais para o contexto social, econômico, político e cultural do País. Porém, apesar das alterações, o conteúdo humanista ainda prevaleceria na instituição, contudo, era fundamental expandir o ensino secundário no Brasil e, para isso, a uniformização estaria para ocorrer. O contexto social era outro, o crescimento urbano, a inserção no mercado de trabalho e as classes sociais emergentes apontavam para outros ideais de desenvolvimento e o capital industrial era uma realidade em outros países.

Silva (1969, p. 221) ressalta que o ensino secundário sofreria reajustes para adaptar às demandas do processo social vigente no País, contudo, a transplantação cultural ainda estaria presente nesse ensino. Sendo assim, o Colégio Pedro II passaria a ter um curso integral de estudos que, segundo o autor, teria uma verificação da maturidade intelectual do aluno. Isso se processaria através do exame de madureza “destinado a verificar se o aluno tem a cultura intelectual necessária”.

Mesmo após a Proclamação da República, em 1889, todo aquele idealismo de descentralidade e/ou liberdade de ensino ficaria ainda mais evidente na promulgação da Constituição de 1891. Estaria explícito um discurso liberal-democrático, mas, apesar de sua expansão, o ensino secundário continuou restrito apenas a uma parte da população. Silva (1969, p. 220) enfatiza que:

O que poderia ser considerado a filosofia educacional republicana, pouco mais continha do que o dogma ou mito da “liberdade de ensino”, formulações retóricas sobre a importância e o valor da educação e sugestões tiradas dos exemplos das “nações civilizadas”.

Surgiram várias propostas para mudanças no âmbito educacional brasileiro que se propuseram a realizar "reajustamentos" com o intuito de expandir a instrução, porém ficaria implícito o caráter propedêutico e com finalidade específica para os níveis de ensino, principalmente em se tratando do secundário.

1.4 A Reforma Francisco Campos

Em 1931, ocorre a Reforma Francisco Campos, nome do então Ministro da Educação e Saúde Pública, que propôs mudanças no ensino brasileiro. Em relação ao secundário, as

mudanças foram significativas, dando uma organicidade na educação e incorporando a seriação obrigatória (SILVA, 1969, p. 287-288).

A Reforma de Francisco Campos foi positiva, pois, além de incorporar as iniciativas já mencionadas, proporcionou também a organização de dois níveis de ensino: o secundário e superior. Deve-se mencionar que essa reforma foi relevante para a educação brasileira, baixando decretos importantes. Um deles foi o Decreto nº. 19.850 de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação – CNE, órgão de assessoria ao Ministério da Educação e Saúde. Dentre as prerrogativas desse decreto, podemos citar as constantes no parágrafo 1º do Artigo 3º, referentes à composição dos representantes:

I – um representante de cada universidade federal ou equiparada; II – um representante de cada um dos institutos federais de ensino de Direito, Medicina e de Engenharia, não incorporados às universidades. III – um representante do ensino superior estadual equiparado e um do particular também equiparado; IV – um representante do ensino secundário federal, um do ensino secundário estadual equiparado e um do particular também equiparado; V – Três membros escolhidos livremente entre personalidades de alto saber e reconhecida capacidade em assuntos de educação e ensino (ZOTTI, 2004, p. 101).

Outros decretos também tiveram importâncias na reforma Francisco Campos, como o Decreto nº. 19.851, de 11 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e incorpora o regime universitário. Já o Decreto nº. 19.852, de 11 de abril de 1931, tratava sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Por sua vez o Decreto nº. 19.890, de 18 de abril de 1931, menciona sobre a organização do ensino secundário. Por fim, ressaltamos o Decreto nº. 21.241, de 14 de abril de 1932, que consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário.

A reforma de Francisco Campos teve como ponto positivo a organicidade do ensino secundário, contribuindo para a definição do currículo seriado, a obrigatoriedade de frequência, a divisão desse ensino em dois ciclos, sendo um fundamental e o outro complementar, bem como a necessidade de habilitação deles para a inserção no ensino superior.

Cabe ressaltar que houve a equiparação de todos os colégios secundários oficiais ao Colégio Pedro II, o que era feito sob a inspeção federal. Outro fator importante é que ocorreu a normatização para a admissão de docentes, os quais deveriam ser cadastrados ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Nesse contexto, as escolas eram fiscalizadas por inspetores

designados pela Diretoria Nacional de Educação, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Saúde.

Com relação à divisão do ensino secundário, ele ficou estruturado em sete anos, sendo o primeiro ciclo de cinco anos e chamado de ginásio fundamental, e o segundo ciclo, de dois anos, designado como ginásio complementar. Para o aluno que almejasse qualquer escola de ensino superior, era obrigatória a conclusão do 1º ciclo, enquanto que o segundo era aceito em algumas escolas. É importante ressaltar que foi estabelecida uma subdivisão para o ciclo complementar que daria uma especialização proporcionando uma preparação para o acesso a determinadas faculdades, dentre elas, a de Direito, Medicina e Engenharia (ZOTTI, 2004, p. 103).

Ficariam, portanto, explícitos os conteúdos humanistas, com formação geral e o caráter propedêutico, bem como a finalidade desse nível de ensino. O contexto social desse período retratava uma população, em sua maioria analfabeta, concentrada na zona rural e poucas eram as pessoas que tinham acesso ao ensino primário. Em se tratando de ensino secundário, a situação se tornava mais problemática.

Segundo Silva (1969, p.288-289), a Reforma de Francisco Campos apresentou pontos favoráveis para o ensino secundário, porém o caráter elitista estava presente. Diante do exposto, podemos apontar que a Reforma de Francisco Campos trouxe pontos significativos, uma vez que proporcionou uma organicidade do ensino, estabelecendo um currículo seriado, frequência obrigatória que, de certa forma, foi uma contribuição para a educação brasileira, pois anteriormente isso não aconteceu. A criação do Conselho Nacional de Educação, bem como do regime universitário foram ações desenvolvidas pela Reforma de Francisco Campos que devem ser consideradas.

Por outro lado, a reforma evidenciou uma separação entre o ensino secundário e os demais ramos de ensino, causando uma seletividade e, portanto, favorecendo as elites em detrimento da população menos favorecida. Cabe salientar que os exames para admissão ao ensino médio requeriam conhecimentos que a maior parte da população não apresentava, porque ela não tinha acesso à escola primária. A Reforma Francisco Campos, portanto, evidenciava a preocupação de atender apenas a alguns níveis de ensino, como o secundário e superior, e não corroborou para a melhoria do ensino primário.

1.5 Apontamentos sobre o ensino secundário em Minas Gerais

Em Minas Gerais, o ensino secundário foi marcado por processos de mudanças ocasionadas por influências legais e/ou normativas tanto em âmbito federal como regional e, com isso, teve períodos de avanços e retrocessos.

A necessidade de implementar as reformas educacionais que surgiram desde o Império até a Proclamação da República, com o intuito de organizar o ensino secundário, foi sentida, também, no Estado de Minas Gerais. O primeiro estabelecimento que ofertou o ensino secundário surgiu em 1750 e era denominado Seminário de Mariana, tendo como reitor o padre José Nogueira, da Companhia de Jesus. Esse estabelecimento de cunho religioso ofertava aulas de Gramática, Filosofia, Latim, Retórica e Poética.

Nota-se um conteúdo de ensino clássico evidenciando que seria um estudo voltado aos jovens que desejassesem um saber destinado a poucos, considerando o próprio contexto social, econômico, político e cultural. A educação secundária em Minas Gerais apresentou um caráter elitista que permaneceu durante décadas privilegiando uma minoria.

Em 1774, foi fundado o estabelecimento religioso Caraça, que teve como idealizador o Irmão Lourenço de Nossa Senhora. A princípio, esse local seria um “Hospício de Missionário” ou um seminário. Entretanto, com a morte do idealizador, no ano de 1819, a edificação da obra ficou por conta do D. João VI, que convidou padres missionários da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo e os incumbiram de abrir aquela instituição de ensino em janeiro de 1822 (GATTI, 2013, p. 83).

A organicidade necessária para o ensino secundário mineiro foi estabelecida pelo Regulamento nº. 44 da Lei Provincial Mineira nº. 960, de 5 de junho de 1858, que dispunha os critérios para a organização daquele nível de ensino. Segundo Gatti (2013, p.84):

esse regulamento, o ensino provincial deveria ser dividido em público e privado, sendo que o ensino público ficaria a cargo do governo do Estado e o ensino privado seria de responsabilidade das famílias ou daqueles que tivessem algum interesse pela instrução.

Percebe-se que o Estado deixa a responsabilidade para a família, a qual custearia os estudos dos filhos, caso se interessasse pela continuidade deles. Essa realidade era vivenciada por muitos, uma vez que, nesse contexto, a expansão da educação a todos ainda não era de interesse dos dirigentes do poder.

A partir de 1850, os colégios particulares passaram a ministrar as aulas avulsas, que tinham como conteúdo principalmente o Latim. Contudo, havia outras disciplinas como

Aritmética, Desenho Linear, Francês, Geografia, História, Filosofia, Retórica, Anatomia, Inglês e Farmácia. Diante disso, começou a enfraquecer o domínio dos seminários episcopais, que ofertavam tais aulas.

Todavia, com a normatização da Lei nº. 60 e o Regulamento nº. 4, de 1835, ficou definido que alguns “critérios” deveriam ser seguidos para a oferta das aulas avulsas, como por exemplo: a admissão de alunos só aconteceria se eles fossem maiores de 10 anos e se tivessem “habilidades comprovadas nas matérias do primeiro grau da instrução primária”. Cabe ressaltar que as aulas avulsas aconteciam apenas em localidades onde não existiam colégios (GATTI, 2013, p. 85).

Neves (2006, p.68) também explica que:

na década de cinqüenta do século XIX, o ensino secundário em Minas Gerais passou por uma de suas mais significativas transformações. A formação secundária que estava relegada no começo do Império a alguns seminários episcopais e a aulas avulsas dispersas por toda a província começou a ser organizado em colégios particulares subvencionados pela província mineira.

Isso fez com que a Assembleia Legislativa decidisse extinguir as aulas avulsas e tomasse a providência cabível quanto à criação de nova regulamentação para o ensino secundário, visando um local para agregar as disciplinas, tornando esse nível de ensino eficiente, no sentido de obter “bons resultados na formação da juventude mineira” (GATTI, 2013, p. 85).

O Liceu Mineiro foi fundado em 1854 e, segundo Gatti (2013, p.85-86), ele se diferenciaria dos demais estabelecimentos, uma vez que:

possuía uma organização diferente das demais instituições de ensino que apenas agregaram as aulas avulsas sem nenhuma organização. No caso do Liceu Mineiro, algumas disciplinas eram pré-requisitos para outras. Essa disposição estava relacionada com as aulas de Latim, pois, muitas vezes, para frequentar determinada disciplina o aluno precisaria estar matriculado nas aulas de Latim.

O Liceu Mineiro se reportaria aos moldes do Colégio Pedro II e se tornaria um exemplo para os demais colégios da província. Eram necessários seis anos de curso e, após a conclusão, obtinha-se o título de Bacharel em Letras e, dessa forma, o aluno poderia ingressar em qualquer instituição de ensino superior do País.

Andrade (2007, p. 124) cita que as disciplinas ministradas no Liceu Mineiro, eram: “Grammatica e Philolophia da Língua Nacional; Grammatica Latina e Moderna; Francez;

Inglez; Geographia; Historia; Philosophia; Rhetorica; Mathematicas Elementares; Pharmacia do 1º anno; Pharmacia do 2º anno”.

Nota-se, pelo currículo, que algumas disciplinas eram condizentes com os saberes que seriam fundamentais para alguns cursos superiores que funcionavam no País. Nesse período, havia os cursos superiores de medicina, direito, engenharia e farmácia. Dessa forma, pode-se inferir que os conteúdos ali ensinados eram para aqueles que ingressariam em seus devidos cursos superiores.

Em 1860, ocorre o fechamento do Liceu Mineiro. Neves (2006, p. 104) explica que foi devido “a problemas estruturais de funcionamento, tais como a falta de horários determinados, inadimplência em relação às aulas por parte de professores e alunos, além da falta de profissionais que preenchessem as cadeiras propostas pelo Liceu”.

Após o fechamento do Liceu Mineiro, surgiram vários externatos públicos, os quais, pelo Artigo 17 do Regulamento nº. 56 da Lei Providencial 1.267, de 2 de janeiro de 1866, foram assim distribuídos (transcrito literalmente):

Ficarão creados na província 6 externatos, sendo um na capital, um na cidade de Sabará, um na cidade de São João Del Rey, um na cidade de Campanha, um na cidade de Minas Novas e outro na cidade de Uberaba. Ainda neste documento ficaria estabelecido que na capital, teriam as seguintes cadeiras: Latim; Francês e Inglês; Arithmetic, Álgebra até equações do 2º grau, Geometria e Trigonometria rectilínea; Philosophia racional e moral; História e Geographia; Rhetorica e Poética. Nos outros externatos haverá as mesmas cadeiras, menos as de Philosophia e de Rethorica (NEVES, 2006, p. 134).

Deve-se salientar que, de acordo com esse regulamento, os externatos só permaneceriam em funcionamento caso atingissem a frequência de pelo menos 32 alunos, caso contrário, seriam fechados. Os externatos enfrentariam, ainda, outros problemas como os baixos números de jovens que os procuravam para os estudos secundários e os altos custos para a manutenção desse nível de ensino. Tais fatores provocariam críticas quanto ao que Minas Gerais tinha enquanto ensino secundário (GATTI, 2013, p.92).

Assim, de acordo com Neves (2006, p. 139):

A organização actual do ensino secundário nesta província não esta a par de sua riqueza e importânci. É sem dúvida uma anomalia que, existindo em outras províncias de muito menos recursos, collegios bem montados de instrucção secundária, só em Minas se considere inutilmente dispendiosa ou superior às forças de seu orçamento a manutenção de taes estabelecimentos. (Transcrito literalmente)

Segundo Gatti (2013, p. 93), novas tentativas seriam realizadas para sanar o problema do ensino secundário em Minas Gerais. Entretanto, a proposta de criação de três liceus públicos ou colégios não foi alcançada, uma vez que, em julho de 1888, a Lei Provincial nº. 1.601 extinguiu todos os estabelecimentos desse nível de ensino. E assim, segundo a autora: “o ensino secundário desdobra-se novamente em aulas avulsas até o início da Primeira República, quando então esse nível de ensino passa por um novo processo de organização”.

As reformas educacionais que ocorreram no País, desde 1890 com Benjamim Constant até a de Capanema, em 1942, reforçam que não existia uma continuidade no processo da educação, em especial no ensino secundário. Além disso, o contexto socioeconômico, político e cultural exigiam novas mudanças no âmbito educacional. Assim, podemos inferir que as mudanças educacionais foram teoricamente bem idealizadas e elaboradas, mas não causaram transformações inexoráveis na educação brasileira.

Nesse sentido, Nagle (1974, p. 261) enfatiza que de 1889 a 1930 não houve “mudanças profundas no sistema educacional”. Para o autor, esse período é simplesmente um “marco cronológico”, não proporcionando alterações efetivas na educação brasileira. Perceberemos isso em vários momentos das tentativas de organização do ensino em todo o âmbito nacional e, em Minas Gerais, não seria diferente. O Ministério da Instrução, criado em 19 de abril de 1890, ou seja, dois anos após a Proclamação da República, teve como responsável Benjamim Constant, que realizou mudanças na educação que foram efetivadas em 1891. Nessa reforma, o que se constatou foi uma influência de ideias positivistas, tendo como precursor Augusto Comte e que apresentou um curso tanto primário quanto secundário de caráter encyclopédico, estabelecendo liberdade e um ensino laico, bem como gratuidade no ensino primário. O exame de madureza foi criado por aquela reforma e tinha por finalidade verificar a capacidade intelectual do aluno quando ele encerrava o ensino secundário.

É importante enfatizar que as alterações nas reformas educacionais tinham uma intencionalidade, principalmente quando analisadas no contexto da Proclamação da República, pois era imprescindível tornar aquele povo ignorante em homem civilizado, capaz de viver os ideais republicanos. Para Nagle (1977, p. 261), a República recebe uma herança caracterizada pelo fervor ideológico, pela sistemática tentativa de evangelização. A democracia, federação e educação constituíam categorias inseparáveis apontando a redenção do País.

Em relação ao conteúdo das disciplinas, observa-se que existiu a incorporação das ciências naturais, propiciando a esse ramo do saber mais ênfase que os literários. Contudo, isso ocorre devido às mudanças que aconteciam, não só no Brasil como no mundo, em que novos processos produtivos se faziam necessários para permitir a inserção de novos saberes para atender às demandas que se tornavam urgentes.

Outro ponto a salientar sobre essa reforma foi o Decreto nº. 1.232, de 02 de janeiro de 1891, que permitiu a protelação da necessidade do certificado de estudos secundários, sendo ele substituído pelos preparatórios que permaneceram até 1896. As disciplinas desses preparatórios eram: Português, Francês, Inglês ou Alemão, Latim, Matemática Elementar, Geografia, especialmente do Brasil, Física, Química e História Natural. Percebe-se a introdução de conteúdos das ciências modernas, mas também do conteúdo humanista clássico. Mourão (1962, pp. 435-436,) explica que o Decreto nº. 1.232 “permitiu que cursos secundários em outros estados fossem dispostos de forma mais simplificada”, conforme, apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Disciplinas modernas e de caráter humanista ministradas em cursos preparatórios em Minas Gerais.

1 ^a série	2 ^a série	3 ^a série	4 ^a série	5 ^a série
-Aritmética e Álgebra. -Português -Francês -Latim -Geografia (especialmente do Brasil)	-Geometria e Trigonometria, além das ministradas na 1 ^a série. -Aritmética e Álgebra -Português -Francês -Latim -Geografia, especialmente do Brasil.	-Física e Química, além das disciplinas ministradas na 1 ^a série e revisão das da 2 ^a . -Aritmética e Álgebra. -Português -Francês -Latim -Geografia.	-História Universal -História Natural -Inglês -Revisão das anteriores	-História do Brasil -Inglês -História Natural -Revisão das anteriores.

Fonte: Mourão (1962, p.436).

Nesse sentido, nota-se a inserção de disciplinas modernas e/ou científicas que se tornavam essenciais para aquele contexto, assim como se percebe as ideias positivistas serem introjetadas nesse currículo proposto por Benjamin Constant.

A Reforma de Benjamin Constant foi muito criticada e vigorou até 1901, fazendo-se necessária outra reforma que recebeu o nome de Código de Ensino de Epitácio Pessoa. Em 1º de janeiro de 1901, tendo como marco legal o Decreto nº. 3.890, ficaram estabelecidas as

mudanças educacionais imprescindíveis para atender às circunstâncias daquele contexto social, político, econômico e cultural. Era necessário impor ao homem outros valores e princípios, tornando-o um cidadão civilizado e possuidor de uma conduta moral adequada aos novos rumos do País.

Dessa forma, teremos como exemplo o Gymnásio [sic] Mineiro, criado pelo Decreto nº. 260, de 1º de dezembro de 1890. Ele possuía dois estabelecimentos de ensino: “o externato, localizado na cidade de Ouro Preto, e um internato, em Barbacena” (GATTI, 2013, p. 96). Ao observarmos o conteúdo das disciplinas desse ginásio, percebe-se que os saberes ali ministrados conduziriam o aluno a tornar-se um cidadão na perspectiva daquele idealismo de civilidade e ordeiro.

Assim, Mourão (1962, p. 448) descreve o currículo do Gymnásio Mineiro, que teve um curso de sete anos e composto pelas seguintes disciplinas: Português e Literatura Nacional; Latim; Grego, Francês e Inglês; Matemáticas (sic); Astronomia; Física; Química; História Natural; Biologia; Sociologia e Moral; Noções de Economia Política e Direito Pátrio; Geografia; História Universal; História do Brasil; Desenho; Ginástica; Evoluções Militares, Esgrima e Música; Alemão como o Inglês (optativo).

Deve-se salientar que o Gymnásio Mineiro seguia as normas estabelecidas pelo Gymnásio Nacional (posteriormente, denominado Colégio Pedro II), uma vez que este era o estabelecimento oficial tido como padrão para os demais no País. Essa referência permitiria que, mesmo com a implantação da Lei nº. 41, denominada Reforma Afonso Pena, no ano de 1892, cuja finalidade era a organização da instrução pública em Minas Gerais, o Gymnásio Mineiro não seria afetado por aquela legislação, já que no Capítulo I, do Título III, permitia que o ensino mantido naquele estabelecimento continuasse nos moldes do Gymnásio Nacional (GATTI, 2013, p. 97).

Seguindo o que era estabelecido nas reformas educacionais do País, o Gymnásio Mineiro permitia que outros alunos, mesmo não sendo do estabelecimento, prestassem os exames finais, desde que obedecessem às sequências das disciplinas e também tivessem o certificado de estudos primários. Depois disso, eles realizariam o exame de madureza, como prova da maturidade e capacidade intelectual.

Mourão (1962, p. 450) menciona os conteúdos que eram aplicados naqueles exames, bem como eram as provas orais e escritas: Línguas Vivas, especialmente Português e Literatura; Línguas Mortas; Matemáticas e Astronomia; Ciências Físicas e suas aplicações, Meteorologia, Mineralogia e Geologia; Biologia e Botânica; Sociologia e Moral, Noções de

Economia Política e de Direito Pátrio; Geografia e História Universal, especialmente do Brasil.

Cabe salientar que acontecia prova prática de Ciências Físicas, Biologia e de Geografia e História Universal. Esses exames eram bem rigorosos, mas permitia – de acordo com Art. 82 do Decreto Federal nº 1. 075 de novembro de 1891 – o ingresso do aluno no curso desejado no âmbito geral do Estado de Minas Gerais ou qualquer outro lugar do País. Depois desse exame, o aluno que pretendesse obter o título de bacharel em Ciências e Letras deveria obter “nota plena em dois terços da seção nos exames de madureza” (MOURÃO, 1962, p. 451).

A Reforma Rivadávia Correa ocorreu em 1911 e prevaleceu até 1915. Foi implementada em 5 de abril daquele ano e instituída pelo Decreto federal n.º 8.659. Ela teve como características as ideias positivistas, colocando uma orientação prática de estudo das disciplinas, bem como defendendo a liberdade de ensino, estabelecendo assim a desoficialização e a frequência e não exigindo o diploma, já que este seria substituído por “um certificado de assistência e aproveitamento” (CARVALHO, 2012, p. 48).

Mourão (1962, p. 477-479) apresenta o currículo do Gymnásio Mineiro a partir da Reforma Rivadávia, conforme mostra o Quadro 2.

Quadro 2 – Currículo do Gymnásio Mineiro a partir da Reforma Rivadávia.

I^a série	Carga horária
Português	<i>4 horas/aula</i>
Francês	<i>6 horas/aula</i>
Geografia	<i>2 horas/aula</i>
Instituição Moral e Cívica	<i>4 horas/aula</i>
Desenho	<i>4 horas/aula</i>
TOTAL	<i>20 horas/aula</i>
2^a série	Carga horária
Português	<i>3 horas/aula</i>
Francês	<i>3 horas/aula</i>
Inglês ou Alemão	<i>3 horas/aula</i>
Geografia	<i>2 horas/aula</i>
Aritmética	<i>2 horas/aula</i>
Instituição Moral e Cívica	<i>3 horas/aula</i>
Desenho	<i>4 horas/aula</i>
TOTAL	<i>20 horas/aula</i>
3^a série	Carga Horária
Português	<i>2 horas/aula</i>
Francês	<i>4 horas/aula</i>
Inglês ou Alemão	<i>3 horas/aula</i>
Latim	<i>3 horas/aula</i>
Aritmética	<i>2 horas/aula</i>

Álgebra	<i>1 horas/aula</i>
Geografia	<i>2 horas/aula</i>
História Universal	<i>2 horas/aula</i>
Noções de Direito	<i>2 horas/aula</i>
TOTAL	<i>21 horas/aula</i>
4ª série	<i>Carga Horária</i>
Português	<i>3 horas/aula</i>
Francês	<i>2 horas/aula</i>
Inglês ou Alemão	<i>2 horas/aula</i>
Latim	<i>3 horas/aula</i>
Álgebra	<i>1 hora/aula</i>
Geometria Plana	<i>3 hora/aula</i>
Geografia	<i>1 horas/aula</i>
História Universal	<i>2 horas/aula</i>
Física	<i>2 horas/aula</i>
Química	<i>2 horas/aula</i>
Lógica	<i>2 horas/aula</i>
TOTAL	<i>23 horas/aula</i>
5ª série	<i>Carga Horária</i>
Português	<i>3 horas/aula</i>
Francês	<i>2 horas/aula</i>
Inglês ou Alemão	<i>1 hora/aula</i>
Latim	<i>2 horas/aula</i>
Álgebra	<i>1 hora/aula</i>
Geometria no Espaço	<i>2 horas/aula</i>
Geografia	<i>1 hora/aula</i>
História Universal	<i>2 horas/aula</i>
Física	<i>1 hora/aula</i>
Química	<i>2 horas/aula</i>
História Natural	<i>3 horas/aula</i>
Lógica	<i>2 horas/aula</i>
TOTAL	<i>22- horas/aula</i>
6ª série	<i>Carga Horária</i>
Literaturas Portuguesa e Brasileira	<i>2 horas/aula</i>
Latim	<i>1 hora/aula</i>
Aritmética	<i>1 hora/aula</i>
Álgebra	<i>1 hora/aula</i>
Geometria	<i>2 horas/aula</i>
Trigonometria	<i>1 hora/aula</i>
Geografia	<i>1 hora/aula</i>
História Universal	<i>2 horas/aula</i>
Física	<i>1 hora/aula</i>
História Natural	<i>4 horas/aula</i>
Noções de Higiene	<i>1 hora/aula</i>
Lógica	<i>4 horas/aula</i>
TOTAL	<i>21 horas/aula</i>

Fonte: Mourão (1962, p.477-479).

Percebe-se a exclusão do estudo da língua grega e a opção para inglês ou alemão. Em relação às línguas, vale destacar o estudo da literatura portuguesa e brasileira, sendo que, até então, esta última era denominada literatura nacional. Depreende-se que o intuito era enfatizar, no País, valores condizentes com os princípios republicanos, preparando o novo homem, o indivíduo civilizado.

Cabe ainda destacar que ocorreu a inserção de disciplinas consideradas das ciências modernas, ou seja, as matemáticas: aritmética, álgebra, lógica, geometria, trigonometria, geometria plana, geometria no espaço. A inclusão dessas disciplinas foi acompanhada de muitas discussões, em um momento que o currículo era fortemente predominado pelos conteúdos humanísticos. As disciplinas de instrução moral e cívica e noções de higiene coadunavam para a conduta daquele homem que estava inserido na concepção republicana.

Em 1915, nova reforma acontece na educação e foi a vez da Reforma Carlos Maximiliano, por meio do Decreto nº. 11.530, de 18/3/1915. O curso teria duração de cinco anos e, mais uma vez, o currículo do Gymnásio Mineiro seria alterado, tendo como dispositivo legal o Decreto nº. 4.363 de 7/4/1915, com as disciplinas apontadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Currículo do Gymnásio Mineiro, após reforma estabelecida pelo Decreto nº 4.363 de 7/4/1915.

1º Ano	Português, Francês, Latim, Geografia e Corografia do Brasil.
2º Ano	Português, Francês, Latim, Aritmética e História do Brasil.
3º Ano	Português, Francês, Latim, Álgebra e Geometria.
4º Ano	Português, Inglês, ou Alemão, Elementos de Cosmografia e História Universal.
5º Ano	Inglês ou Alemão, História Universal, Física e Química e História Natural.

Fonte: Mourão (1962, p. 481).

Ainda em 1915, o Gymnásio Mineiro passaria por nova mudança que, desta vez, decorreu em virtude da Lei nº. 657, de 11 de setembro. Mourão (1962, p. 482) descreve como foram distribuídas as disciplinas para um curso de cinco anos conforme o Quadro 4.

Quadro 4 – Alteração do Currículo do Gymnásio Mineiro – 11/9/1915.

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
<ul style="list-style-type: none"> -Português; -Francês; -Geografia; -Aritmética -Desenho. 	<ul style="list-style-type: none"> -Português -Francês; -Geografia; -Latim; -Aritmética; -Desenho. 	<ul style="list-style-type: none"> -Português; -Francês; -Corografia do Brasil; -Latim; -Álgebra -História Universal; -Desenho. 	<ul style="list-style-type: none"> -Português e Literatura; -Geografia Plana; -História -Inglês ou Alemão; -Física e Química; -História Natural; -Inglês ou Alemão; -História da Filosofia; -Psicologia e Lógica. 	<ul style="list-style-type: none"> -Geometria no Espaço e Trigonometria -Retilínea; -História do Brasil; -Física e Química; -História Natural; -Inglês ou Alemão; -História da Filosofia; -Psicologia e Lógica.

Fonte: Mourão (1962, p. 482).

Em relação à Reforma de Carlos Maximiliano, cabe ressaltar que ela reporta à de Rivadávia Correa e “re-oficializa o ensino secundário” (CARVALHO, 2012, p. 48).

No ano de 1925, a Reforma Rocha Vaz estabeleceu a seriação do ensino, por meio do Decreto Federal nº. 16782-A.

Em 1926, pelo Decreto nº. 7.101, de 30 de janeiro, o Gymnásio Mineiro passaria novamente por mais uma mudança no currículo e teria um curso de seis anos.

Mourão (1962, p. 484-487) expõe os conteúdos demonstrados no Quadro 5.

Quadro 5 – Alteração do Currículo do Gymnásio Mineiro – 30/01/1926.

1º Ano	Carga Horária
-Português(Gramática expositiva) -Aritmética -Geografia Geral -Inglês -Francês -Instrução Moral e Cívica -Desenho	-3 horas por semana -5 horas por semana -6 horas por semana -3 horas por semana -3 horas por semana - 1 hora por semana - 2 horas por semana
2º Ano	Carga Horária
-Português(Gramática expositiva) -Aritmética -Corografia do Brasil -História Universal -Francês -Inglês ou Alemão -Latim -Desenho	-3 horas por semana - 4 horas por semana - 3 horas por semana - 2 horas por semana - 3 horas por semana - 3 horas por semana - 3 horas por semana - 1 hora por semana
3º Ano	Carga Horária
-Português(Gramática expositiva) -História Universal -Francês -Inglês ou Alemão - Latim -Álgebra -Desenho	- 3 horas por semana - 5 horas por semana - 3 horas por semana - 3 horas por semana - 3 horas por semana - 3 horas por semana - 1 hora por semana
4º Ano	Carga Horária
-Português(Gramática Histórica) -Latim -Geometria e Trigonometria -História do Brasil -Física -Química -História Natural -Desenho	- 3 horas por semana - 2 horas por semana - 6 horas por semana - 4 horas por semana - 3 horas por semana - 2 horas por semana - 3 horas por semana - 1 hora por semana

Continua na página 48

5º Ano	Carga Horária
- Português (Noções de Literatura)	- 3 horas por semana
-Cosmografia	- 2 horas por semana
-Latim	- 3 horas por semana
-Física	- 3 horas por semana
-Química	- 3 horas por semana
-História Natural	- 4 horas por semana
-Filosofia	- 3 horas por semana
-Desenho	- 1 hora por semana
6º Ano	Carga Horária
-Literatura Brasileira	- 6 horas por semana
-Literatura das Línguas Latina	- 3 horas por semana
-História da Filosofia	- 4 horas por semana
-Sociologia	- 5 horas por semana

Fonte: Mourão (1962, p. 484-487).

Nota-se que os conteúdos ministrados apresentavam característica clássica, contudo tinha o estudo de ciências físicas e naturais. Para Mourão (1962, p. 487), houve "certo desenvolvimento ao estudo de ciências físicas e naturais, as quais foram representadas pela Física, Química e História Natural como disciplinas autônomas".

O mesmo autor ressalta que aquela mudança ocorrida no currículo do Gymnásio Mineiro era condizente com as determinações da Reforma Rocha Vaz e, assim como esta, preservou os preparatórios parcelados concomitante ao curso seriado, exigiu a "dependência dos exames finais e tornaram obrigatórias todas as matérias finais do curso ginásial para o exame vestibular a qualquer curso superior" (MOURÃO, 1962, p. 487). Acrescenta ainda que a criação das bancas examinadoras para os exames de preparatórios não foi bem-sucedida, uma vez que ocorriam erros. Nas palavras de Mourão (1962, p. 487), a medida "deu mau resultado na prática pela falta de idoneidade de muitos componentes dessas juntas".

Mourão (1962, p. 487) explica que havia dois períodos para os exames, sendo que o primeiro iniciava em 1º de dezembro e o outro em 1º de março. Nessas etapas, poderiam participar tanto os alunos do Gymnásio Mineiro quanto aqueles que não eram da instituição, desde que seguissem os dispositivos da legislação federal para a realização de preparatórios aos cursos superiores.

Nota-se que, apesar das mudanças ocorridas na Reforma Rocha Vaz, o caráter propedêutico ainda permanecia e tinha como abrangência não só no ginásial seriado, mas também a finalidade de manter os exames preparatórios.

Percebe-se que, apesar dos diversos ajustamentos que ocorreram nas várias reformas educacionais, dois fatores chamam a atenção: uma preocupação em inserir, nos currículos, conteúdos em que, em um momento, permanece o ensino tradicional de caráter humanista e, em outro momento, a inserção das disciplinas científicas. Havia necessidade de manter um saber que conduzisse ao ensino superior, sem dar ênfase ao ensino profissionalizante.

Tanto a Reforma de Francisco Campos quanto a de Capanema corroboraram para o caráter propedêutico do ensino secundário, dando um aspecto de seletividade aos que pretendiam atuar em determinados setores da sociedade. Sendo assim, quando se analisa as reformas ocorridas no Estado de Minas Gerais, consideramos o contexto nacional que passava por mudanças econômicas, políticas e sociais que exigiam, também, uma organicidade do ensino secundário para que ele direcionasse aqueles que seriam utilizados na ordem produtiva do País. A Reforma de Capanema (1942) manteria um currículo clássico-humanístico, contudo conduziria os que seriam os responsáveis pela nação para o ensino superior, enquanto os demais iriam para outros setores do País.

Esta pesquisa também analisou os reflexos da Reforma de Gustavo Capanema no Colégio Triângulo, porém, antes disso, vamos contextualizá-lo dentro do cenário educacional durante o período delimitado para esta investigação.

1.6 Contextualização do Colégio Triângulo Mineiro nas décadas de 1940 a 1960

Em 9 de abril de 1943, por meio da Portaria Ministerial nº 231, foi concedida a inspeção preliminar e a instituição – objeto dessa pesquisa – recebeu a denominação de Ginásio Triângulo Mineiro, porém somente em 7 de outubro de 1946, obteve o reconhecimento do curso ginasial. Em 27 de janeiro de 1947, através do Decreto-Lei nº 22.523, conseguiu autorização para funcionar como colégio, sendo denominado então como Colégio Triângulo Mineiro. Vale salientar que, em 1947, em um dos pavilhões do Colégio Triângulo Mineiro, foi instalado o primeiro curso superior: o de odontologia. Atualmente, o Colégio Triângulo Mineiro não se encontra em funcionamento.

Considerando o grau de complexidade que é pesquisar uma instituição educativa, foi essencial delimitar o objeto de estudo e, portanto, como já informamos, o recorte cronológico foi de 1940 a 1960, ou seja, da data da fundação ao período em que começa a massificação do ensino secundário. A escolha por esse período é embasada na proposta do tema a ser discorrido sobre o objeto, isto é, o interesse em abordar o ensino secundário daquele

estabelecimento no período escolhido, pois ele antecede a LDB-1961, que altera o quadro que, até então, esse nível de ensino se apresentava.

Sabe-se que o ensino secundário anterior à LDB-1961 se caracterizou por pertencer a uma minoria, sendo ofertado, principalmente, por instituições particulares e apresentar características de um curso academicista com disciplinas voltadas a um saber quase que exclusivo para o ingresso ao curso superior. Já comentamos antes, porém é interessante lembrar que são características construídas obedecendo a detalhes históricos que influenciaram e organizaram o ensino secundário no Brasil, uma vez que foram implantadas através de incorporações, muitas vezes, de transplantação cultural de países europeus, principalmente da França. As instituições que ofertassem esse ensino estariam submetidas a fiscalizações dos inspetores federais que acompanharia todo o trabalho diário da escola.

De acordo com Silva (1969), o ensino secundário brasileiro foi marcado por um currículo clássico humanista e ressalta como isso se processou explicando que:

Como nos países europeus, também no Brasil a tradição do ensino secundário é anterior ao termo que veio a designá-lo. Ela remonta aos inícios de nossa própria existência histórica como área de expansão da civilização européia [sic]. Por seu intermédio nosso ensino secundário lança suas raízes no patrimônio comum da educação ocidental, que é tradição clássica humanista (SILVA, 1969, p. 178).

Por sua vez, Souza (2009) explica que as tentativas para alterar o currículo humanista foram acontecendo à medida que se discutia a educação em momentos diferentes da sociedade e que surgia a necessidade de expandir o ensino secundário. A autora salienta que:

Nas diferentes representações dos educadores sobre a relação entre o humanismo e a educação secundária e das diretrizes para a renovação curricular desse ensino sobressaem modos diversos de entendimento sobre a relação entre educação e cultura e entre educação e diferenciação social, além de proposições diversas acerca da modernização da educação e da sociedade e de enfrentamento da discussão sócio-política [sic] sobre a democratização do ensino médio no país (SOUZA, 2009, p.73).

Nesse sentido, o currículo do ensino secundário brasileiro sofreu diversas mudanças durante as reformas propostas na Primeira República (1889-1930), como no Governo Provisório (1930-1937) e no Estado Novo (1937-1945). Em 1942, surgem as Leis Orgânicas do Ensino, que foram propostas por Gustavo Capanema e que vigoraram até a homologação da LDB-1961. A Quarta República acontece quando Getúlio Vargas é deposto e, em outubro de 1945, ocorrem eleições e o general Eurico Gaspar Dutra assume o poder (GATTI, 2013).

Esses fatos permitiram o processo de democratização do País e a promulgação da Constituição de 1946. Saviani (2011, p.7-8) salienta que:

A Constituição Federal de 1946 ao definir a educação como direito de todos e o ensino primário como obrigatório para todos e gratuito nas escolas públicas e ao determinar à União a tarefa de fixar as diretrizes e bases da educação nacional, abria a possibilidade da organização e instalação de um sistema nacional de educação como instrumento de democratização da educação pela via da universalização da escola básica. A elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, iniciada em 1947 era o caminho para a possibilidade aberta pela Constituição de 1946.

Um retrospecto sobre a história do ensino secundário no Brasil permite uma reflexão sobre as alterações educacionais que ocorreram durante aqueles períodos. Em cada um, houve a necessidade de inserir e/ou manter os conteúdos humanistas e também as disciplinas modernas ou científicas, porque eles atenderiam às novas demandas do País, rompendo a função apenas preparatória, bem como a distinção de *status* que carregava aquele ensino. Silva (1969, p.211) explica que:

O ensino secundário aparece-nos como um ensino que se propõe à transmissão de um conteúdo considerado valioso *per se* e não por seu valor instrumental em relação a um objetivo predeterminado. Mas, tratando-se dos fins do século XIX, constitui uma peculiaridade de nossa situação o fato de que a cogitação em torno do objetivo do ensino secundário se encontre ainda em nível muito inconsistente. E isto tanto mais quanto, em relação ao currículo, reflete nitidamente o conflito entre classicismo humanista e estudos modernos, que, então agitava a educação européia e elevava o problema do objetivo do ensino secundário ao nível da consciência crítica.

Outro fator a salientar foi a expansão do ensino secundário. Silva (1969, p. 301), baseando-se em dados, a partir de 1933, cita que foi possível [...] acompanhar a tendência ao crescimento contínuo e acelerado do ensino secundário brasileiro [...].

Nunes (2000, p.45) enfatiza que, desde 1930, a procura pelo ensino secundário alcançou índices bem significativos no Brasil, entretanto, outros cursos não obtiveram o mesmo êxito, o que evidencia a preferência por aquele nível de ensino. Segundo a autora:

Se a procura pelo curso secundário ou ginásio acadêmico se intensificou no país desde os anos 30, o mesmo não ocorria com relação ao ensino profissional, particularmente o ensino industrial e o agrícola, cujas matrículas aconteciam em níveis muito baixos, sem esgotar, inclusive, a utilização de toda sua capacidade de matrícula (NUNES, 2000, p. 45).

Silva (1969) salienta que os cursos profissionais não atendiam aos anseios da população que desejava obter um lugar na sociedade, o que acontecia, na maioria das vezes, por meio de um *status social*, algo que somente o ensino secundário facultaria e não os cursos profissionais, os quais distribuiriam grande parte das pessoas às necessidades do desenvolvimento econômico do País. O autor ressalta que:

[...] a expansão do ensino secundário, resultando em negação da função seletiva e acadêmica que lhe era atribuída, teve o significado de constituí-lo como educação básica, geral e distributiva, função esta que ele melhor teria preenchido se estruturalmente adaptado a ela. Uma escola ajustada a tal função, e não escolas estritamente profissionais constituiria a verdadeira alternativa à educação seletiva e acadêmica para a grande massa dos alunos a que o desenvolvimento econômico permitia acesso ao nível médio [...] (SILVA, 1969, p. 358).

Diante do exposto, e com o intuito de conhecer as atuais pesquisas sobre o ensino secundário nos últimos seis anos, realizamos um levantamento nas bibliotecas digitais de algumas universidades brasileiras. Os dados encontram-se compilados no Quadro 6:

Quadro 6 – Algumas pesquisas sobre o ensino secundário no Brasil nos últimos seis anos.

Universidade	Autor (a)	Ano	Período
Universidade Católica de São Paulo	MACHADO, Rosinei Dias Gevezier Turbiani	2008	1946-1961
Universidade Federal de Minas Gerais	ROSA, Maria Geralda Oliver	2008	1930-2004
Universidade Federal de Minas Gerais	LISBOA, Aleluia Henriger	2010	1956-1964
Universidade Federal de Minas Gerais	CHAVES, Júnior Ilton de Oliveira	2010	1898-1931
Universidade Federal de Uberlândia	GATTI, Giseli Cristina do Valle	2010	1929-1950
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	MARTÍNEZ, Silvia Alícia	2010	1880-1930
Universidade de São Paulo	NICOLAU, Fabiana	2010	1945-1956
Universidade Federal do Rio de Janeiro	MARQUES, Gabriel Rodrigues Daumas	2011	1889-1937
Universidade de Goiás	BARROS, Fernanda	2012	1906-1960

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araraquara	DINIZ, Carlos Alberto	2012	1940-1965
Universidade Federal de Uberlândia	PACHECO, Simone Beatriz Neves	2012	1940-1971
Universidade Federal de Uberlândia	PACHECO, Simone Beatriz Neves	2012	1940-1971
Universidade Federal de Uberlândia	JAYME, Lúcia de Rezende	2012	1890-1920

Fonte: Baseado em dados disponíveis nos *sites* dos programas de pós-graduação.

Por outro lado, procuramos levantar dados sobre as pesquisas realizadas na Universidade Federal de Uberlândia – UFU sobre as instituições educativas de Uberaba, conforme mostra o Quadro 7.

Quadro 7 – Pesquisas realizadas na UFU sobre instituições educativas de Uberaba.

Autor (a)	Ano	Instituição	Modalidade de ensino ofertado	Tipo de instituição
TEIXEIRA, Geovana F. Melo	2002	Colégio Nossa Senhora das Dores	Ensino primário, ginásial e normal	Confessional católica privada
MATOS, F.C	2003	Colégio Marista Diocesano	Ensino primário e ginásial	Confessional católica privada
OLIVEIRA, S. J.	2003	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino	Ensino Superior	Confessional católica privada
SILVA, Washington A.	2004	Colégio Marista Diocesano	Ensino primário e ginásial	Confessional católica privada

SANTOS, Maria de L. Leal dos	2006	Faculdade Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino	Ensino Superior	Confessional católica privada
GUIMARÃES, Sonaly P. de Souza	2007	Grupo Escolar Brasil	Ensino primário	Pública Estadual
MACHADO, Sonaly P. de Souza	2009	Instituto Zootécnico de Uberaba	Ensino Superior rural	Privada
SOUSA, Waleska Dayse Dias de	2011	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Ensino Superior	Pública Federal
SOUZA, Marilda Aparecida Alberto Assis	2012	Grupo Escolar Brasil	Ensino primário	Pública Estadual
ZAGO, Jacqueline Oliveira Lima	2013	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Ensino Superior	Pública Federal

Fonte: Baseado em Araújo & Inácio Filho (2005) e dados disponíveis na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFU.

Cabe salientar que os estudos sobre história das instituições é uma temática bastante promissora, uma vez que permite reconstruir o objeto da pesquisa. Buffa e Nosella (2009, p. 56) explicam que “um objeto de pesquisa nunca é dado; é construído”. Os autores completam, enfatizando as observações e o trabalho do pesquisador diante do objeto investigado: “Ou seja, não é um pacote fechado que o pesquisador abre e investiga. É um conjunto de possibilidades que o pesquisador percebe e desenvolve, construindo, assim, aos poucos, o seu objeto”.

Magalhães (1999, p. 64) enfatiza a complexidade que é o processo de pesquisar uma instituição educativa e ressalta que,

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e

de uma região, é por fim sistematizar e (re) escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico.

Para a construção desse objeto, o trabalho dedicado e atento sobre as fontes, o embasamento teórico e metodológico ajudam na elaboração desse itinerário. A pesquisa acontece entre os percalços ao deparar-se com os obstáculos, sem, porém, desistir dos frutos que serão colhidos após a incessante atuação do pesquisador.

Faz-se necessário, um movimento que articula com o contexto sociocultural, político e econômico, em que a instituição está e ou foi inserida, bem como com a particularidade desse objeto. Buffa e Nosella (2009, p. 27), após analisarem diversas pesquisas sobre instituição escolar, esclarecem que:

Frequentemente, há uma justaposição entre o referencial teórico proclamado e o posto em prática, o que indica uma falta articulação entre o referencial teórico e os dados empíricos coletados. Assim, na consideração das particularidades de uma dada instituição escolar, indispensável etapa do processo de investigação, passa despercebido o movimento real da história que, às vezes, foi exposto como independente da materialidade dos aspectos singulares. Em suma, no texto, a sociedade que produziu a escola fica esmaecida (BUFFA & NOSELLA, 2009, p. 27).

Outro ponto importante a destacar é o que Buffa e Nosella (2009, p. 38) sobre a “sedução pelas fontes”. Isso pode acontecer quando o pesquisador, diante de várias informações, não saber o que fazer com elas. Existem também, situações em que a falta de entendimento de como utilizar o método para a pesquisa, induzirá a uma relação pacífica entre a instituição e a sociedade. Dessa forma, segundo as palavras de Buffa e Nosella (2009, p. 38):

Frequentemente, pesquisadores inexperientes dirigem-se aos arquivos de uma escola, realizam entrevistas, aplicam questionários, recolhem fotos e artigos de jornais da época e, por fim, não sabem o que fazer com esse leque de informações. [...] Há também pesquisadores que utilizam uma “dialética domesticada” da relação entre escola e sociedade, pois consideram essa relação um jogo entre superestrutura e infraestrutura, cujo resultado, porém, é conhecido de antemão. Finalmente, há pesquisadores que, extasiados diante de quaisquer expressões culturais (aliás, quanto mais exóticas e curiosas, melhor), atribuem a todas elas idêntico valor histórico, sem destacar o movimento da luta entre hegemonias antagônicas.

Sendo assim, o trabalho minucioso sobre as fontes, torna-se fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

1.7 O ensino secundário e os reflexos da Reforma de Gustavo Capanema no Colégio Triângulo Mineiro

Em 1942, o então ministro da Educação, Gustavo Capanema, através do Decreto-Lei nº 4.244 de 9 de abril, promulgou a Lei Orgânica do Ensino Secundário, a qual prevaleceria até a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1961. A Reforma Capanema alteraria novamente os anos destinados ao ensino secundário, passando-os para sete. O primeiro ciclo seria composto por quatro anos, denominado ensino secundário *ginasial*. O segundo ciclo, denominado *colegial*, seria composto por três anos, apresentando uma bifurcação, ou seja, Clássico e Científico. Segundo Ghiraldelli Jr (1992, p. 84), este era “um sistema de ensino bifurcado, com um ensino secundário público destinado às elites condutoras e um ensino profissionalizante para as classes populares”.

Nesse sentido, a Reforma Capanema possuía uma finalidade que pode ser inferida a partir da concepção de ensino secundário que o reformador explanava para apontar os motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário:

Concepção do ensino secundário – A reforma atribui ao ensino secundário a sua finalidade fundamental, que é a formação da personalidade adolescente. É de notar, porém, que formar a personalidade, adaptar o ser humano às exigências da sociedade, socializá-lo constitui finalidade de toda espécie de educação. E, sendo esta a finalidade geral da educação, é por isto mesmo a finalidade única do ensino primário, que é o ensino básico e essencial, que é o ensino para todos. Entretanto, a partir do segundo grau do ensino, cada ramo da educação se caracteriza por uma finalidade específica, que se acrescenta àquela finalidade geral (BRASIL, 1952, p. 23).

Capanema salienta que a educação é essencial para a formação de todos, contudo, a partir do ensino secundário, era essencial que este apresentasse finalidade distinta daquele destinado ao ensino primário “ensino básico e essencial, que é o ensino para todos”.

Nessa perspectiva, depreende-se que o ensino secundário não seria para todos, mas sim, àqueles que precisavam de uma formação diferenciada para atender aos propósitos da reforma. O que torna clara a proposta da Reforma Capanema foram os decretos baixados no Estado Novo. Conforme citado no início deste capítulo, o Decreto-Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942 organizava o ensino secundário, entretanto, outros foram baixados pelo então ministro Capanema: Decreto-Lei nº 4.073 de 30/01/1942 – Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto-Lei nº 4.048 de 22/01/1942 – Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; Decreto-Lei nº 6.141 de 28/12/1948 – Lei Orgânica do Ensino Comercial. O Decreto-Lei nº 4.244 (Lei Orgânica do Ensino Secundário) e nº 6.141 (Lei Orgânica do Ensino Comercial)

estarão presentes em documentos consultados na Superintendência Regional de Ensino de Uberaba, os quais tratam da instituição educativa do Colégio Triângulo Mineiro.

Conforme mencionado, a Reforma Capanema esteve vigente até a promulgação da Lei n. 4024/61 – LDB e, portanto norteou todo o período delimitado desta pesquisa.

A exigência imposta ao ensino secundário durante todo esse período, bem como aos cursos de caráter profissionalizante, fica evidente quando se reporta à documentação do Ministério da Educação, encaminhada “aos diretores de estabelecimentos de ensino comercial equiparados ou reconhecidos”, em que expressa a seguinte recomendação (transcrita literalmente):

1.[...]

a) -a máxima cautela na execução da obra educativa confiada ao ensino básico, em seu aspecto pré-profissional, de sorte a se conferir a seus estudantes oportunidades para uma formação sistemática visando às mais simples ou correntes ocupações encontradas no comércio, aos atos mercantis da compra e venda de mercadorias e às atividades econômicas em geral; b) -atenção constante no acompanhamento do processo escolar, de modo a se aproveitarem – nos exercícios, lições e leituras das aulas de Português, Francês e Inglês – trechos selecionados e assuntos que versem sobre as atividades econômicas em geral e o comércio em particular; c) -interesse no sentido de que nas aulas de Geografia Geral e do Brasil, de História Geral e do Brasil, de Matemática e de Ciências Naturais, a par dos conhecimentos fundamentais dos cursos de grau médio, se ministrem aos educandos conhecimentos referentes à vida prática, à vida em sociedade e à atividade econômica, de sorte a se possibilitar ao educando a formação de uma mentalidade ajustada às atividades profissionais do comércio; d)-desenvolvimento ainda maior dos exercícios de redação e de composição oral e de conversação, de modo a se melhorar o ensino da correspondência e a se adestrar o educando para as funções de escritório e de contacto com o público; e) -carinho e zélo no acompanhamento dos programas das disciplinas técnicas (desenho, Caligrafia, Dactilografia, Estenografia, Prática de Escritório e Escrituração Mercantil), que constituem elementos decisivos na formação de auxiliares aptos ao exercício de atividades específicas no comércio e nos serviços de escritório, observando-se uma aprendizagem metódica e eficiente em favor do ensino prático; f) -o funcionamento do Escritório-Modélo, no qual, através do sistema das emprêssas e transações fictícias, se procurará fornecer aos alunos os conhecimentos e a técnica referentes às atividades mercantis e aos serviços de escritório; g) -o desenvolvimento dos trabalhos complementares (art.34 do Decreto-lei nº 6.141, de 28-XII-1943) em que se situem excursões de alunos, conduzidos por autoridades docentes, a organizações de serviço público e particular, a fábricas e a emprêssas comerciais. 2. Recomendo-vos, outrossim, que se tenha cuidado especial e constante com a educação moral e cívica, procurando-se orientar tôdas as atividades da escola visando à formação do homem e do cidadão. Essa educação, nos têrmos da lei, não será dada em tempo limitado, com a execução de um programa específico, mas resultará do aproveitamento de todos os programas que dêem ensejo a êsse objetivo, e, de um modo geral, do próprio processo da vida escolar, que, em tôdas as

atividades e circunstâncias, deverá transcorrer em termos de elevada dignidade e fervor patriótico. 3. Recomendo-vos, finalmente, dentro do que dispõe a legislação em vigor, o incremento das atividades de orientação profissional, o “Plano Básico de Orientação e Seleção Profissional” do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, que se propõe cooperar com esta Diretoria, na medida de suas possibilidades, prestando aos estabelecimentos de ensino comercial assistência técnica no encaminhamento vocacional de seus alunos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, Circular n. 4, 1952, p.1).

Esse documento evidencia quanto tempo a Reforma Capanema se estendeu na educação brasileira, pois se refere aos anos de 1950. O teor dele mostra a preocupação em vincular o conteúdo das disciplinas em ações práticas para a sociedade, que necessitava de pessoas aptas para exercer atividades essenciais da economia do País. Sob esse aspecto, fica explícito que os programas e a “aprendizagem metódica” contribuiriam para a “eficiência em favor do ensino prático”. Além disso, percebe-se a importância dada aos valores pátrios, que seriam fornecidos pelo currículo. Nesse sentido, reportando-se às palavras de Zotti (2004, p.113), ter-se-ia uma “visão de transversalidade” em que não só uma disciplina desenvolveria aqueles ideais, mas sim “todos os componentes curriculares”. Dessa forma, internalizaria com mais facilidade os ideais vigentes para aquele período. Diante disso, podemos inferir que a Reforma Capanema teria um público para cada ramo do ensino secundário, uma intencionalidade. Assim, a bifurcação do ensino secundário também favoreceria a finalidade dele. De acordo com Capanema, somente os aptos e capacitados para conduzir os rumos da nação prosseguiriam para o ensino superior e seriam as “individualidades condutoras”.

Silva (1969, p. 295) menciona que:

Sabemos que o chamado ensino secundário, concebido na forma de um tipo de ensino, se caracteriza por sua finalidade de formação básica das minorias, da elite, e por seu currículo de “cultura geral”, constituído tradicionalmente pelas humanidades clássicas, às quais se acrescentaram depois elementos modernos. Dando ênfase à primeira dessas características, em termos congruentes com uma filosofia social e política antidemocrática, que atribui às elites o papel de guias de massas passivas, para as quais outros tipos específicos de ensino que não o secundário seriam os mais indicados.

Sendo assim, o conteúdo humanístico e de caráter propedêutico presentes no ensino secundário reforçaria o propósito do currículo disseminado naquele nível de ensino:

O que constitui o caráter específico do ensino secundário é a sua função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral, marcada pelo cultivo a um tempo das humanidades antigas e das humanidades modernas, e bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência

humanística. Este último traço definidor do ensino secundário é de uma decisiva importância nacional e humana (BRASIL, 1952, p. 23).

Capanema entendia que o ensino secundário tinha a finalidade de conduzir apenas aqueles que contribuiriam para os caminhos da nação e, principalmente, nem todos seriam “convocados” para isso, somente, os mais capacitados:

O ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo (BRASIL, 1952, p. 23).

Com a Reforma Capanema, os cursos profissionalizantes foram disponibilizados à população que não seguiria os estudos para o ensino superior e, portanto, ela seria direcionada para o mercado de trabalho. Entretanto, Silva (1969, p. 339) aponta que esses cursos não foram bem-sucedidos quanto à questão de oferta versus demanda. Nesse sentido a Reforma Capanema teve o propósito de estimular as camadas populares para que procurassem pelos ramos de ensino profissionalizante (o industrial, comercial e agrícola).

Cabe salientar que Vargas, como dirigente do Estado Novo, estimulava o desenvolvimento nacional e, portanto, as principais atividades que estavam voltadas para o País eram a indústria e os setores de serviços. Era essencial aprimorar os conteúdos tecnológicos e modernos para a realidade brasileira e, sendo assim, a educação teria um papel fundamental para disseminar novos conhecimentos e hábitos na população.

A divisão do ensino secundário em clássico e científico apresentaria conteúdos semelhantes, não havendo, portanto, diferenças discrepantes entre esses. De caráter propedêutico, ambos conduziriam ao ensino superior. Dessa forma, os demais ramos do ensino secundário seriam para aqueles que não iriam para o terceiro grau. A reforma Capanema reforçaria a dualidade do ensino secundário e distribuiria a população nos diversos ramos e níveis de ensino. O clássico enfatizaria o estudo das letras e o científico o estudo das ciências.

Sobre a dualidade do ensino secundário, Ghiraldelli Jr (1992, p. 82) explica que ela teve o respaldo da Constituição de 1937, uma vez que “o artigo 129 determinou como primeiro dever do Estado a sustentação do ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas”. Ainda segundo o autor, “o incentivo dado às classes menos favorecidas para procurarem a escola pública foi condicionada à opção delas pelo ensino profissionalizante”.

O Quadro 8 apresenta os conteúdos ministrados, conforme estabelecido pela Reforma Capanema.

Quadro 8 – Matriz curricular do 1º ciclo do Curso Ginásial (Ensino Secundário) – Reforma Capanema (1942).

Disciplinas	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
Português	X	X	X	X
Latim	X	X	X	X
Francês	X	X	X	X
Inglês		X	X	X
Matemática	X	X	X	X
Ciências Naturais			X	X
História Geral	X	X		
História do Brasil			X	X
Geografia Geral	X	X		
Geografia do Brasil			X	X
Trabalhos Manuais	X	X		
Desenho	X	X	X	X
Canto Orfeônico	X	X	X	X

Fonte: Brasil (1942).

Em relação à matriz curricular, percebe-se a presença do latim, que condizia com o caráter culto e manutenção da cultura clássica. Há ênfase na história do Brasil, assim como na geografia, mostrando uma preocupação em conhecer o País, o que denota o nacionalismo presente no Estado Novo. O canto orfeônico também carrega o simbolismo e valores pátrios que o governo vigente tanto enaltecia.

Souza (2008, p. 174) explica que “a distribuição dos conteúdos em áreas – Línguas, Ciências e Artes – revela a incorporação no discurso pedagógico do desenvolvimento do pensamento curricular de matriz norte-americana com base na noção de concentração e integração de conteúdos”. Essa integração dos conteúdos e a formação humanística, contribuiria para o adolescente ter a concepção do homem que viveria em sociedade, consciente da “significação histórica da pátria” (BRASIL, 1952, p. 23). Nesse sentido, conteúdos seriam disponibilizados em cada curso do ensino secundário, com os propósitos da Reforma Capanema.

Quadro 9 – Matriz curricular do 2º ciclo do Curso Clássico (Ensino Secundário) – Reforma Capanema (1942).

Disciplinas	1ª série	2ª série	3ª série
Português	X	X	X
Latim	X	X	X
Francês ou Inglês (optativo)	X	X	
Grego (optativo)	X	X	X
Espanhol	X	X	
Matemática	X	X	X
História Geral	X	X	
História do Brasil			X
Geografia Geral	X	X	
Geografia do Brasil			X
Física		X	X
Química		X	X
Biologia			X
Filosofia			X

Fonte: Brasil (1942).

Quadro 10 – Matriz curricular do 2º ciclo do Curso Científico (Ensino Secundário) – Reforma Capanema (1942).

Disciplinas	1ª série	2ª série	3ª série
Português	X	X	X
Francês	X	X	
Inglês	X	X	
Espanhol	X		
Matemática	X	X	X
Física	X	X	X
Química	X	X	X
Biologia		X	X
História Geral	X	X	
História do Brasil			X
Geografia Geral	X	X	
Geografia do Brasil			X
Filosofia			X
Desenho		X	X

Fonte: Brasil (1942).

A partir das matrizes curriculares apresentadas, é fundamental apreender as disposições da Reforma Capanema, não de maneira restrita à elite, mas sim num aspecto mais amplo, que analise os propósitos para a conjuntura socioeconômica e política do Brasil. Havia intencionalidades nessa reforma que estavam relacionadas com os ideais daqueles que conduziriam o País. Sendo assim, a reforma também apresentou outra finalidade para o ensino secundário, que seria a de introjetar valores cívicos e patrióticos nos alunos que o frequentasse. A partir da Exposição de Motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário (BRASIL, 1952, p. 23) é possível inferir esse propósito:

Ele deve ser, por isto, um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é, um ensino capaz de dar aos adolescentes a compreensão da continuidade histórica da pátria, a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão e dos ideais da nação, e bem assim dos perigos que a acompanhem, cerquem ou ameacem, um ensino capaz, além disso, de criar, no espírito das gerações novas, a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem, o seu sentido. Por outro lado, seria de todo impraticável introduzir na educação primária e insinuar no espírito das crianças o difícil problema da significação do homem, este problema crítico, de que depende o rumo de uma cultura e de uma civilização, o rumo das organizações políticas, o rumo da ordem em todos os terrenos da vida social. Tal problema só poderá ser considerado quando a adolescência estiver adiantada, e é por isto que a formação da consciência humanística, isto é, a formação da compreensão do valor e do destino do homem é finalidade de natureza específica do ensino secundário.

Nesse sentido, Capanema pretendia infundir, naqueles que estavam no ensino secundário, o hábito dos bons costumes que o País tanto precisava. Ou seja, através da educação, utilizando-se o currículo, era possível adaptar todos à consciência patriótica.

Ao analisar a relação de disciplinas do Colégio Triângulo Mineiro, verifica-se os conteúdos preconizados pela Reforma Capanema.

Quadro 11 – Disciplinas do 1º ciclo do curso Ginásial (ensino secundário) do Colégio Triângulo Mineiro em 1952.

Disciplinas	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
Português	X	X	X	X
Latim	X	X	X	X
Francês	X	X	X	X
Inglês		X	X	X
Matemática	X	X	X	X
Ciências Naturais			X	X
História	X	X	X	X
Geografia	X	X	X	
Trabalhos Manuais	X	X		
Desenho	X	X	X	
Canto Orfeônico	X	X	X	

Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

Quadro 12 – Disciplinas do 2º ciclo do curso Científico (ensino secundário) do Colégio Triângulo Mineiro em 1952.

Disciplinas	1ª série	2ª série	3ª série
Português	X	X	X
Francês	X	X	
Inglês	X	X	
Espanhol	X		
Matemática	X	X	X
Física	X	X	X
Química	X	X	X
História Geral	X	X	X
História Natural		X	X
História do Brasil		X	X
Geografia Geral	X	X	
Geografia do Brasil			X
Desenho	X	X	
Filosofia			X

Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

Na Reforma Capanema é possível verificar, pelos conteúdos programados, a inserção de valores cívicos, a tradição das disciplinas humanísticas, bem como o contato com as ciências modernas. As disciplinas de geografia e a história do Brasil, inseridas no currículo, apresentam algo explícito na Reforma Capanema: o estudo da realidade do País no sentido de reforçar o nacionalismo tão enfatizado naquele contexto econômico e político. Haveria uma influência política nazi-fascista que, para Zotti (2004, p. 110), foi utilizada historicamente como “instrumento de legitimação dos regimes autoritários”, sendo que isso também ocorreu “com a Ditadura de Vargas”.

A autora salienta que o nacionalismo tão perpetrado por Vargas “precisa ser visto como decorrente de toda uma realidade político-econômica que, após 1930, busca afirmação”. Nessa perspectiva, depreende-se que a Reforma Capanema estava condizente com os propósitos políticos e econômicos do País e, por conseguinte, as disposições das disciplinas elencadas no currículo traziam implícitos o que deveria ser norteado para as “individualidades condutoras” e camadas populares.

De acordo com Zotti (2004, p. 112), algumas disciplinas, como de educação moral e cívica, foram introduzidas no currículo, por coadunarem com as prerrogativas do Estado Novo, pois era fundamental para a formação da população, uma vez que reforçaria os ideais que os dirigentes do País pretendiam disseminar para os brasileiros.

Quanto ao lugar que as “individualidades condutoras” e camadas populares deveriam ocupar na sociedade, Silva (1969, p. 294) enfatiza que, para cada curso que o ensino

secundário apresentava, havia uma finalidade, um público alvo e, portanto, o propósito de “direcionar”, “distribuir” a população na sociedade. Assim, reportando-se às palavras de Capanema, na Exposição de Motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário (BRASIL, 1952, p. 24) havia as finalidades desses ramos do ensino médio.

A Reforma conserva a divisão do ensino secundário em dois ciclos, dando, porém, uma configuração diferente a essa estrutura. O primeiro ciclo compreenderá um só curso: o curso ginásial, de quatro anos. O segundo terá dois cursos paralelos, cada qual com a duração de três anos, sendo qualquer deles acessível aos candidatos que tenham concluído o curso ginásial. Da limitação do curso ginásial há quatro anos resultará, por um lado, a vantagem de tornar a educação secundária, na sua primeira fase, ao alcance de um número maior de brasileiros. Outra vantagem dessa limitação é a possibilidade de uma conveniente articulação do primeiro ciclo do ensino secundário com o segundo ciclo de todos os ramos especiais do ensino de segundo grau, isto é com o ensino técnico industrial, agrícola, comercial e administrativo e com o ensino normal, servindo de base a essas categorias de ensinos, o que concorrerá para maior utilização e democratização do ensino secundário, que assim não terá, como finalidade preparatória, apenas conduzir ao ensino superior.

Na concepção de Capanema, “as individualidades condutoras” seriam os dirigentes do povo. Quando se pensa nesse aspecto, o termo *elite* fica subentendido ao como era privilegiada para essa responsabilidade. Nesse sentido, quando se reporta ao conceito de *elite*, de Mills (1956), verifica-se que ela não seria um nível ou categoria social composta por pessoas com alto poder aquisitivo, mas sim grupo disperso de pessoas que transcendem e, por conseguinte, são diferentes do restante da população, da massa.

No contexto da Reforma Capanema, o País passava a ter uma produção voltada para a indústria e também de diversos setores de serviços. Dessa forma, reportando-se a Silva (1969), verifica-se que a divisão do ensino secundário em dois ciclos tinha a finalidade de atender às novas demandas do Brasil.

As mudanças de ordem econômica e social, que se vêm processando no Brasil desde cerca de 1930, e sua relação com nosso desenvolvimento educacional, devem ser analisadas à luz desde o século XIX, mudanças semelhantes foram efeitos das do que ocorreu nos países hoje plenamente desenvolvidos. Nestes, transformações técnicas, representadas por novas invenções e pelas aplicações da ciência, de que a Revolução Industrial inglesa foi o primeiro episódio. Um rápido aumento da população e o crescimento das cidades foram duas das mais visíveis mudanças sociais que assinalam o advento de uma nova fase da evolução humana. Menos notória, mas, apesar disto, muito significativa, foi a tendência à diminuição da mão-de-obra empregada nas atividades agrícolas e extrativas, e ao aumento das oportunidades de trabalho na indústria e nas atividades terciárias (SILVA, 1969, p. 301-305).

A partir daí, surge necessidade de direcionar alguns para atender às demandas do País e outros para conduzir a Nação. Ocorreu, portanto, na educação brasileira, em especial no nível secundário, uma distribuição da população por ramos do ensino médio e a reforma Capanema, com as Leis Orgânicas do ensino secundário, “facultaria” esse processo. Silva (1969, p. 338-339) enfatiza que:

À estrutura do ensino do grau médio fixada pelas chamadas “leis orgânicas” do ensino secundário, industrial, comercial, agrícola e normal, era uma “estrutura multilinear¹” e simétrica. O ensino de grau médio era constituído por uma série de ramos ou modalidades de ensino, paralelos e diferenciados logo acima do nível primário, divididos, cada um, em dois ciclos de quatro e três anos, sucessivos. Constituía pressuposto implícito desse modo de estruturação do ensino médio que a maioria dos egressos da escola primária, que prosseguessem seus estudos em nível médio, deveriam fazê-lo nos demais ramos que não o secundário. Enquanto este não tinha endereço profissional imediato, aqueles visavam a proporcionar, seja nos cursos de primeiro ciclo seja nos de segundo ciclo, preparação profissional específica para ocupações dos diversos setores de atividade. Aquele pressuposto, como sabemos, não se verificou na realidade, encaminhando-se para o ginásio secundário a maioria dos alunos que ingressavam no ensino médio, e mesmo no segundo ciclo havendo predomínio da matrícula do ensino secundário. A baixa demanda do ensino profissional, especialmente, industrial e agrícola, cujas escolas não utilizavam toda sua capacidade de matrícula, enquanto a procura do ensino secundário estimulava o constante crescimento da rede escolar, era considerada uma distorção onerosa para o desenvolvimento do país. A necessidade de corrigi-la foi reiteradamente proclamada por administradores e educadores, e inspirou algumas das alterações da estrutura do ensino médio feitas ou propostas sob a vigência das leis orgânicas e consubstanciadas depois pela Lei de Diretrizes. De modo geral, tais alterações e propostas obedeciam ao propósito de melhorar o prestígio e, consequentemente, a demanda do ensino profissional e técnico.

Vale salientar que o método de ensino proposto na Reforma Capanema apresentava princípios deweyanos, uma vez que o ensino estava focado na atividade do aluno. Isso significa que o professor daria a orientação na condução do trabalho apenas no sentido de cooperação, facultando ao aluno a possibilidade de “reconstrução da experiência” (ZOTTI, 2004, p. 110).

Nessa perspectiva, os estudos das ciências aconteciam assim:

Ao estudo das ciências, num e noutro caso, orientará sempre o princípio de que não é papel do ensino secundário formar extensos conhecimentos, encher os espíritos adolescentes de problemas e demonstrações, de leis e hipóteses, de nomenclaturas e classificações, ou ficar na superficialidade, na mera memorização de regras, teorias e denominações, mas cumpre-lhe

¹ Segundo Silva, a designação “estrutura multilinear” foi empregada pela primeira vez no relatório da Comissão de Educação e Cultura do Conselho de Desenvolvimento, Educação para o desenvolvimento, Rio, 1958 (mimeografado).

essencialmente formar o espírito científico, isto é, a curiosidade e o desejo da verdade, a compreensão da utilidade dos conhecimentos científicos e a capacidade de aquisição desses conhecimentos. Está claro que será mais difícil a tarefa de ensinar desse modo as ciências. No ensino científico, mais do que em qualquer outro, falhará sempre irremediavelmente o processo do erudito monologar docente, a atitude do professor que realiza uma experiência diante dos alunos inexpertos como se estivesse fazendo uma representação, o método de inscrever na memória a ciência dos livros. Nas aulas das disciplinas científicas, os alunos terão que discutir e verificar, terão que ver e fazer. Entre eles e o professor é necessário estabelecer um regime de cooperação no trabalho, trabalho que deverá estar cheio de vida e que seja sempre, segundo o preceito deweyano, uma “reconstrução da experiência (BRASIL, 1952, p.26-27)

A educação feminina também seria uma preocupação da Reforma Capanema. Assim, ficaria estabelecida a separação dos corpos, bem como os conteúdos direcionados ao ensino. Naquele contexto, era necessário ensinar conteúdos coerentes para o papel que a mulher desempenhava na sociedade:

É estabelecida a diferenciação do ensino secundário feminino. Deverá este ensino tomar em consideração a natureza da personalidade feminina e a missão da mulher dentro do lar. Decorrerão naturalmente dessa diferenciação uma diversa orientação dos programas e a separação das classes, sempre que na mesma escola secundária houver alunos dos dois sexos. É claro, porém que sob o ponto de vista do valor da preparação intelectual, o ensino secundário feminino permanecerá identificado com o ensino secundário masculino (BRASIL, 1952, p. 27).

Quando se depara com a questão das atividades educacionais destinadas à mulher, é oportuno reportar à disciplina de trabalhos manuais, em que na relação de pontos para 1^a prova parcial da 1^a turma masculina do curso ginásial de 1944, do Colégio Triângulo Mineiro, encontrava as seguintes atividades:

I Ponto

- a) Trabalho em madeira
- b) Tecelagem
- c) Modelagem

II Ponto

- a) Um prato feito com arame
- b) Trabalho de Madeira
- c) Modelagem (alto relevo)

III Ponto

- a) Um tanquinho
- b) Tecelagem
- c) Modelagem

Na relação de pontos para 1^a prova parcial da 2^a série do curso ginásial, em 1944, da turma feminina, do Colégio Triângulo Mineiro havia as atividades:

I Ponto

- a) Uma barrinha com desenho de imaginação
- b) Três pontos diferentes
- c) Tricô

Em relação ao III Ponto havia os seguintes conteúdos:

- a) Bainha aberta
- b) Três pontos diferentes
- c) Ponto de cruz

IV Ponto

- a) Tecelagem para tapete
- b) Ponto de cruz
- c) Uma amostra de tricô

Depreende-se que havia uma concepção de que a mulher deveria ser preparada para a vida do lar e a instituição educativa em que essa aluna estivesse matriculada a habilitaria na execução dessas atividades.

A Reforma Capanema aponta a centralização e autoritarismo que o Estado demandava no campo educacional e o currículo foi um dos instrumentos utilizados para impor a ordem vigente naquele período. Além de ratificar a dualidade do ensino secundário, que também era encontrada na reforma anterior (Francisco Campos, 1931), enfatizou como deveria ser o ensino para homens e mulheres, sendo assim condizentes com os valores preconizados naquele período. Também apresentou um currículo no qual os conteúdos humanísticos e científicos estiveram presentes, porém se mantiveram, de forma mais predominante, as disciplinas de cunho tradicional.

O caráter nacionalista foi muito forte no currículo da Reforma Capanema, o que permitiu imbuir nos estudantes os valores idealizados pela política de Getúlio Vargas durante o Estado Novo.

A Reforma Capanema será apontada em diversos momentos da instituição educativa Colégio Triângulo Mineiro, uma vez que ele iniciou as suas atividades educacionais nos anos de 1940.

2 CIDADE URBANIZADA: A GÊNESE DO COLÉGIO TRIÂNGULO MINEIRO

Para melhor compreensão do contexto em que foi criado o Colégio Triângulo Mineiro, faz-se necessária uma contextualização de como se processou a urbanização e modernização na cidade de Uberaba onde foi instalado. Dessa forma, apresentaremos um breve contexto histórico e a situação do ensino secundário no município. Em seguida, falaremos sobre a gênese.

2.1 Modernização e urbanização da cidade de Uberaba

Em 1722, quando do início de ocupação pela sociedade colonial, a região hoje denominada Triângulo Mineiro foi desbravada por Bartolomeu Bueno da Silva – o Anhanguera. A expedição realizada por ele permitiu a descoberta das Minas de Goiás.

Em 1730, com o surgimento "dos arraiais do ouro goianos", os paulistas traçaram um caminho ligando a Vila de São Paulo aos novos povoados. Esse ligamento ficou conhecido como Estrada dos Goiases ou do Anhanguera. De acordo com Lourenço (2010, p. 19), em 1736 foi criada a Capitania de Goiás, que incluía "o território situado entre os rios Paranaíba e Grande" – atual Triângulo Mineiro.

Entre 1748 e 1780, os sertanistas Antonio Pires de Campos e João Godoy Pinto da Silveira, cumprindo o pedido do governo de Goiás, lutaram com os ocupantes de todo o sul e centro da Capitania. Os povos que habitavam essas áreas eram os índios caiapós e, nesse período, foram fundados dois aldeamentos: Santa do Rio das Velhas e Rio das Pedras.

Segundo Lourenço (2010, p. 20), a população de índios foi reduzida e os que habitavam, principalmente em Rio das Pedras, eram usados pelos sertanistas "como combatentes nas expedições contra os caiapós, realizadas no Araguaia, até o início do século XIX". A população de índios que ali permaneceu, tornou-se camponesa e passou a viver com a agricultura de subsistência.

No final do século XVIII e início do XIX, famílias vindas das regiões central e sul da Capitania de Minas Gerais se estabeleceram – alguns como fazendeiros, outros como sitiante e agregados – nos locais situados entre os rios Paranaíba e Grande. Essas famílias foram expulsas das comarcas de Ouro Preto e Rio das Mortes. Isso ocorreu em decorrência do crescimento populacional, bem como do desgaste dos solos daquelas áreas. Aquela

população, formada por roceiros e criadores de gado, foi atraída "inicialmente pelas fontes de águas salitrosas, adequadas para o gado, próximas à Picada de Goiás" (LOURENÇO, 2010, p. 21). Essa era a estrada que ligava os núcleos mineiros a Goiás, passando pelo oeste da Capitania. Lourenço (2010, p. 21) explica que "aqueles terras, liberadas para a ocupação, com o fim das guerras contra os quilombos no oeste mineiro, em 1769, foram objeto de um projeto de colonização conduzido pelo governo da Capitania no período pombalino".

Assim, o autor enfatiza que "no sertão dos Araxás", entre os rios Paranaíba e das Velhas (atual Rio Araguari), então pertencentes à Capitania de Goiás, surgiram vários arraiais entre 1790 e 1816, formando-se os de Araxá, Patrocínio, São Pedro de Alcântara (atual Ibiá) e Carabadela (atual Coromandel). Lourenço (2010, p. 21) menciona que os arraiais eram núcleos constituídos por, pelo menos, uma capela curada (com um religioso fixo), um adro e algumas habitações ao redor dele. A capela assenta-se no patrimônio, isto é, no terreno a ela doado.

No início do século XIX, Araxá se tornou um importante núcleo regional devido às águas salitrosas do bebedouro do Barreiro. Isso fez com que aquela localidade se tornasse fundamental para o encaminhamento da boiada que vinha de várias partes de Goiás rumo ao Rio de Janeiro (LOURENÇO, 2010, p. 21-22).

Segundo Lourenço (2010, p. 22), na mesma época, saindo de um "núcleo minerador mais antigo", no Desemboque localizado "ao pé da Serra da Canastra", os generalistas iniciaram a colonização da área situada entre os rios das Velhas e Grande. Ainda de acordo com Lourenço (2010, p. 22), "os generalistas eram famílias de migrantes que vinham das regiões central e sul da Capitania de Minas Gerais". Nesse momento, aquela localidade passou a ser denominada Sertão da Farinha Podre. Resende (1991, p. 24) explica que esse nome é devido ao fato de que as "provisões de boca", que eram colocadas em árvores e que serviriam de alimento no retorno de quem as deixavam ali, estavam apodrecidas, dando origem àquele nome.

Figura 1 – Desemboque – atual município de Sacramento/MG



Fonte: Arquivo Público de Uberaba

Lourenço (2010, p. 24) salienta que as pessoas que permaneceram no Sertão da Farinha Podre encontraram um lugar com bastante água nas proximidades da Estrada dos Goiases. De acordo com o autor (2010, p. 22), "esse povoamento originou o arraial de Uberaba, fundado em 1816".

De acordo com Sampaio² (1971, p. 46), o desenvolvimento desse povoado permitiu que, em 1820, ele fosse elevado a freguesia e, em 1836, pela Lei nº. 28 de 22 de fevereiro, tornou-se Vila e, em 1856, chegou à categoria de cidade. Nessa sequência, as denominações foram assim definidas: de Arraial de Santo Antônio e São Sebastião da Farinha Podre passou

² Sampaio Borges Sampaio nasceu em Valença do Douro (Portugal), em 1826. Aos 16 anos veio para o Brasil e, em 1847, chegou a Uberaba – que na ocasião ainda era uma Vila. Em 1855, auxiliado por Manoel Garcia da Rosa Terra, Borges Sampaio levantou o “censo” da vila de Uberaba e ofereceu-o à Câmara Municipal, para que ela solicitasse ao governo a elevação da Vila à categoria de cidade, o que se verificou pela lei nº 759, de 2 de maio de 1856. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Borges Sampaio realizou pesquisas sobre a história de Uberaba, sendo algumas delas publicadas em diversos jornais. Também realizou um estudo sobre a nomenclatura das ruas da cidade de Uberaba. Uma coletânea de seus textos foi organizada no livro *Uberaba: história, fatos e homens*, publicado pela Academia de Letras do Triângulo Mineiro, em 1971.

a ser Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião de Uberaba e, em seguida, passou a se chamar Uberaba³.

Figura 2 – Uberaba, importante entreposto comercial do século XVIII



Fonte: Arquivo Público de Uberaba

O povoado teve como principal atividade econômica a criação de gado, uma vez que a agricultura ali produzida era apenas para a subsistência e que, para o comércio, isso se tornava inviável devido às dificuldades de escoamento da produção (REZENDE, 1991, p. 25). Em virtude de sua localização geográfica, Uberaba se tornou ponto de passagem de mercadores, contribuindo, assim, para ser um importante núcleo comercial. Com a instalação de novas rotas de transporte, a cidade intensificou o comércio na região, o que a tornou um centro comercial de bastante relevância:

³ Uberaba completou, em 02/03/2015, 195 anos. Devido à importância histórica de 02/03/1820, quando a cidade foi elevada à Freguesia, o município instituiu oficialmente que nessa data seria comemorado seu aniversário. Sua população atualmente é de mais de 300 mil habitantes. Densidade demográfica 65,43, correspondendo a uma área de unidade demográfica de 4.523,957. É um polo na criação, desenvolvimento genético e comercialização do gado Zebu. A atração de indústrias tem sido tentada pelas últimas administrações através da criação de três distritos industriais e estabelecimento de um polo moveleiro, indústrias do setor de alimentação, calçado e química. Uberaba ocupa posição estratégica no País, situando-se a cerca de 500 km dos principais centros econômicos do Brasil (São Paulo, Belo Horizonte e Brasília), 99% das residências são abastecidas pela rede pública de água e 98% das residências são abastecidas pela rede de esgoto, 99,97% das casas urbanas e 98,75% das casas rurais são ligadas à rede elétrica da Cemig. 98% das vias da cidade são pavimentadas. (Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Uberaba>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

A partir desse momento, todo comércio feito anteriormente, em grande escala, por S. João Del Rei e Formiga, convergiu para Uberaba, transformando-a na região mais importante da província no mercado salineiro do Brasil Central e de além Leste da Cordilheira, abrangendo Paracatu, Bagagem, Patrocínio, Arcos, Patos de Minas e povoações intermediárias (REZENDE, 1991, p. 36).

A partir de 1858, a cidade passou por uma desestabilização das atividades comerciais. Isso causou o declínio desse ramo, o que, segundo Rezende (1991, p. 59-60), foi em decorrência da diminuição das transações comerciais com as regiões Norte e Nordeste de Goiás; do deslocamento de diversas famílias para a região de Bagagem⁴, que buscavam a exploração dos veios auríferos; do aumento do custo do sal, bem como dos fretes terrestres; e das vantagens no transporte fluvial, o que facilitou o abastecimento de sal nas terras interioranas, as quais eram circunvizinhas do rio Paraguai.

Pontes (1978, p.92) explica que, no período de 1827 a 1859, Uberaba passou por significativo desenvolvimento, considerando principalmente que "a sua população aumentou e o comércio nos três últimos anos quadriplicou a venda do sal cuja importação subia a 135 mil sacas ou alqueires".

Pontes (1978, p. 92) destaca que em 1864, na mesma perspectiva de Resende (1991, p. 63), o comércio melhorou, possibilitando um novo momento para a cidade. Durante a Guerra do Paraguai (1865-1870), Uberaba conseguiu restabelecer o comércio. Isso foi possível devido à intensa circulação das tropas que passavam pela cidade rumo ao Mato Grosso. Diante disso, Rezende (1991, p.63) afirma que "Uberaba passou a ser um verdadeiro centro urbano comercial, embora sua aparência ainda permanecesse provinciana e o município mantivesse traços eminentemente rurais".

De acordo com Rezende (1991, p. 92), a cidade apresentou, além de atividades comerciais e pastoris, um desenvolvimento social bem significativo, "a cidade aparelhou-se para transformar-se na verdadeira Princesa do Sertão".

Segundo a autora (1991, p. 92), depois de 1859 existia uma preocupação "com a estética da cidade". Dessa forma, foram realizadas construções de edifícios, houve a regulamentação dos "olhos d' água" que, por serem abundantes, propiciaram o fornecimento de água à população.

Em 1865, surgiu o primeiro Projeto de Posturas que tratava de vários aspectos como limpeza, segurança, religião, iluminação, posturas dos escravos e das meretrizes (REZENDE,

⁴ Atual Estrela do Sul.

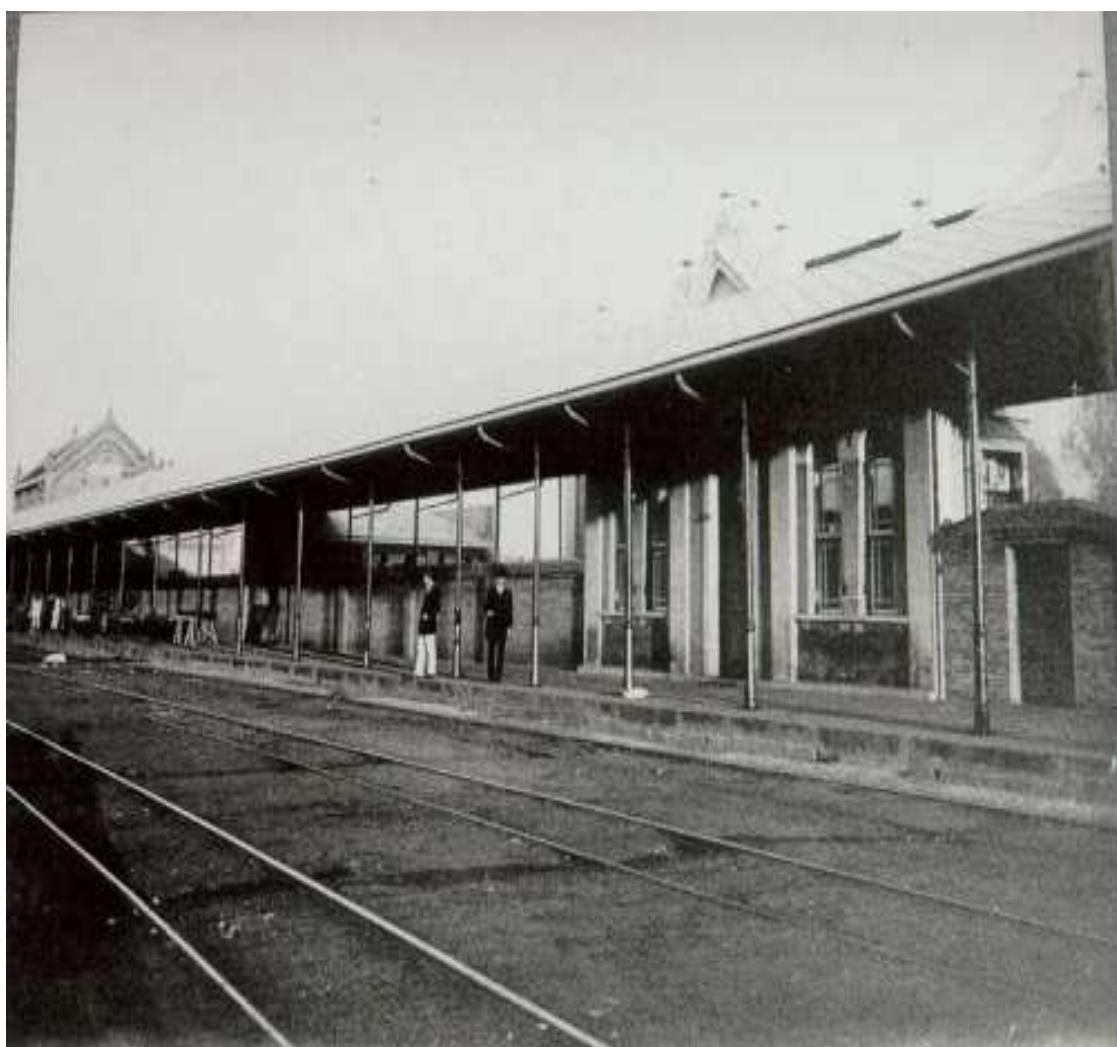
1991, p. 92-93). O primeiro hotel da cidade foi fundado em 1876 e era denominado "Hotel do Comércio". Hospedavam-se ali os fazendeiros, viajantes e outras pessoas que, segundo Resende (1991, p. 99), eram os "capitalistas abastados de Goiás e Mato Grosso". A autora enfatiza que essas melhorias atendiam "os anseios da camada dominante representada pelos integrantes da Câmara Municipal" (REZENDE, 1991, p. 93).

Ainda segundo Rezende (1991), as casas, em sua maioria, eram de pau a pique, ripas e barros. Elas eram rebocadas com estrume de vaca ou boi. Não havia calçamento, iluminação, nem máquinas de arroz e moinho de café. No ano de 1882, a iluminação pública era à base de querosene e, somente em 1905, foi implantada a energia elétrica. Cabe ressaltar que, em relação ao calçamento, a Rua do Comércio, que era a mais importante, aconteceu apenas, em 1909.

Rezende também destaca que, em 23 de abril de 1889, foi inaugurada a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, o que concedeu à Uberaba um grande marco comercial. O transporte ferroviário permitiu um intenso movimento comercial, além de facultar a chegada de diversos imigrantes como portugueses, espanhóis, alemães, japoneses, turcos, em especial, os italianos. Ainda de acordo com a autora, a sociedade uberabense obteve novos hábitos, uma vez que vários imigrantes chegaram à cidade. Os italianos foram os primeiros e eram num total de 200 pessoas.

Com a vinda desses estrangeiros, várias associações foram fundadas. Assim, surgiram a Sociedade Fratelanza Italiana, a Associação Portuguesa de Beneficência, Unitá Italiana Francesco Carrara e Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos. A partir daí, o comércio desenvolveu-se e apresentou um expressivo crescimento. Rezende (1991, p. 81) cita que: "Uberaba desenvolveu-se então sob a égide do comércio, embora a atividade pastoril extensiva e criatória – em parte responsável inicialmente pelo apogeu comercial urbano da cidade – continuasse a canalizar o interesse de uma camada da população".

Figura 3 – Companhia Mogiana de Uberaba – 1910



Fonte: www.cmfe.com.br/mogianauberaba

Com o crescimento da população nesse período, Rezende (1991, p. 106) explica que surgiram os jornais "A Gazeta de Uberaba" (1876), o "Correio Católico" (1886) e o "Lavoura e Comércio" (1889). A partir de 1890, Uberaba contou com a abertura de algumas agências bancárias como o Banco Mineiro Casusa e, mais tarde, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

Após esse momento de significativo desenvolvimento, a cidade passaria por uma crise. Isso ocorreu quando os trilhos da estrada de ferro foram instalados até as cidades de Uberlândia e Araguari, respectivamente em 1895 e 1896. Tal acontecimento permitiu que Goiás e Mato Grosso passassem a comercializar diretamente com aquelas cidades, fazendo com que Uberaba perdesse o domínio comercial. Segundo Pontes (1978, p. 97):

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1911, penetrando o Estado de Mato Grosso, canalizou de São Paulo, para lá, inteiramente, o comércio que,

antes, fazia com Uberaba, e esta cidade, dentro em pouco, limitou as suas transações a si própria, pois a parte d'este do Triângulo passou a se relacionar com as praças de Barretos e Bebedouro, então ponto terminal da Estrada de Ferro Paulista, pelo porto "João Gonçalves", modernamente "Antônio Prado"; a parte norte, Uberabinha (hoje Uberlândia), ligou-se, por estradas de rodagem, ao sudoeste goiano, e de Araguari, ponto inicial da Estrada de Ferro de Goiás, e canalizou tudo para o sul do Estado daquele nome.

Em 1911, Uberaba perderia definitivamente o contato comercial com o Mato Grosso, já que nesse ano ocorreu a inauguração da Estrada de Ferro Noroeste, interligando Bauru e Corumbá (REZENDE, 1991, p.89).

A pecuária foi a atividade econômica que salvaria Uberaba daquele contexto desastroso que a fez perder as relações comerciais com aquelas cidades. Sendo assim, considerando as boas condições naturais das terras, a cidade dedicou-se à criação seletiva do gado Zebu, que vinha da Índia.

Em 1906 ocorreu a primeira exposição de gado Zebu, na fazenda Cassu, devido à iniciativa do proprietário, o Coronel José Caetano Borges. Segundo Resende (1991, p. 90), essa era "a consolidação da nova era econômica de Uberaba". Ainda de acordo com a autora: "A partir daí até a década de 1930, o comércio urbano deixou de ser uma atividade econômica fundamental e a fazenda com seus plantéis passou a liderar os interesses das camadas dirigentes" (REZENDE, 1991, p. 90).

Para Rezende (1991, p. 114), a pecuária "passou a liderar, em caráter quase absoluto, a vida sócio-econômica [sic], anulando grandemente a partir deste período até a década de 1930, as características marcantes deixadas pela atividade comercial". Mesmo com o império da pecuária na atividade econômica da cidade, pode-se dizer que ocorreram outras atividades, como pequenas indústrias de cerveja, macarrão, cerâmica, queijo, de vinho nacional, de chapéu que tiveram como precursores os imigrantes italianos (REZENDE, 1991, p. 78). No final do século XIX, instalou-se na cidade a fábrica de Tecidos Cassu⁵ (REZENDE, 1991, p.78).

⁵ Essa fábrica era denominada de Fábrica de Tecidos do Cassu e, posteriormente, recebeu o nome de Companhia Têxtil do Triângulo Mineiro, que funcionou até o ano de 1994.

Figura 4 – Fábrica de Tecidos Cassu



Fonte: Riccioppo Filho (2007, p.138)

A Figura 4 apresenta características das ideias higienistas que estavam vigentes no País, incorporadas pela necessidade de mudanças no aspecto das cidades, uma vez que se iniciava um processo de urbanização e modernização, com o intuito de tornar os ambientes salubres, capazes de difundir os bons costumes e hábitos saudáveis às pessoas. As janelas amplas e em número bem significativo expressavam a necessidade de um lugar com boa iluminação e circulação de ar, o que impedia o ambiente de tornar-se insalubre.

Em relação à economia local, a pecuária tornou-se a principal atividade trazendo lucratividade para aqueles que a tinham enquanto meio de renda. Contudo, poucos eram os privilegiados com esse ramo de negócios. De acordo com Pontes⁶ (1978, p. 97): “Uberaba, insulando-se, libertou-se, afinal, da dependência daquelas praças e se entregou, animadamente, à agricultura e indústria pastoril, as quais colocam este município em lugar de marcado destaque no Brasil Central”.

⁶ Hildebrando de Araújo Pontes nasceu em Jubaí, distrito de Conquista/MG, no ano de 1879. Neste mesmo ano, seus pais se mudaram para Uberaba. Foi prefeito dessa cidade em 1915. Em 1930 foi encarregado pelo prefeito Guilherme Ferreira de escrever um livro sobre a história de Uberaba e os principais dados estatísticos da vida do município. Como resultado, ele produziu o livro História de Uberaba e a civilização no Brasil Central, publicado pela Academia de Letras do Triângulo Mineiro.

Segundo Wagner (2006, p. 131-134), no município de Uberaba haveria muitas ilhas, conduzindo às elites a um patamar privilegiado e o restante da população relegada à própria sorte:

O desenvolvimento econômico do município de Uberaba não ocorreu paralelamente ao enriquecimento dos grandes fazendeiros: o que constatamos foram segmentos de desenvolvimento ou pequenas “ilhas isoladas” no município, representadas pela elite agrária. Esta elite, portanto, não contribuiu para o desenvolvimento do município, pois além da continuidade do seu poder ali estabelecido acabou perpetuando o desemprego, o analfabetismo, a ausência de investimento no setor produtivo, de maneira que o município de Uberaba se transformou em uma grande fazenda a serviço dos coronéis (WAGNER, 2006, p. 131-134).

Essas observações, feitas por Wagner (2006), coadunam com as de Ferreira⁷ que, em 1928, intitula uma obra explicitando os obstáculos para o desenvolvimento da cidade de Uberaba. De acordo com ele, seriam: “1^a – A administração; 2^a A política; 3^a O clero; 4^a A empresa Força e Luz; 5^a A família Borges; 6^a A família Prata; 7^a A família Rodrigues da Cunha” (FERREIRA, 1928, p. 26).

Ferreira também foi enfático ao relatar, em sua obra, o quanto o atraso da cidade estava diretamente ligado àquelas famílias, uma vez que elas sempre estavam no poder e possuíam a concentração de riquezas, enquanto o povo ficava na miséria (transcrito literalmente):

Há muitos anos que os BORGES, os RODRIGUES DA CUNHA e os PRATAS, infelizmente, dominam em nossa terra, sem ter proporcionado o menor benefício para sociedade, a não ser o exclusivismo da criação bovina. Ricos, abastados, podiam crear outras industrias novas, de optimos resultados, de melhores benefícios para a communhão social, mas não o fazem, absorvidos no *dolce far niente* da pecuária, na facilidade da criação de enormes rebanhos que demandam pequeno esforço, diminuto numero de empregados, insignificante despeza e em empréstimos a juros de 1 ½% ao mez!... É a lei do menor esforço em plena execução. Além disso, sem cultivo algum, sem ao menos saberem administrar em regra as suas fazendas, elles querem também fazer “política”, querem ser dirigentes, querem ser *leaders* e... até administradores de um município de 9.664 Km2!... E as

⁷ Orlando Ferreira (1886-1957), conhecido como Doca, foi um escritor que se tornou conhecido por enfrentar as elites econômicas, políticas e religiosas de Uberaba. Reportando a Vilela e Molinar (2011), Doca estudou no Seminário São José, do qual foi expulso pelo diretor da instituição, o arcebispo dom Eduardo Duarte Silva. Após, ele afastou-se da Igreja Católica, aproximou-se de amigos anticlericais, aderiu ao espiritismo e simpatizou-se por ideias de esquerda. Em 1905, ligou-se ao Partido Republicano Municipal, o “Pachola”, de oposição ao agente executivo (denominação dada a quem exercia o cargo de prefeito), que na época era Phelipe Ache, do Partido Republicano Mineiro, conhecido por “Arara”. Em 1920, publicou o livro *Terra madrasta: um povo infeliz*, no qual fez severas críticas à administração municipal. Em 1931, aderiu ao Partido Comunista do Brasil – PCB, iniciando, a partir de então, a leitura de obras marxistas, que o levaram a publicar os livros *Capitalismo e Comunismo* (1932) e *A ilusão capitalista* (1933). Em outra obra, *O pântano sagrado* (1940), ele opõe-se ao clero que, de acordo com ele, era nefasto para a cidade.

consequências estão aí aos olhos de todo o mundo... Uberaba é a terra mais atrasada do globo! Este é o prejuízo material que elles causam⁸ (FERREIRA, 1928, p.169-170, grifos do autor).

Cabe ressaltar que Ferreira era um homem que realizava vários tipos de denúncias sobre as péssimas condições em que se encontrava a cidade e trazia, na escrita de suas obras, o ironismo para representar o caos do município: ao invés da cidade chamar “*Princesa do Sertão*” deveria-ser chamada de *Mucama do Sertão*”(FERREIRA, 1928, p. 48, grifos do autor).

Figura 5 – Rua Santo Antônio jan/1938



Fonte: Arquivo Público de Uberaba

Nota-se que Uberaba, mesmo em 1938, estava longe de ser uma cidade em desenvolvimento e urbanismo, contudo não era a única, mas sim, uma realidade de vários municípios do País, pois, nesse contexto, a maior parte das cidades brasileiras ainda apresentava características rurais.

Em Uberaba havia pequenas atividades industriais, pois, conforme relata Riccioppo Filho (2002, p. 308), empreendimentos existiam, porém de pequeno porte:

Apesar da preferência dada à pecuária bovina, existia, na cidade, considerável número de estabelecimentos comerciais e industriais. Em 1926, o parque industrial uberabense compunha-se dos seguintes estabelecimentos: 2 fábricas de tecidos, 6 de cigarros, 2 xarqueadas, 2 curtumes, 2 fábricas de veículos⁹, 1 de perfumarias, 1 de gelo, várias de manteiga, diversas de

⁸ Manteve-se a grafia original do documento transscrito.

⁹ Eram oficinas onde se faziam adaptações em veículos existentes.

doces, farinha de milho e mandioca. Possuía também 195 engenhos de cana em atividade, além de várias máquinas de beneficiar arroz e café (LAVOURA E COMÉRCIO, 11/09/1926). Além dessas indústrias, lembramos outras não citadas, como as cervejarias e as fábricas de macarrão, que existiam em grande número na cidade. Quase a totalidade dessas empresas era de pequeno porte (Grifo do autor).

Cabe salientar que somente em 16 de dezembro de 1923 foi fundada a Associação Comercial e Industrial de Uberaba e, em 1º de janeiro de 1924, ocorreu a instalação dela na cidade. Segundo Mendonça (1974, p. 182), a primeira diretoria foi assim constituída:

- Presidente: Cesário de Oliveira Roxo
- Vice-Presidente: Adolfo Soares Pinheiro
- Primeiro Secretário: Raul Terra
- Segundo Secretário: Luís Humberto Calcagno
- Primeiro Tesoureiro: Fernando Sabino de Freitas
- Tesoureiro: José Guimarães.

Mendonça (1974, p.182) cita o nome de outras pessoas que foram presidentes da Associação Comercial e Industrial de Uberaba, contudo, não menciona o período da atuação de cada um:

- Cesário de Oliveira Roxo
- Dr. Alexandre da Cunha Campos
- Paulo J. Derenusson
- Adolfo Soares Pinheiro
- Franklin Jardim
- Raul Terra
- Dr. Silvério José Bernardes
- Antônio Joaquim Barbosa da Silva
- Luís Guaritá
- Dr. Fidélis Reis
- Dr. João Guido
- Arlindo de Carvalho
- Durval Furtado Nunes
- Dr. Heitor Mascarenhas
- João Fernandes Correia.

A partir de 1930, não só em Uberaba, mas em todo País, mudanças políticas e econômicas corroborariam para outro quadro da sociedade brasileira. E isso ocorreu devido a uma nova elite política e social, composta por comerciantes e profissionais liberais, conforme apresentado por Ribeiro e Silva (2009, p. 57):

o Brasil da década de 30 sofre modificações indicadoras de um incipiente processo de modernização econômica e social. Neste momento no país aparecem as marcas de uma urbanização vinculada com a industrialização atraindo pessoas para as cidades [...].

Em meados da década de 1930, Uberaba foi governada por Guilherme Ferreira¹⁰, que teve sua gestão durante a Revolução de 1930. Cabe salientar que, nesse contexto, Olavo Rodrigues da Cunha¹¹ era o prefeito, contudo em 1930 foi destituído do cargo. Segundo o Relatório da Prefeitura Municipal de Uberaba (1931), ele realizou algumas obras relevantes na cidade:

Nesse Departamento a obra realizada é, pôde-se dize-lo, gigantesca. Atente vossencia no relatório da secção competente, considere as centenas de quilômetros de estradas construídas em ótimas condições de tráfego, as dezenas de pontes, pontilhões e mata-burros edificados, os milhares de metros de calçamento, os aterros, as reformas de ruas, boeiros, escascalhamento, etc., e verá que não têm sido em vão os meus esforços sobrehumanos para o engrandecimento da terra do meu berço e para a correspondência á honrosa e firme confiança que V. Excia. em mim deposita [...] o calçamento da cidade vai sendo executado, de maneira progressiva e ininterrupta, a contento geral, dando à cidade o novo aspecto das urbs civilisadas e grandes (UBERABA. Relatório da Prefeitura Municipal, 2º semestre de 1931 e 1º semestre de 1932, p. 5).

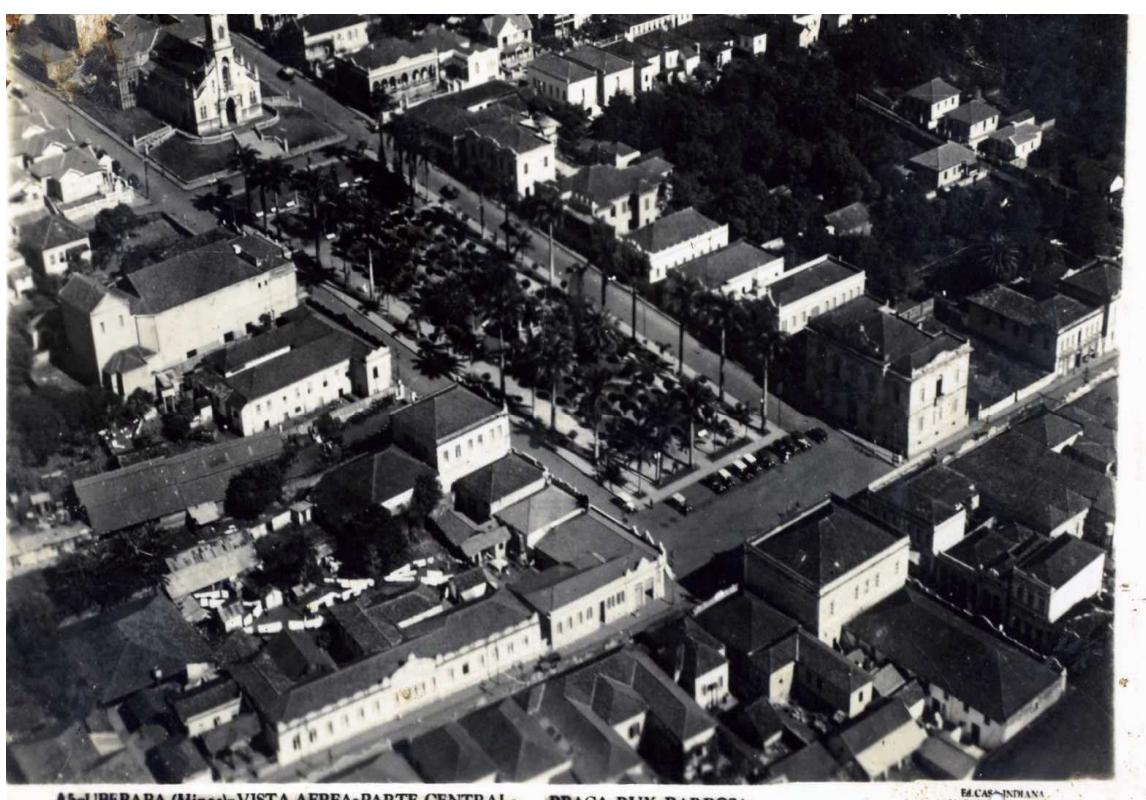
Nota-se, nesse período, o quanto a questão da urbanização, o tratamento ao saneamento denotam as ideias higienistas que também estariam presentes em relatórios de vistoria dos inspetores das escolas.

¹⁰ Guilherme de Oliveira Ferreira nasceu em 1898 e foi prefeito de Uberaba entre 11/12/1930 a 25/1/1935. Seu mandato teve início durante a Revolução de 1930 sendo ele indicado pelo interventor de Minas, Olegário Maciel. Com a vitória de Minas Gerais na revolução, ele efetivou-se no poder. Conforme Ferrari (2011, p.51), Guilherme Ferreira relatou seus atos como prefeito por meio de registros semestrais minuciosos contendo decretos, balancetes, destaques históricos do governo e outras atividades políticas relevantes.

¹¹ Olavo Rodrigues da Cunha foi prefeito de Uberaba entre 1927 a 1930. Sucedeu seu pai, o então Coronel Geraldino Rodrigues da Cunha, na prefeitura de Uberaba, quando tinha 26 anos (foi o mais jovem Agente Executivo de Uberaba). Sua família era tradicional, criadora de gado, sendo que seu pai participou da fundação e foi o primeiro presidente do Herd Book do Zebu, em seguida transformada em Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, precursora da ABCZ.

Ainda em relação à administração municipal de Uberaba, após o mandato de Guilherme Ferreira, a cidade teve cinco interventores municipais¹² que administraram por um espaço de tempo menor. Nesse período, o País era governado por Getúlio Vargas e a política que imperava era que os governantes municipais deveriam ser indicados pelo interventor estadual. Muitas vezes, aquelas pessoas não eram do município, desconheciam a realidade local, o que causava certo prejuízo para a cidade.

Figura 6 – Vista aérea do centro da cidade de Uberaba em 1930



Fonte: Arquivo Público de Uberaba

No período de dezembro de 1936 a julho de 1937, assume o prefeito Menelick de Carvalho. Ele realizou obras como melhoria da infraestrutura, contratou empresas para realizar redes de água e esgoto. Cabe salientar que, antes disso, a cidade tinha redes de água mantidas por empresas particulares (RICCIOPPO FILHO, 2007, p. 315).

¹² Os interventores foram: João Euzébio de Oliveira (26/01/1935 a 05/06/1935); Horácio Bueno de Azevedo (05/06/1935 a 22/07/1935); Adolpho Soares Pinheiro (25/07/1935 a 20/09/1935; Paulo Andrade Costa (20/09/1935 a 02/12/1936) e Menelick de Carvalho (08/12/1936 a 24/07/1937).

Na gestão seguinte, Whady Nassif¹³ surge como um administrador totalmente diferente do perfil daqueles que até então ocuparam a administração da cidade. Tratava-se de um jovem advogado, descendente de libaneses e que representava um grupo de imigrantes ligados ao comércio. Entretanto, como o mandato de Nassif ocorreu durante o Estado Novo, pouco foi possível realizar, já que aquele administrador tinha que ser submetido ao regime da ordem imposta ao País e não mais aos grupos locais da cidade de Uberaba:

[...] para a confiante locomoção e amplo desenvolvimento econômico do município, fez muito bem o Dr. Prefeito Municipal andar a ver o que sentem os habitantes dos distritos e dos sub-districtos, em matéria de amparo do governo municipal. Perfeitamente identificado com o Estado Novo, o Dr. Whady há de estar fazendo essas viagens com o intuito preconcebido e patriótico de dar aos uberabenses distritais o mesmo conforto e o mesmo amparo amigo que os nossos conterrâneos citadinos merecem (SILVA¹⁴, 2006, p. 56).

Durante a administração de Whady Nassif, a cidade foi contemplada com a execução da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim, no Rio Araguari, algo que foi bem significativo, pois antes o fornecimento de energia era irregular, uma vez que era realizada pela velha usina do Rio Uberaba (RICCIOPPO FILHO, 2007, p.135).

Segundo Fonseca (2010, p. 40), os aspectos de melhoria na cidade exerceriam um poder simbólico na população que a faria pensar que a modernização estava acontecendo no município:

A prefeitura implantou redes e água encanada e esgoto, calçou ruas, abriu avenidas, construiu e reformou praças, promoveu a modernização do sistema de telefonia e realizou algumas melhorias no precário abastecimento de energia. Todas essas transformações favoreceram a emergência de um novo imaginário de modernização, civilização e cultura que se configuraria como um dos recursos mais empregados para o exercício do poder simbólico naquela sociedade.

¹³ Whady Nassif foi prefeito de Uberaba de 25/07/1937 a 16/06/1943.

¹⁴ Publicado originalmente, conforme Silva (2006), no jornal *O Para-fuso* (Uberaba), edição nº 110, de 25/06/1938.

Figura 7 – Centro da cidade de Uberaba 1940



Fonte: Arquivo Público de Uberaba

Essa observação de Fonseca (2010, p. 40) traz à tona uma realidade que a cidade de Uberaba enfrentou durante anos. Apesar de Whady Nassif representar um grupo econômico ligado à atividade comercial, isso não alterou o quadro do município, que tinha a pecuária como o ápice das atividades produtivas, centrada nas mãos de poucos, ou seja, da elite criadora de gado Zebu e que, por conseguinte, mantinha as tradições herdadas pelas gerações, cujo poder econômico e político ainda eram exercidos pelos coronéis zebuzeiros.

Figura 8 – Visita de Getúlio Vargas ao Parque Fernando Costa – anos de 1940.



Fonte: Fonseca (2010, p. 74).

Getúlio Vargas, que comandava o País, participou da inauguração do Parque Fernando Costa, local que se tornou o palco de discursos de políticos. No período da *Era Vargas* (1930-1945), foi, a princípio, chefe de um governo provisório, posteriormente por meio de eleições e, em seguida, como ditador, após ter realizado o golpe que deu início ao Estado Novo (1937 - 1945).

Após a gestão de Whady Nassif, Carlos Martins Prates (1943-1946) assumiu o município. Outros prefeitos passariam pela administração do município, conforme mostra o Quadro 13.

Quadro 13 – Prefeitos de Uberaba no período de 1946 a 1963.

Prefeitos de Uberaba	Período de Gestão
Carlos Martins Prates	17/06/1946 a 07/01/1947
Lauro Savastano Fontoura	10/04/1946 a 07/01/1947
Mizael Cruvinel Borges	07/01/1947 a 02/05/1947
João Carlos Belo Lisboa	02/05/1947 a 08/12/1947
Luiz Boulanger Pucci	08/12/1947 a 15/01/1951
José Pedro Fernandes	15/01/1951 a 31/01/1951
Antônio Próspero	01/02/1951 a 31/05/1955
Artur de Melo Teixeira	01/02/1955 a 31/01/1959
Jorge Henrique Márquez Furtado	01/02/1959 a 31/01/1963

Fonte: Ferrari (2011, p. 62).

Ainda sobre a política em Uberaba, cabe salientar que em 23/11/1947, conforme explica Ferrari (2011, p. 63), ocorreu uma mudança no processo de escolha para o cargo legislativo. A “Constituição de 1946 restabeleceu a existência do Legislativo independente do Executivo e, em 23/11/1947, realizaram-se as primeiras eleições pelo voto popular, regulamentadas por esta Constituição”. Dessa forma, João Carlos Belo Lisboa foi o último prefeito que não foi eleito pelo voto popular¹⁵.

¹⁵ De acordo com Silva (2006, p. 55), o prefeito era escolhido pelos vereadores, mas o nome apontado deveria ser aprovado (ou não) pelo interventor estadual.

Consultando os dados sobre a população, instrução e atividade principal desenvolvida no município de Uberaba, obtivemos as informações que constam no Quadro 14.

Quadro 14 – Dados referentes ao município de Uberaba: população, instrução e atividade principal.

Caracteres e respectivas modalidades	Totais		
	Total	Homens	Mulheres
POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	58.984	29.951	20.033
InSTRUÇÃO (de 5 anos e mais)			
Sabem ler e escrever	27.959	15.265	12.694
Não sabem ler nem escrever	22.538	10.315	12.223
De instrução não declarada	10	4	6
AtIVIDADE PRINCIPAL (de 10 anos e mais)			
Agricultura, pecuária, silvicultura.	10.429	10.185	244
Indústrias extrativistas	31	29	2
Indústrias de transformação	2.695	2.513	182
Comércio de mercadorias	1.709	1.634	75
Comércio de imóveis e valores imobiliários, créditos, seguros e capitalização.	126	122	4
Transportes e comunicações	1.122	1.090	32
Administração pública, justiça, ensino público.	304	215	89
Defesa nacional, segurança pública.	397	394	3
Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada.	375	236	139
Serviços, atividades sociais.	1.629	901	728
Atividades domésticas, atividades escolares.	19.990	2.446	17.544
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividade mal definidas ou não declaradas.	3.430	1.650	1.780

Fonte: BRASIL (1950, p. 560).

Figura 9 – Vista aérea da cidade de Uberaba – anos de 1950



Fonte: Arquivo Público de Uberaba.

A Figura 9 permite evidenciar que o município de Uberaba apresentava significativa urbanização e modernização.

Ainda sobre a gestão de prefeitos, Antônio Próspero administrou a cidade durante o período de 1951 a 1955. A população total do município era de 70.956 habitantes¹⁶, sendo que 18.584 eram da zona rural. Essa concentração de população na zona urbana aconteceu em grande parte do País, considerando que, naquele contexto, o processo de urbanização e industrialização se expandia, também, nas cidades do interior.

Sobre a administração de Artur de Melo Teixeira (01/02/1955 a 31/01/1959) e Jorge Henrique Marquez Furtado (01/02/1959 a 31/01/1963), houve, por parte do então presidente Juscelino Kubitschek, a disponibilidade de recursos na ordem de cinco milhões de cruzeiros,

¹⁶ Os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referentes ao recenseamento geral de 1950, apontavam que Uberaba tinha uma população de 69.434 habitantes (BRASIL, 1954, p. 196).

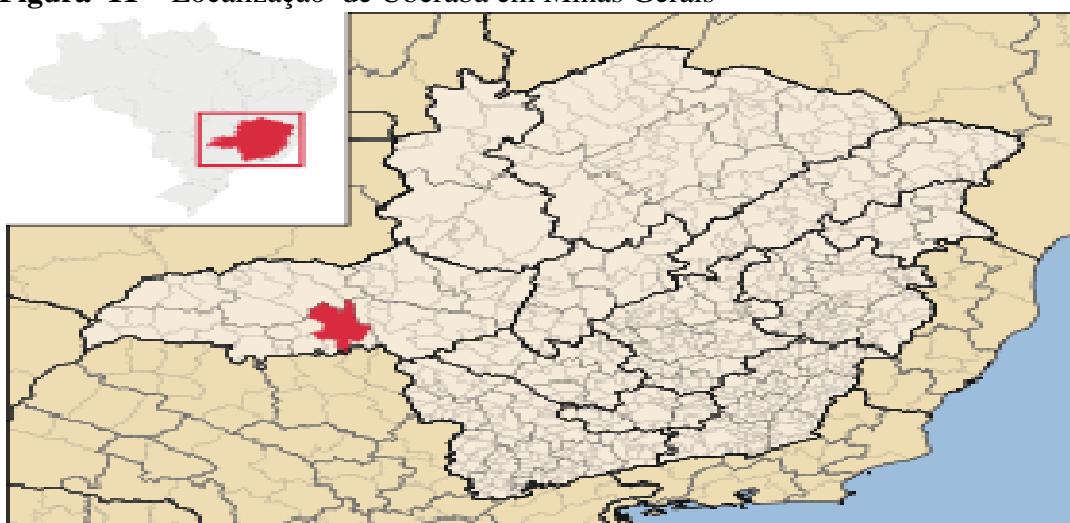
que foram utilizados na construção e manutenção de escolas, hospitais e creches. Isso aconteceu em 1956, quando se comemorou o centenário da cidade (FERRARI, 2011, p. 68).

Figura 10 – Vista aérea da cidade de Uberaba em 1960, com destaque para a Igreja São Domingos – 1960



Fonte: Arquivo Público de Uberaba

Figura 11 – Localização de Uberaba em Minas Gerais



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Uberaba>

2.2 Panorama educacional na cidade de Uberaba

Reportando-se à pesquisa do Professor Wenceslau Gonçalves Neto (1997) sobre as instituições escolares fundadas na região do Triângulo Mineiro (1880-1960), ele explica a dificuldade em se obter dados completos sobre aquelas escolas. Para o pesquisador, "a fonte é rica, porém bastante incompleta" (1997 p. 951). Salienta que as informações sobre as escolas que não se encontram em funcionamento se "extinguem juntamente com a instituição" (1997, p. 951). Além disso, as que estão em atividade apresentam apenas algumas informações. Ressalta ainda que: "Quanto às escolas em funcionamento, muitas fichas trazem apenas o nome da escola, não constando data de fundação, decretos, portarias, nem, às vezes, o endereço" (GONÇALVES NETO, 1997, p. 951).

Os estudos apontados por Gonçalves Netto mostram o número de estabelecimentos educativos vinculados à 39^a Secretaria Regional de Ensino, conforme mostra o Quadro 15.

Quadro 15 – Fundação de escolas públicas nas cidades da 39^a SRE, por décadas.

Cidades	DÉCADAS					TOTAL
	1910	1920	1930	1940	1950	
Uberaba	-	1	-	5	3	9
Araxá	1	-	-	2	2	5
Campo Florido	-	-	-	1	-	1
Campos Altos	-	-	-	1	-	1
Carneirinhos	-	-	-	-	-	-
Comendador Gomes	-	-	-	-	-	-
Conceição das Alagoas	-	-	-	2	1	3
Conquista	1	-	-	-	-	1
Fronteira	-	-	-	-	-	-
Frutal	1	-	-	1	2	4
Itapagipe	-	-	-	1	2	3
Iturama	-	-	-	-	3	3
Limeira do Oeste	-	-	-	-	-	-
Planura	-	-	-	-	-	-
Pratinha	-	-	-	-	2	2
Pedrinópolis	-	-	-	-	-	-
Pirajuba	-	-	-	-	-	-
Sacramento	-	1	-	-	1	2
Santa Juliana	-	-	-	1	1	2
São Francisco Sales	-	-	-	1	-	1
Tapira	-	-	-	-	1	1
Veríssimo	-	-	-	1	-	1
TOTAL	3	2	-	16	18	39

Fonte: Gonçalves Neto (1997, p. 954).

Nota-se, pelas informações do Quadro 15, que algumas cidades foram desprovidas de escolas, podendo-se inferir, portanto, que se existiam poucas instituições particulares, as públicas eram praticamente inexistentes. Nos anos de 1940, acontece uma expansão da oferta de estabelecimentos educativos, prevalecendo as particulares.

De acordo com Gonçalves Neto, isso pode ser explicado:

[...] na análise da História política de Minas Gerais e na observação interna das reformas educacionais que se processam neste período, tanto a nível estadual quanto federal [...] os dados da política municipal, para dimensionar o peso político dos interesses locais (GONÇALVES NETO, 1997, p. 955).

Em relação às escolas particulares, Gonçalves Netto (1997, p. 955) realizou levantamento dessas nas cidades subordinadas à 39ª Superintendência Regional de Ensino, conforme pode ser observado no Quadro 16.

Quadro 16 -- Fundação de escolas privadas nas cidades da 39ª SRE, por décadas.

Cidades	DÉCADAS								TOTAL
	1880	1890	1900	1910	1920	1930	1940	1950	
Uberaba	1	-	1	-	1	-	-	3	6
Araxá	-	-	-	-	-	2	-	-	2
Campo Florido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campos Altos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carneirinhos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comendador Gomes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conceição das Alagoas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conquista	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fronteira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Frutal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itapagipe	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iturama	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Limeira do Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Planura	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pratinha	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Pedrinópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pirajuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sacramento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Juliana	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Francisco Sales	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tapira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veríssimo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1	-	1	-	1	2	-	4	9

Fonte: Gonçalves Neto (1997, p. 955)

Com os dados contidos no Quadro 16, nota-se o quanto a expansão da educação foi um processo lento e que carecia de ações efetivas por parte das esferas políticas municipais, estaduais e federais. Com essa "deficiência", foi possível a proliferação de estabelecimentos particulares, permitindo a escolarização de uma minoria da população.

Mendonça (1974, p. 103-110) menciona os primeiros estabelecimentos de ensino da cidade de Uberaba com informações contidas no Quadro 17.

Quadro 17 – Relação dos primeiros estabelecimentos de ensino da cidade de Uberaba.

Instituição	Informações gerais
Colégio Vaz de Melo	Fundado em 1854, pelo Dr. Fernando Vaz de Melo e foi o primeiro estabelecimento de instrução secundária.
Colégio Des Genettes	Fundado em 1859, pelo Dr. Henrique Raimundo des Genettes. Funcionou até 1861.
Primeiro Liceu Uberabense	Fundado em 1877, pelo Professor César Ribeiro. Era um estabelecimento de instrução secundária.
Colégio Piedade	Instalado em 1878, pelo Cel. Joaquim Antônio Gomes da Silva e funcionou até 1882.
Segundo Liceu Uberabense	Fundado por Antônio Silvério Pereira. Funcionou de setembro de 1881 a dezembro de 1891. Mantinha cursos primários e secundários.
Colégio Uberabense	Fundado em 1889, contudo em 1896, com a instalação da sede do Bispado de Goiás, em Uberaba, Dom Eduardo Duarte Silva adquiriu o prédio que pertencia ao Dr. Augusto Ferreira Reis e que posteriormente, passou a funcionar o Colégio Diocesano
Colégio Diocesano	O Colégio Diocesano do Sagrado Coração de Jesus foi entregue, em 1903, aos Irmãos Maristas. Teve como primeiro Reitor o Irmão Gondulfo.
Colégio Nossa Senhora das Dores	Fundado em 15 de junho de 1885 por D. Cláudio José Ponce de Leão, Bispo de Goiás.
Colégio Maria Isabel	Fundado pelo senhor Joaquim Antônio Pinto da Fonseca e ministrado pela senhora Maria Isabel Coutinho da Fonseca. Funcionou até 1905.
Instituto Zootécnico	Projeto do deputado estadual, Alexandre de Sousa Barbosa e concretizado em Lei nº 41 de 3 de agosto de 1894.
Escola Normal	Criada pela Lei Mineira nº 2.783, de 22 de setembro de 1881 e esteve sob a direção o Major Joaquim José de Oliveira Pena.
Grupo Escolar de Uberaba	Decreto Estadual nº 2.589 de 29 de julho de 1909, cria a instituição. Atualmente, este estabelecimento de ensino é denominado Grupo Brasil.
Escola Técnica de Comércio José Bonifácio	Fundada em 2 de fevereiro de 1924, pelos professores Valdemar Vieira, José Macciotti e Enoque de Moraes e Castro

Fonte: Mendonça (1974, p.103-110).

Consultando os dados contidos em informativo divulgado na administração de Antonio Próspero (1951-1955), encontramos outras instituições que foram fundadas na cidade de Uberaba, apontadas no Quadro 18.

Quadro 18 – Relação de instituições educativas fundadas a partir de 1924 na cidade de Uberaba.

Instituição	Informações Gerais
Escola Santo Antônio	Fundada em 1924, ministrava ensino primário
Instituto Santa Teresinha	Fundada em 1925, ministrava curso comercial básico.
Escola Municipal Guerra Junqueira	Fundada em 1935.
Externato Santa Catarina	Fundada em 1938, ministrava ensino primário, religioso, infantil e admissão.
Liceu Triângulo Mineiro	Fundado em 1941, ministrava pré-primário, primário, admissão, ensino secundário fundamental.
Escola Técnica de Comércio do Triângulo Mineiro	Fundado em 1943, ministrava curso comercial básico e técnico.
Externato Santa Catarina	Fundado em 1947, ministrava curso pré-primário, primário e admissão.
Escola Normal de Uberaba	Fundada em 1948, ministrava curso ginásial, curso de formação e classes anexas.

Fonte: UBERABA, Revista em comemoração ao 7 de setembro de 1951, p. 4.

Cabe salientar que o informativo também descrevia sobre os grupos escolares instalados no município: Grupo Escolar América (1946); Grupo Uberaba (1948); Grupo Escolar Dom Eduardo (1950) e Grupo Escolar Professor Chaves (1950) (UBERABA, Revista em comemoração ao 7 de setembro de 1951, p. 4).

Segundo Mendonça (1974, p.110), outras instituições ofereceram o curso normal. O autor menciona a segunda Escola Normal que funcionou em edifício do Liceu de Artes e Ofícios que ocupou o sobrado situado à Rua Manuel Borges que, posteriormente, foi derrubado para construção de um posto de serviço para automóveis.

Mendonça (1974, p. 110) ressalta que a instituição esteve sob a direção do professor Fernando de Magalhães. Muitos alunos estudaram nesse local, entretanto, devido a fatores econômicos, foi fechada. Ainda de acordo com o autor, Uberaba teve uma terceira Escola Normal, criada em 1948, pelo então governador Milton Campos. Salienta que, nesse período,

o prefeito era Boulanger Pucci, que "prestou extraordinários serviços à escola, fornecendo-lhe tudo o que precisava para funcionar" (MENDONÇA, 1974, p.110).

Diante do exposto, nota-se que Uberaba contava com várias instituições educativas, contudo, essa expansão ainda era bem deficitária. Os dados do recenseamento de 1950 descrevem a realidade do município, conforme mostra o Quadro 19.

Quadro 19 – Dados referentes às pessoas com 5 anos ou mais que sabem ler e escrever no município de Uberaba, conforme recenseamento de 1950.

Pessoas de 5 anos e mais					
Total	Sabem ler e escrever		Não sabem ler e escrever		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Uberaba	58.979	16.783	16.043	11.809	14.344
Área urbana	37.071	12.544	13.113	4.401	7.013
Vila-Água Comprida	235	90	49	34	62
Quadro Rural	21673	4149	2881	7374	7269

Fonte: Brasil (1954, p. 238).

As informações nos apresentam que grande parte da população vivia na cidade, já que dos 69.434 habitantes, 26.679 (38,42%) pertenciam à zona rural. Em relação à educação, havia um número bem significativo de pessoas que ainda não sabiam ler e escrever.

2.3 O ensino secundário em Uberaba

Segundo Silva (1969, p.19), o ensino secundário caracteriza-se por ser um nível destinado à formação específica do adolescente, o qual, nessa fase, estaria apto para receber as instruções necessárias para o contexto em que estava inserido. Na cidade de Uberaba, no período em que esta pesquisa discorre sobre o assunto (1940-1960), os jovens que tinham acesso aos estudos secundários eram uma minoria uma vez que a maioria dos estabelecimentos de ensino secundário era particular e destinava às pessoas que tinham condições financeiras para custear os gastos.

Em Uberaba, uma cidade que, conforme mencionado, apresentava uma sociedade que buscava melhoria na infraestrutura básica como esgoto, fornecimento de energia elétrica, uma atividade econômica centralizada na pecuária, a qual estava direcionada às elites locais,

contaria com poucos estabelecimentos de ensino secundário. Outro ponto a ressaltar era a influência do catolicismo em vários âmbitos da sociedade, inclusive em instituições educacionais.

Dessa forma, em Uberaba, defrontamo-nos com a imposição da Igreja frente aos assuntos educacionais. Será justamente nos anos de 1930 que a Carta Magna do País apresentaria o quanto a Igreja ainda influenciava a educação brasileira. Nesse contexto, Vargas assumiu o governo provisório e Francisco Campos conduziu o Ministério da Educação e Saúde Pública. A partir daí, toda a discussão de propósitos para educação iniciada nos anos de 1920, torna-se quase que um meio de equilíbrio para atender aos interesses daqueles que queriam uma escola nova – os liberais de um lado, e de outro lado, os conservadores, representados em especial pela Igreja.

Em Uberaba, tivemos a presença marcante da Igreja nos assuntos da educação e, consequentemente, no comando de instituições que disputavam com outras de caráter laico a oferta da instrução. Os primeiros queriam manter os valores cristãos e morais. As famílias que tinham condições de custear o ensino secundário optariam por estabelecimentos particulares e, na cidade, duas instituições tradicionais e bem conceituadas ofertariam esse nível de ensino. Às meninas seria destinada uma educação coerente com os valores considerados ideais para aquele contexto sociocultural e, aos meninos, também seriam introjetados os valores aceitos pela sociedade. Sendo assim, Inácio Filho (2002, p.55-56) descreve que:

Estabelecidas essas condições sociais, era preciso persuadir as mulheres de que seu lugar e sua função não provinham do modo de organização social, mas de natureza, e eram excelentes e desejáveis para todos, inclusive para elas próprias. Ou seja, o papel secundário ocupado pelas mulheres teria caráter natural e não histórico-social. Isso se iniciou em um tempo distante, mas ainda não se modificou plenamente, pois essas formas de controle foram internalizadas pela mulher e caracterizaram um modelo de educação feminina. Para identificar tal modelo é necessário que se busque o rumo, as características, o período, enfim a gênese de instituições educacionais da tradição.

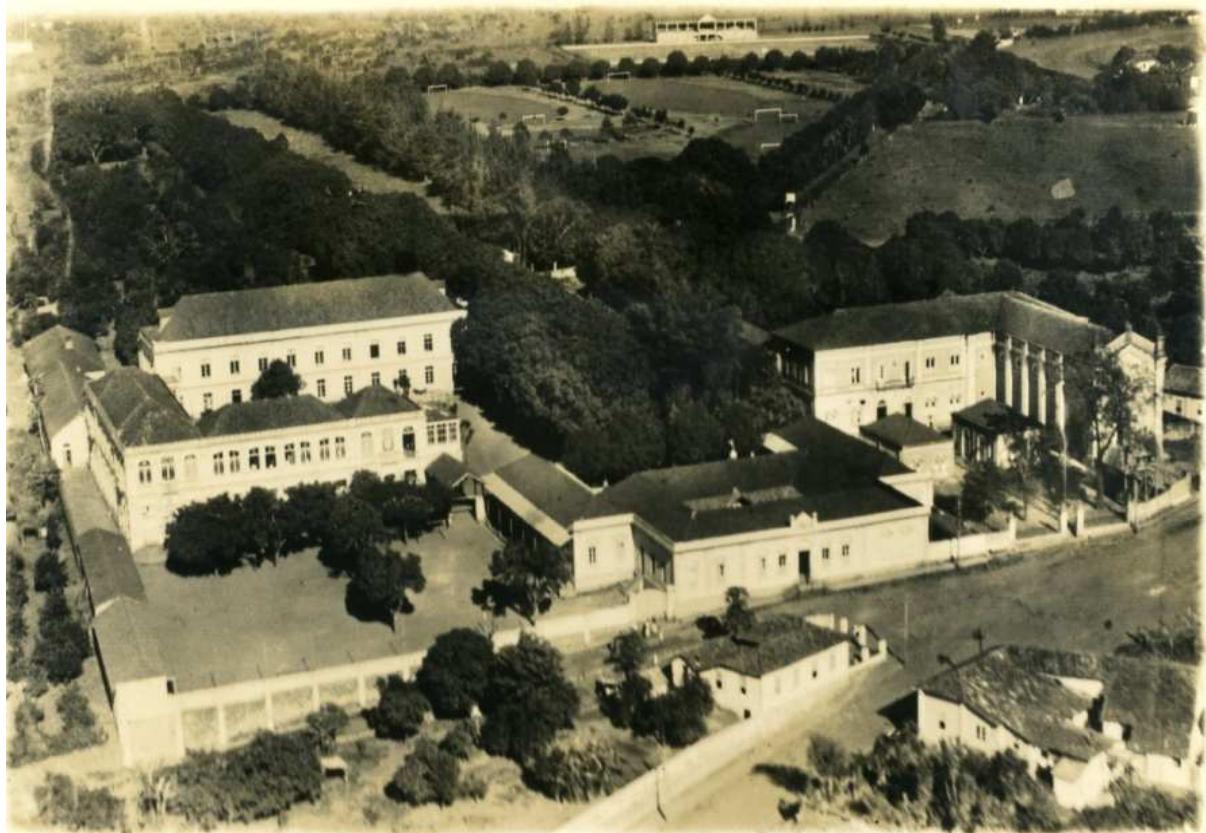
Dessa forma, a mulher era entendida, no início do século XX, como um ser dócil, destinado à vida no lar, cuidando do companheiro e dos filhos. Assim podemos apreender o quanto as instituições educativas eram essenciais para introjetar, nos jovens, os valores sociais vigentes na época.

Uberaba teve dois colégios fundados sob a influência da Igreja Católica, trazendo, portanto, as concepções de educação que acreditava ser o ideal para os jovens: o Colégio

Nossa Senhora das Dores, criado em 15 de junho de 1885, por Dom Cláudio José Ponce de Leão, então Bispo de Goiás, e o Colégio Diocesano, criado em 1896, sendo que “seu primeiro reitor foi o Irmão Gondulfo, que acompanhado por vários professores deram início aos trabalhos educacionais na cidade” (MENDONÇA, 1974, p. 107). O primeiro colégio era coordenado pelas Irmãs Dominicanas e destinava-se à instrução das meninas. O outro era administrado pelos Irmãos Maristas e dedicava à educação dos meninos.

Coutinho (2000, p.75-76) enfatiza o quanto a disciplina no Colégio Marista era extremamente rígida, tendo como finalidade “a preocupação dos Irmãos com a preservação dos alunos, em relação aos valores educacionais que se propunham naquela época”.

Figura 12 – Colégio Diocesano. Vista aérea –1930



Fonte: Arquivo Público de Uberaba

A imagem apresenta uma arquitetura monumental, com vários pavilhões que tinham espaços destinados às atividades pedagógicas executadas por aquele estabelecimento.

Figura 13 – Batalhão dos Alunos do Colégio Diocesano – 1916-1917.



Fonte: Arquivo Público de Uberaba.

O Batalhão dos alunos do Diocesano pode ser inferido à formação da nova pátria. A partir da Proclamação da República (1889), era essencial disseminar novos ideais para o progresso do País e isso poderia ser processado ao povo através da educação. Para a educação das meninas, havia o Colégio Nossa Senhora das Dores, que possuía capela, local onde as alunas dedicam-se ao hábito das orações.

A Figura 14 mostra a instituição educativa Nossa Senhora das Dores e ao fundo percebe-se uma capela.

Figura 14 – Colégio Nossa Senhora das Dores – 1930 – Saída dos Alunos – Pavilhão em 1º Plano inaugurado em 20/12/1895.



Fonte: Arquivo Público de Uberaba

Segundo Moura (2002, p. 76), a capela era um lugar importante para as Irmãs Dominicanas, pois: “a inauguração da capela representou muito a toda a comunidade dominicana”.

De acordo com a autora, além, da capela representar um espaço destinado à oração, também era importante para as Irmãs Dominicanas cumprir uma de suas tarefas principais: catequizar suas alunas.

As alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores vestiam-se bem, seguindo os padrões da época.

Figura 15 – Transporte das alunas do Colégio Nossa Senhora das Dores – 1957.



Fonte: Arquivo Público de Uberaba.

O uniforme reporta à elegância e aos valores da moral e dignidade que a mulher devia ter para obter o respeito e ser considerada como possuidora de bons costumes familiares. Moura (2002, p. 117) explica que a educação para as meninas era uma preocupação da instituição Nossa Senhora das Dores que tinha como objetivo: “O domínio do corpo o exercício do autocontrole e a contenção dos gestos marcavam, sobremaneira, as práticas cotidianas”. Nota-se que tudo isso era preconizado com os valores da época e também pela religião católica.

O jornal *Correio Católico* divulgava outros colégios localizados em cidades vizinhas, como o Colégio de Nossa Senhora das Lágrimas (Uberlândia), Colégio São Domingos (Araxá), Colégio Sagrado Coração e Ginásio Regina Pacis (Araguari). Cabe ressaltar que os Colégios Diocesano e Nossa Senhora das Dores¹⁷ ofereciam os ensinos primário e secundário, em regime de internato e externato, além de cursos preparatórios. Estas instituições tinham alunos que eram da elite não só local, mas também de outras regiões. Os elogios e divulgação

¹⁷ Essa nomenclatura de ginásio e colégio será discutida posteriormente, quando deteremos a criação e trajetória do Colégio Triângulo Mineiro. Nos anos seguintes, os estabelecimentos ora citados com o termo ginásio e colégio são usados conforme o que era preconizado pelas legislações vigentes.

de ensino excepcional eram as marcas desses colégios, sendo, portanto, requisitados pelas elites que podiam matricular seus filhos nesses estabelecimentos de ensino.

Quando ocorreu a Reforma de Francisco Campos (1931), o *Correio Católico* anunciou a satisfação de o ensino religioso ter sido nele contemplado:

No dia 30 de Abril o chefe do Governo Provisório assignou o decreto instituindo o ensino religioso nas Escolas primárias e secundárias do Paiz. Dispensamo-nos de manifestar nosso contemplamento por tão notável ephemerdade e as razões que como catholicos e brasileiros temos para nos rejubilar¹⁸ (CORREIO CATOLICO, 1931 apud BITTAR, 2005).

Sobre essa “euforia” dos editores do *Correio Católico*, podemos reportar a Biccas e Freitas (2009, p.103), quando explicam a vitória do grupo católico que integrava aquele movimento de reivindicações para a educação brasileira, iniciado nos anos de 1920 e que, devido à diversidade de interesses, foi realizado um equilíbrio para os defensores da escola nova e as demais partes integrantes. Na citação recuada acima, os católicos defendiam os seus princípios para a instrução daqueles que frequentassem as escolas.

Outro aspecto legal que favoreceria a educação religiosa estaria na Constituição de 1934, no Artigo 153:

“O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais” (BRASIL, 1934).

Tal dispositivo era algo a mais para a contemplação dos estabelecimentos educacionais e, em Uberaba, isso não seria diferente, uma vez que dava mais prestígio, pois a religião católica era aceita na maior parte das famílias e também pelo contexto social e cultural em que a moral deveria ser zelada, respeitando o nome das famílias tradicionais da cidade.

Pontes (1978, p. 396) enfatiza que, em 1933, havia uma instituição de ensino público secundário e outras cinco particulares em Uberaba. Cabe salientar que funcionava também o Ginásio Brasil, criado em 1938, e que ofertava cursos primário, secundário e preparatório. Contudo, ele passava por problemas financeiros e não demorou muito para que esse estabelecimento fechasse suas portas. Em 1941, seus alunos foram transferidos para outra

¹⁸ Manteve-se a descrição original do documento.

instituição educativa, o então Liceu Triângulo Mineiro que posteriormente tornou-se Ginásio e Colégio Triângulo Mineiro.

Relatando ainda sobre os colégios tradicionais de Uberaba, Coutinho (2000, p.117) destaca que o Ginásio Diocesano, em 1939, possuía um número elevado de alunos matriculados em regime interno, sendo necessário classificá-los três divisões: maiores, médios e menores de idade. Tal classificação fez com que, em 1941, os Irmãos Maristas construíssem novos pavilhões.

Essa expansão do ensino aconteceria em todo o País, já que, após 1930, mudanças de ordem social, política e econômica contribuiriam para a procura da escolarização. Cabe salientar, contudo, que no caso do ensino secundário, ele ficava ofertado, principalmente, por instituições particulares e, com a implantação do Estado Novo em 1937, a Constituição promulgada facultava a disseminação desse nível de ensino às instituições privadas. Os interessados em ingressar em cursos superiores recorreriam às instituições de ensino secundário e aqueles que não tinham condições financeiras de pagar os estudos, muitas vezes, estudariam até o nível possível, ou seja, apenas o primário ou quando o secundário recorreriam a algum ramo desse ensino que os conduzissem para o trabalho. Segundo os autores Silva (1969) e Nunes (2000), o ensino secundário ficaria marcado por essa dualidade estrutural.

Essas condições até agora apresentadas permitiriam que Mário Palmério fundasse, nos anos de 1940, o Colégio Triângulo Mineiro. A princípio, ele funcionaria de forma apática e, em pouco tempo, conseguiria se estabelecer em um município até então conhecido pela criação de gado Zebu, pelas famílias tradicionais e com características de uma cidade rural, onde imperavam instituições educativas de cunho católico que tinham prestígio e um sólido conceito de educação para as elites locais e regionais.

2.4 Colégio Triângulo Mineiro na cidade de Uberaba

Reportando a Buffa e Nosella (2009), eles salientam o quanto é importante conhecer a gênese de uma instituição educativa, bem como as pessoas que participaram do processo de criação, apreendendo a relação dialética do contexto sociopolítico, cultural e econômico do meio em que foi inserida. Muitas vezes, os ideais de educação, a subjetividade e valores do fundador também estarão presentes na particularidade da instituição. Assim, segundo os autores (2009, p.71-72):

[...] o pesquisador estuda e reconstrói o passado numa perspectiva cultural de valores atuais e assim avalia pessoas e instituições. Ele elabora uma síntese original entre o nível **êmico** e o nível **ético**, isto é, mesmo distinguindo o que passavam e faziam as pessoas em seu tempo, do que pensam e fazem as pessoas hoje, o pesquisador não pode deixar de realizar uma integração entre os dois níveis, por isso, o pesquisador de uma instituição, na verdade, cria uma realidade totalmente original, quase uma “ficção” melhor dizendo, cria uma obra de arte, rica de sentidos. Esta obra, porém, não é uma construção arbitrária, menos ainda uma mentira, pois tem as fontes como base, tampouco é uma reprodução mecânica de algo que está fora dele. É uma obra de cultura enraizada, de um lado, em fontes e valores do passado e, de outro, em valores do presente, em defesa de um projeto social. Com base nesta concepção teórico-política, defendemos uma linha metodológica que descreve o particular, explicitando suas relações com o contexto econômico, político, social e cultural [...]

Magalhães (2004, p. 58) também esclarece o quanto o meio em que foi fundada uma instituição carrega as determinações da sociedade, das normas, mas também apresenta características que são peculiares a cada estabelecimento e às pessoas envolvidas. Assim explica que:

Conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagéticos e projetivo, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento, apropriação. A dimensão material alarga-se das estruturas e dos meios ao processo, à participação e ao produto, enquanto a dimensão simbólica reporta à participação e à construção educacional.

Trata-se portanto, de uma construção subjetiva que depende das circunstâncias históricas, das imagens e representações dos sujeitos, e que é afetada por dados de natureza biográfica e grupal. As memórias, como o repertório cognitivo dos sujeitos, função e papel na dinâmica grupal, afetam a relação pedagógica. A participação e o envolvimento integram o momento instituinte, o momento em que a ação se faz norma.

Nesse sentido, conhecer a gênese do Colégio Triângulo Mineiro permite apresentar as mudanças que ocorreram na instituição até o momento em que se efetivou enquanto *Colégio*. As legislações vigentes, os contextos sociopolítico, econômico e cultural, assim como a alteração do espaço físico, da metodologia de ensino, suas finalidades e sujeitos que contribuíram para a fundação e funcionamento facilita o entendimento do processo que ocorreu no período em apreço. A princípio, chamou-se Liceu Triângulo Mineiro e funcionava como instituição particular de ensino. Nesse período, conforme cita Nunes (2000, p. 46), 73% das instituições de ensino secundário eram particulares, enquanto o setor público ofertava apenas 26,7%. A Constituição de 1937, que estava vigente, dispunha em seu Art. 125 que: “A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua

execução de suprir as deficiências e lacunas da educação particular". Depreende-se que o Estado ainda não enfrentava a questão educacional como obrigação do poder público e se colocava com a função de simplesmente *colaborar e subsidiar*.

Uberaba, conforme mencionado anteriormente, possuía dois colégios tradicionais: o Colégio Nossa Senhora das Dores e o Colégio Diocesano. Ambos eram considerados estabelecimentos para os filhos das famílias com melhores condições financeiras. O então Liceu Triângulo Mineiro surgiu como uma instituição particular, mas que, segundo o fundador, com o intuito de atender os "menos favorecidos".

Sobre a criação do Liceu Triângulo Mineiro, o Jornal Lavoura e Comércio de 9/5/1940, p.2, trazia a seguinte notícia: "Uberaba conta com mais uma modelar casa de ensino". A instituição ofertaria os ensinos: pré-primário e primário, exames de admissão, madureza e preparatórios.

Mário Palmério iniciou as atividades educativas com sua irmã Lourencina Palmério e as aulas aconteciam em um cômodo localizado na Rua Vigário Silva, nº 48, endereço onde ficava a residência dos pais deles (FONSECA, 2010, p. 113).

Vale ressaltar que, nesse período, ainda vigorava a Reforma Francisco Campos. O ensino secundário estava dividido em 1º ciclo fundamental (cinco anos) e 2º ciclo complementar (dois anos). A conclusão do primeiro ciclo era obrigatória para aqueles que pretendiam ingressar em qualquer escola superior, enquanto o segundo ciclo era exigido em algumas instituições superiores. Zotti (2004, p.103) explica que:

O ciclo fundamental, com duração de cinco anos, constituía o ciclo comum, idêntico para todos, com o qual se pretendia suplantar a longa tradição preparatória, no intuito de preparar o homem para a vida em sociedade, independente do ingresso ou não no ensino superior. Esse ciclo deveria garantir a função formativa do indivíduo como um todo.

Havia, portanto, uma subdivisão para o 2º ciclo em áreas de humanas (estudos jurídicos); biológica (medicina, farmácia e odontologia) e técnica (engenharia e arquitetura). O aluno cursava outros conteúdos, como se fosse uma especialização, antes de adentrar propriamente naquelas faculdades. Ressaltamos que o Liceu Triângulo Mineiro não dispunha de autorização para funcionar com 1º ciclo do ensino secundário.

Figura 16 – Anúncio do Curso de Madureza – 15/2/1940



Fonte: Lavoura e Comércio (1940, p. 4)

Sendo assim, Mário Palmério utilizou o jornal Lavoura e Comércio para divulgar os cursos ministrados em sua instituição. Percebe-se que, no anúncio (Figura 16), foi enfatizado que havia curso no período noturno, o que seria uma maneira de oportunizar àqueles que trabalhavam durante o dia, realizar os seus estudos à noite.

Figura 17 – Anúncio do curso de Admissão – 16/3/1940



Fonte: Fonseca (2010, p.115).

O anúncio do jornal Lavoura e Comércio, datado de 17/06/1940, enfatizou o Liceu Triângulo Mineiro como um estabelecimento de ensino que ajudaria os que não teriam condições de frequentar o curso ginásial regular. Isso deixa explícito, pelo menos a princípio, o quanto esses cursos eram importantes para aqueles que não tinham recurso financeiro para custear os estudos.

Mário Palmério tornou pública sua intenção quando da instalação do Liceu e, logo, expôs que sua finalidade não era concorrer com os colégios tradicionais e sim proporcionar mais uma instituição que atendesse a crescente demanda:

Enganam-se completamente aqueles que julgam o Liceu Triângulo Mineiro pretendendo concorrer com as demais casas de ensino de Uberaba. Meus primeiros mestres, os Irmãos Maristas, educadores de fama universal, e as igualmente renomadas Irmãs Dominicanas, representam, com sua presença em Uberaba, um benefício incalculável para nossa cidade [...] Infelizmente, porém, a população uberabense não pode encontrar ginásio para todos os seus filhos. São inúmeras as matrículas recusadas por esses dois grandes educandários. O Liceu Triângulo Mineiro nasceu com a pretensão de receber esses alunos e de lhes dar uma educação secundária eficiente. Pensamos, assim, colaborar estreitamente com os Irmãos Maristas e com as Irmãs Dominicanas, visando um único fim: servir Uberaba, cidade que cresce dia a dia e que já se via a braços com esses problemas: mais um ginásio para seus filhos (LAVOURA E COMÉRCIO, 17/06/1940, p. 2).

Deve-se salientar que, nesse contexto da explanação de Mário Palmério, a realidade do ensino secundário era para a uma minoria, uma vez que as instituições tradicionais (Colégio Nossa Senhora das Dores e Colégio Diocesano) eram particulares e o Estado se exímia quanto à oferta desse ensino público. Segundo Fonseca (2010, p. 142), o jornal Lavoura e Comércio (17/6/1940, p.2) divulgou a defesa dos cursos de madureza. O que talvez estivesse implícito era a manutenção desses cursos, mesmo prestes à mudança educacional que ocorreria com a Reforma Capanema, a qual se efetivou em 1942:

A nova reforma do ensino amparará os cursos de madureza. São os seus freqüentadores, geralmente, rapazes e homens já feitos que, após um dia de trabalho árduo e diário, vão buscar, nas horas do descanso, possibilidades de realizações de melhores ideais. São proletários que querem, com mais cultura produzir melhor. São trabalhadores que aspiram a um curso técnico e que precisam dos preparatórios para poderem realizá-lo. São moços que trabalham, mas que não se esqueceram de que “Nunca é tarde para aprender” (FONSECA, 2010, p.142, grifo do autor).

Ressalta-se que no contexto em que foi criado o Liceu Triângulo Mineiro, estava vigente a Portaria nº. 470 de 30/11/1939, que dispunha sobre as exigências para inspeção preliminar para permitir o funcionamento das instituições interessadas.

Nesse sentido, analisando a Guia de Pagamento nº1627, Mário Palmério realizou depósito-caução, como garantia de funcionamento do 1º ciclo do curso secundário, que ainda era designado como fundamental, uma vez que não havia ocorrida a Reforma Capanema. Apesar de estar danificado devido ao tempo, foi possível transcrever parte do documento:

O Licêu Triângulo Mineiro, de Uberaba, Estado de Minas Gerais, vai a Tesouraria Geral do Ministério da Educação e Saúde depositar em caução, como garantia de funcionamento do curso secundário fundamental, durante o período mínimo de dois anos 24 (vinte e quatro) apólices da dívida pública federal valor nominal de ...1:000\$000 (um conto de réis) cada um, no valor total de ...24:000\$000(vinte e quatro contos de réis)... (CENTRO DE DOCUMENTO MÁRIO PALMÉRIO, Guia de Pagamento, 1941).

O então prefeito de Uberaba, Whady Nassif foi quem assinou o “Atestado de Conduta Moral” que compunha uma das documentações que deveriam ser anexadas à solicitação para funcionar o 1º ciclo do ensino secundário.

O atestado de conduta possuía o seguinte teor:

Atesto conhecer o senhor Mário de Ascenção Palmério, diretor do Liceu Triângulo Mineiro de Uberaba, pessoa de irrepreensível conduta moral e que grandes serviços vem prestando à instrução em nossa terra”. Uberaba, 25 de dezembro de 1942. Whady José Nassif – Prefeito de Uberaba (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO MÁRIO PALMÉRIO, Atestado de Conduta, 1941).

Dessa forma, o diretor de uma instituição educativa tinha que possuir conduta respeitosa, a qual preservaria os valores elencados no Estado Novo (1937-1945). Hilsdorf (2007, p. 99) explica que, nesse contexto, o Estado orientaria a sociedade para que ela fosse uma “moderna nação brasileira”, imbuída de “culto à pátria, dos princípios da família tradicional, do papel da mulher-mãe, do trabalhador-herói e da nação eugênica”.

Nessa perspectiva, o Liceu Triângulo Mineiro seria configurado como uma instituição dotada daqueles valores disseminados pelo Estado Novo, em que a escola desempenharia uma função importante.

2.5 De liceu a colégio: novas denominações

O Ginásio Brasil, fundado em 1938, oferecia o 1º ciclo fundamental do ensino secundário e funcionava na Rua Manoel Borges, nº 56. Devido a problemas financeiros e redução quanto ao número de matrículas, foi fechado em 1941 e, para que os alunos que ali estudavam não ficassem desprovidos de escola, eles foram transferidos para a instituição de Mário Palmério.

O proprietário buscava ampliar o espaço para desenvolver suas atividades educacionais e para isso deixou o antigo endereço, onde funcionava o Liceu Triângulo Mineiro, e ocupou o prédio que era do Ginásio Brasil. Evidentemente, isso não ocorreu apenas para não deixar os alunos daquele ginásio fora dos bancos escolares, mas sim porque Mário Palmério pretendia implantar o 1º ciclo fundamental e para que isso se efetivasse era essencial que a instituição atendesse às exigências da legislação educacional que predominava nesse período. Sendo assim, Mário Palmério tratou de providenciar a licença prévia para ministrar o 1º ciclo do ensino secundário.

No segundo semestre de 1941, sem a irmã Lourencina que deixou a sociedade, Mário Palmério providenciou a documentação necessária para viabilizar a implantação do 1º ciclo do ensino secundário no Liceu Triângulo Mineiro. Segundo Fonseca (2010, p. 133), ele contou com o apoio do então prefeito de Uberaba Whady Nassif, que interrompeu as férias para intervir junto à Divisão de Ensino Secundário do Departamento Nacional de Educação.

Figura 18 – Edifício do Liceu Triângulo Mineiro, situado na rua Cel. Manoel Borges, 56. Até fevereiro de 1941, foi o prédio onde funcionou o Ginásio Brasil.



Fonte: Acervo Mário Palmério

Em janeiro de 1942, o jornal *Lavoura e Comércio* enfatizava a ação de Mário Palmério:

Poucas iniciativas überabenses se têm coroado de êxito tão completo como a da criação do curso ginasial do Liceu Triângulo Mineiro. Mal a cidade foi sabedora do empreendimento levado a efeito pelo Sr. Prof. Mário Palmério, inúmeras têm sido as provas de solidariedade e de encorajamento que vem recebendo o ilustre educador (*LAVOURA E COMÉRCIO*, 1942, p. 4).

O Liceu Triângulo Mineiro passaria por inspeção federal e, somente após essa avaliação, seria concedido ou não o funcionamento do 1º ciclo do ensino secundário. De acordo com o Relatório de Inspeção de 9 de junho de 1942, a instituição educativa de Mário Palmério foi assim descrita:

Fundado em março de 1941 pelo seu atual proprietário MÁRIO DE ASCENÇÃO PALMÉRIO, funciona em prédio situado à rua Manoel Borges, nº 56, em dois turnos: o da manhã e o da noite. O dito estabelecimento vinha mantendo os cursos: pré-primário, primário e admissão, iniciando sómente em ano (1942) o seu curso secundário fundamental. Regime: externo-mixto (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO, Inspeção Preliminar, 1942).

Nesse período, a legislação permitia que as instituições de ensino funcionassem com regime de internato, externato ou misto. Nessa perspectiva, para que existisse turma mista era essencial autorização da Divisão de Ensino Secundário. Era vigente nessa época que homens e mulheres ficassem separados, em espaços diferentes. A separação dos corpos permitia que os valores atribuídos a cada um estivessem condizentes com o que era considerado ideal para o contexto.

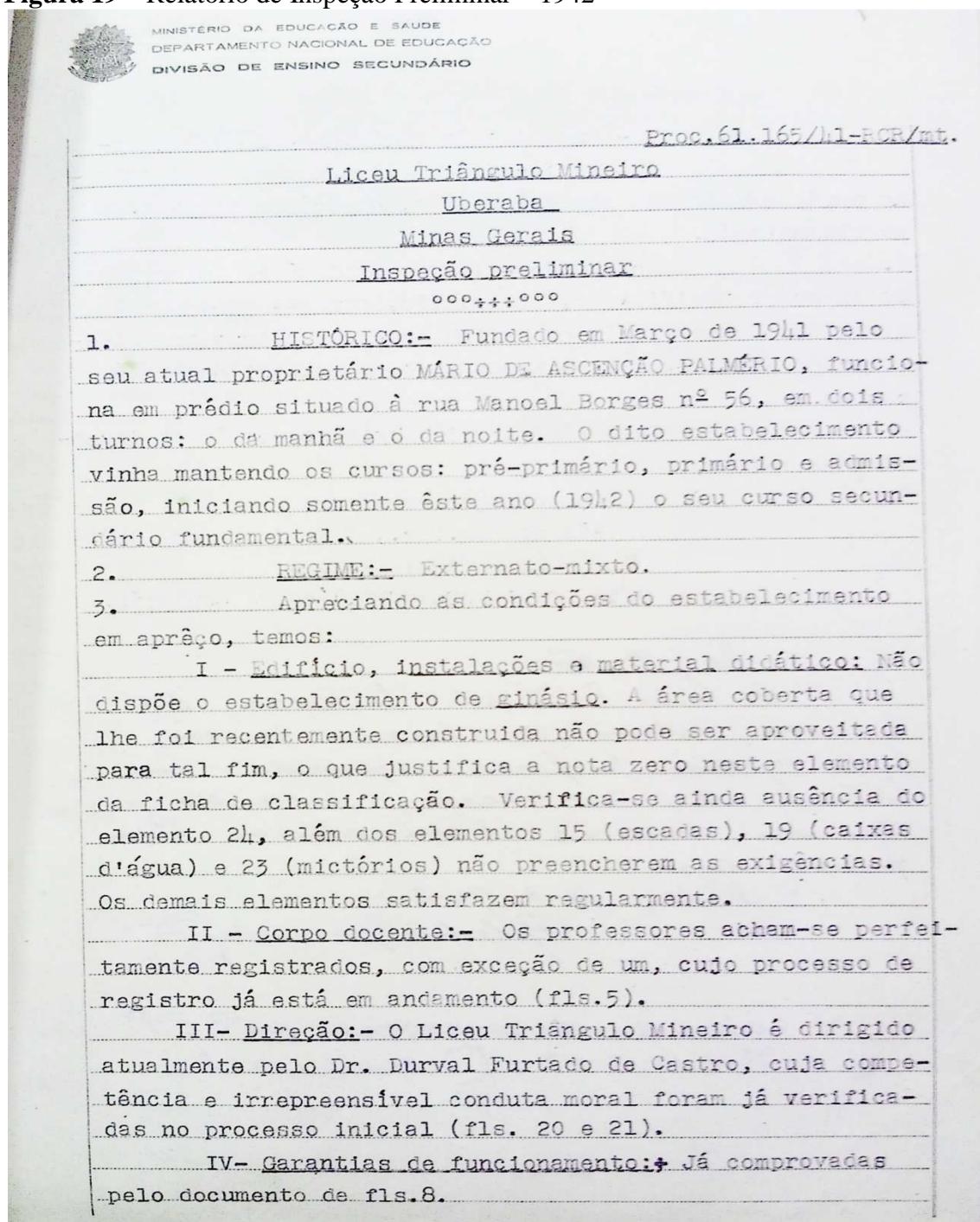
Ainda sobre o relatório, verifica-se que os inspetores avaliavam desde o espaço físico, materiais didáticos, bem como o corpo docente. Nesse sentido, as condições do prédio foram avaliadas e pelo relatório percebe-se que nem todas as exigências estavam atendidas:

Edifício, instalações e material didático, não dispõe do estabelecimento de ginásio. A área coberta que recentemente foi construída não pode ser aproveitada para tal fim, o que justifica a nota zero nesse elemento na ficha de classificação. Verifica-se ainda a ausência do elemento 24¹⁹, além dos elementos 15(escadas), 19 (caixas d'água) e 23 (mictórios) não preencherem as exigências. Os demais elementos satisfazem regularmente". (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Relatório Inspeção Preliminar, Proc. 61.165/41-RCPMT).

Os itens elencados no relatório de inspeção preliminar denotam as ideias higienistas presentes no período em apreço. Nesse sentido, a instituição devia apresentar as condições essenciais para o funcionamento e cumprimento dos preceitos higienistas. Entretanto, nota-se, no parecer final do inspetor federal, que foi conferido ao Liceu Triângulo Mineiro a seguinte ressalva: "O Liceu Triângulo Mineiro de Uberaba, Estado de Minas Gerais, falta apenas professor registrado em história da civilização, estando as demais condições eliminatórias tôdas [sic] preenchidas" (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Relatório Inspeção Preliminar, Proc. 61.165/41-RCPMT).

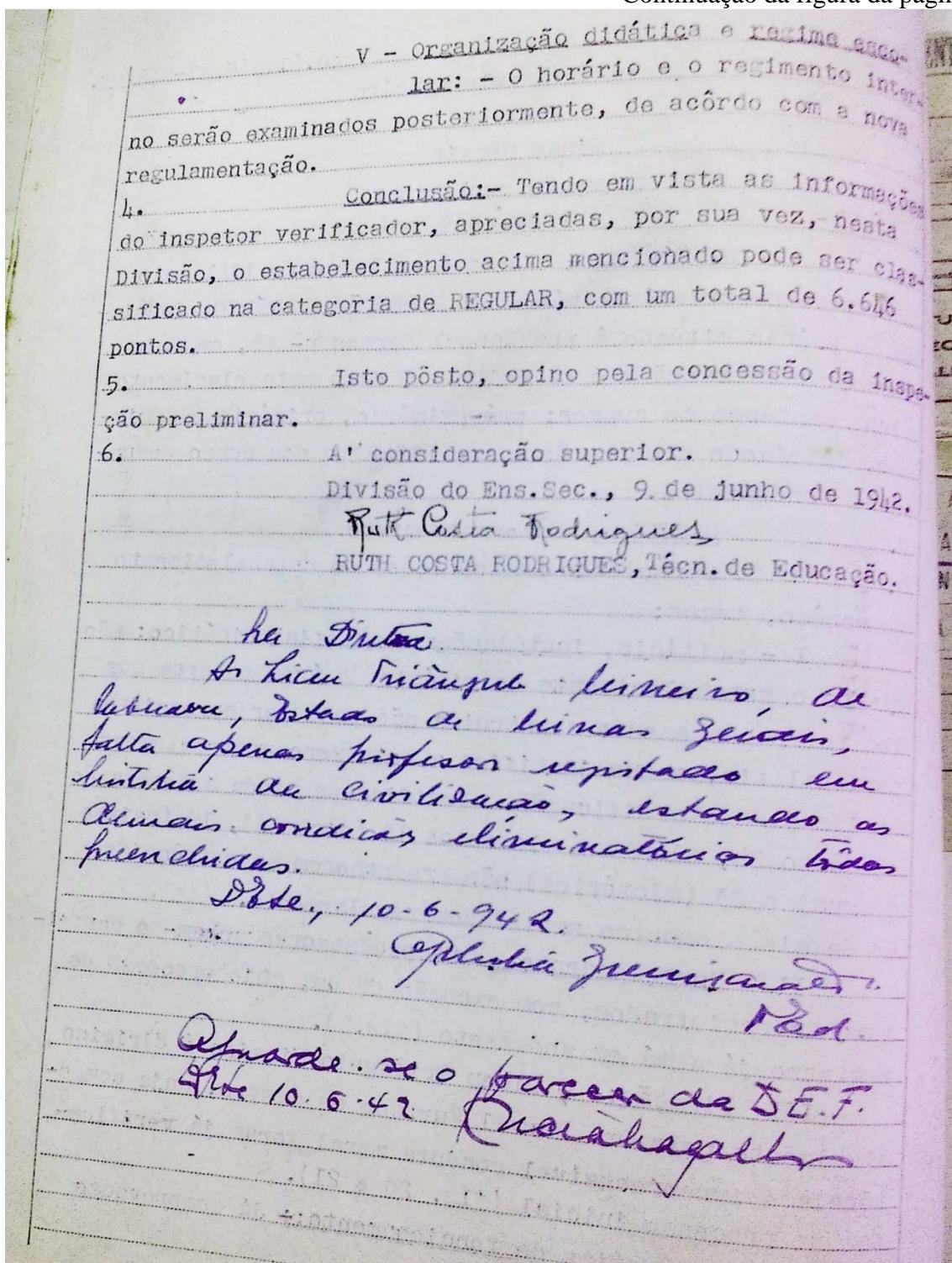
¹⁹ De acordo com documentação consultada no Acervo de Documentação Mário Palmério, o item 24 do Relatório de Inspeção Preliminar refere-se à bidets [sic].

Figura 19 – Relatório de Inspeção Preliminar – 1942



Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Uberaba

Continua na página 111



Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Uberaba

A Figura 20 permite conhecer a ficha de classificação do Liceu Triângulo Mineiro, classificado como categoria *Regular e pontuação de 6.646*.

Figura 20 – Ficha de Classificação do Liceu Triângulo Mineiro – junho/1942

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

DIVISÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO

FICHA DE CLASSIFICAÇÃO

ao Liceu Triângulo Mineiro
 Localidade: Uberaba

Estado Minas Gerais
 Rua Manoel Borges N.º 56

Data da Inspeção de 1942

Regime: Externato - misto
 (inter., exterr. ou semi-exterr.)

Outros Cursos Mantidos no Estabelecimento: pré-primário, primário, admissão
 (prim. compl., secund. etc.)

Mantido por particular
 (Gov. Estadual, Municipalidade, Associação ou particular)

DADOS RELATIVOS AO LOCAL:

Sistema de Esgoto: rede particular

Sistema de Abastecimento d'Água: rede pública

Dispõe de Rede Eléctrica? Sim

Dispõe de Canalização de Gás? Não

Meio de Transporte Disponíveis: Estrada de ferro Moçambique e Peste de Minas, linhas aéreas da Vasp e da Panair e numerosas linhas de ônibus

População da Cidade ou Localidade: 36.000 Hab. (1942)

Número total de estab. de ens. secundário fiscalizados na localidade.....

GRAPHICO RESUMINDO OS RESULTADOS OBTIDOS NAS CINCO DIVISÕES PRINCIPAIS

Divisão	Porcentagem
I - Local	80,4 %
II - Edifício	64,8 %
III - Instalações	63,7 %
IV - Salas de Aula	75,4 %
V - Salas especiais	55 %

CLASSIFICAÇÃO Categoria: Regular - 6.646 Pontos

Rio, 9 de Junho de 1942
 Mário Costa Rodrigues
 Diretor de Educ.
 A. Orientador

*Decisão取扱い
diretora*

Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Uberaba

Contrapondo o relatório de inspeção preliminar e a Ficha de Classificação, as informações apresentadas evidenciam que a instituição de Mário Palmério, mesmo não contemplando todos os critérios na avaliação e obtendo conceito *regular*, conseguiu liberação

para oferecer o 1º ciclo do ensino secundário. Nessa perspectiva infere-se que mesmo a instituição não satisfazendo todos os critérios de avaliação, isto não a impedia de funcionar.

Conforme descrito no relatório de inspeção preliminar, o então Liceu Triângulo Mineiro foi avaliado em 9 de junho de 1942 e, portanto, as Leis Orgânicas do ensino secundário estavam vigentes. Estas ocorreram em 9/4/1942, promulgadas pelo Decreto nº. 4.244/42. O ensino secundário foi dividido em 1º ciclo ginásial (4 anos) e 2º ciclo colegial (3 anos), bifurcado em clássico e científico. Os demais ramos do ensino secundário de caráter técnico/profissionalizante direcionavam àqueles que não iriam cursar o ensino superior.

Em 1943, Mário Palmério ofertaria o curso básico de comércio e outros correlacionados.

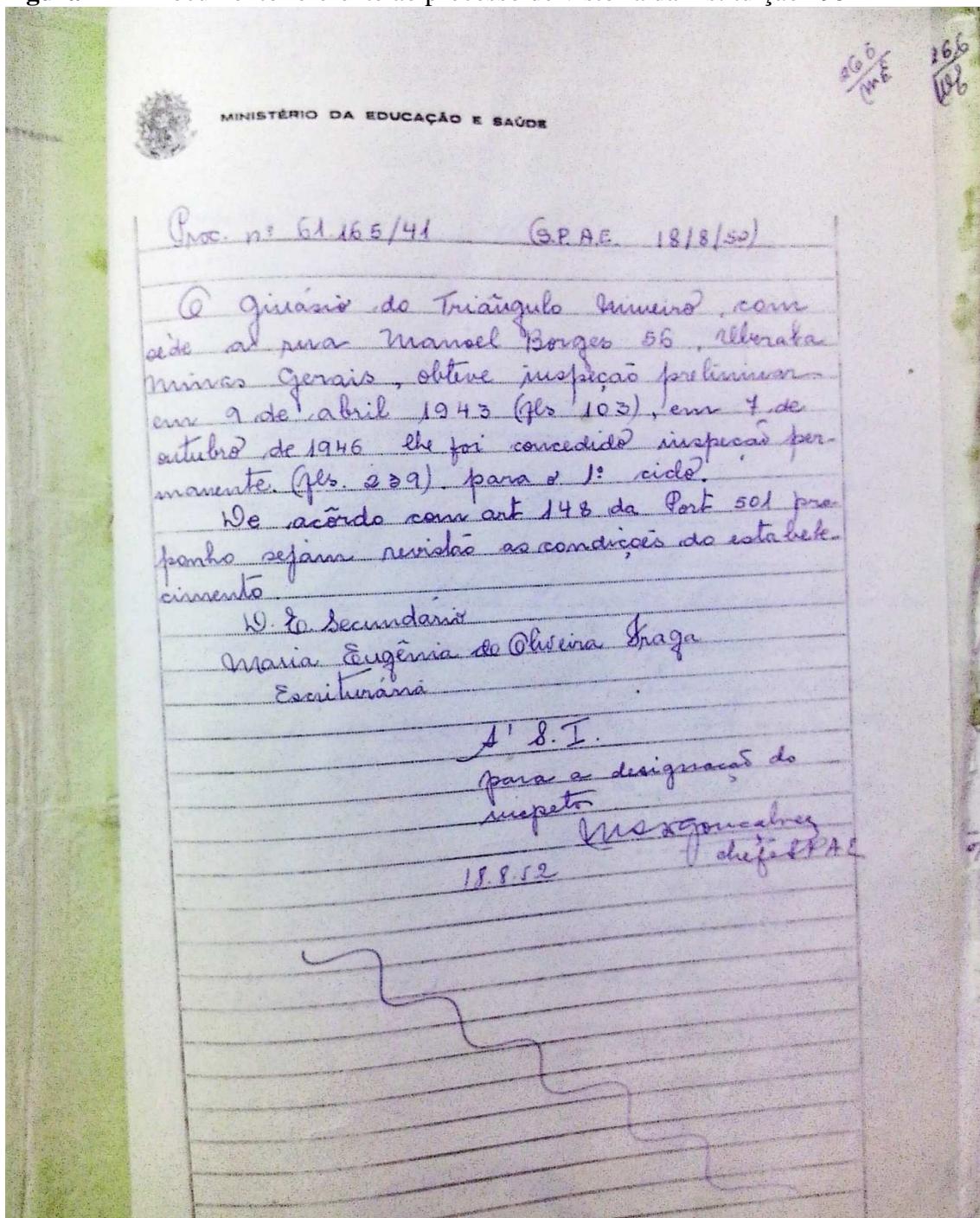
Figura 21 – Anúncio da Escola de Comércio – dezembro de 1942



Fonte: Fonseca (2010, p.145)

Em suma, a instituição de Mário Palmério conseguiu, em pouco tempo, a autorização para funcionar, sob regime preliminar, como ginásio, ofertando o 1º ciclo ginásial do ensino secundário e isso se efetuou em 9 de abril de 1943, ou seja, dez meses após a avaliação do edifício em que a instituição obteve conceito regular, não satisfazendo todas as exigências. Contudo, observa-se que a instituição obteve inspeção permanente somente em 7 de outubro de 1946. Após praticamente seis anos, a instituição teria nova vistoria para rever as condições do estabelecimento. O documento expresso na Figura 22 mostra esse espaço de tempo ocorrido para nova revisão das condições do edifício.

Figura 22 – Documento referente ao processo de vistoria da instituição 1952



Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Uberaba

Entretanto, quando se verifica o processo de ampliação do Ginásio Triângulo Mineiro é importante pontuar como isso se efetuou. Segundo Fonseca (2010, p. 139), Mário Palmério também teve ajuda do amigo pecuarista Afrânio Azevedo, o qual custeava a mensalidade e uniformes de 30 crianças que não possuíam condições financeiras.

O jornal Lavoura e Comércio (1941) publicou que Afrânio Azevedo colaborou para a manutenção financeira do estabelecimento de Mário Palmério:

Mas, são tão raros os atos dessa natureza, que merecem um registro todo especial, a recente determinação do Sr. Afranio Azevedo, abastado fazendeiro e pecuarista, neste município, que manterá á sua custa trinta alunos no Liceu Triângulo Mineiro de Uberaba, alunos escolhidos entre os meninos pobres e sem recursos desta cidade. Roupa, calçado e tudo mais de que necessitarem receberão os beneficiados do ser. Afranio de Azevedo, até a terminação do curso secundario. Aí está como se pratica a verdadeira e completa caridade. Aí está como se presta ao Brasil um serviço inestimável, pela reabilitação social e moral de elementos que se elevam de nível, para uma ação mais elevada e produtiva, em beneficio da pátria (JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, junho/1941).

Segundo o jornal, a ação do pecuarista contribuiu “para uma ação mais elevada e produtiva, em benefício da pátria”. Os termos inferem que os “pobres meninos” precisavam ser conduzidos para a elevação não só social, mas introjetar e/ou desenvolver uma moral que coadunava com o Estado Novo.

Afrânia Azevedo vendeu para Mário Palmério um terreno situado em área central da cidade de Uberaba, local em que seria construída a nova sede do Ginásio Triângulo Mineiro. A escritura pública, datada de 23/01/1943, apresenta a descrição do terreno, o qual foi vendido a dez contos de reis (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO MÁRIO PALMÉRIO, Escritura Pública de 23/10/1943, Livro 34, Fl. 144).

Mário Palmério tratou logo de anunciar como seriam os espaços destinados à nova sede do Ginásio Triângulo Mineiro:

Aqui no pavilhão “Afrânia Azevedo”, por exemplo, todo o pavimento térreo é reservado à administração e ao corpo docente. [...] No 2º pavimento, como se pode ver, há apenas o “auditorium”. Este salão com capacidade para mais de 800 pessoas é destinado às solenidades, festas, projeções de filmes sonoros, conferências, etc. Tem, para isso, cabine e tela de projeção, palco desmontável, balcão para orquestra e ainda uma sala para *toilette* de senhoras. Nenhum trânsito de alunos se processa nesta parte do colégio, em seus trabalhos escolares normais [...] (FONSECA, 2010, p.155, grifo do autor).

Em relação aos laboratórios, o professor expôs os detalhes dos ambientes, materiais e método:

Os laboratórios, como já se disse, são amplos e construídos de acordo com as mais modernas e rigorosa (sic) instruções. Cada um conta com uma mesa especial, toda construída de material resistente aos ácidos e com todas as instalações: pias para lavagens de frascos, tomadas para força, luz e rádio, tomadas para gás, fontes de calor, etc. O de Química possui uma “capela” para a preparação de ácidos e para a manipulação de reações que desprendem gazes. Todos os seus armários são de alvenaria, revestida de azulejos. Os quadros negros são todos construídos na própria parede e feitos com matéria plástica apropriada, de cor e superfície obedecendo a sua

própria técnica. Sobre os quadros negros, em todas as salas há uma tela de projeção, já que o ensino moderno não dispensa mais a fotografia animada, método didático que é surpreendente, principalmente no ensino das ciências e das línguas vivas. As poltronas são todas individuais e dispostas em “anfiteatro”, permitindo uma perfeita visão, audição e conforto do estudante. (FONSECA, 2010, p.155).

Sobre esse aspecto, infere-se que nenhum espaço é neutro e, portanto, até a disposição desses mobiliários coadunavam com as ideias vigentes no período em que foi realizada a arquitetura daquele edifício. Para isso, podemos nos reportar a Viñao Frago e Escolano (2001, p.26) que explicam:

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos. Ao mesmo tempo, o espaço educativo refletiu obviamente as inovações pedagógicas, tanto em suas concepções gerais como nos aspectos mais técnicos.

As práticas esportivas também eram condizentes com os ideais da época e, sendo assim, Mário Palmério destacava a área da sede destinada à saúde e estética dos alunos:

As duas piscinas que se vêem e que, mal desmontados estes andaimes, serão iniciadas, são o que há de mais moderno. Esta, a grande, é de dimensões padronizadas, para competições oficiais. É a piscina conhecida como “olímpica”, cheia de majestade, com seu trampolim de 10 metros. Esta, a menor, isto é, bem mais estreita, é o “cocho de aprendizagem”, na gíria dos esportistas. Aqui aprende o aluno as suas primeiras lições na água e aqui ele permanece até que conheça perfeitamente, bem os segredos da natação. Só então lhe é permitido passar para a maior. O “cocho” é pouco profundo e tem o mesmo comprimento da piscina olímpica, o que afasta qualquer perigo de acidente e oferece as mesmas vantagens nos treinamentos de velocidade e resistência. A natação, como, aliás, qualquer esporte, não pode ser praticada sem assistência técnica constante e competente. E essa assistência não faltará [...]. A natação é a “cachaça” dos alunos aqui do Ginásio. E eu, em vez de lhes criar embaraços, abro-lhes facilidades para praticá-la. (FONSECA, 2010, p. 156).

Mário Palmério antecipava suas ações educativas na cidade e sempre procurava o jornal Lavoura e Comércio, o que, conforme Fonseca (2010, p.141-149), pode ser explicado pela proximidade que ele tinha com o dono do veículo, Quintiliano Jardim.

Nesse sentido, Campos (2012, p. 66) explica que os anúncios jornalísticos não são isentos de valores, subjetividades, ideologias e, portanto, aqueles que os utilizam como fontes devem ter discernimento para as análises. Dessa forma, a autora explica que:

Para aqueles que buscam a veracidade objetiva na fonte, nada menos confiável do que a imprensa. Entretanto, para os historiadores que buscam pistas verossímeis sobre o passado, talvez aí esteja nada mais próximo da cultura de um tempo. Aqueles que compreendem que qualquer fonte histórica, e não apenas os jornais, necessitam ser problematizada não apenas em relação ao que está (ou não) escrito, mas também em relação a como está escrito; aqueles que compartilham da crença de que toda fonte é parcial e fragmentada por excelência, contendo mesmo uma boa dose de ficção, não se atemorizam diante de tais relatos de autores. Antes de tudo, caminham ao lado da comprovação da parcialidade das fontes, fazendo dessa realidade a sua *verdade possível* (CAMPOS, 2012, p.66, grifo do autor).

É justamente nessa perspectiva que fazemos os estudos com jornais e outros documentos para o contexto em análise.

Em 1943, Mário Palmério assina contrato com a Caixa Econômica Federal visando o financiamento para construção da nova sede de sua instituição. A ampliação não ocorreria apenas com o intuito de manter o 1º ciclo ginásial do ensino secundário e sim implantar o 2º ciclo – *o colegial*.

Figura 23 – Assinatura do contrato com Caixa Econômica Federal – outubro de 1943

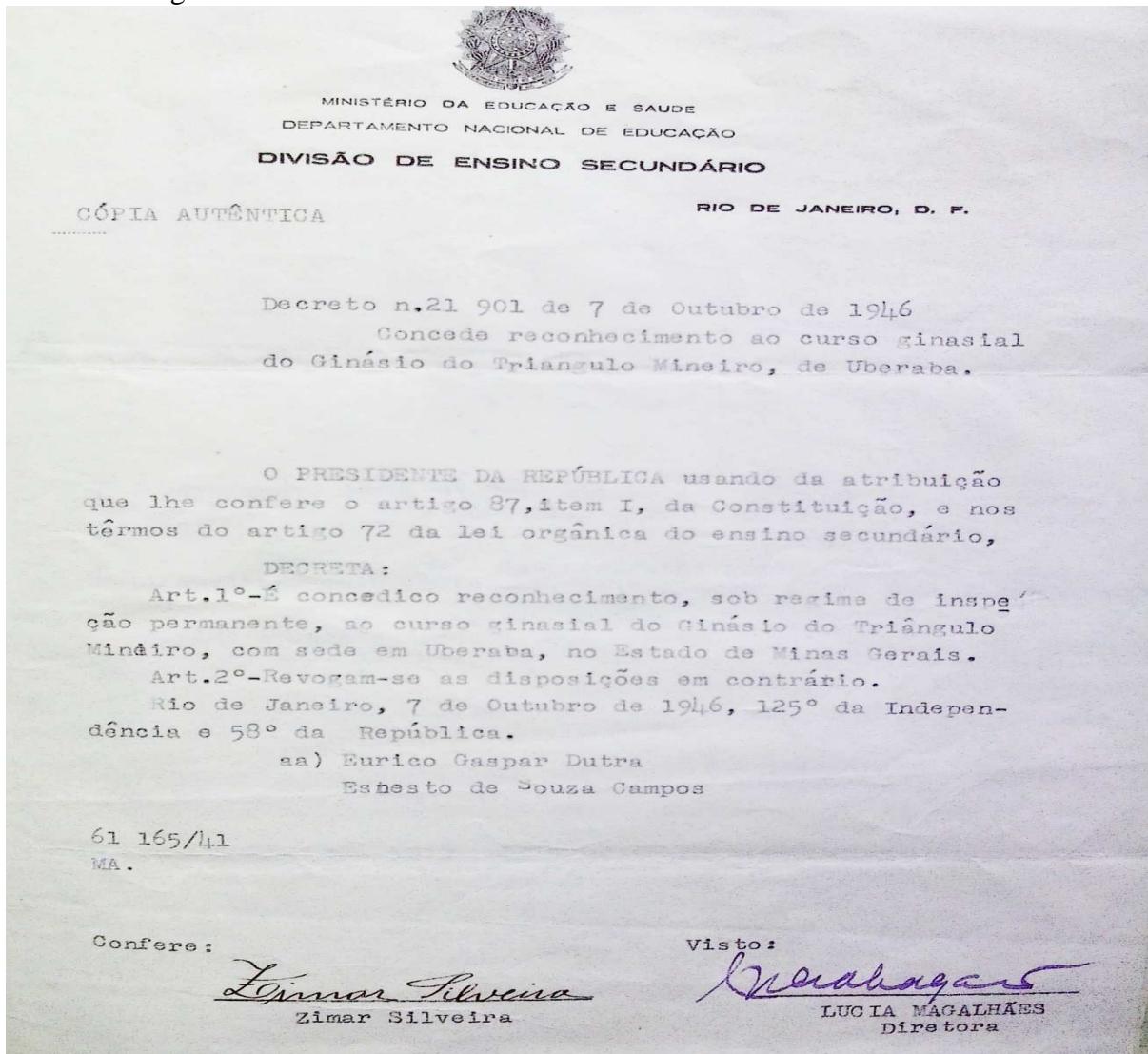


Fonte: Centro de Documentação Mário Palmério

Conforme citado anteriormente, Mário Palmério tinha como objetivo a implantação do 2º ciclo *curso colegial*. Nesse sentido, percebe-se que, mesmo antes de obter a inspeção permanente para o curso ginásial, Mário Palmério já providenciava o local para o funcionamento do 2º ciclo. Com a nova sede, ele teria mais probabilidade de conseguir a autorização para esse propósito. Dessa forma, a nova sede foi inaugurada em 1945 e contou com a presença de autoridades da cidade (FONSECA, 2010, p. 95-96)

O Decreto exposto na Figura 24, de 7/10/1946, mostra que o Ginásio Triângulo Mineiro obteve inspeção permanente somente nessa data. Sendo assim, permaneceu durante praticamente três anos sob inspeção preliminar.

Figura 24 – Cópia do Decreto nº 21901 de 7/10/1946 – Reconhecimento curso Ginásial do Ginásio Triângulo Mineiro.



Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Uberaba

O Relatório de Inspeção, datado de 16/9/1946, mostra que a instituição passou por nova vistoria antes da liberação da inspeção permanente:

A situação do estabelecimento é boa, funciona em edifício próprio, cujas instalações lhe mereceram a categoria de bom, com 8859 pontos. Tem professores registrados em todas as disciplinas e devidamente contratados. O depoimento do inspetor, relativo ao período de inspeção preliminar, é favorável (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Relatório de Inspeção Federal, 16/9/1946).

Nesse sentido, o parecer final, transcrito a seguir, endossa a concessão de inspeção permanente: que ao “GINÁSIO TRIÂNGULO MINEIRO podem ser concedidas as prerrogativas de estabelecimento livre sob regime de inspeção permanente nos termos da legislação vigente” (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Parecer n. 190 da Comissão de Ensino Secundário).

Diante do exposto até o momento, verifica-se que o então *Liceu Triângulo Mineiro* permaneceu oficialmente com essa denominação até 1942, ano em que requereu inspeção prévia e, posteriormente, em abril de 1943, obteve inspeção preliminar para funcionar como *Ginásio*. Com a publicação do Decreto nº. 21.901, de 7 de outubro de 1946, teve a inspeção permanente para o 1º ciclo do ensino secundário – o *Ginasial*.

Em 1947, Eurico Gaspar Dutra era o presidente do Brasil, momento em que houve uma democratização, após o fim do autoritarismo disseminado pelo Estado Novo. Foi nesse contexto que houve a autorização para a instituição de Mário Palmério funcionar enquanto *Colégio*.

Conforme documento consultado na Superintendência Regional de Ensino de Uberaba, datado de 27 de janeiro de 1947, o Ginásio Triângulo Mineiro consegue autorização para funcionar como colégio:

DIVISÃO DE ENSINO SECUNDÁRIO. Rio de Janeiro, D.F. Decreto nº 22 523 de 27 de janeiro de 1947. Autoriza o Ginásio do Triângulo Mineiro, com sede em Uberaba, no Estado de Minas Gerais, a funcionar como Colégio. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos termos da Lei Orgânica do Ensino Secundário e do decreto-lei nº 4.245, de 9 de abril de 1942, DECRETA: Art. 1º - O Ginásio do Triângulo Mineiro, com sede em Uberaba, no Estado de Minas Gerais, fica autorizado a funcionar como colégio. Art. 2º - A denominação do estabelecimento de ensino secundário de que trata o artigo anterior passa a ser Colégio do Triângulo Mineiro. Art. 3º O reconhecimento, que pelo presente decreto é concedido ao Colégio do Triângulo Mineiro, considerar-se-á, quanto aos seus cursos clássico e científico, sob regime de inspeção preliminar. Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1947, 126º da Independência e 59º da República. (ass.) Eurico G. Dutra, Clemente Mariani Bittencourt”. (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Decreto nº 22 523 de 27/1/1947).

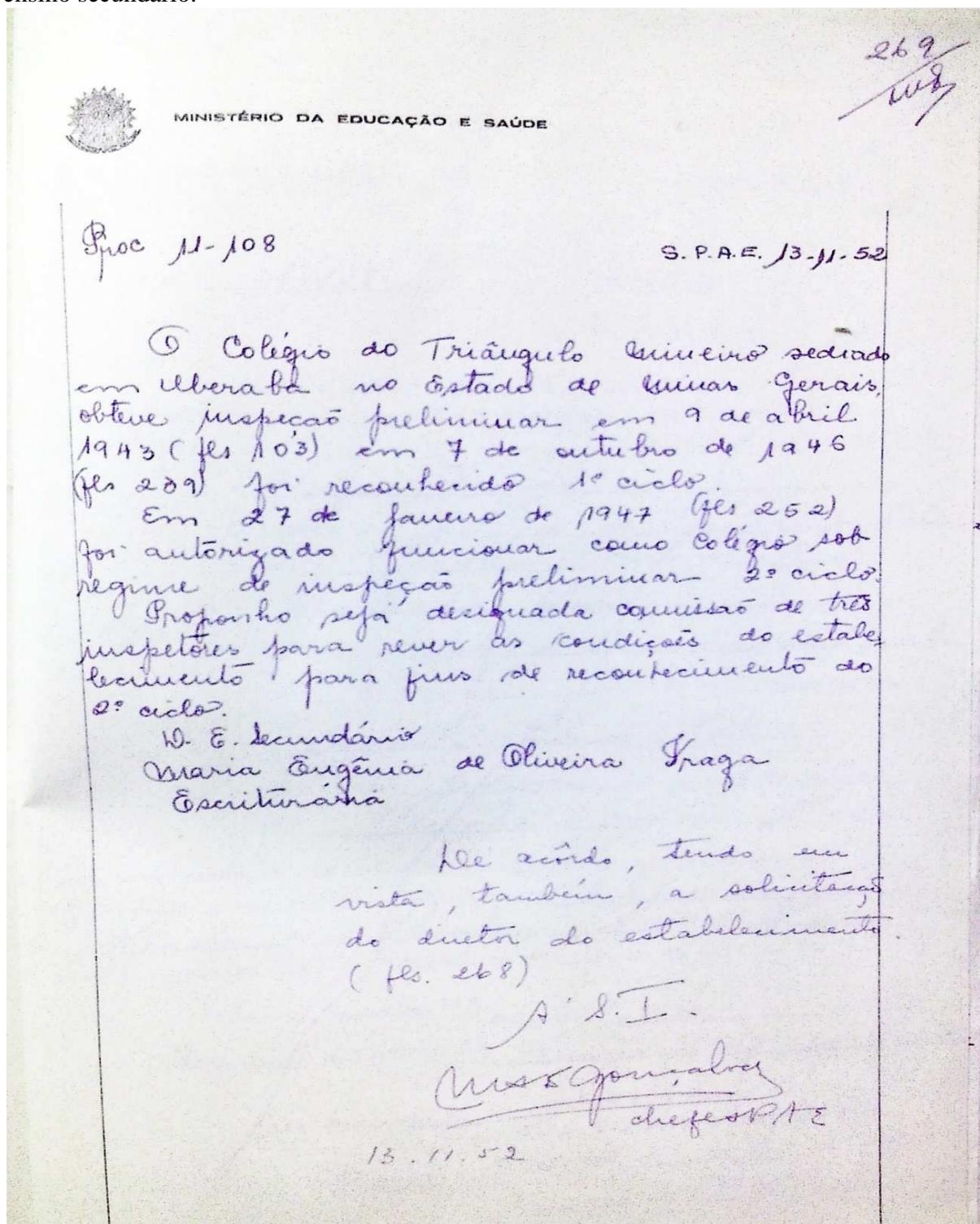
Figura 25 – Anúncio da nova sede do Colégio Triângulo Mineiro



Fonte: Fonseca (2010, p. 165).

A Figura 26 mostra que o Colégio Triângulo Mineiro obteve vistoria para reconhecimento somente em 1952.

Figura 26 – Documento referente à nova vistoria para fins de reconhecimento do 2º ciclo do ensino secundário.



Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Uberaba

Contudo, antes do reconhecimento do 2º ciclo do ensino secundário, Mário Palmério almejava oferecer cursos de terceiro grau. Isso pode ser percebido, quando se analisa o texto publicado no Jornal Lavoura e Comércio:

De Ginásio a Colégio e de Colégio a Universidade. Quem o duvida? Os progressos da organização do prof. Mário Palmério se acentuam a passos gigantes. Se ele meter ombros à conquista maior da Universidade do Triângulo Mineiro, podemos contar certo com este cometimento. Porque com ele estará não somente Uberaba, como todas as outras comunas desta região, para apoiar o jovem professor, pioneiro destacado da causa da instrução em terras mineiras, na sua escalada sempre para o alto, cada vez mais para o alto (FONSECA, 2010, p.164).

E isso se efetivou após a implantação do 2º ciclo do curso secundário, quando, no ano de 1947, foi oferecido curso de odontologia e posteriormente em outras áreas do ensino superior.

Em relação à implantação do curso de 2º ciclo do Colégio Triângulo Mineiro é importante destacar que, a partir de 1945, ocorreu uma “aceleração do modelo econômico de substituição de importações, com base em um Estado populista-desenvolvimentista” (ZOTTI, 2004, p. 94). De acordo com a autora, com a promulgação da Constituição de 1946, a educação passa a ser um “direito de todos”. Nessa perspectiva, o Brasil retoma a redemocratização, com Dutra sendo eleito pelo voto popular. A inserção da população na vida política requereria eleitores alfabetizados e, portanto, o acesso ao voto retratou o papel que a educação desempenhou nesse aspecto, bem como de preparar o povo para o desenvolvimento do Brasil.

Nesse sentido, quando se analisa o Decreto-Lei nº 7.637, de 12 de junho de 1945, que trata sobre a não cobrança de taxas aos estabelecimentos de ensino privado, verifica-se que no Artigo 1º isso aconteceria nos seguintes níveis de ensino: “Ficam extintas as taxas de inspeção que recaem sobre [sic] os estabelecimentos particulares de ensino superior, secundário e comercial”. Por conseguinte, os estabelecimentos ofereceriam matrículas gratuitas em internato, semi-internato ou externato.

Cabe ressaltar que o número de matrícula, destinado para esse fim, corresponderia a cinco por cento da capacidade total de cada regime que o estabelecimento oferecesse. Depreende-se que já havia a preocupação de expandir a escolarização da população, pois ela deveria atender às novas demandas sociais e econômicas que o País precisava. Getúlio Vargas e Gustavo Capanema assinaram esse decreto. Dessa forma, as instituições particulares ficariam isentas da taxa de inspeção, porém receberiam aqueles que não poderiam pagar os estudos.

Assim, no Artigo 2º desse decreto fica claro o que as instituições deveriam ofertar:

Os estabelecimentos beneficiados pelo disposto no artigo anterior porão á disposição do Governo-Federal, de acordo com as instruções que vierem a

ser baixadas pelo Ministro da Educação e Saúde, matrículas gratuitas em internato, semi-internato ou externato, em número correspondente a cinco por cento da capacidade total de cada um (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Decreto-Lei nº 7 637 de 12 de junho de 1945).

Em 30 de julho de 1945, o Artigo 2º seria modificado pelo Decreto-Lei nº 7.795 trazendo o seguinte teor: “Os estabelecimentos beneficiados reservarão anualmente lugares gratuitos e de *contribuição reduzida*, perfazendo valor correspondente a cinco por cento do montante de sua arrecadação a título de ensino” (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Decreto-Lei nº 7.795 de 30/07/1945).

Percebe-se que a alteração no artigo correspondeu não só a uma reserva de “lugares gratuitos”, mas também à *contribuição reduzida*, o que possibilitou a ampliação do atendimento a mais alunos. Como forma de organizar o disposto no Decreto-Lei nº 7.795, foi publicada a Portaria nº 559, de 16 de novembro de 1945, garantindo a execução do processo de liberação de vagas gratuitas ou contribuição reduzida.

Os pedidos de gratuidade ou *contribuição reduzida* seriam encaminhados ao diretor da instituição educativa e posteriormente a uma comissão que avaliaria as solicitações. As avaliações realizadas por essa comissão eram encaminhadas ao Departamento Nacional de Educação. Reportando aos artigos que expressam essas formalidades temos:

Art. 1º - Os candidatos a lugares gratuitos [sic] ou de contribuição reduzidas nos estabelecimentos particulares de ensino superior, secundário e comercial, deverão requerer o favor, anualmente, ao diretor do estabelecimento em que pretendam matrícula, apresentando os motivos que justifiquem a concessão; § 1º - Os pedidos feitos ao diretor geral do D.N.E, serão encaminhados ao estabelecimento de ensino da própria localidade ou da mais próxima daquela em que residirem os candidatos. § 2º - Em relação a localidade em que haja mais de um estabelecimento de ensino, guardará o diretor geral do D.N.E, na distribuição dos pedidos, justa proporção entre os estabelecimentos (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Portaria nº 559 de 16/11/1945).

O referido documento ainda dispunha como a Comissão de Avaliação procederia para os critérios de avaliação:

Art. 3º - Poderá a Comissão exigir dos candidatos a apresentação dos documentos que julgar necessários para a comprovação dos motivos por êles alegados e, bem assim, proceder a diligências complementares ao seu perfeito juízo sobre as condições morais e econômicas de cada candidato, e de sua adaptação ao regulamento do estabelecimento em que deva ser matriculado (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Portaria nº 559 de 16/11/1945).

Nota-se que o candidato não seria avaliado apenas quanto à situação econômica, mas também pelas questões morais, as quais poderiam ser aceitas e ou refutadas pela instituição. Ainda em relação a esse documento o Art. 6º expressa que:

Quando, por qualquer motivo, o montante de favores distribuídos fôr inferior a 5% da arrecadação feita, pelo estabelecimento, a título de ensino no ano anterior, recolherá o estabelecimento em causa até o dia 30 de abril, à Tesouraria do Ministério da Educação e Saúde, importancia correspondente aos favores não distribuídos (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Portaria nº 559 de 16/11/1945).

Dessa forma, os estabelecimentos de ensino repassariam ao Ministério da Educação e Saúde valor que não foi computado aos 5% da arrecadação, ou seja, não era viável para a instituição não atender ao percentual de favores predeterminados na Portaria nº 559 de 16 de novembro de 1945.

Nota-se que a extinção de taxas de inspeção que as instituições particulares de ensino secundário pagavam, tornaram-se subsídios, ou seja, aqueles estabelecimentos concederiam bolsas aos alunos sem recursos para custear os estudos.

O Estado não assumiu a escola pública, em especial de ensino secundário, mas precisava escolarizar a população. Isso coadunava com o processo de “democratização do ensino”, que estava correlacionado com as novas demandas sociais, políticas e econômicas do Brasil. Era fundamental escolarizar a população para aí sim proporcionar o desenvolvimento do País.

Essas informações tornam-se importantes para situar o Colégio Triângulo Mineiro na legislação que estava vigente, uma vez que perceberá número significativo de “favores” e “contribuição reduzida” ofertadas nessa instituição.

A documentação levantada pela pesquisa evidencia uma preocupação quanto ao que era arrecadado e disponibilizado para atender ao disposto nos Decretos-Lei nº 7.637 e nº 7.795.

Cabe ressaltar que em 27 de outubro de 1948, quando Getúlio Vargas não estava no poder, foi publicada a Portaria nº 583 que expediu novas instruções para a concessão de bolsas e ou contribuição reduzida. Nesse momento, Eurico Gaspar Dutra era o presidente do Brasil e o Ministro da Educação era Clemente Mariani.

Dessa forma, no que refere à composição da Comissão de Avaliação, ela seria integrada pelo diretor do estabelecimento de ensino, por um representante da inspetoria federal e por um “decano do corpo docente”.

Em relação aos critérios para concessão de matrículas gratuitas ou contribuição reduzida, verifica-se que outros itens seriam considerados no processo de avaliação: “a) aproveitamento escolar; b) necessidade de auxílio material; c) bom comportamento escolar” (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Portaria nº 583 de 27/10/1948).

A legislação também faz referência quando o estabelecimento não pudesse atender ao número de candidatos que procurassem pelo benefício: Art. 7º “encaminhamento dos candidatos não atendidos a outros estabelecimentos locais, que se acharem em condições de beneficiá-los” (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Portaria nº 583 de 27/10/1948).

Nesse sentido, permanecia a “redemocratização do ensino”, cabendo à instituição avaliadora se encarregar, quando não possível atender à solicitação, encaminhar o solicitante a outros “estabelecimentos locais” que iriam suprir a demanda.

Em relação ao número de favores concedidos pelo Colégio Triângulo Mineiro, verifica-se que considerando o percentual de 5% da arrecadação obtida pela instituição no ano de 1946, ela destinou 7,9%, algo que aparentemente pode parecer um número pequeno, principalmente quando se pensa em “equilíbrio econômico”. E isso se torna importante quando se analisa a explanação que Mário Palmério fez em 08/01/1942 no jornal Lavoura e Comércio: “Preciso de alunos e mais alunos para manter o equilíbrio econômico”. Dessa maneira, depreende-se que aquele percentual de favores destinados em 1946 causaria um significativo impacto financeiro.

A Figura 27 mostra o documento referente ao valor dos favores distribuídos em 1946 e, de acordo com as informações, nota-se que do total de valores a serem concedidos, ou seja, Cr\$ 9.540,00 (nove mil, quinhentos e quarenta cruzeiros), o que foi realmente efetivado na instituição correspondeu valor bem maior: Cr\$ 15.260,00 (quinze mil, duzentos e sessenta cruzeiros. Portanto, Cr\$ 5.720 (cinco mil, setecentos e vinte cruzeiro) a mais que o estimado.

Figura 27 – Valor dos favores distribuídos em 1946

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE Diretoria de Ensino Secundário					
Estabelecimento - GINÁSIO DO MUNICÍPIO VINTIMILHA					
Montante da arrecadação, o título de ensino, no corrente ano letivo de 1946..... Cr\$ 3 , 190.800,00					
Valor dos favores a distribuir neste exercício..... Cr\$ 3 , 9.540,00					
Valor dos favores distribuídos..... Cr\$ 3 , 15.260,00					
Salas a recolher..... Cr\$ 3 , -----					
Salvação dos alunos beneficiados em 1946:					
Carimbo - Inspeção Estadual					
Nome	Curso	Série	Valor da ajuda, reembolsado	Valor da ajuda, a ser paga	Valor do favor concedido
1-Ester Gomes.....	Alimental	5a.	900,00	650,00	250,00
2-Sebastião J. L. Vaz.....	"	2a.	700,00	720,00	80,00
3-Antônio Antônio Ribeiro.....	"	1a.	1000,00	340,00	680,00
4-Francisco Valente de Mina.....	"	"	1000,00	750,00	250,00
5-Carla Costa da Cunha.....	"	2a.	800,00	-----	800,00
6-Olga Alves Maia.....	"	"	800,00	-----	800,00
7-Vitor Hugo Brás.....	"	5a.	900,00	-----	900,00
8-Víldeo Dantas de Oliveira.....	"	5a.	900,00	-----	900,00
9-Otto Magenda da Cunha.....	"	1a.	1000,00	-----	1000,00
10-Agostina R. da Cunha.....	"	5a.	900,00	-----	900,00
11-Luizinho Mendonça.....	"	3a.	900,00	-----	900,00
12-Saulo José Beppelio.....	"	5a.	900,00	-----	900,00
13-Bento Juliano.....	"	5a.	900,00	-----	900,00
14-Clarisse Silveira.....	"	1a.	1000,00	-----	1000,00
15-Maria da L. L. da Costa.....	"	2a.	800,00	-----	800,00
16-Elson Miranda.....	"	2a.	800,00	-----	800,00
17-Aguinaldo Barbosa.....	"	2a.	800,00	-----	800,00
18-Enotor Melo de N.....	"	1a.	1200,00	-----	1000,00
19-Demétrio Ostentoso.....	"	1a.	700,00	500,00	200,00
20-Maria Salvador.....	"	1a.	700,00	-----	700,00
21-José Ferreira.....	"	1a.	700,00	-----	700,00
Nome.....				Cr\$ 3	15260,00
Uberaba, 10 de Março de 1946					
<i>Elsa Palmeiro Baggio</i> Dirigente				<i>José Teixeira</i> Inspetor Palmeiro	
<i>M. T. B.</i> Membro do Corpo docente					

Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Uberaba

Em 1947, o número de favores também ultrapassaria os 5% determinados pela legislação vigente. Dos Cr\$ 13.650,00 (treze mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros) que a instituição deveria distribuir em favores, eles chegaram a Cr\$ 14.420,00 (quatorze mil, quatrocentos e vinte cruzeiros), um percentual de 5,3% a mais do disponível para aquele ano em exercício.

Figura 28 – Valor dos favores distribuídos em 1947

<u>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE</u>					
<u>Diretoria do Ensino Secundário</u>					
<u>Estabelecimento: - COLÉGIO DO TRIÂNGULO MINEIRO</u>					
Montante da arrecadação, a título de ensino, no corrente ano letivo de 1947.....			Gr \$ 275.000,00		
Valor dos favores a distribuir neste exercício.....			Gr \$ 15.650,00		
Valor dos Favores distribuídos.....			Gr \$ 14.420,00		
Saldo a receber.....			Gr \$ -----		
<u>Relação dos alunos beneficiados no ano de 1947:</u>					
<u>Regime: - Inspeção Federal</u>					
<u>Permanentes</u>					
Nomes	Curso	Série	Valor da anuidade regular.	Valor da anuidade a ser pg	Valor do favor concedido
1-Valdo Vieira.....	Ginas.	3a.	900,00	-----	900,00
2-Victor Ayelmo Barros.	Colegio	1a.	1300,00	-----	1300,00
3-Maria José de Minas...	Ginas.	2a.	900,00	680,00	120,00
4-Aquinoia B. de Paula..	"	3a.	900,00	-----	900,00
5-José Alberto Pinheiro..	"	2a.	800,00	400,00	400,00
6-Newton de Lima.....	"	1a.	1000,00	400,00	600,00
7-Maria Dinae B. Meirelles	"	1a.	700,00	500,00	200,00
8-Sebastiana T. da Silva.	"	3a.	900,00	800,00	100,00
9-Maria Rosa do Oliveira.	"	1a.	700,00	-----	700,00
10-Olga Alves Maia.....	"	3a.	900,00	-----	900,00
11-Victor Hugo Braz.....	"	1a.	1000,00	-----	1000,00
12-Wilson Damas da Olivei.	"	1a.	1000,00	-----	1000,00
13-Joel Antônio de Faria...	"	2a.	800,00	-----	800,00
14-Edson Miranda.....	"	3a.	900,00	-----	900,00
15-Riley José Sampaio....	"	1a.	1000,00	-----	1000,00
16-Agostinho Rezende da C.	"	1a.	1000,00	-----	1000,00
17-Hesio Juliano.....	"	1a.	1000,00	-----	1000,00
18-Maria de Lourdes Luiz da Costa.....	"	3a.	900,00	-----	900,00
19-Valdine Agrínia Gaspar.	"	1a.	700,00	-----	700,00
T o t a l			Gr \$ 14.420,00		
<u>Uberaba, 1º de Março de 1947</u>					
<u>Diradora</u> <u>Prof. Maria Elisa P. Salguei.</u>					
	<u>Inspector Federal</u> <u>Dr. Jorge Antônio Prange.</u>				
<u>Membro do Corpo Docente</u>					

Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Uberaba

Verifica-se também que os números de favores eram concedidos principalmente aos alunos do curso ginasial. Em 1949, constata-se que o número de favores distribuídos também ultrapassou os 5% e os contemplados foram os alunos oriundos do curso Ginasial.

Quadro 20 – Valor dos favores distribuídos pelo Colégio Triângulo Mineiro em 1949.

Montante de arrecadação, a título de ensino no último ano	Cr\$ 280.000,00
Valor dos favores a distribuir no corrente exercício	Cr\$ 14.000,00
Valor dos favores distribuídos	Cr\$ 22.850,00
Saldo a recolher	-----

Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Uberaba²⁰.

Do total arrecado pela instituição, (Cr\$ 280.000,00) duzentos e oitenta mil cruzeiros, foram disponibilizados mais de 5% para os favores ou contribuição reduzida, correspondendo a Cr\$ 22.850,00 (vinte e dois mil, oitocentos e cinquenta cruzeiros).

Verifica-se que o Colégio Triângulo Mineiro disponibilizava significativo valor para atender aos favores e ou contribuição reduzida.

Percebe-se, em documentos consultados na Superintendência Regional de Ensino de Uberaba, que entre os anos de 1951 a 1957, os valores de favores e ou contribuição reduzidas foram aumentando gradativamente. O Quadro 21 apresenta a consolidação desses valores.

Quadro 21 – Valores dos favores distribuídos pelo Colégio Triângulo Mineiro entre os anos de 1951 a 1959.

Ano	Valores dos favores a distribuir	Valor dos favores distribuídos
1951	Cr\$ 18.152,10	Cr\$ 19.000,00
1952	Cr\$ 24.434,10	Cr\$ 25.600,00
1954	Cr\$ 46.611,60	Cr\$ 59.320,00
1955	Cr\$ 46.611,60	Cr\$ 59.900,00
1957	Cr\$ 120.574,70	Cr\$ 139.000,00
1959	Cr\$ 258.116,00	Cr\$ 259.450,00

Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

Contudo, ressalta-se que no ano de 1959 houve uma redução quanto ao valor de favores. Isso fica evidente, quando se compara com os anos anteriores. Não foi possível encontrar documentos que evidenciassem os possíveis motivos para esse acontecimento.

Dessa forma, a gênese do Colégio Triângulo Mineiro apresenta o quanto a instituição foi ampliando a oferta de cursos e, em função dessa demanda em 1945, inaugurou-se a nova sede situada em área central de Uberaba, na Av. Guilherme Ferreira. Nesse sentido, a gênese do Colégio Triângulo Mineiro originou-se no período do Estado Novo, quando Getúlio Vargas governava o Brasil e tinha como ministro da Educação, Gustavo Capanema, ano que promulgou as Leis Orgânicas do Ensino Secundário. Quando ocorreu a queda de Vargas (1945), Eurico Gaspar Dutra torna-se o presidente do Brasil. Contudo, as leis que

²⁰Mantiveram-se os termos encontrados no documento consultado na Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

regulamentavam a educação brasileira, em especial o ensino secundário, permaneceram sob a égide da Reforma Capanema.

Em relação ao aspecto econômico e social, o Brasil apresentava desenvolvimento nacionalista e a população queria maior participação na vida econômica e política, sendo fundamental a ampliação da escolarização. Nessa perspectiva, depreende-se que os favores ou contribuição reduzida que eram oferecidos em instituições particulares, incluindo, portanto, o objeto desta pesquisa, permitia a expansão da oferta do ensino secundário. Entretanto, faz-se necessário apreender como isso se efetivou no Colégio Triângulo Mineiro.

Cabe salientar que quando Getúlio Vargas retorna ao poder (1951) com o discurso nacionalista e populista, o conflito de interesses da burguesia industrial, do proletariado e principalmente do capital internacional tornam-se contraditórios e, por isso, segundo Zotti (2004, p. 96) “é evidente que desse confronto saiu vitorioso o projeto que defendia a internacionalização da economia, apesar de os governos que se seguiram continuarem com um discurso nacionalista e populista”.

Sendo assim, faz-se necessário entender o contexto em que o Colégio Triângulo Mineiro esteve inserido e se a instituição manteve a oferta de favores e ou contribuição reduzida aos alunos que precisavam desse benefício.

Nesse sentido, como o Colégio Triângulo Mineiro funcionou durante o governo de Juscelino Kubitschek, é importante verificar como ocorreu o número de matrículas se elas foram equitativas tanto no 1º ciclo do curso ginasial quanto no 2º do curso colegial e, ainda, se houve aumento dos números de favores ou contribuição reduzida.

3 ENTRE FINALIDADES E PRÁTICAS DO COLÉGIO TRIÂNGULO MINEIRO

Pretende-se, neste capítulo, abordar o espaço físico que foi destinado às finalidades e práticas desenvolvidas no Colégio Triângulo Mineiro. Dessa forma, verifica-se que os sujeitos envolvidos nesse processo foram os inspetores federais, professores e alunos que deram sentido ao que ocorreu no dia a dia da instituição. A partir da arquitetura, das metodologias de ensino, do regime disciplinar e atos cívicos, a instituição procurava atender ao programa de ensino que coadunava com as ideias que permearam o contexto em análise.

3.1 O espaço escolar dedicado ao Colégio Triângulo Mineiro

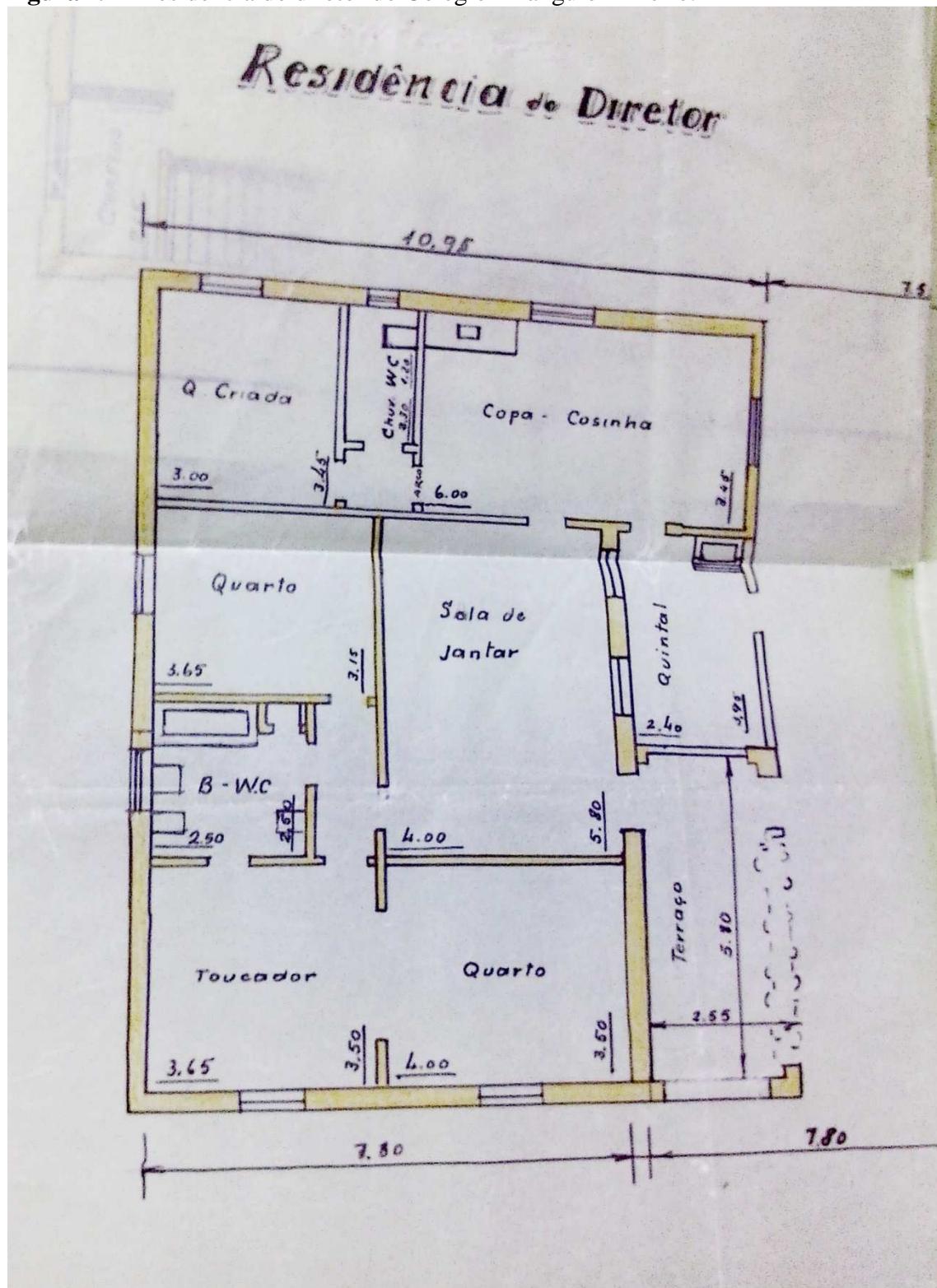
O espaço destinado ao Colégio Triângulo Mineiro pode ser analisado na perspectiva de Viñao Frago e Escolano (2001, p. 26), que explicam:

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos.

Nesse sentido, apreende-se que quando o Colégio Triângulo Mineiro iniciou a ampliação de sua nova sede, em 1943, as plantas arquitetônicas dispunham ambientes que seriam direcionados para determinadas atividades educativas. Todo esse planejamento tinha finalidades que conduziriam ao aproveitamento do aprendizado, assim como facilitaria a internalização de valores que estavam condizentes com os aspectos socioculturais e políticos daquele contexto.

Na Figura 29, verifica-se a disposição de espaços que seriam construídos para alguns fins.

Figura 29 – Residência do diretor do Colégio Triângulo Mineiro.



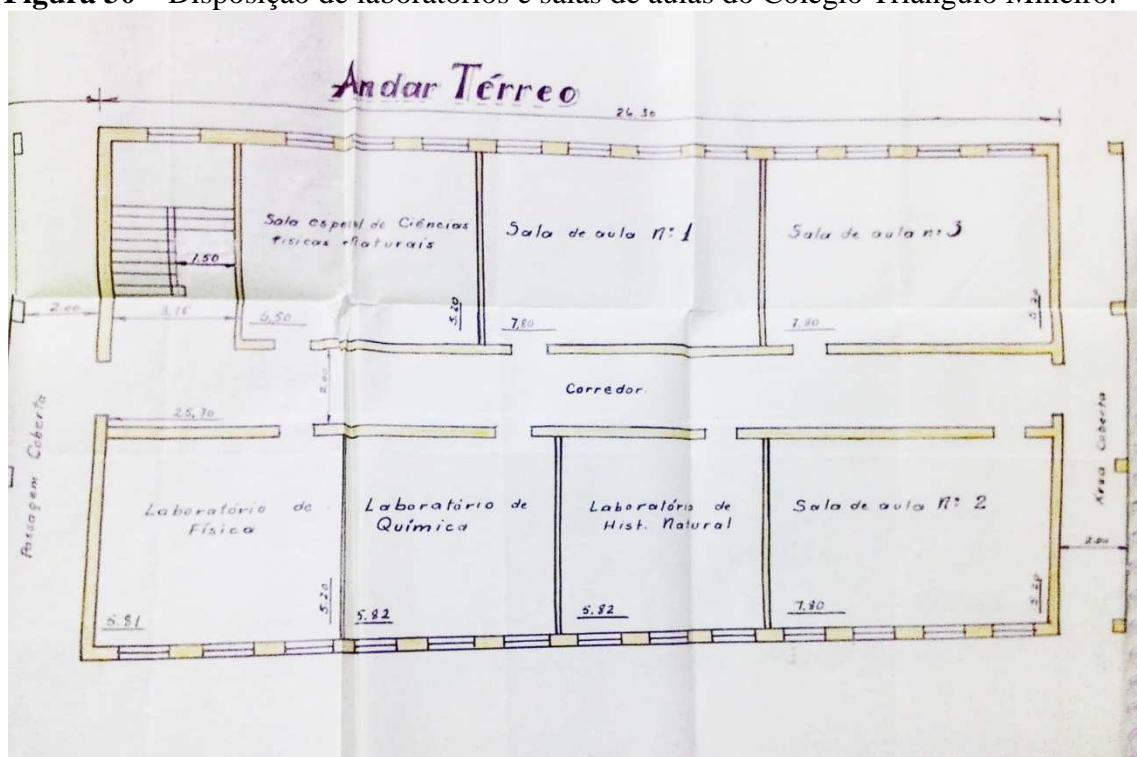
Fonte: Centro de Documentação Mário Palmério – Planta Arquitetônica, 1942

A Figura 29 mostra apenas a casa do diretor, porém existiam espaços que estariam ao redor dela destinados ao colégio. O fato de a residência ser no mesmo local em que se situava

a instituição tinha o propósito de “vigiar” o que os alunos faziam, bem como impor a disciplina que cerceava todo o ambiente escolar. Isso pode ser observado quando o inspetor federal, Augusto Afonso Neto, em 1946, realizou vistoria da nova sede da instituição: “O conjunto de edifícios edificado conta, ainda, com a residência do Sr. Diretor, residência essa levantada no centro das construções, facilitando, assim, uma melhor assistência e fiscalização”(CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO MÁRIO PALMÉRIO, Relatório de Inspeção, 1946).

O local destinado ao aprendizado, de acordo com a planta, seria disposto de modo a contemplar um espaço para cada conteúdo ministrado para facilitar as atividades educacionais, permitindo melhor aproveitamento do tempo.

Figura 30 – Disposição de laboratórios e salas de aulas do Colégio Triângulo Mineiro.



Fonte: Centro de Documentação Mário Palmério – Planta Arquitetônica, 1942.

Dessa forma, os laboratórios do Colégio Triângulo Mineiro foram dispostos no térreo do edifício e estavam interligados facilitando a circulação, controle do tempo e também a prática das atividades que coadunavam com os princípios deweyianos. Dewey defendia que a origem do pensamento humano acontecia a partir de uma experiência consciente com o meio, ou seja, o aluno aprende fazendo. Sendo assim, a planta do prédio do colégio já previu a

construção de vários laboratórios que permitiriam, aos alunos, o contato com o objeto de estudo relacionado à física, química ou à história natural.

Em 1946, o inspetor federal Augusto Afonso Neto avaliou as condições da nova sede do Colégio Triângulo Mineiro:

- a) Dormitório: “Amplo, situado no segundo pavimento do edifício nº 3, fartamente arejado, bem isolado e orientado, completamente isolado das vias públicas por ampla área livre, o que garante ausência de ruídos, poeira, etc. Seu piso é de tacos de madeira, o forro de estuque e as paredes pintadas à tinta lavável, permitindo bôa [sic] higiene” (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO MÁRIO, Relatório de Vistoria, 1946).

Nota-se, no relato do inspetor, a ênfase sobre a disposição do ambiente. Os dormitórios estavam instalados em andar específico, localizado em outro edifício e, portanto, isolado dos demais ambientes, situado fora de proximidade de “ruídos, poeiras, etc.”. Em relação à descrição do ambiente, percebe-se a preocupação da salubridade que permitia uma “*bôa higiene [sic]*”.

Em outro item do relatório, percebem-se também as ideias higienistas presentes nesse período:

- b) Instalações sanitárias: “Adjacentes ao dormitório, há duas instalações sanitárias, dispondo de um total de 12 lavatórios, 2 bebedouros, 4 W.C e 10 mictórios, tudo obedecendo às normas mais estritas de higiene e arejamento”(CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO MÁRIO PALMÉRIO, Relatório de Vistoria, 1946).

Sobre os armários destinados a guarda das roupas dos alunos, o inspetor relata que esses eram individuais: “Os armários são individuais e dispostos, todos, na Rouparia, ampla exclusivamente destinada a guardar as roupas dos alunos”(CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO MÁRIO PALMÉRIO, Relatório de Vistoria, 1946).

O diretor da instituição tinha um papel fundamental no processo de educar os alunos que ali se encontravam e também era responsável pela integridade física deles. Isso pode ser comprovado quando se analisa outro item do relatório do inspetor federal que descreveu sobre o ambiente destinado à enfermaria:

Não há. O diretor do estabelecimento reside no interior do mesmo, em residência própria e recebe ali, os alunos que necessitem de algum tratamento leve ou regime especial. Os casos mais graves são tratados fora do estabelecimento, em casas de saúde ou sanatórios (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO MÁRIO PALMÉRIO, Relatório de Vistoria, 1946).

Nesse sentido, mesmo não havendo a enfermaria, a residência do diretor era o local para realizar os procedimentos mais simples, cabendo a ele a responsabilidade de verificar a necessidade de levar o aluno para outro local.

Quando se reporta aos relatórios dos inspetores federais, nota-se que existe uma admiração pela nova instalação do Colégio Triângulo Mineiro. Esse detalhe pode ser percebido em documento emitido pelo inspetor federal Jorge Antonio Frange, em 8/8/1946, quando da verificação para liberação da Inspeção Permanente do ainda Ginásio Triângulo Mineiro:

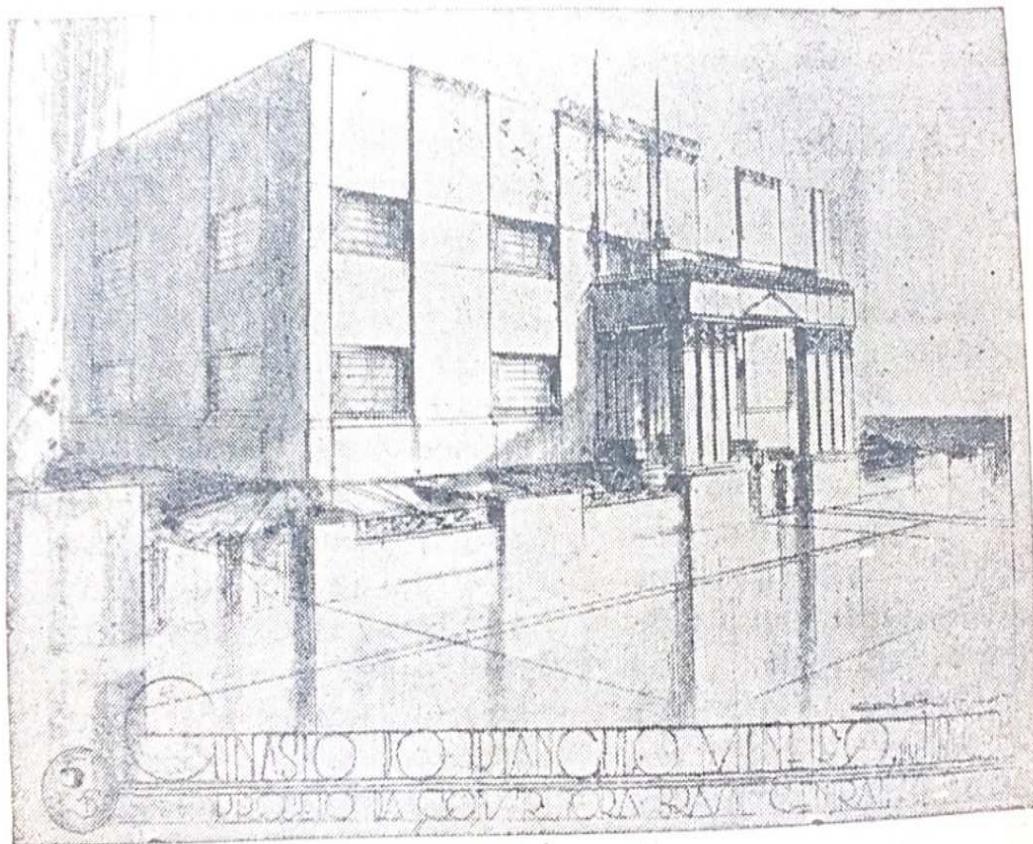
É louvável o esforço empregado pelo atual diretor-proprietário do estabelecimento, professor Mário de Ascenção Palmério que, no curto espaço de 4 anos, construiu o notável conjunto de edifícios para funcionamento do Ginásio do Triângulo Mineiro. Verifica-se pelos relatórios de Inspeção Preliminar e o agora elaborado para concessão da Inspeção Permanente, o extraordinário progresso por que passou o estabelecimento, com sua recente instalação nos seus novos edifícios. Todas as condições exigidas para efeito de classificação foram melhoradas subindo, de muito, sua classificação (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Relatório Especial, 8/8/1946).

O inspetor federal enfatizou o número de alunos em cada turma: “todas as turmas das diferentes séries não excedem a 45 alunos”(SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Relatório Especial, 8/8/1946). Dessa forma, percebe-se que, para a construção dos edifícios da sede do Colégio Triângulo Mineiro, foi planejada uma arquitetura que atenderia o planejamento da distribuição de alunos, a qual permitiria melhor aproveitamento dos conteúdos que ali seriam ministrados. Uma sala com muitos alunos não facilitaria esse propósito. Nessa perspectiva, Viñao Frago e Escolano (2001) explicam que a arquitetura de uma instituição expressa mais que um simples aspecto de construção, mas sim toda uma linguagem carregada de significados culturais, intenções e valores de uma tradição cultural do período em que foi edificada.

Em 1945, o Jornal *O Triângulo* veiculava uma imagem do Colégio Triângulo Mineiro e destacava “o magestoso [sic] edifício principal do Liceu Triângulo Mineiro” (*O TRIÂNGULO*, nº 1763, 20/2/1945, p. 4). A Figura 31 mostra uma edificação que remete às ideias de modernidade e progresso, pois haveria, pelo menos a princípio, a ruptura com o passado e surgiria o moderno, havendo, portanto, a expectativa de progresso na cidade de Uberaba. A inauguração de uma instituição educativa permitiria também a mudança no

espaço urbano, ou seja, uma nova paisagem, garantindo o aspecto moderno tão enfatizado no período em que foi construída a nova sede do Colégio Triângulo Mineiro.

Figura 31 – A nova sede do Colégio Triângulo Mineiro.



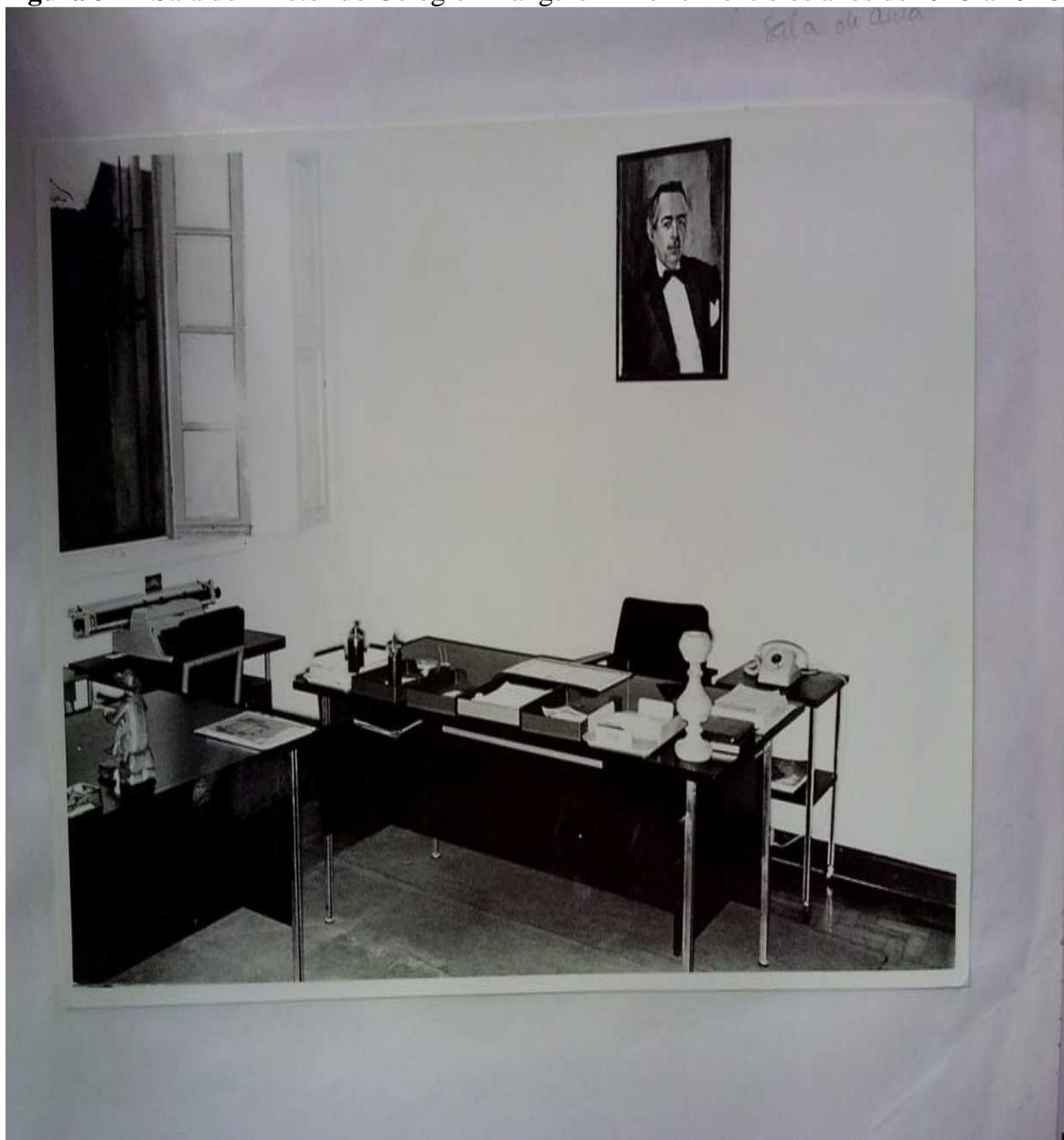
O magestoso edifício principal do Liceu do Triângulo Mineiro, cuja inauguração dar-se-á no próximo mês de março.

Fonte: O TRIÂNGULO (1945, p.4).

Percebe-se que a construção do Colégio Triângulo Mineiro expressava requintes de uma arquitetura imponente, com amplas janelas e escadarias, sendo considerada uma obra monumental. Além disso, denota um aspecto de modernidade que expressava o desenvolvimento e progresso não só da cidade de Uberaba, mas também da instituição que possuía um espaço detentor saberes, valores e condutas considerados ideais para o período em apreço.

Ainda sobre o espaço interno do Colégio Triângulo Mineiro, é importante ressaltar que ele remete a análises de como imagens e símbolos podem expressar ideias de moralidade, respeito, higiene, bem como ambiente destinado ao saber.

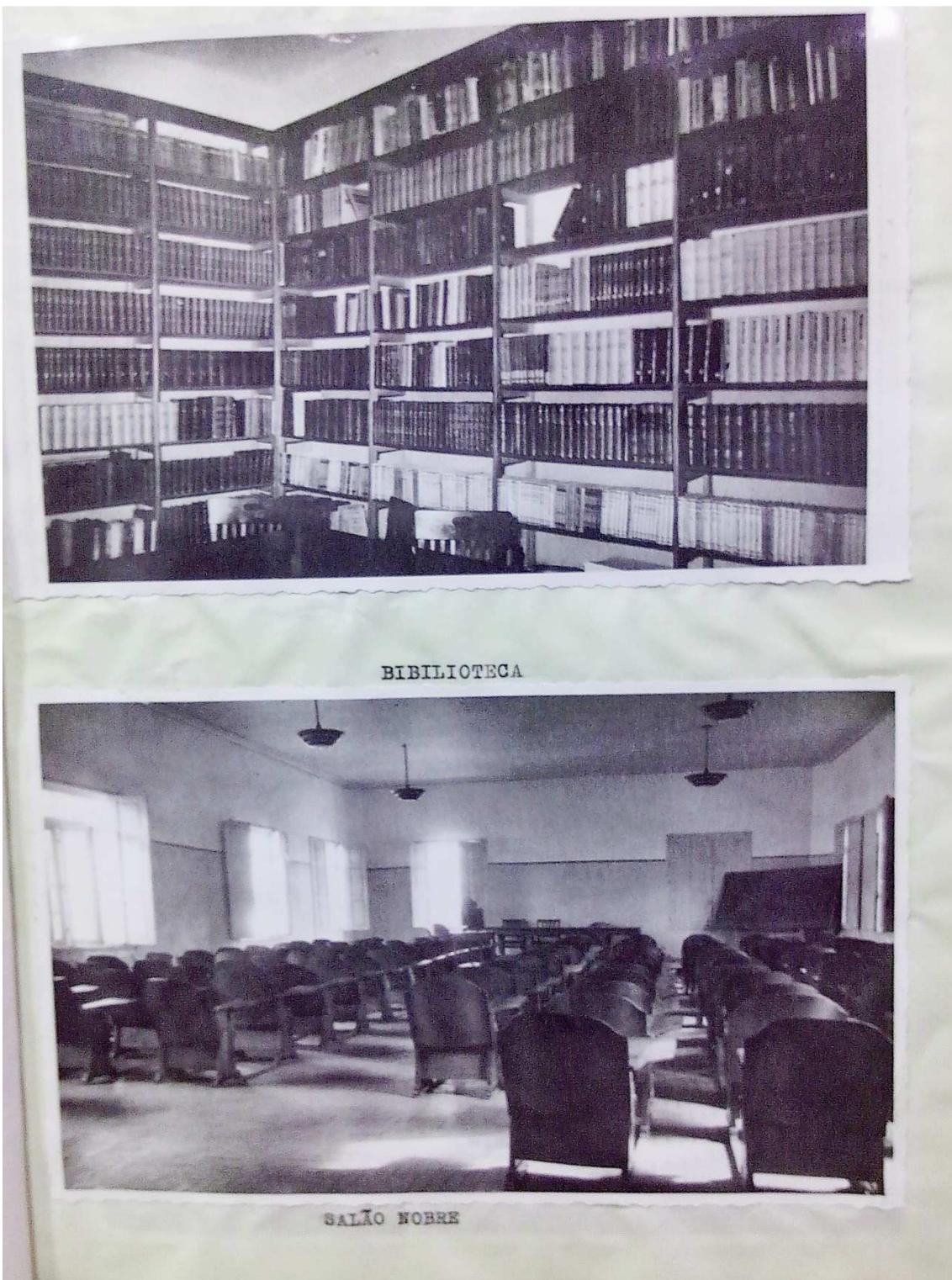
Figura 32 – Sala do Diretor do Colégio Triângulo Mineiro – entre os anos de 1945 a 1946.



Fonte: Centro de Documentação Mário Palmério.

A Figura 32 mostra a sala do diretor, local em que o quadro com fotografia do fundador e proprietário da instituição representa pessoa que faz parte da história e memória do estabelecimento, além da intencionalidade e ênfase de impor respeito ao local destinado às atividades e decisões que competia ao responsável pelo estabelecimento.

Figura 33 – Local destinado à Biblioteca e outro ao Salão Nobre, entre os anos de 1945 a 1946



Fonte: Centro de Documentação Mário Palmério.

Os ambientes da Biblioteca e Salão Nobre traduzem os locais destinados aos saberes e disseminação de valores e ideias que permearam aquele contexto. Local destinado a uma

cultura geral, acesso a que poucos teriam contato. No espaço destinado ao Salão Nobre percebe-se que os móveis representavam a modernidade do período, com disposição em fileiras, sala ampla, bem iluminada e arejada permitindo um ambiente salubre.

Figura 34 – Ambientes destinados aos sanitários, lavabos, bidets [sic] e bebedouros, entre os anos de 1945 a 1946.



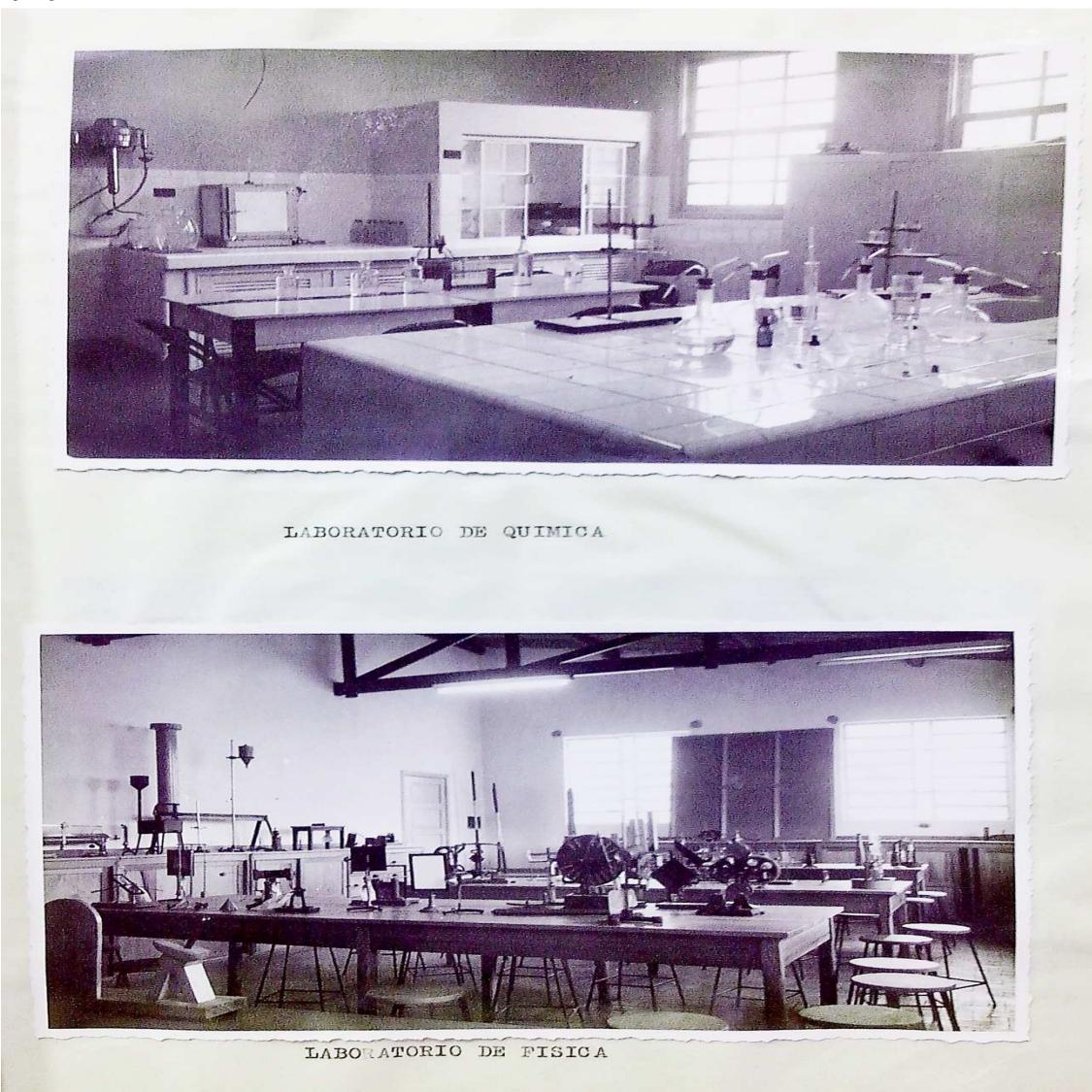
Fonte: Centro de Documentação Mário Palmério

A Figura 34 reporta às ideias higienistas do período. As fotografias foram encontradas no Centro de Documentação Mário Palmério faziam parte de documentação encaminhada à Divisão do Ensino Secundário para fins de inspeção permanente. Nota-se que as fotografias

foram tiradas em vários ângulos, o que permitiu identificar a parte destinada ao chuveiro, aos sanitários, bebedouros e lavabos. Cada espaço com um determinado fim e separados com normas de boa higiene enfatizadas naquele contexto.

Em relação aos laboratórios, a Figura 35 mostra o espaço dedicado à prática das disciplinas de Física e Química.

Figura 35 – Laboratórios de Física e Química do Colégio Triângulo Mineiro, entre 1945 a 1946



Fonte: Centro de Documentação Mário Palmério

Os laboratórios possuíam materiais que permitiam ao aluno realizar experiências, o que corrobora para o processo educativo defendido por Dewey e que facultava a formação de um cidadão com mentalidade moderna, científica que contribuiria para a vida em sociedade. Sobre o interior da sala de aula de desenho do Colégio Triângulo Mineiro, as carteiras eram adequadas para essa disciplina e mantinha-se a ordem e ambiente arejado iluminado.

Figura 36 – Sala Especial – Sala de Desenho, entre os anos de 1945 a 1946.

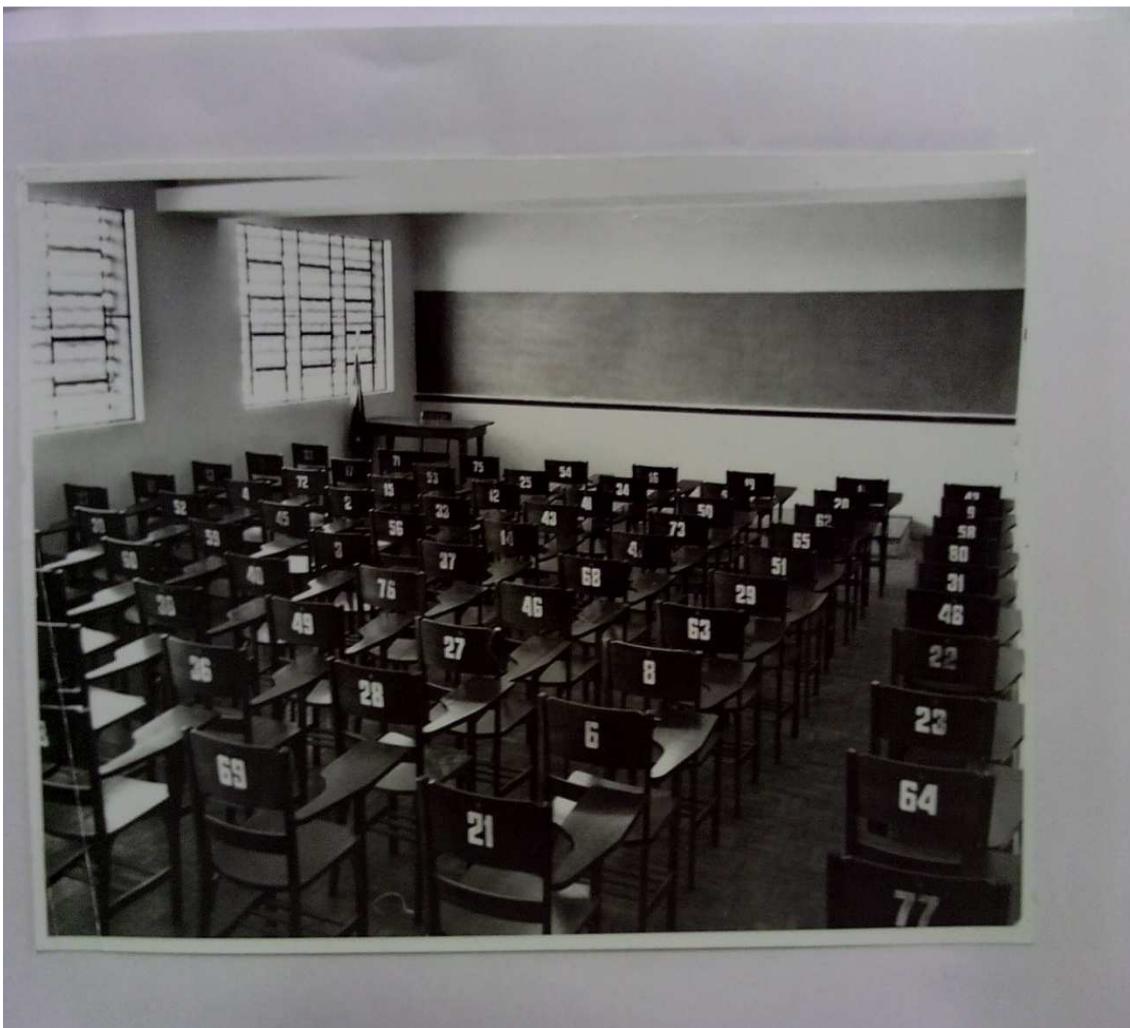


Fonte: Centro de Documentação Mário Palmério.

A Figura 36 mostra uma sala destinada às aulas de desenhos, o que permite apreender, a princípio, que o ambiente iluminado, bem arejado e com carteiras específicas para aquelas aulas, facultaria ao aluno melhor desenvolvimento das atividades a serem executadas.

A Figura 37 também mostra um ambiente com janelas amplas, permitindo circulação de ar, todas as carteiras dispostas em filas facilitando a observação do professor.

Figura 37 – Ambiente de uma sala de aula do Colégio Triângulo Mineiro, entre os anos de 1945 a 1946.



Fonte: Centro de Documentação Mário Palmério.

A Figura 37 mostra uma imagem muito emblemática e fornece oportunidade para diversas observações, pois reportando a Viñao Frago e Escolano (2001, p. 47):

A arquitetura escolar, além de ser um programa invisível e silencioso que cumpre determinadas funções culturais e pedagógicas, pode ser instrumentada também no plano didático, toda a vez que define o espaço em que se dá a educação formal e constitui um referente pragmático que é utilizado como realidade ou como símbolo em diversos aspectos do desenvolvimento curricular.

Nessa perspectiva, além da imagem possuir o quadro negro como recurso para ministrar os conteúdos escolares, a organização da sala de aula tem como intuito proporcionar melhor aprendizagem. A numeração poderia ser inferida como forma de identificar o aluno que ali estivesse sentado, facilitando o controle e a disciplina. As janelas amplas denotam ao ideário higienista, permitindo salubridade do local. A mesa do professor permitia a

observação dos alunos e apesar de não ser possível afirmar, ao lado da janela havia um material que, a princípio, lembrou uma bandeira que “aguardava o momento para ser hasteada em aula”. As carteiras afastadas e intercaladas com números pares e ímpares podem evidenciar uma estratégia para evitar “colas”, diferenciando para cada grupo de alunos determinado conteúdo que seria exigido nas atividades escolares (SOUZA, 2008, p. 196).

Nesse sentido, percebe-se que todo o ambiente escolar é planejado com finalidades. A arquitetura do Colégio Triângulo Mineiro também foi direcionada para atender não só o processo educativo, mas também para introjetar, aos alunos, a maneira de se comportar, de se relacionar com o meio em que estavam inseridos e por ideias higienistas que eram difundidas naquele período.

3.2 Metodologia de ensino e regime disciplinar

A proposta educacional embasada na teoria Dewey foi percebida nas atividades educativas do Colégio Triângulo Mineiro, uma vez que as salas especiais que seriam os laboratórios para as práticas/experiências de atividades contribuíam para o aprendizado. Evidenciavam a importância de proporcionar um ambiente que desse as condições essenciais para melhor assimilação dos conteúdos que eram relevantes para o aprendizado.

Conforme Souza (2008, p. 185) explica, a Lei Orgânica do Ensino Secundário indicava que:

Em todos os programas das disciplinas expedidos entre 1942 e 1946, observam-se orientações metodológicas congruentes com o pensamento pedagógico renovador. Encarecem as instruções para que os professores empreguem os processos ativos, adotem o sistema de projetos, dêem prioridade à compreensão mais do que à memorização, que utilizem técnicas de ensino variadas e interessantes, que invistam em exercícios práticos, utilizando laboratórios e realizando experimentações. A própria organização dos programas obedecia a princípios modernos, estruturando os conteúdos em unidades (e não mais em lições) e explicitando as finalidades, as instruções metodológicas e as técnicas de ensino. Tal aprimoramento era resultado da pedagogização crescente do secundário.

Nesse sentido, o aluno tornou-se o centro do processo de aquisição do conhecimento. Além disso, a disciplina de Educação Física desempenhou papel fundamental na estética corporal dos alunos, assim como meio de introjetar as práticas esportivas e valores cívicos tão presentes nos anos de 1940 e 1950. Verifica-se o uso de técnicas da psicologia experimental que deram o respaldo à científicidade da pedagogia da *Escola Nova*. Isso pode ser inferido em

relatórios dos inspetores federais que expressavam detalhes sobre a prática da Educação Física, bem como as finalidades implícitas que coadunavam com os propósitos educacionais.

Em relação à integração entre teoria e prática, nota-se, em registros do Colégio Triângulo Mineiro, a preocupação em tornar as salas especiais equipadas com materiais que permitissem melhor aprendizagem do conteúdo. Os Relatórios de Vistoria dos inspetores federais mostram a preocupação em detalhar os materiais didáticos que compunham os laboratórios. O laboratório de Ciências Físicas e Naturais do Colégio Triângulo Mineiro foi assim detalhado em relatório de vistoria:

Sala de Ciências Físicas e Naturais – mesa de laboratório, de concreto armado medindo 2mx40 por 1mx20, toda revestida de azulejos brancos, resistente aos ácidos e com depósito para os frascos et.". Ainda segundo o relatório consta no laboratório de vários equipamentos para a prática das atividades: balança com caixas de peso; Máquina pneumática; Manômetro; Bomba de água de demonstração... (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Relatório de Vistoria, 1943, fl. 176, anexo 8).

Percebe-se também ideias higienistas uma vez que o relatório detalha a cor dos azulejos, bem como o revestimento que a mesa do laboratório apresentava. Além disso, nota-se também a presença de materiais que faziam parte dos meios utilizados para proporcionar as atividades práticas.

Cabe salientar que como as visitas dos inspetores federais eram constantes, o dia a dia dos conteúdos lecionados era registrado em relatórios:

Chamo atenção da Diretoria do Estabelecimento, por seu intermedio do corpo docente para a necessidade de serem trazidos em dia dos diários de classe: com chamada nominal dos alunos no inicio de cada aula e anotação de faltas e presenças, com anotação diária do resumo da matéria lecionada em cada aula (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Relatório de Vistoria, 22/7/1946).

Além do controle das disciplinas ministradas pelos professores, os inspetores federais mantinham a “ordem e disciplina”, apontando a necessidade de manter o aluno em sala de aula.

Retomando sobre os materiais imprescindíveis para a aprendizagem, observa-se, em relatório de vistoria, a descrição dos itens para o ensino de Desenho e Caligrafia:

38 pranchetas, Coleção de modelos de sólidos geométricos em gesso, Idem, em madeira invernizada, Reguas (grandes, médias e pequenas), Esquadros (pequeno, médios e grandes), Transferidores, Compassos, Coleção de modelos anatomicos (pé, mão, orelha, coração, etc.), Modelos de gesso de coleções arquitetonicas, Quadros murais sobre letras de forma, Idem, sobre algarismos romanos, Idem, sobre algarismos árabicos, Idem, sobre tipos de

caligrafia, Idem, sobre letras góticas (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Relatório de Vistoria, 1943, s/nº fl.)

Verifica-se que os modelos anatômicos eram utilizados como demonstração e para permitir a interação do aluno garantindo-lhe a participação no processo de aprendizagem. Assim, os métodos de ensino *tradicional* centrados em memorização e repetição estariam, a princípio, abolidos da metodologia Deweyana.

Em relação ao Programa dos Exercícios de Educação Física de 1945, é possível perceber que, para cada classe, eram destinadas determinadas atividades, as quais detalham cada exercício. De acordo com o documento assinado pelo inspetor federal Jorge Antônio Frange e o médico assistente de Educação Física, o programa estava assim estabelecido: “1ª Classe – I-Sessões de Educação Física abrangendo - evoluções, flexionamentos combinados e assimétricos, caixa toráxica, quatro exercícios educativos, três aplicações de intensidade fraca e dois jogos. I Sessões de grandes jogos” (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Programa de Exercícios, 1945).

De acordo com o relatório a II, sessão era destinada à natação e para a 2ª classe , contudo apresentava a seguinte programação:

Exercícios com duração de 45 minutos conforme o horário, obedecendo ao seguinte regime: Sessões de Educação Física por meio de evoluções, flexionamentos simples, combinados assimétricos e da caixa toráxica, três exercícios educativos e quatro aplicações de intensidade média, dois jogos realizados uma ou duas vezes por semana, em substituição de Educação, digo à lição de Educação (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Programa de Exercícios, 1945).

Ao analisar o documento, percebemos que as atividades de Educação Física possuíam uma programação a ser seguida e, portanto, havia uma finalidade, preparando os alunos não só para participarem de jogos, mas também para a saúde física.

O documento ainda descreve mais atividades a serem desenvolvidas:

Sessões de esportes individuais e coletivos (iniciação para os alunos mais desenvolvidos). Natação prática e competições internas ao termo do curso. 3ª Classe – I Sessões de Educação Física compreendendo: evoluções, flexionamentos, uma ou duas aplicações por grupo e dois jogos. II-Sessões de grandes jogos; III -Sessões de esportes individuais (Um por semana); IV-Sessões de esportes coletivos (Dois por mês). Esportes náuticos. 4ª Classe I-Exercícios com duração de 45 minutos para as sessões de Educação Física e dos tempos regulamentares para os esportes em geral. II- Sessões de Educação Física com o programa seguinte: evoluções, flexionamentos, uma ou duas aplicações por grupo, sem obrigatoriedade de alteração e um jogo facultativo. III- Sessões de esportes individuais, e sessões de esportes coletivos (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Programa de Exercícios, 1945, s/nº).

O que se percebe é que cada atividade enfatizava o impacto na estética corporal, bem como promovia a integração dos alunos nas práticas esportivas. Gradativamente, cada classe realizava as etapas estabelecidas no “Programa dos Exercícios”. Esses programas estavam condizentes com a proposta educacional da época, uma vez que a prática esportiva, além de manter corpo e mente saudáveis também, propiciava a estética corporal que seria importante para os desfiles cívicos tão valorizados naquele contexto. Sobre a disciplina de Educação Física, Souza (2008, p.184) explica que “as diretrizes pedagógicas para tal ensino deveriam ser fixadas pelo Ministério da Guerra, denotando os interesses estreitos pelos militares e a educação na Era Vargas”.

A disciplina de Educação Física do Colégio Triângulo Mineiro foi detalhada em relatório de vistoria de 1945: “Informações sobre [sic] a situação geral do estabelecimento quanto à instalação e material para as sessões de Educação Física”, em que o inspetor federal, Jorge Antonio Frange, ressalta:

I- Área Livre: O estabelecimento dispõe, exclusivamente para as práticas de sessões de Educação Física, de uma área de exatamente 1500 m², plana, sem obstáculos. Nos seus limites foram plantadas árvores que garantirão boa sombra. Toda essa área é gramada. As suas medidas são: 50m de comprimento X 30m de largura (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Relatório de Vistoria, 1945).

Sobre a presença de “Pista para corridas”, o inspetor federal enfatizou: “Apezar [sic] de dispensável, de acordo com o Boletim de Educação Física n.1, por possuir o estabelecimento, uma área de 30m x 50m, há uma pista de 100m de comprimento e 5m de largura, absolutamente plana” (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Relatório de Vistoria, 1945).

Em relação ao material, uma observação do inspetor federal corrobora com a influência da psicologia experimental no campo educacional: “Além dos materiais já enumerados, o estabelecimento ainda conta com os seguintes: 1 compasso cefalométrico graduado em milímetros; 1 compasso de corrediça para as medidas do nariz, graduado em mm...”.

Nessa perspectiva, depreende-se que os alunos eram submetidos a exames que verificariam as medidas de algumas partes do corpo. Não foi possível encontrar fontes que permitissem apreender como eram realizados esses procedimentos. Infere-se que haveria seletividade dos mais aptos em determinadas atividades.

Em relatório de novembro de 1954 a 31 de outubro de 1955, as atividades do Colégio Triângulo Mineiro seriam assim definidas:

Os laboratórios estão satisfatoriamente instalados em salas especiais. O material didático dos laboratórios foi em grande parte renovado e suas instalações foram enriquecidas com a aquisição de novos aparelhos (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Relatório de Vistoria, novembro de 1954 a outubro de 1955).

Ainda de acordo com o relatório, a instituição possuía os materiais necessários para a prática da Educação Física: “O estabelecimento possui [sic] toda instalação e o material exigido para a prática da educação física” (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Relatório de Vistoria, novembro de 1954 a outubro de 1955). Com relação a outro item do relatório intitulado “Conservação do material didático e sua renovação”, o inspetor descreve: “O material didático destinado ao ensino vem sendo alvo de especial atenção por parte da Direção do estabelecimento e sua renovação vem sendo feita a medida do necessário” (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Relatório de Vistoria, novembro de 1954 a outubro de 1955).

Nesse sentido, em relatório específico para verificar “Condições dos Edifícios e Instalações” do Colégio Triângulo Mineiro, em 1952, o inspetor federal Jorge Antonio Frange destacou que: “A Biblioteca do estabelecimento está instalada em sala ampla, bem arejada e iluminada. “O Colégio possui vasta coleção de livros didáticos e de cultura geral” (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Relatório de Vistoria, 1952).

O relatório de visita refere-se ao ano de 1952 e está arraigado de valores e ideais preconizados pela Reforma Capanema. Souza (2008, p. 187) cita que: “Os anos 50 foram tempos de mudanças de hábitos e de padrões de consumo, de entusiasmo pela modernização concretizada na sociedade urbano-industrial e de euforia em torno da ideologia nacional-desenvolvimentista”.

Entretanto, apesar de todas essas mudanças, as metodologias de ensino utilizadas nas instituições de ensino secundário ainda permaneciam as mesmas. Souza (2008, p. 187) menciona que:

Enquanto a sociedade brasileira transformava-se rapidamente, a escola apegava-se às suas tradições. Reticente aos apelos da pedagogia moderna, velhos e novos professores reatualizavam práticas e valores que consagraram a identidade da escola secundária no Brasil.

O termo utilizado pelo inspetor federal “Cultura Geral” no relatório de visita de 1952 ao Colégio Triângulo Mineiro evidencia, ainda, para o ensino secundário, um programa de ensino que coadunava com as perspectivas da Reforma Capanema. Sendo assim, o ensino secundário era o responsável por preparar o adolescente para a vida em sociedade e valorização da pátria.

3.3 As práticas disciplinares

Quando se reporta ao Regime Disciplinar do Colégio Triângulo Mineiro, verifica-se que a disciplina era preocupação constante do seu diretor. Ele tinha como intuito não somente manter a “ordem” no ambiente escolar, mas, sobretudo, controlar a conduta moral de alunos e professores que deveriam zelar pelo nome do colégio. A disciplina era fundamental em sala de aula, demais espaços do colégio e principalmente fora dele. O 1º artigo do Regimento Interno enfatiza a finalidade que era: “a preparação moral, intelectual, física e cívica dos jovens brasileiros, de ambos os sexos, obedecendo, rigorosamente, as determinações emanadas do Departamento Nacional de Educação” (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO MÁRIO PALMÉRIO, Regimento Interno, 1941).

Para manter a disciplina, eram fixados em vários locais do colégio, não apenas informes sobre as suas atividades, mas também sobre a disciplina que deveria nortear todos naquele ambiente. O Regimento Disciplinar é todo entremeado nesse sentido. O aluno ali estava para receber “a preparação moral, intelectual, física e cívica dos jovens brasileiros”, seria também fiscalizado e controlado. De acordo com o regimento, “Os Srs. Pais ou responsáveis serão informados mensalmente do aproveitamento e freqüência dos alunos” (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO MÁRIO PALMÉRIO, Regimento Interno, 1941).

Por conseguinte, a vida do aluno estaria sob a responsabilidade da instituição e, portanto, mesmo que esse não apresentasse suas notas aos pais e ou responsáveis, o Colégio Triângulo Mineiro se encarregaria de informá-los: “No caso de extravio dos boletins remetidos pelo Correio ou por intermédio do próprio aluno, a Diretoria terá a melhor boa vontade em atender às reclamações que porventura surgirem” (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO MÁRIO PALMÉRIO, Regimento Interno, 1941).

Dessa forma, fica evidente que a instituição exercia uma função não apenas de educadora, mas de condutora da vida do aluno. Nesse sentido, de acordo com o Regimento Disciplinar:

O aluno, ao se matricular neste estabelecimento, assume o compromisso de:
1º Não faltar à verdade e cumprir fielmente este Regimento. 2º Vestir-se com correção. 3º Não danificar moveis, paredes, nem tampouco escrever nas carteiras. 4º Não se referir de modo inconveniente aos seus diretores e

professores e seus colegas e, muito menos, responder-lhes desatenciosamente [...] (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO MÁRIO PALMÉRIO, Regimento Interno, 1941).

O aluno, ao adentrar no Colégio Triângulo Mineiro, estaria ciente dos atos que deveria priorizar durante a permanência nele. O aluno tinha a obrigação de “comportar-se, enfim, com distinção e compostura” e isso se estendia “onde quer que se ache, atendendo as determinações dos diretores e professores em posição correta”. O diretor e os professores seriam os exemplos dos alunos, que deveriam segui-los como modelos de conduta.

Em relação às advertências, elas eram graduadas dependendo das faltas cometidas pelos alunos. Eram assim definidas:

1º) Advertência em particular; 2º) Admoestação em público; 3º) Repreensão enérgica pelo Diretor; 4º) Comunicação, por escrito ou pessoalmente aos Srs. Pais ou responsáveis, solicitando-lhes providências para que penalidades mais severas não lhes venham a ser aplicadas; 5º) Suspensão de 1 a 5 dias; 6º) Suspensão de 5 a 10 dias; 7º) Suspensão de 10 a 15 dias; 8º) Suspensão de 20 dias; 9º) Suspensão por um período letivo; 10º) Exclusão definitiva (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO MÁRIO PALMÉRIO, Regimento Interno, 1941).

Observa-se que a 4^a advertência (admoestação em público) contida no regimento da instituição mostra o quanto o aluno era constrangido, pois a ação disciplinar era realizada diante de outras pessoas. Haveria, portanto, formas de internalizar no aluno as regras de boa conduta e disciplina.

Sobre o regime disciplinar que os professores também estariam submetidos, verifica-se uma imposição ainda maior. Sendo assim os deveres dos professores eram:

a) Cumprir este Regimento; b) Comparecer as horas marcadas nos horários; c) Ministrar todo o programa oficial do ensino; d) Exarar, com clareza, a matéria dada em aulas, no livro respectivo e subscrevê-la; e) Proceder as arguições e ordenar os trabalhos escolares que a Lei exige, dando-lhes nota justa; f) Atender as determinações da Secretaria no que se refere à apresentação das listas de notas, resultado das provas parciais, etc., e demais exigências que da sua atividade dependa a Secretaria. g) Fazer parte das bancas examinadoras para as quais forem designados. h) Abster-se terminantemente de fazer alusões políticas, críticas religiosas ou outras que possam ferir a susceptibilidade dos alunos. i) Proibir sistematicamente qualquer manifestação de críticas entre colegas, salvo em questões que essa crítica for julgada necessária (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO MÁRIO PALMÉRIO, Regimento Interno, 1941).

Diante desses deveres, os professores também seriam impedidos de penalizar qualquer aluno, ou seja, a autoridade em sala de aula estaria contida. Segundo o Regimento Disciplinar do Colégio Triângulo Mineiro, “as penalidades só serão impostas aos alunos pela Diretoria a quem devem ser dirigidos os faltosos” (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO MÁRIO PALMÉRIO, Regimento Interno, 1941). O professor teria uma série de deveres, contudo, mesmo sendo o responsável pela sala em que estivesse ministrando aula, a aplicação das penalidades era responsabilidade da diretoria.

Conforme citado anteriormente, o professor também era responsável pelo zelo do nome e imagem da instituição. Assim,

Entre as obrigações dos professores se inclue [sic] a de colaborar com a Diretoria no sentido de manter sempre a boa reputação do estabelecimento, interna ou externamente, intervindo com seu prestígio pessoal e de acordo com as normas da Casa [...] (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO MÁRIO PALMÉRIO, Regimento Interno, 1941).

Caberia ainda aos professores a proibição quanto a ministrar aulas particulares, o que só seria permitido quando solicitadas pela diretoria: “os professores do estabelecimento não podem organizar turmas de aulas particulares em outro local, salvo quando solicitadas pela Diretoria” (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO MÁRIO PALMÉRIO, Regimento Interno, 1941).

Sobre a exoneração de professores, elas aconteceriam se:

1º Que lecionar particularmente os seus próprios alunos. 2º Que se revelar faltoso às suas obrigações, comprometendo com isso a boa ordem que sempre deve reinar dentro do estabelecimento. 3º Que fizer parte de grêmios, associações e grupos de existência proibida por Lei (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO MÁRIO PALMÉRIO, Regimento Interno, 1941).

Em outro trecho do Regime Interno que dispunha sobre a disciplina também seria motivo de exoneração de professor aquele que se procedesse de “maneira viciosa, entregando-se a práticas condenadas pela moral”.

Tanto professor quanto aluno deveriam honrar, zelar e preservar o nome da instituição. A conduta de ambos deveria ser a mais idônea possível, condizente com os valores priorizados para aquele contexto, no qual, além da moralidade, priorizava a disciplina em todos os ambientes intra e extraescolar.

3.4 O corpo discente

O discurso que o fundador Mário Palmério realizava era de que o Colégio Triângulo Mineiro era uma instituição que visava atender “aos menos favorecidos”. Diante disso, tentou-se apreender evidências e ou encontrar fontes que pudessem inferir o perfil dos alunos matriculados naquela instituição e qual ciclo secundário era mais procurado, bem como o gênero que predominava entre os estudantes matriculados.

Conforme mencionado em capítulo anterior, o número de alunos beneficiados com *favores* e ou *contribuição reduzida* aumentou gradativamente a partir dos anos de 1945 no Colégio Triângulo Mineiro. De acordo com dados obtidos junto à Superintendência Regional de Ensino de Uberaba, a instituição preocupou-se, a partir de 1947, em registrar o número de alunos atendidos com *favores*. Além disso, comparava o valor arrecadado com o que era gasto com os menos favorecidos para verificar se ultrapassava os 5%, que era o percentual disponível para o ano em exercício, conforme o disposto nos Decretos-Lei nº 7.637 de 12 de junho de 1945 e nº 7.795 de 30 de julho do mesmo ano.

Cabe salientar que o processo de implantação desses decretos estava condizente com os aspectos socioeconômico e político do País, uma vez que era fundamental escolarizar a população para que ela pudesse votar e atender às novas demandas da indústria e de setor de serviços. A Constituição de 1946 garantia a educação como um direito de todos. Segundo Moura Sobrinho (2002, p. 56), a educação era imprescindível para que os jovens e adultos servissem de “amparo técnico à chamada sociedade industrial, sendo que o preparo intelectual das massas constituir-se-ia, a partir daquele momento, como uma espécie de atalho para uma sociedade moderna”.

Nesse contexto, Clemente Mariani, que era o então Ministro da Educação e Saúde, lançou a *Campanha Nacional de Alfabetização* com o propósito de reverter o altíssimo índice de analfabetismo que estava na ordem de 60%. Em Uberaba, a população maior de 5 anos totalizava 58.979, sendo que 26.153 não eram alfabetizadas, representando um índice de 44,34% (BRASIL, 1954, p. 238).

Com tais índices, o analfabetismo era considerado como algo ruim, atraso e ignorância da população. Soares e Galvão (2009, p. 263) explicam o que significava o analfabetismo no País: “a ignorância, em muitos discursos formulados por higienistas e sanitaristas, é considerada uma ‘calamidade pública’ e comparada à guerra, à peste, a cataclismos, a uma praga”.

Isso exposto, é importante analisar o aumento do número de matrículas que o Colégio Triângulo Mineiro conseguiu entre os anos de 1940 a 1956 considerando o contexto social, econômico, político e educacional no qual o País estava inserido.

Os dados consultados no “Quadro Geral de Matrículas” do Colégio Triângulo Mineiro, datado de 6 de abril de 1942, mostram o discreto número de alunos matriculados na instituição, sendo assim distribuídos: 37 na 2º série e 11 na 3ª série do curso ginásial, totalizando 48 alunos. Em relação à presença feminina havia 28 na 2ª série e 5 na 3ª série, um total de 33 alunas.

No ano de 1944, o “Quadro Geral de Matrículas”, datado de 15 de março, mostram números mais significativos, conforme pode ser analisados no Quadro 22.

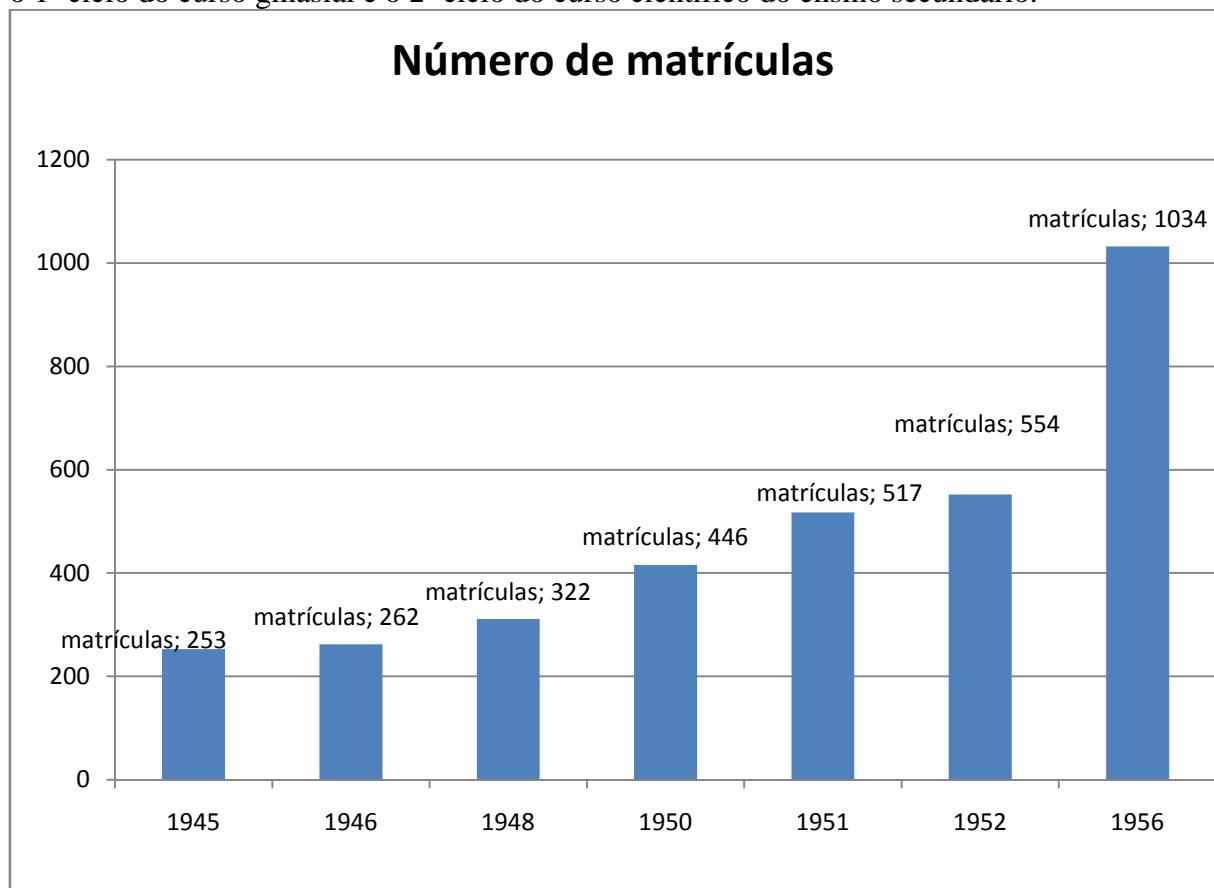
Quadro 22 – Alunos matriculados no 1º ciclo do curso Ginásial 1944.

Curso secundário de 1º ciclo		
Série	Turno: Manhã	
	Masculino	Feminino
1ª série	40	29
2ª série	24	16
3ª série	22	18
4ª série	06	05
Total	92	68

Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

No período de 1945 a 1956, o Colégio Triângulo Mineiro obteve aumento no número matrículas. O Gráfico 1 aponta esse crescimento:

Gráfico 1 – Matrículas do Colégio Triângulo Mineiro entre os anos de 1945 a 1956, incluindo o 1º ciclo do curso ginásial e o 2º ciclo do curso científico do ensino secundário.



Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Uberaba

Os dados do Gráfico 1, de forma geral, mostram o crescente número de matrículas, mas não explicita qual gênero predominava nos cursos oferecidos pelo Colégio Triângulo Mineiro, oferta de turnos, bem como o curso secundário mais procurado. Sendo assim, é importante detalharmos essas informações.

Em 1945, dos 253 alunos matriculados no 1º ciclo do ensino secundário, 162 eram homens enquanto apenas 91 eram mulheres. Cabe salientar que, nesse momento, havia somente oferta do curso ginásial no turno diurno. Em 1946 houve um acréscimo de alunos, passando para 262 alunos matriculados no curso ginásial, correspondendo a 179 homens e 83 mulheres. Já em 1948 encontramos dados referentes à oferta do 2º ciclo do ensino secundário, que correspondia ao curso científico, em que 10 eram homens e somente uma mulher. Em relação ao curso ginásial havia 268 alunos matriculados, sendo 180 homens e 88 mulheres, ambos do turno diurno. Nesse mesmo ano, houve oferta do curso ginásial noturno e apresentava 38 alunos e somente 5 alunas. Sendo assim, em 1948, houve um total de 322 matrículas.

Por sua vez, em 1950, o curso ginásial teve 307 alunos matriculados em que 229 eram homens enquanto 78 eram mulheres. A fonte consultada não constava em que turnos esses estavam distribuídos. O curso científico também obteve significativo número de matriculados, totalizando 139, sendo que deles 126 eram homens, com 99 no turno matutino e 27 no noturno. Em relação às matrículas das mulheres totalizavam 13, em que 10 eram do turno matutino e 3 do noturno.

Em 1951 os números de matrículas tornam-se mais expressivos, pois dos 517 matriculados, 209 estavam no curso ginásial diurno, sendo 134 homens e 75 mulheres. Nesse ano, verificou-se o registro de matrículas no curso ginásial noturno, correspondendo ao total de 158 alunos, sendo que 138 eram homens e 20 eram mulheres. O curso científico diurno obteve um total de 109 alunos, com 94 homens e 15 mulheres. O mesmo curso, porém no turno noturno, contava com 41 matriculados, sendo que 38 eram homens e três eram mulheres.

Em 1952, dos 554 alunos matriculados, 175 eram do curso ginásial diurno, correspondendo a 107 homens e 68 mulheres. O ginásial noturno totalizava 192 matrículas, sendo 174 homens e 18 mulheres. O curso científico diurno tinha 111 matriculados, sendo que 97 eram homens e 14 eram mulheres. Em contrapartida, o mesmo curso no turno noturno apresentou um total de 76 matriculados, sendo 69 homens e sete mulheres.

Em 1956, dos 1034 alunos matriculados, 415 eram do curso ginásial diurno, sendo 224 homens e 191 mulheres. O ginásial noturno obteve 218 matriculados, sendo 195 homens e 23 mulheres. O curso científico diurno apresentou um total de 227 matriculados, sendo que 184 eram homens e 43 eram mulheres. No turno noturno, o mesmo curso teve 174 matriculados, sendo 157 homens e 17 mulheres.

Observa-se que a presença das mulheres nos cursos tanto ginásial quanto científico era bem menor se comparada com o número de homens matriculados. A mulher, nesse contexto, ainda carregava a imagem de ser preparada para o lar, a família. Souza (2008, p. 180) explica que “a própria vida doméstica vinha sendo alvo de investimentos de médicos e higienistas com o intuito de regrar costumes e instituírem um modelo de organização familiar válido para toda a sociedade”. Sendo assim, esses discursos introjetavam valores que direcionavam o papel da mulher na sociedade.

Retomando sobre as matrículas no Colégio Triângulo Mineiro, nota-se expressivo número de alunos matriculados, principalmente no curso ginásial e no curso científico. Não

foi possível encontrar fontes que apresentassem número de matrículas no 2º ciclo do curso clássico, o que permite inferir que os cursos ginasial e científico eram os mais procurados.

O aumento de matrículas no Colégio Triângulo Mineiro, em especial no curso ginasial, estaria relacionado com a possibilidade de conseguir *favores e ou contribuição reduzida*, o que permite evidenciar que aqueles alunos eram provenientes de camadas populares. Para obter o benefício, era fundamental atender aos requisitos da Portaria nº 559, de 16 de novembro de 1945, que expediu instruções para a execução do que estava disposto no Decreto-Lei nº 7.637 de 12/07/1945, que teve nova redação e foi promulgado sob o nº 7.795, de 30 de julho de 1945. Essa legislação deixava claro no art. 4º:

Em face dos recursos a distribuir, na forma da lei o número dos pretendentes inscritos, conduzir-se-á a Comissão de modo a oferecer oportunidades educacionais ao maior número possível de adolescentes favorecidos que necessitem de auxílio para os seus estudos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, Decreto-Lei n. 7.795 de 30/07/1945).

O parágrafo 1º do mesmo artigo explica que “a seleção dos pretendentes e a graduação dos favores, quando se tornarem necessárias, far-se-ão sob o duplo critério da situação econômica e do merecimento do pretendente”. Além desses critérios, utilizaria também a análise do número de pessoas na família do aluno, conforme está explícito no parágrafo 2º: “Na apreciação da situação econômica se levará, também, na devida conta, a circunstância de ser ou não o candidato pertencente a família numerosa”. Isso permite inferir que, nesse contexto, os alunos que procuravam esses benefícios eram das camadas populares.

Em documento consultado na Superintendência Regional de Ensino de Uberaba, intitulado “Inquérito Educacional de 1946”, constatou-se que ele foi preenchido apenas com alunos que cursavam o ensino comercial, não havendo registros sobre o curso secundário de 1º ciclo.

Essas ações, por parte do governo, coadunavam com o que o País precisava, ou seja, a escolarização da população deveria acontecer para atender às necessidades econômicas, políticas e sociais do Brasil. A educação era o meio utilizado para o desenvolvimento do País.

O número de *favores e ou contribuição reduzida* aumentaram no Colégio Triângulo Mineiro e em documento consultado na Superintendência Regional de Ensino, datado de 28 de dezembro de 1958, verificou-se o encaminhamento da seguinte informação ao Inspetor Seccional Cristiano Barsante Santos:

Informamos, a título de ilustração, que o Colégio do Triângulo Mineiro sempre distribuiu favores, cujos valores excedem de muito o limite estabelecido pelas portarias nesse sentido. Assim por exemplo: o estabelecimento distribuiu bôlsas [sic] em 1955 Cr\$ 36.000,00; em 1956 Cr\$ 154.000,00; 1957 Cr\$ 202.000,00, além dos outros títulos de bôlsas [sic] de estudo (COLÉGIO DO TRIÂNGULO MINEIRO, 1958).

Com essa informação, depreende-se que o Colégio Triângulo Mineiro apresentava significativo aumento de matrículas, sendo elas especialmente no curso ginásial. As legislações vigentes facultavam essa “democratização” do acesso aos estudos secundários, contudo não foi possível afirmar se os alunos que estavam nesse curso finalizavam-no e prosseguiam para o 2º ciclo daquele nível de ensino.

Souza (2008, p. 205) cita que, no Brasil, a maioria dos alunos matriculados no ensino secundário era do 1º ciclo, o ginásial. Ainda de acordo com a autora, os que prosseguiam os estudos para o 2º ciclo optavam pelo científico. Em relação ao curso clássico, Souza (2008, p. 205) explica que era pouco procurado. Sendo assim, foi possível deduzir que a situação do Colégio Triângulo Mineiro era pertinente ao que acontecia no País.

3.5 O corpo docente

O corpo docente do Colégio Triângulo Mineiro era composto por profissionais liberais como médicos, jornalistas, dentistas, normalistas e membros do exército nacional, sendo que estes ficavam com a responsabilidade de ministrar a disciplina de Educação Física. Essas informações corroboram com Souza (2008, p.210-211) que cita os estudos de Jayme Abreu, o qual explica que dentre os professores diplomados para o exercício no ensino secundário, encontram-se normalistas, bacharéis em direito e médicos.

O que se pode dizer, então, é que os docentes do Colégio Triângulo Mineiro possuíam uma carga de atividades que exigia bastante do profissional, uma vez que muitos ministriavam mais de uma disciplina naquela instituição e atuavam quase em todas as séries do curso ginásial e científico. Mesmo em 1941, os professores atuavam em mais de uma disciplina. Isso fica comprovado quando se consulta a relação de professores da instituição no ano de 1941, conforme mostra o Quadro 23.

Quadro 23 – Relação do corpo docente do Liceu Triângulo Mineiro em 29-12-1941.

RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO LICEU TRIÂNGULO MINEIRO		
Matérias	Nome do Professor	Nº do Registro
Português	Santino Gomes de Matos	11.952
Francês	Santino Gomes de Matos	11.952
Inglês	Santino Gomes de Matos	11.952
Matemática	Mário de Ascenção Palmério	16.847
Ciências Físicas e Naturais	Mário de Ascenção Palmério	16.847
História da Civilização	Dr. Ary Itamar Baêta Neves	Protocolo nº 65208-41
História do Brasil	Dr. Ary Itamar Baêta Neves	Protocolo nº 65208-41
Geografia	Dr. Nomero Vieira de Freitas	4.473
Desenho	Elza Dias	15.944
Música	Ana Guimarães Faria	13.497
Educação Física	1º Sto.Teófilo Lamounier	Diplomado pela Escola de Educação Física do Exército Rio de Janeiro.

Fonte: Centro de Documentação Mário Palmério.

Verifica-se que na instituição não havia predominância de mulheres no corpo docente nesse período, mas sim de homens. Cabe ressaltar que Santino Gomes de Matos dedicou-se ao jornalismo e ao magistério, foi inspetor de ensino e também redator e diretor do jornal *Gazeta de Uberaba*. Mário Palmério, formado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, diplomou-se em Ciências da Matemática e, pelo exposto no quadro de corpo de docentes, lecionava Matemática e Ciências Física e Naturais.

Observa-se, em vários documentos do Colégio Triângulo Mineiro, o nome de Santino Gomes de Matos, assim como o de José Pepe Junior, Olga de Oliveira e Teófilo Lamounier, o que infere que esses fizeram parte de quase todo o processo de fundação e expansão da instituição. Cabe salientar que o nome de Teófilo Lamounier surge principalmente em relatórios de inspeção federal, ressaltando o trabalho desenvolvido nas atividades de Educação Física.

De acordo com dados da pesquisa, verificou-se que Olga de Oliveira era normalista e atuou no Colégio Triângulo Mineiro entre os anos de 1940 e 1960, pois foi diretora da instituição e ministrou aulas de Francês, Geografia Geral, História Geral e do Brasil.

Já José Pepe Júnior, formado em odontologia, também esteve desde o início da fundação do Colégio Triângulo Mineiro, ministrando aulas de Matemática e Física, entre os anos de 1940 e 1954.

Teófilo Lamounier, que era diplomado pela Escola de Educação Física do Exército do Rio de Janeiro, apareceu em documentos encontrados no Acervo Mário Palmério e Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

O Colégio Triângulo Mineiro também contou com a presença da irmã de Mário Palmério, Maria Elisa Palmério Salge, que foi diretora da instituição no período em que foi requerida a inspeção preliminar para funcionar como *colégio*, contudo não foi possível encontrar fontes que evidenciassem que ela ministrou alguma disciplina.

No relatório de Inspeção Preliminar, de 9 de junho de 1942, havia observação no item “II Corpo Docente” que: “Os professores acham-se perfeitamente registrados, com exceção de um, cujo processo de registro já está em andamento”(SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Relatório de Inspeção Preliminar, 1942, Proc.61.165/41-RCR/MT).

No mesmo relatório encontra-se a ressalva de que “o Liceu Triângulo Mineiro é dirigido atualmente pelo Dr. Durval Furtado de Castro, cuja competência e irrepreensível conduta moral foram já verificadas no processo inicial”. Esse Relatório de Inspeção Preliminar de 1942 não mencionou o teor do texto que se referia à idoneidade do diretor. O contexto político desse momento era o Estado Novo e, portanto, a conduta moral era um dos quesitos fundamentais para preservar o autoritarismo daquele período.

Dessa forma, conforme exigia o Regime Disciplinar do Colégio Triângulo Mineiro, os professores eram os exemplos que os alunos deveriam seguir e, portanto, a boa conduta desses profissionais deveria ser não só no âmbito como também fora do colégio. O professor era a imagem da instituição e, por conseguinte, deveria se comportar como pessoa de moral ilibada.

Além disso, o professor era o responsável por extirpar a ignorância do aluno, assim como prepará-lo para viver em sociedade. Esse pensamento era apresentado também pela imprensa de Uberaba. Nesse sentido, em 20/2/1940, o Jornal Lavoura e Comércio publicou matéria com o título “Monstruosidade contra a cultura do Brasil” em que criticava aqueles educadores que não conseguiam “iluminar as inteligências [sic] envoltas nas dobras da noite negra da ignorância”. O jornal enfatizava que: “Os educadores são os construtores da civilização e da cultura. De um modo geral, um educador apanha um indivíduo desvalioso pela ignorância e o integra, depois, no meio social [...] ”.

Ainda segundo o jornal:

No Brasil, sobre possuirmos uma organização do ensino deficiente, tínhamos e temos educadores que podem servir para todos os outros misteres, menos

para o de iluminar inteligências envoltas nas dobras da noite negra da ignorância. É verdade que temos educadores, de elite, que representam preciosa reserva da nacionalidade. Mas, para cada um desses elementos, parece que há uma abundância extrema de professores insabidos e incapazes do exercício do seu mister (JORNAL LAVOURA E COMERCIO, nº 8.393, 20/2/1940, p.3).

Os professores eram considerados a elite intelectual e, portanto, os que poderiam conduzir os alunos aos melhores caminhos. Nessa perspectiva, os professores do Colégio Triângulo Mineiro seriam os mais “capacitados” para ministrar determinados saberes, bem como imbuir os alunos com valores que eram preconizados naquele contexto.

Em relatório de 1946, para fins de Inspeção Permanente do curso de 1º ciclo da instituição, o inspetor federal Jorge Antonio Frange ressalta, no item “II Idoneidade dos professores no exercício do magistério”:

Todos os professores que têm composto o corpo docente do estabelecimento sempre se revelaram de inteira idoneidade profissional e moral, não tendo havido, até a presente data, nenhum motivo para observação do inspetor federal, e as substituições dos professores motivadas, sempre, por mudança de residência ou outros motivos de força maior (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Relatório Especial, fl 212, 1946).

O Relatório dedica o item V sobre a “Observância dos preceitos de estrita moralidade por parte dos corpos docente, administrativo e discente” e, segundo o inspetor federal:

Os preceitos de estrita moralidade por parte dos corpos docente, administrativo e discente sempre foram fielmente obedecidos, sendo de se louvar o alto espírito de moral que sempre presidiu aos trabalhos desenvolvidos no estabelecimento (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Relatório Especial, fl 212, 1946).

Pelo texto, nota-se a importância dada quanto à moralidade dos sujeitos envolvidos no dia a dia da instituição e, principalmente, em relação aos professores que compunham o quadro do corpo docente do Colégio Triângulo Mineiro. Como o documento era um relatório para fins de inspeção permanente, infere-se que, em todo momento, exigia-se dos professores que mantivessem o nome da instituição livre de qualquer ato que compromettesse a idoneidade daqueles que faziam parte de todo o seu processo educativo. Em outros documentos consultados na Superintendência Regional de Ensino de Uberaba verificou-se que eram realizadas observações quanto aos professores que faziam parte do corpo docente do Colégio Triângulo Mineiro.

Em outro trecho do relatório, o inspetor federal relata sobre “Admissão progressiva dos professores por concurso, ou mediante contrato com remuneração adequada”:

Pode-se notar constante preocupação da direção do estabelecimento no sentido de melhorar o nível do seu corpo docente, contratando professores registrados no Departamento Nacional de Educação ou solicitando autorização para contratar outros que, apesar de não possuidores do referido registro, preenchem as condições necessárias e suficientes para se submeterem, em época oportuna, aos exames de suficiência previstos pela lei (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Relatório Especial, fl 212, 1946).

Em 1946, quando a instituição requereu inspeção preliminar para funcionar como Colégio, foi encaminhada relação de professores que fariam parte do corpo docente para o 2º ciclo do curso secundário e destacava a oferta do curso colegial. A Figura 38 detalha quais eram os docentes que ministrariam aulas nesse nível de ensino:

Figura 38 – Relação do corpo docente do Colégio Triângulo Mineiro – curso Colegial/1946.

Matérias	Nome do professor	Nº do Regist.	Observações	Reserv. p/ visto da Sec ção Registro
Português	Dagmar Ribeiro	D-1.610	Protocolo 3h790-38 - (Deferido D.O., de 11/10/46.)	e
Espanhol	Nivaldo Cândido de Oliveira	20.812		e
Françês	Olga de Oliveira	D-1.375		e
Inglês	Corália Smith	D-1.689	Protocolo 52518-46 - (Deferido D.O., de 11/10/46.)	e
Matemática	Dr. Luiz da Rocha e Silva	3h6		anot.
Física	Dr. Euclides de Freitas	7.338		e
História	Olga de Oliveira	D-1.375		e
Geografia	Olga de Oliveira	D-1.375		e
Desenho	Eurico Silva	880	e	

Fonte: Centro de Documentação Mário Palmério.

Como exemplo, citamos o Protocolo 61.165/41, datado de 18/11/1946, com a seguinte observação:

É a seguinte a situação do mesmo em face das exigências para reconhecimento sob regime de inspeção preliminar a colégio – O corpo

docente está devidamente registrado no 2º ciclo, com exceção do professor de desenho (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Proc.61165/41- fls 249, 18/11/1946).

Nesse caso, tratava-se do professor Eurico Silva, que ainda não se encontrava registrado no 2º ciclo do curso secundário.

Conforme mencionado, os cursos secundários mais procurados no Colégio Triângulo Mineiro foram o ginásial de 1º ciclo e o científico de 2º ciclo. O Quadro 24 foi consolidado com informações coletadas na Superintendência Regional de Ensino de Uberaba e manteve os termos prescritos, conforme documentos encontrados naquela instituição.

Quadro 24 – Professores que ministraram disciplinas no Colégio Triângulo Mineiro – do 1º ciclo do curso Ginásial do ensino secundário, entre os anos de 1942 a 1959.

Séries	Matérias	Professor	Nº Registro	Formação/Obs.
1ª	Português	José Geraldo Guimarães	D.3156	-
1ª	Latim	José Lemos de Oliveira	D.9368	-
1ª	Francês	Santino Gomes de Matos	D.11952	Jornalista
1ª	Matemática	José Geraldo Guimarães	D.3156	-
1ª	História do Brasil	Olga de Oliveira	D.1375	Normalista
1ª	Geografia Geral	José Perez Vasquez		Requeriu exame suficiência na Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte
1ª	Trabalhos Manuais	Diva Leite Santos	D.14430	Requereram exame de suficiência
1ª	Desenho	Esperança Ribeiro Borges	D.9155	-
1ª	Canto Orfeônico	Odete Camargos de Carvalho		Contratada – docente da mesma cadeira no Ginásio da Escola Normal Oficial de Uberaba.
1ª	Educação Física	Ervin Pühler	707	Diplomado pela Faculdade de Filosofia Santo Tómas de Aquino de Uberaba

Continuação na página 161

2 ^a	Português	José Geraldo Guimarães	D.3156	-
2 ^a	Latim	José Lemos de Oliveira	D.9368	-
2 ^a	Francês	Santino Gomes de Matos	D.11952	Jornalista
2 ^a	Inglês	Djalma Alvarenga de Oliveira		Requeriu exame suficiência na Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte
2 ^a	Matemática	José Geraldo Guimarães	D.3156	-
2 ^a	História Geral	Olga de Oliveira	D.1375	Normalista
2 ^a	Geografia Geral	José Perez Vasquez		Requeriu exame suficiência na Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte
2 ^a	Desenho	Esperança Ribeiro Borges	D.9155	-
2 ^a	Trabalhos Manuais	Diva Leite Santos	D.14430	-
2 ^a	Canto Orfeônico	Odete Camargos de Carvalho		Contratada –docente da mesma cadeira no Ginásio da Escola Normal Oficial de Uberaba.
2 ^a	Educação Física	Ervin Pühler	707	Diplomado pela Faculdade de Filosofia Santo Tómas de Aquino de Uberaba
3 ^a	Português	José Geraldo Guimarães	D.3156	-
3 ^a	Latim	José Lemos de Oliveira	D.9368	-
3 ^a	Francês	Santino Gomes de Matos	D.11952	Jornalista
3 ^a	Inglês	Djalma Alvarenga de Oliveira		Requeriu exame suficiência na Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte
3 ^a	Matemática	José Geraldo Guimarães	D.3156	-
3 ^a	História do Brasil	Olga de Oliveira	D.1375	Normalista
3 ^a	Geografia do Brasil	José Perez Vasquez		Requeriu exame suficiência na Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte
3 ^a	Ciências Naturais	Carlos Pepe		Requeriu exame suficiência na Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte

Continua na página 162

3 ^a	Desenho	Esperança Ribeiro Borges	D.9155	-
3 ^a	Canto Orfeônico	Odete Camargos de Carvalho		Contratada –docente da mesma cadeira no Ginásio da Escola Normal Oficial de Uberaba.
3 ^a	Educação Física	Ervin Pühler	707	Diplomado pela Faculdade de Filosofia Santo Tómas de Aquino de Uberaba
3 ^a	Economia Doméstica	Diva Leite Santos	D.14430	-
4 ^a	Português	José Geraldo Guimarães	D.3156	-
4 ^a	Latim	José Lemos de Oliveira	D.9368	-
4 ^a	Francês	Santino Gomes de Matos	D.11952	Jornalista
4 ^a	Inglês	Djalma Alvarenga de Oliveira		Requereu exame suficiência na Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte
4 ^a	Matemática	José de Paula Silveira	D.2442	-
4 ^a	Ciências naturais	Carlos Peppe	D.17501	Requereu exame suficiência na Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte
4 ^a	História Geral	Terezinha de Jesus Macciotti	D.4222	-
4 ^a	Geografia do Brasil	José Perez Vasquez		Requereu exame suficiência na Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte. Diploma de Médico registrado na D.E.Sup. sob o n.8058, do liv.M58 a pag.1.

Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

Cabe salientar que não foi possível encontrar documentos que detalhassem a formação e ou se os professores José Geraldo Guimarães, José Lemos de Oliveira, Esperança Ribeiro Borges, Diva Leite Santos, José de Paula Silveira e Terezinha de Jesus Macciotti submeteram-se a exames de suficiência.

O quadro 25 foi consolidado com informações coletadas na Superintendência Regional de Ensino de Uberaba e também manteve os termos, conforme documentos encontrados naquela instituição.

Quadro 25 – Professores que ministraram disciplinas no Colégio Triângulo Mineiro – 2º ciclo do curso Científico do ensino secundário, entre os anos de 1943 a 1954.

Série	Matérias	Professor	Nº Registro	Formação/Obs.
1ª	Português	José Lemos de Oliveira	D. 9368	-
1ª	Francês	Olga de Oliveira	D.1375	Normalista
1ª	Inglês	Djalma Alvarenga de Oliveira	-	Prestou exame de suficiência, na Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte.
1ª	Espanhol	José Perez Vasques	-	Lecionou na Faculdade de Filosofia Santo Tomaz de Aquino de Uberaba, a cadeira de Língua e Literatura Espanhola. Diploma de Médico registrado na D.E.Sup. sob o n.8058, do liv.M58 a pag.1.
1ª	Matemática	José Pepe Junior	D. 2319	Diploma em Odontologia.
1ª	Física	José Pepe Junior	D.2319	Diploma em Odontologia.
1ª	Química	Jorge Calapodopoulos	-	Prestou exame de suficiência da cadeira de Química, na Faculdade de Filosofia de Goiania, estado de Goiaz, tendo sido aprovado.
1ª	História Geral	Olga de Oliveira	D.1375	Normalista
1ª	Geografia Geral	Olga de Oliveira	D.1375	Normalista
2ª	Português	Santino Gomes Matos	D.11952	Jornalista
2ª	Francês	Olga de Oliveira	D.1375	Normalista
2ª	Inglês	Djalma Alvarenga de Oliveira	-	Prestou exame de suficiência, na Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte.
2ª	Matemática	José Peppe Junior	D.2319	Diploma de Odontologia.
2ª	Física	José Peppe Junior	D.2319	Diploma de Odontologia.

Continua na página 164

2 ^a	Química	Jorge Calapodopulos	-	Prestou exame de suficiência da cadeira de Química, na Faculdade de Filosofia de Goiania, estado de Goiaz, tendo sido aprovado.
2 ^a	História Natural	Carlos Peppe	D.17501	Requeriu exame de suficiência.
2 ^a	História Geral	Olga de Oliveira	D.1375	Normalista
2 ^a	História do Brasil	Olga de Oliveira	D. 1375	Normalista
2 ^a	Geografia Geral	Olga de Oliveira	D.1375	Normalista
2 ^a	Desenho	Iran Sebastião de Oliveira	-	Prestou exame de suficiência na Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte e foi aprovado.
3 ^a	Português	Santino Gomes de Matos	D.11952	Jornalista
3 ^a	Matemática	José Peppe Junior	D.2319	Diploma de Odontologia
3 ^a	Física	José Peppe Junior	D.2319	Diploma de Odontologia
3 ^a	Química	Jorge Calapodopulos	-	Prestou exame de suficiência da cadeira de Química, na Faculdade de Filosofia de Goiania, estado de Goiaz, tendo sido aprovado.
3 ^a	História Natural	Carlos Pepe	D.17501	Requeriu exame de suficiência.
3 ^a	História do Brasil	Olga de Oliveira	D.1375	Normalista
3 ^a	História Geral	Olga de Oliveira	D.1375	Normalista
3 ^a	Geografia do Brasil	Olga de Oliveira	D.1375	Normalista
3 ^a	Filosofia	Ervin Pülher	-	Diplomado pela Faculdade de Filosofia Santo Tómas de Aquino de Uberaba
3 ^a	Desenho	Iran Sebastião de Oliveira	-	Prestou exame de suficiência na Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte e foi aprovado.

Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

Vale ressaltar que os professores da disciplina de Educação Física do Colégio Triângulo Mineiro eram os responsáveis pelo preparo dos alunos em atividades físicas e, principalmente, para os momentos dos desfiles e campeonatos esportivos. Souza (2008, p.197) confirma isso quando ressalta a importância dos desfiles cívicos, uma vez que eles

movimentavam toda a comunidade. Além de envolver alunos e professores das instituições educativas, esses eventos evidenciavam, segundo ela, o entusiasmo patriótico.

Dessa maneira, depreende-se o quanto os professores de educação física eram fundamentais para “preparar” os alunos para essas comemorações. Por isso, a inspeção federal detalhava o trabalho deles e seus assistentes:

É professor de Educação Física o srs. Prof. Sargento Teófilo lamounier, registrado no Departamento Nacional de Educação, MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE, sob o nº 823. São seus assistentes os srs. Professores Mario Deleu e d. Ruth Borges (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Informes sobre [sic] a situação geral do estabelecimento quanto à instalação e material para as sessões de educação física, entre 1944 a 1945).

Ressalta-se que, no período em apreço, os professores de educação física pertenciam ao exército. De acordo com Souza (2008, p. 184), esse detalhe deixava claro que “as diretrizes pedagógicas para tal ensino deveriam ser fixadas pelo Ministério da Guerra, denotando os interesses estreitos mantidos pelos militares e a educação na Era Vargas”.

Em “Relatório do Médico Assistente de Educação Física, do Colégio Triângulo Mineiro de Uberaba, Estado de Minas Gerais, ano 1956”, senhor Dr. Jorge Henrique Marques Furtado, então responsável por esse documento, ressalta que:

Nos referidos exames pude observar que os alunos, com raríssimas exceções, eram portadores de boa saúde física. Por ocasião do segundo exames biométrico verifiquei que, naturalmente, em virtude dos exercícios praticados, os alunos melhoraram consideravelmente sua forma física (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Relatório do Médico Assistente de Educação Física, do Colégio Triângulo Mineiro de Uberaba, 1956).

Observa-se que, no relatório, o professor de educação física exercia não só o papel de educador, mas também era o responsável por melhorar a estética corporal que era treinada a ponto de conseguir o bom desempenho dos alunos.

Ainda sobre o corpo docente do Colégio Triângulo Mineiro, nota-se que ele teve pouca rotatividade. Muitas vezes, um único professor ministrava mais de duas disciplinas, o que provoca alguns questionamentos se esse fato ocorria devido à falta de professores em áreas diversas ou se aqueles que assumiam tantos conteúdos tinham total domínio sobre os eles.

Além disso, a questão salarial também poderia ser um fator que favorecesse a permanência daqueles professores na instituição. Como não foi possível encontrar fontes que

permitissem essa análise, evidencia-se que poucos eram os profissionais “capacitados” para o exercício do magistério e, nesse sentido, Souza (2008, p. 211-212) explica que:

A institucionalização da escola secundária no período de 1930 a 1960 pôs na ordem do dia o problema da formação dos professores. A expansão de vagas nesse nível de ensino propiciou a ampliação do mercado de trabalho na área de educação. A criação das Faculdades de Filosofia, ciências e Letras, no início dos anos 30 do século XX foi um passo decisivo na profissionalização do magistério secundarista demarcando saberes e competências específicas para a atuação profissional. No entanto, apesar do crescimento expressivo das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras nessa época, o número de professores licenciados continuou pequeno em relação ao número total de docentes em exercício nos ginásios e colégios do país.

Depreende-se que mais do que ser “capacitado” para o exercício do magistério era fundamental zelar pelo nome da instituição e apresentar-se como um profissional dotado de saber imprescindível para os conteúdos ali ministrados. A escola secundária seria, portanto, de excelência.

Contudo, quando se reporta aos documentos da instituição, não se percebe os conflitos inerentes à atuação do professor e aluno, ou até mesmo com a equipe administrativa, direção, ou ainda se existia alguma dificuldade no trabalho docente. Esses percalços não foram apontados pelas fontes, mas não significa que não ocorriam no dia a dia do Colégio Triângulo Mineiro.

3.6 Eventos esportivos e patrióticos: ritos e intenções

Conforme citado anteriormente, o Colégio Triângulo Mineiro possuía professores da disciplina de Educação Física que corroboravam para o bom desempenho e prática de exercícios físicos dos alunos, assim como também para introjetar os valores patrióticos do País. Em 1940, período em que Getúlio Vargas estava no poder e disseminava o civismo e nacionalismo no Brasil, verifica-se, na imprensa de Uberaba, um meio de enfatizar todo o ritual patriótico daquele contexto.

Nesse sentido, o Colégio Triângulo Mineiro esteve inserido nesses valores e procurou disseminá-los aos discentes e também os apresentou à sociedade uberabense. Gatti (2010, p. 188), explica que,

A escola é concebida não só como um espaço de disseminação de conhecimentos, mas também em sentido mais amplo de produção e transmissão de cultura, valores e normas que são aplicados tanto no espaço interno da escola, quanto perante a sociedade. Historicamente, essa instituição constrói uma cultura e estabelece uma identidade única, com maior ou menor aproximação ao contexto no qual está inserida, criando

assim, uma imagem frente à sociedade, por meio de suas práticas cotidianas que são efetivadas por seus agentes (professores, administradores, alunos e funcionários), estabelecendo, desse modo, importante papel no desenvolvimento da sociedade.

Nessa perspectiva, perceberemos que o Colégio Triângulo Mineiro não foi apenas uma instituição que possuía a finalidade de transmitir os saberes e conteúdos aos alunos, mas também corroborou para difundir valores, regras e cultura que eram considerados ideais para a população uberabense. Isso pode ser percebido, quando se analisa os eventos e/ou atividades desenvolvidas para comemoração dos dias cívicos como a Independência do Brasil Proclamação da República, o aniversário da instituição, além das práticas esportivas. Existiam ritos e intenções que não estavam explícitos para as pessoas que acompanhavam aquelas comemorações. Contudo, havia o propósito de disseminar normas que contribuiriam para a ordem daquele período.

Segundo Vaz (2006, p. 43), as comemorações cívicas patrióticas eram uma “das formas mais características de propaganda política no Estado Novo”. Enfatiza ainda que, aquelas festas representavam verdadeiros “palcos de exaltação nacionalista, tentando esconder os conflitos no próprio interior das relações políticas, para legitimar a ordem existente” (VAZ, 2006, p. 43).

Nesse sentido, em Uberaba, os eventos patrióticos eram assistidos por muitas pessoas e aconteciam na parte central da cidade, com programações e eloquências às atividades ali realizadas. Sendo assim, a exemplo do que acontecia em todo o País, em Uberaba as comemorações do Dia da Independência eram muito importantes e divulgadas na imprensa local. Em 1941, o Jornal Lavoura e Comércio divulgava que:

O presidente Vargas pronunciou, ontem, importantíssimo discurso. [...] É preciso manter alertados os espíritos, é preciso que o patriotismo exalte os nossos sentimentos e a disciplina das nossas atividades se torne cada vez mais estreita e mais firme [...] (LAVOURA E COMÉRCIO, nº 8.889, 8/9/1941, p. 2).

Getúlio Vargas impunha, como condição para a ordem do País, a imprescindível missão de manter os valores preconizados pelo Estado Novo. Assim, a nação permaneceria pacífica e detentora de valores essenciais ao povo brasileiro.

Os desfiles cívicos seriam a expressão dos valores consagrados pelo Estado Novo e, em 7 de setembro de 1941, Uberaba teria o evento marcante para essa data. O jornal Lavoura e Comércio publicou que “Uberaba comemorou de modo brilhante o Dia da Pátria, realizando

sessões cívicas e brilhantes paradas pelas ruas da cidade” (LAVOURA E COMÉRCIO, nº 8.889, 8/9/1041, p. 6). O mesmo jornal detalhava ainda a programação e mencionava que “no 4º B.C. M e no Tiro de Guerra 168 foram realizadas bonitas reuniões em suas sedes falando, nesta ocasião, vários ornadores sobre efeméride que ontem se comemorou”. A sigla B.C.M citada na reportagem tratava do Batalhão do Comando Militar da cidade de Uberaba.

O jornal ainda relatou que “às 9 horas da manhã, iniciou-se o desfile de nossas corporações militares, Tiro de Guerra e 4º B.C.M, com a colaboração do luzido e disciplinado corpo discente do Ginásio Diocesano, na sua farda de gala, grupo de batedores em bicicletas, bandas de clarins, etc.” (LAVOURA E COMÉRCIO, nº 8.889, 8/9/1941, p.6).

Nesse momento o jornal enfatizou o Ginásio Diocesano e não ressaltou se outras instituições de ensino participaram do desfile. Apesar de nesse período já ter ocorrido a fundação do então Liceu Triângulo Mineiro, não foi mencionado se ele participou do desfile. Contudo, não tardaria para a instituição de Mário Palmério participar daqueles atos patrióticos.

Conforme citado, o jornal Lavoura e Comércio divulgava, em primeira página, os atos cívicos e, em 1942, a manchete trazia a seguinte notícia:

O presidente Vargas falará hoje ao mundo. Todo o Brasil comemora hoje, com estrondosas manifestações cívicas e patrióticas, a magna data de nossa independencia. O presidente Vargas falará hoje ao mundo, às 15horas, durante a grande concentração cívica que terá lugar no estadio de São Januário (LAVOURA E COMÉRCIO, nº 10.000, 7/9/1942, p.1).

Em todo o País, o 7 de Setembro era comemorado exaltando o patriotismo do Estado Novo. O jornal Lavoura e Comércio ressaltava que:

[...]A oração do presidente Vargas nunca teve a ressonancia historica que terá na tarde de hoje. Cerca de 25 mil escolas, sob a regencia do maestro Vilas Lobo, interpretarão varias canções patrióticas, durante a “Hora da Independencia (LAVOURA E COMÉRCIO, nº 10.000, 7/9/1942, p.1).

O que se pode perceber é que as escolas tornavam-se instrumentos para se difundir a civilidade e ordem no País. De acordo com Vaz (2006), a preparação para os eventos cívico-patrióticos contribuiriam para essa civilidade: “A festa instaura a alegria, legitima o regime e rememora as obrigações e contributos para aqueles que fazem parte do país. A festa instaura

uma nova ordem e, neste sentido, em momentos autoritários, ela mostra o regime como a nova ordem pré-estabelecida” (VAZ, 2006, p. 43).

Ainda reportando as notícias sobre 7 de Setembro em Uberaba, o jornal Lavoura e Comércio citou que “Uberaba vive hoje um de seus mais gloriosos dias cínicos” (LAVOURA E COMÉRCIO, nº 10.000, 7/9/1942, p.1). Nessa perspectiva, Vaz (2006) explica que “O dia 7 de Setembro, comemoração da Independência do Brasil, foi uma das datas cívicas mais celebradas no Estado Novo, tendo a escola como um dos principais centros das realizações festivas” (VAZ, 2006, p.90).

Em Uberaba, o local do evento seria na parte central da cidade, na Praça Rui Barbosa, em frente a Prefeitura e contaria com a presença de inúmeras pessoas que contemplariam não só o 4º BCM, mas também a “refinada banda desta garbosa corporação militar, que deu grande realce a solenidade, ao lado da “Corporação Musical Uberabense”, do maestro Benedito Nascimento” (LAVOURA E COMÉRCIO, nº 10.000, 7/9/1942, p.1).

O jornal mencionava que haveria: “O Tiro de Guerra 168, sob o comando do 1º Sargento Teófilo Lamounier, também, deu uma nota de muito garbo à expressiva cerimônia”. Todo esse ritual e intenções eram disseminados à população que presenciava os eventos. Principalmente as escolas seriam as legítimas representantes desses preceitos sejam em atos cívicos como também nas práticas esportivas e momentos de comemorações, como por exemplo, a que ocorreu em 1943, quando o Liceu Triângulo Mineiro comemorou o seu próprio aniversário realizando um desfile.

O aniversario do Liceu Triângulo, que obedece á esclarecida orientação do sr. prof. Mário Palmério, moço de grande predicados pessoais e espirito progressista desenvolvido, comemorou sabado ultimo, o seu terceiro ano de bons e proficuos serviços prestados á causa da instrução e da educação da nossa mocidade. Comemorando esta grata efeméride, o Liceu organizou uma bonita passeata com os seus alunos do Centro de Instrução Pré-Militar, os quais desfilaram com muito garbo e disciplina pelas principais ruas de nossa cidade ostentando o seu alvo uniforme de paradas e transportando a bandeira nacional e o pavilhão do educandario. O magnifico desfile teve para ainda maior brilantismo, o concurso valioso da afinada banda do 4º B.C.M, de Uberaba. Grande numero de pessoas acorreu ás sacadas de nossos predios e as janelas de nossas residências particulares, a-fim-de apreciar aquele espetaculo, digno de ser visto pela magnífica impressão causada e pela nota distinta da perfeita organisação tecnica e fisica do renomado estabelecimento de ensino uberabense. Nossos parabens ao prof. Mário Palmério e nossos votos de prosperidade para sua progressista casa de instrução (LAVOURA E COMÉRCIO, nº 10265, 19/7/1943, s/p).

O jornal enalteceu o desfile da instituição de Mário Palmério, contudo o que chama a atenção é que não se tratava de comemoração do Dia da Independência, mas do aniversário da instituição. O desfile foi apresentado à população com toda uma simbologia que remete aos valores patrióticos. Dessa forma, os olhares se voltaram para aquela ação de civilidade e respeito que a escola demonstrava à nação e cidade de Uberaba. Eram ritos e intenções que corroboravam para os valores preconizados no período, bem como para dar visibilidade à instituição educativa.

Segundo Fonseca (2012, p. 10), o Colégio Triângulo Mineiro também participava de outras comemorações cívicas como Centenário de Castro Alves e Dia de Tiradentes e isto evidenciava o “culto dos homens que souberam engrandecer a pátria brasileira” (FONSECA, 2012, p. 10). Nessa mesma perspectiva, Vaz (2006, p.97) explica que os eventos destacavam os nomes de figuras importantes do País, o que corroborava para enaltecer “o culto aos grandes heróis do Brasil”.

O Colégio Triângulo Mineiro se constituiu de fanfarra e equipe de vôlei que se destacavam nos eventos cívicos e esportivos da cidade de Uberaba. Entre os anos de 1943 a 1959, os seus alunos participaram dos desfiles e disputavam campeonatos com outras escolas.

Fonseca (2012, p.9) menciona que:

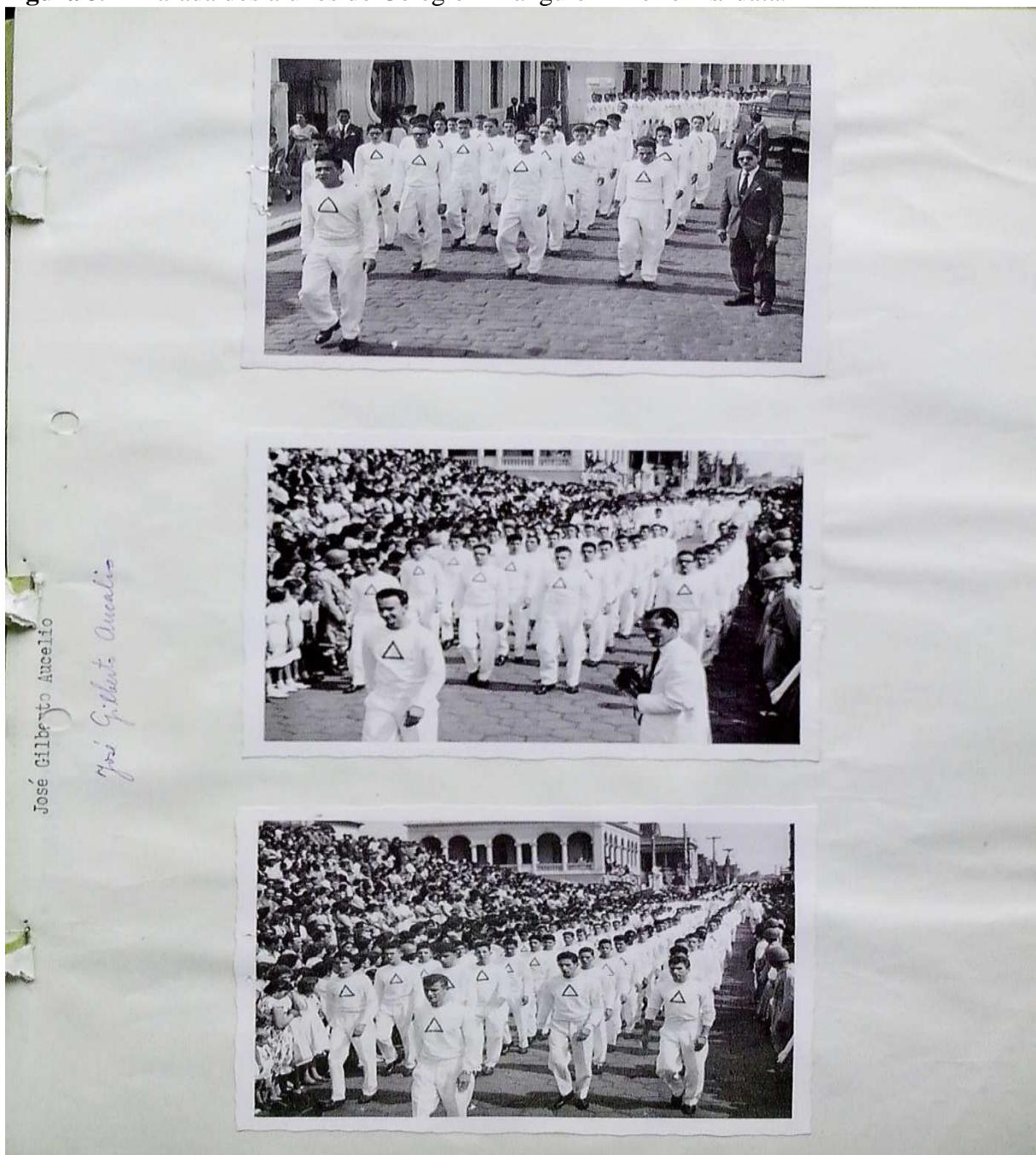
Uma das ações que aparentemente mais entusiasmavam o diretor era o incentivo às práticas esportivas estudantis. Mário Palmério vez ou outra se manifestava sobre a importância que conferia à educação física na formação escolar. A propósito, o *slogan* da escola em 1943 era “Uma perfeita educação intelectual ao par de uma completa educação física”. Pois bem, em geral, naquela época, as colunas de esporte da imprensa local noticiavam precisamente os torneios entre os times de colégios, associações e clubes recreativos. Foi nesse contexto que, no segundo semestre de 1942, Mário Palmério incentivou a criação do time de voleibol feminino e, a partir de então, as garotas do chamado “*six do Liceu*” entraram animadas no circuito desportivo da cidade (FONSECA, 2012, p.8).

A esse respeito, Souza (2008, p.197-200) aponta alguns estudos sobre a vida nos ginásios e colégios do Brasil, mostrando que os desfiles cívicos, passeatas, confraternizações e disputas esportivas foram atividades realizadas pelos alunos entre os anos de 1930 a 1960. A autora ressalta que essa gama de diversidade das práticas das escolas secundárias evidenciava a riqueza e variedade do “universo das culturas escolares”.

Assim, o Colégio Triângulo Mineiro participou de desfiles cívicos que chamavam a atenção da população uberabense. A Figura 39 mostra o quanto esses eventos atraiam muitas

pessoas e tornavam-se importantes também para a comunidade escolar que apresentava a parada patriótica com muita elegância e destacava a instituição escolar.

Figura 39 – Parada dos alunos do Colégio Triângulo Mineiro – s/ data.



Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

A imagem apresenta a organização e imponência que as paradas requeriam dos alunos, os quais trajavam vestimentas impecáveis e desfilavam de forma harmônica e todos em filas, desenvolvendo estética corporal para aquelas atividades.

Cabe salientar que as paradas cívicas também eram fundamentais para incentivar a população à valorização à pátria e conformidade com os valores vigentes no contexto social, político e cultural do País. A respeito desses valores, Vaz (2006) explica:

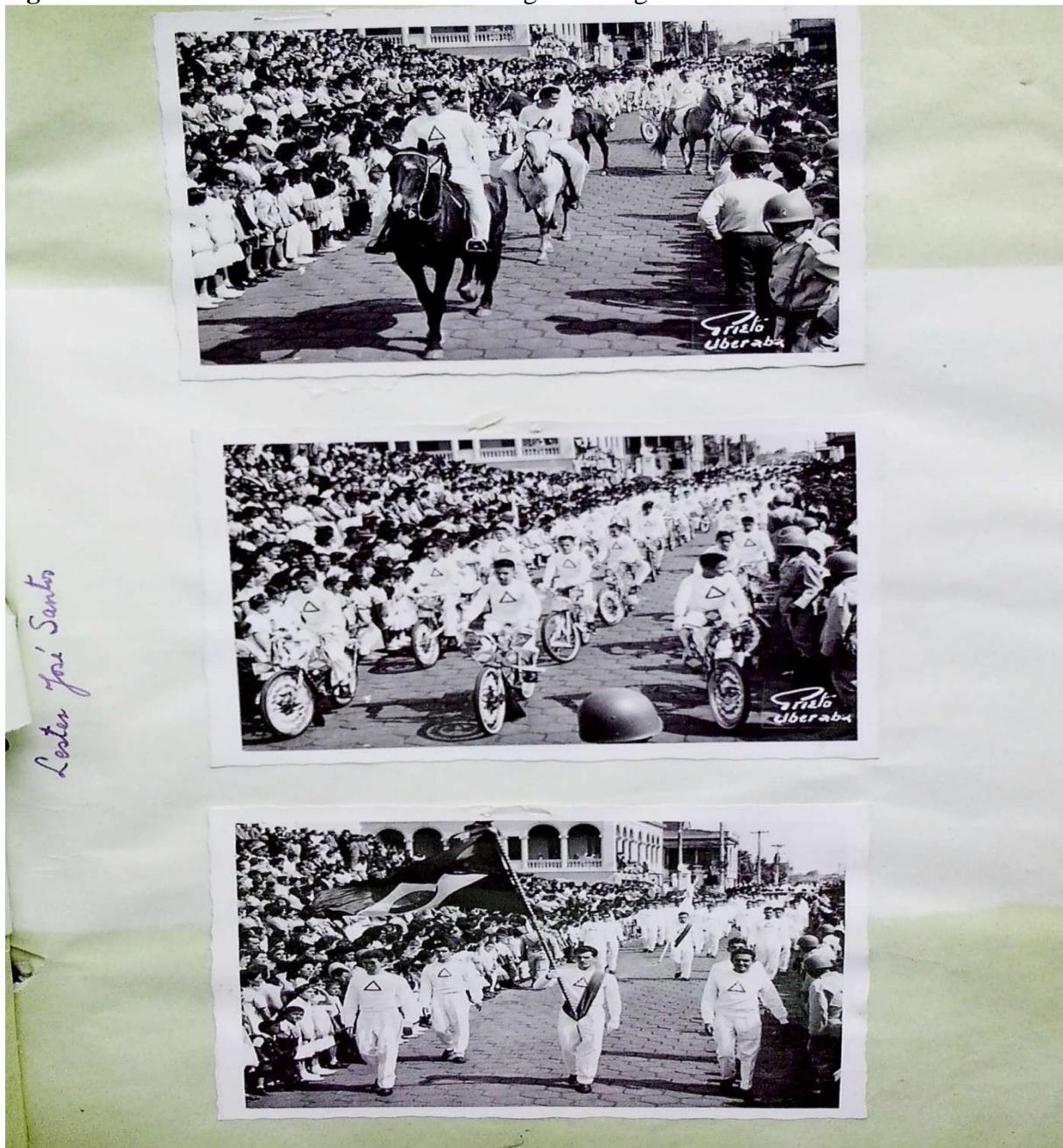
A escola, para o Brasil, seria modelo de conduta, amor e sacrifício patriótico, fazendo dos jovens e das crianças um exemplo para que a pátria pudesse ser educada. O imaginário construído da criança que nasce e estuda num Brasil “novo” reforçava o papel da escola e da educação como formadoras da nação, utilizando as comemorações cívicas como canais úteis de exteriorização da criança e da escola para o restante da sociedade (VAZ, 2006, p. 94).

Era também um ritual que permitia enaltecer o trabalho desenvolvido na instituição, identificando-a junto a outros estabelecimentos de ensino que também estavam presentes naqueles momentos. Nesse sentido, a atividade da educação física contribuía para o bom desempenho dos alunos durante os eventos cívicos. Assim os alunos desempenhariam um desfile condizente com toda a simbologia, ritos e intenções que esses continham nas apresentações realizadas à sociedade. De acordo com Vaz (2006):

As paradas cívicas nas datas comemorativas denotam a importância que o corpo físico exerce como metáfora do corpo da nação. A educação física era obrigatória para que a criança e o jovem obtivessem uma saúde equilibrada, tornando-se “sadios” e resistentes (VAZ, 2006, p. 102).

A autora ainda ressalta, o quanto a educação física era fundamental para os eventos cívicos, assim como para o desenvolvimento da Nação. Existia, portanto um propósito, uma intencionalidade no preparo dos alunos. Assim, todos corroboravam para a efetivação dos ideários políticos, econômicos e culturais do Estado. Para Vaz “A educação física apresenta-se nos discursos como base para o fortalecimento do corpo e de sua melhoria: sendo o corpo hábil, ele terá condições, no futuro, de trabalhar e ser útil ao País, representando o crescimento social e econômico coletivo” (VAZ, 2006, p. 102).

Figura 40 – Desfile cívico dos alunos do Colégio Triângulo Mineiro - 1955



Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

A Figura 40 mostra o desfile dos alunos do Colégio Triângulo Mineiro, que se divide em três momentos. Verifica-se, na segunda imagem, o bloco dos alunos em bicicletas, o que reporta às atividades também salutares à saúde mental e física. Ainda sobre a Figura 40, observa-se que um aluno traz a bandeira nacional, a qual é considerada como símbolo do patriotismo, respeito e “manutenção” da ordem e valores cívicos.

Fonseca (2012, p.10) menciona que, em 7 de setembro de 1944, os alunos da instituição educativa de Mário Palmério realizaram desfiles, ratificando o compromisso do

estabelecimento com os valores da pátria brasileira. De acordo com o autor, houve “a demonstração cabal do esforço que se desenvolve no Ginásio Triângulo Mineiro, em prol da educação cívica da nossa juventude” (LAVOURA E COMÉRCIO, 1944 apud FONSECA, 2012).

Figura 41 – Parada do Colégio Triângulo Mineiro – Rua Artur Machado esquina com Av. Leopoldino de Oliveira – 1955.



Fonte: Acervo Mário Palmério.

Nota-se, na Figura 41, que há um tapete disperso ao solo como se fosse um símbolo de respeito pelo ritual que acontecia e também se observa uma faixa com nome de Juscelino para presidente do País. Nesse sentido, além dos desfiles apresentarem todos os valores patrióticos era o momento de “destacar” a orientação política ao público ali presente.

Figura 42 – Parada do Colégio Triângulo Mineiro – Rua Artur Machado com Av. Leopoldino de Oliveira – s/ data.



Fonte: Centro de Documentação Mário Palmério.

A Figura 42 apresenta a parada das alunas do Colégio Triângulo Mineiro e mostra o uniforme que se destacava pela cor branca, camisa de manga e, ao centro, evidenciava-se a imagem de um triângulo para caracterizar a instituição. A elegância e postura das alunas também denotavam o comportamento que elas deveriam ter diante da sociedade.

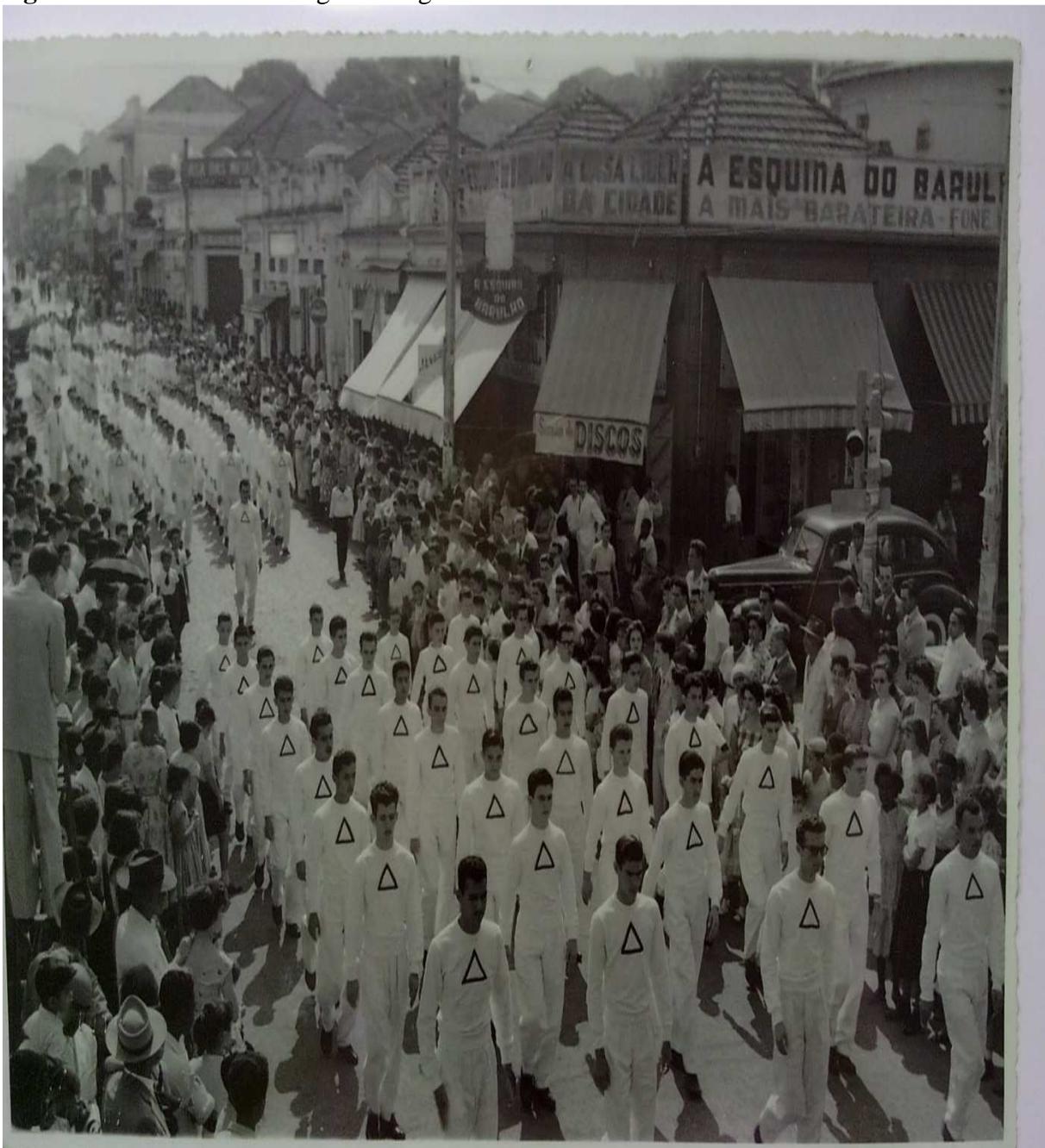
Figura 43 – Parada do Colégio Triângulo Mineiro – Praça Rui Barbosa paralisando a Rua São Sebastião, s/ data.



Fonte: Centro de Documentação Mário Palmério.

A Figura 43 apresenta o desfile das alunas na Praça Rui Barbosa, parte central da cidade de Uberaba. Percebe-se, na imagem, que as alunas estavam separadas dos alunos, formando dois blocos, havendo, portanto, separação dos gêneros.

Figura 44 – Parada do Colégio Triângulo Mineiro – s/ data.



Fonte: Centro de Documentação Mário Palmério

Observa-se, na Figura 44, o desfile dos alunos do Colégio Triângulo Mineiro, em que todos estavam perfilados, exaltando a imponência do evento.

Figura 45 – Parada do Colégio Triângulo Mineiro – Rua Artur Machado esquina com Av. Leopoldino de Oliveira – 1955.



Fonte: Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

A Figura 45 mostra a fanfarra do Colégio Triângulo Mineiro, evidenciando o quanto a instituição participou de todo o processo de valorização e intenções disseminadas pelo patriotismo. Aponta que os desfiles eram ritos carregados de intencionalidade e que cada apresentação registrava também a marcante presença de cada instituição educativa.

Cabe salientar que, além dos eventos cívicos, o Colégio Triângulo Mineiro participou de práticas esportivas e, nesse sentido, o Relatório da Professora de Educação Física do ano de 1956 corrobora para a importância dada a essas atividades. Em relação às alunas, elas eram “preparadas” gradativamente para se inserirem nessas práticas:

Realizamos dois desfiles, nos quais nosso estabelecimento se destacou pelo brilhantismo e elegância de nossas alunas. Procuramos cativar o interesse, o gosto das alunas pela Educação Física e para isto introduzimos sempre que possível um jogo (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Relatório da Professora de Educação Física, 1956).

O Colégio Triângulo Mineiro mantinha uma equipe feminina de vôlei, o que possivelmente era motivo de orgulho para Mário Palmério, uma vez que, na Figura 46, observa-se a presença dele com as alunas.

Figura 46 – Mário Palmério e a equipe de vôlei do Colégio Triângulo Mineiro, s/ data.



Fonte: Centro de Documentação Mário Palmério.

Em 1959, foi publicada matéria sobre a equipe feminina de vôlei do Colégio Triângulo Mineiro, que havia ganhado campeonato contra as alunas da Escola Normal. Não foi citado pelo jornal o nome da Escola Normal. Apesar de não ser possível afirmar se as alunas que aparecem na foto acima eram as que o jornal divulgou em 24/4/1959, cabe ressaltar que nessa data, a instituição de Mário Palmério foi vencedora na disputa. Assim o jornal relatava:

Mais um triunfo do Triangulo – No encontro numero dois, as moças do Colégio do Triangulo venceram com justiça as “estrelas” da Escola Normal por 2x0. Foi um jogo fraco tecnicamente e falho na parte conjuntiva. Pela maior categoria de algumas integrantes do Triangulo pode-se dizer que ficou bem a vitória das pupilas da professora Helice Ferreira. Os “sets” foram de 15x6 e 15x7. Magoga e Edison foram os juizes. Os dois quadros estiveram assim representados: TRIANGULO: Darcy, Lidia, Neide, Dalva, Maria Ivone, Marilene, Mariza, Zilda e Sandra. NORMAL: Nilza, Edna, Antonia,

Romilda, Glorinha, Marília e Vania (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO MÁRIO PALMÉRIO, Jornal danificado, 24/4/1959).

Em recorte de jornal encontrado na Superintendência Regional de Ensino de Uberaba, com a data de 15/9/1959, havia uma referência às olimpíadas entre as escolas. Infelizmente sem identificação do veículo de comunicação, o recorte trazia a manchete estampada em letras maiúsculas, destacando o evento: “OLIMPIADAS COLEGIAIS: TRIANGULO, CRISTO-REI E MAGISTERIO OS VENCEDORES DE ONTEM”. O jornal, detalhava:

FORAM os seguintes, os resultados da 2^a rodada das olimpíadas Ginásio-Colegiais, realizada ontem: ATLETISMO – local UTC -75 metros – juvenil feminino: Silvia Garcia, com 11'2 – (Col. Triangulo); Rosa Crosara com 11',4 do Triangulo; Lilia S. Almeida 11',5 do Colégio Cristo Rei, 100 metros rasos – rapazes: 1) Celso R. da Cunha (Triangulo) 12'2; 2) Divino (Triangulo) 12',6; 3) Valter V. Silva (Cristo Rei) 12'8. 75 metros juvenil – masculino: Aparecido A. Cruz (Senai) 9',8 – Rubens Staciarini (C.Rei) 10',0; Heitor A. Pinto (Triangulo) 10'1 e Hely Silva (Senai) 10'1. (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO, Jornal sem identificação, 15/9/1959).

Constata-se que o Colégio Triângulo Mineiro participou de eventos e seus alunos conseguiam destaque em práticas esportivas. Os ritos e intenções, realizados em contextos entre os anos de 1940 e 1950, denotam uma formação patriótica e de incentivo à vida salutar que atenderia também às novas exigências socioeconômicas e política do Brasil. A população estaria imbuída de regras e condutas que permitiriam o desenvolvimento do País, tornando-se cidadãos produtivos e mantenedores da ordem nacional. A valorização dos atos cívicos permitia o amor à pátria e, dessa forma, mantinha-se a paz no País, sem haver influências externas que pudessem abalar o que o governo vigente tanto buscava conservar.

Percebe-se que o Colégio Triângulo Mineiro esteve inserido nessas circunstâncias e disseminou o ideário esportivo e patriótico para a sociedade, envolvendo professores e alunos. As práticas realizadas pelos agentes envolvidos nesse processo corroboravam para a manutenção da ordem e disciplinalização que o País precisava inculcar à população e a escola era o instrumento para perpetuação dessas ações.

Em relação à participação efetiva de todos os alunos do Colégio Triângulo Mineiro nas atividades esportivas e desfiles cívicos, não é possível responder, pois as fontes encontradas não permitem afirmar, assim como não evidenciam se aconteciam conflitos e ou algum tipo de punição àqueles que não participavam dos eventos. Contudo, pode-se supor que havia uma separação e ou seleção de turmas que desenvolveriam atividades coerentes com a

“capacidade” dos grupos. Isso pode ser percebido quando se reporta ao “Relatório da Professora de Educação Física”, do ano de 1956, em que foi ressaltado:

Nosso trabalho neste ano de 1956 foi compensador e feliz. Obtivemos resultados surpreendentes com a prática da Educação Física. Logo no inicio das aulas, fizemos o exame médico Biometrício, afim de que pudéssemos agrupar as turmas homogenicamente e também integrarmos do estado de saúde de cada um em particular. De acordo com o resultado deste exame obtivemos 5 grupos, contendo cada um 50 alunos no Máximo (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE UBERABA, Relatório da Professora de Educação Física, 1956).

Sendo assim, ocorreria uma “seleção” quanto à participação em atividades físicas, o que pode ser observado no trecho “agrupar as turmas homogenicamente”. Entretanto, não é possível afirmar se os alunos que não estavam naquelas turmas tinham a opção de não participar das atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abordou o período de criação e instalação da instituição educativa que, inicialmente, foi denominada como *Liceu Triângulo Mineiro* e, em 1943, obteve inspeção preliminar para ofertar o 1º ciclo do ensino secundário e passou a ser *Ginásio*. Somente em 7 de outubro de 1946 conseguiu inspeção permanente para o 1º ciclo. Em 1945, o Ginásio Triângulo Mineiro conseguiu sua sede própria localizada em área central da cidade de Uberaba e, em 27 de janeiro de 1947, foi concedida a autorização para funcionar como *Colégio*.

Nesse contexto, investigou-se as mudanças pelas quais a instituição passou desde quando ocupou prédio provisório até a construção da sede própria, em 1943, com a inauguração oficial somente em 1945.

A investigação mostrou os primeiros anos de funcionamento da instituição, apresentou os sujeitos e as práticas educativas que permeavam o cotidiano escolar. No decorrer deste estudo, foi relatado que o fundador do Colégio Triângulo Mineiro, Mário de Ascenção Palmério – ou simplesmente Mário Palmério, como ficou nacionalmente conhecido – proferia um discurso de que a sua instituição educativa atenderia “aos menos favorecidos”. Foi a partir desse emblema que surgiu o principal questionamento desta pesquisa: como aqueles alunos conseguiam adentrar no ensino secundário, num momento em que ele era destinado à minoria?

Constatou-se que a legislação educacional vigente, principalmente os Decretos-Lei nº 7.637, de 12 de junho de 1945, e o de nº 7.795, de 30 de julho do mesmo ano, assim como a Portaria nº 583, de 27 de outubro de 1948, corroboraram para o ingresso das camadas populares no ensino secundário. Isso acontecia por meio de concessão de *favores*, *contribuição reduzida* ou *matrículas gratuitas* (Decreto-Lei n. 7.795/1945). Cabe ressaltar que essas ações ocorreram no momento em que o País precisava escolarizar e preparar os cidadãos para as novas demandas brasileiras.

Sendo assim, o Colégio Triângulo Mineiro atendia aos “menos favorecidos”, contudo, não se deve compreender esse fato sem analisá-lo num processo de mudanças sociais, econômicas e políticas do Brasil. Ressalta-se que, entre 1942 a 1956, o Colégio Triângulo Mineiro obteve um número significativo de alunos matriculados no 1º ciclo do ensino secundário – curso ginásial e isso se deu principalmente aos *favores* e ou *contribuição reduzida* destinada a essa instituição. Nas fontes consultadas, observou-se que, a partir de

1947, a instituição de Mário Palmério registrava o número de *favores* ou *contribuição reduzida*, o que evidencia uma forma de controle sobre o número de alunos beneficiados com essas ações. Dessa forma, o questionamento inicial desta pesquisa foi respondido, ou seja, como o Colégio Triângulo Mineiro conseguiu oferecer o ensino secundário àqueles que eram “menos favorecidos”, em um contexto em que esse nível de ensino era destinado a poucos.

Os discentes matriculados no 1º ciclo do curso ginásial eram, em sua maioria, do sexo masculino, entretanto verificou-se que, a partir dos anos de 1950, houve um considerado número de mulheres nesse ciclo do ensino secundário, principalmente se analisarmos os anos anteriores, em que a presença feminina naquele estabelecimento foi menos expressivo. Também, observou-se a matrícula de alunas no 2º ciclo do ensino secundário – curso científico. Infelizmente, não foi possível encontrar fontes que permitissem discorrer sobre o curso clássico do 2º ciclo do ensino secundário. O material encontrado evidencia que esse curso não era tão procurado no Colégio Triângulo Mineiro, pois foi encontrado registro somente nos anos de 1960 e 1961 e, mesmo assim, referindo-se a valores de mensalidades. Em relação ao ano de 1960, aquele curso era oferecido apenas na 1ª série e, no ano subsequente (1961), também na 2ª série do curso clássico do ensino secundário.

Investigou-se o cotidiano do Colégio Triângulo Mineiro e analisando o regime disciplinar de alunos e professores, constatou-se a importância que se dava à conduta moral e disciplinar desses sujeitos. Em relação ao corpo docente, evidenciou-se que havia pouca rotatividade de professores e que lecionavam mais de uma disciplina, trabalhando em vários turnos. Nesse sentido, haveria, a princípio, uma carga excessiva nas atividades desenvolvidas naquele período, destacando que a maioria desses professores eram profissionais liberais que exerciam função no magistério.

Após apresentar os sujeitos do Colégio Triângulo Mineiro (alunos e professores), pretendeu-se também mostrar os aspectos pertinentes ao espaço e práticas pedagógicas. Apesar desses aspectos terem sido apresentados separadamente, cabe salientar que ambos se entrelaçavam dialeticamente e apenas foram disponibilizados dessa forma para melhor organização deste trabalho.

Nesse aspecto, percebe-se o quanto a estrutura física da instituição escolar estava planejada não só para disciplinar os alunos, mas também incutir neles os conhecimentos necessários para formar o cidadão, o qual deveria possuir os conteúdos humanísticos, sentimentos de valorização e amor à pátria, o papel que homens e mulheres desempenhariam

na sociedade, bem como os preceitos das ideias higienistas que norteariam o processo de urbanização e modernização do País.

Verificou-se que essas formas de condutas, valores e normas estiveram presentes em práticas educativas do Colégio Triângulo Mineiro e isto estava em consonância com o que era idealizado pelo contexto social, político e cultural dos anos de 1940 a 1960. Aliás, período em que também esteve vigente o governo de Vargas, corroborando para a valorização e do amor à pátria, ressaltando assim o civismo e o patriotismo. Constatou-se que as festividades cívicas eram um instrumento utilizado para apresentar à comunidade escolar e extraescolar o quanto se tornava imprescindível comportar e atuar em sociedade a favor do nacionalismo. Depreende-se que as disciplinas ministradas no Colégio Triângulo Mineiro não só disseminavam os conhecimentos essenciais para a formação do homem republicano, como também as festas cívicas faziam parte do currículo escolar, incorporando as intencionalidades do ideário do Estado daquela época. Através das fontes analisadas, percebeu-se que o currículo apresentava algumas disciplinas como, por exemplo, Trabalhos Manuais e Educação Física, que discerniam o papel destinado aos homens e mulheres. Cada um seria preparado e moldado para desempenhar suas funções na sociedade. As práticas esportivas estavam embasadas nas ideias higienistas em que corpo e mente sãos ajudariam na introdução de novos hábitos e costumes, tornando os cidadãos produtivos e colaboradores para o desenvolvimento e progresso do País. Além disso, nota-se que, no caso do Colégio Triângulo Mineiro, todos esses eventos cívicos e patrióticos contribuíram para reforçar a identidade da instituição e a responsabilidade dela para disseminar todo o arcabouço da conjuntura política vigente no Brasil. Os jornais locais enfatizavam a importância do respeito e amor à nação, detalhando inclusive a programação que seria apresentada durante a semana em comemoração à pátria. Ressaltava a imponência do evento e o compromisso que todos os cidadãos deveriam ter para com a festividade. Os jornais reforçavam, ainda, as dimensões políticas e patrióticas, legitimando-se a importância da ordem e civilidade no Brasil. Além disso, as festas cívicas destacavam as escolas mostrando a todos a responsabilidade que elas tinham para com a pátria e, também, como meio de educar aqueles que iam prestigiar os desfiles, incutindo neles as ideias e valores fundamentais para a cultura preconizada da sociedade daquele contexto. Assim, aquelas atividades atraiam muitas pessoas e se tornavam um modo de socialização delas.

A partir das fontes consultadas na Superintendência de Ensino de Uberaba e no Centro de Documentação Mário Palmério, nota-se que, mesmo após a Era Vargas, o civismo e o

patriotismo ainda predominaram no ensino secundário do Colégio Triângulo Mineiro. Isso só se alterou após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – Lei nº 4024/61, que modifica as propostas para esse nível, bem como para os demais níveis de ensino.

Esta pesquisa evidenciou que o Colégio Triângulo Mineiro iniciou suas atividades procurando atender às camadas menos favorecidas, o que seguia na contramão do que era apresentado na Reforma Capanema, ou seja, esta legislação reforçava que o ensino secundário era para “as individualidades condutoras” da nação. Nessa perspectiva, constatou-se que, durante o contexto em que havia aquele nível de ensino no estabelecimento de Mário Palmério, foram implantados cursos de ensino superior. Percebeu-se que, após isso, a instituição preocupou-se em priorizar o terceiro grau. Fontes analisadas na Superintendência de Ensino de Uberaba evidenciam que, em 1970, o Colégio Triângulo Mineiro interrompeu temporariamente suas atividades devido a problemas financeiros. Apesar desta pesquisa não abordar esse fato, pois não comprehende ao período analisado, fica a indagação sobre o que realmente aconteceu e quais os motivos que ocasionaram o fechamento do ensino de segundo grau, o qual se efetivou no ano de 1987. Cabe lembrar que, concomitantemente ao ensino secundário, Mário Palmério possuía um curso de odontologia (1947) em nível superior e, em 1951, foi instalado o de Direito e, posteriormente, em 1956, a Escola de Engenharia. Salienta-se que, nesse período, esses cursos superiores estavam centrados no mesmo endereço do Colégio Triângulo Mineiro. Em 1972, o espaço destinado aos cursos superiores foi denominado Faculdades Integradas de Uberaba e, devido à expansão desse nível de ensino, a estrutura física da instituição de Mário Palmério foi alterada e passou a ocupar um campus diferente daquele compartilhado com o ensino secundário. Em 1973, criaram-se outros cursos superiores como Educação Física, Psicologia, Pedagogia, Estudos Sociais e Comunicação Social. Em 1981 ocorreu a fusão das Faculdades Integradas de Uberaba com a Faculdade Integrada Santo Tomás de Aquino e isso permitiu a oferta de cursos como Letras, Filosofia, História, Geografia, Ciências (Química, Matemática e Biologia). No ano de 1988, as Faculdades Integradas de Uberaba recebeu o reconhecimento de Universidade, tornando-se assim a Universidade de Uberaba. Depreende-se que Mário Palmério ampliou os cursos superiores e que isso pode ter corroborado para o encerramento das atividades do Colégio Triângulo Mineiro.

Assim, enfatiza-se que o resultado desta investigação, apresentado por meio desta dissertação, resultou das percepções e experiências desta pesquisadora que realizou leituras de

outros pesquisadores que estudaram a temática em questão, além de lançar mão de fontes disponíveis para o desenvolvimento do estudo.

Em consonância com Nosella e Buffa, que salientam que “uma escola pode ser vista com base em várias perspectivas, e isso faz da história uma ciência aberta”, ressalta-se que este trabalho não esgota todas as possibilidades de investigação da temática apresentada, mas, ao contrário, abre caminhos para que outros pesquisadores continuem o trabalho iniciado. Trata-se de uma pesquisa inédita, pois os estudos, até então realizados, trouxeram uma abordagem sobre a vida política e de escritor de Mário de Ascensão Palmério. Neste sentido, há muito que pesquisar sobre o Colégio Triângulo Mineiro, propiciando, assim, uma importante contribuição para a História da Educação no município de Uberaba.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Carlos Souza; INÁCIO FILHO, Geraldo. Inventário e interpretação sobre a produção histórico-educacional na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: da semeadura à colheita. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Organizadores) *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: Edufu, 2005.

_____. As instituições escolares na Primeira República ou os projetos educativos em busca de hegemonia. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Organizadores). *Instituições escolares no Brasil. Conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados, 2007.

BILHARINO, Guido. Uberaba – *Dois Séculos de História (dos antecedentes a 1929)*. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 2007.

_____. Uberaba – *Dois Séculos de História (de janeiro 1930 a dezembro 2007)*. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 2008.

BRASIL. Decreto n. 20.158 de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Senado Federal, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicados.action?id=37550>>. Acesso em: 10 de jan.2014.

_____.Decreto n.21.241 de 4 de abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Senado Federal. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicados.action?id=32229>>. Acesso em: 10 de jan. 2014.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03constituicao/constituc34.htm>. Acesso em: 10 de jan. 2014.

_____. Constituição (1937). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03constituicao/constitui%C3%A7%C3%A3o37.htm>. Acesso em: 10 de jan. 2014.

_____.Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Senado Federal. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislação/ListaPublicacoes.action?id=7118>>. Acesso em: 10 de jan. 2014.

_____.Decreto-lei n.4245 de 9 de abril de 1942. Disposições transitórias para a execução da lei orgânica do ensino secundário. Senado Federal, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislação/ListaPublicacoes.action?id=7113>>. Acesso em: 10 de jan. 2014.

_____.Decreto n. 21.901 de 7 de outubro de 1946. Senado Federal, Brasília, DF: Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=154660>>. Acesso em: 10 de jan. 2014.

_____.Decreto n.22.523 de 27 de janeiro de 1947. Senado Federal, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislação/ListaPublicacoes.action?id=155108>>. Acesso em: 10 de jan. 2014.

_____.Decreto n. 24.132 de 27 de novembro de 1947 – Autoriza o funcionamento da Faculdade de Odontologia do Triângulo. Senado Federal, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislação/ListaPublicacoes.action?id=160565>>. Acesso em: 10 de jan. 2014.

_____.Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940)*. Série regional. Parte XIII – Minas Gerais. Tomo 2. Rio de Janeiro, 1950.

_____.Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico do Estado de Minas Gerais. Série regional*. Volume XXI. Tomo. Rio de Janeiro, 1954.

CAMPOS, Maria Regina Machado de; CARVALHO, Maria Aparecida de. *A educação nas constituições brasileiras*. Campinas: Editora Pontes, 1991.

CAMPOS, Raquel Discini de. *No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não-pedagógica como fonte para a escrita da História da Educação*. Ver. Brasileira de História Educação, Campinas, v. 12, n.1 (28), p.45-70, jan./abr.2012.

CAPANEMA, Gustavo. Exposição de Motivos. In: BRASIL. Ministério da Educação e Saúde Pública. Organização do Ensino Secundário. Rio de Janeiro. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1952, p.22-28.

CARVALHO, Carlos Henrique de; CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. O Município e a Educação no Brasil: As ações da Câmara Municipal de Uberabinha-Minas Gerais (1890 a 1920). In: CARVALHO, Carlos Henrique de; NETO, Wenceslau Gonçalves. *O Município e a educação no Brasil: Minas Gerais na primeira república*. Campinas: Alínea, 2012.

_____; ARAÚJO, José Carlos Souza; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG), 1930-1950). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados, 2002.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In: CARVALHO, Marta Maria Chagas de; LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Organizadores). 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Quando a historia da educação é a historia da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História Social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

COUTINHO, Pedro dos Reis. *História dos Irmãos Maristas em Uberaba*. Arquivo Público de Uberaba, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação nas Constituições Brasileiras. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Organizadoras). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Vol. III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2009.

DOMINGUES, Viviane Pedroso. *Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, julho 2011.

FAUSTO, Boris, *História do Brasil*. São Paulo. EDUSP, 2008.

FERRARI, Danilo Costa; CELLURALE, Luis Henrique Caetano; DIBIZ, Marise Soares; TOSTA, Cintia Gomide. *Administração Municipal em Uberaba, de Capitão Domingos a Anderson Adauto*. Uberaba: Publi Editora e Gráfica, 2011.

FERREIRA, Jorge: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FONSECA, André Azevedo da. Imagem e representação social do professor Mário Palmério na imprensa mineira dos anos 1940. In: XIII Congresso da Comunicação na Região Sul, 2012, Chapecó. SC. p.1-17.

FERREIRA, Orlando. *Terra Madrasta – Um povo infeliz*. Uberaba: O Triângulo, 1938.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. *História Social da Educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

_____. Educação Brasileira: Dilemas Republicanos nas entrelinhas de seus Manifestos. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Organizadoras). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Vol. III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2009.

GATTI, Giseli Cristina do Vale. *A escola e a vida na cidade. O Gymnásio Mineiro de Uberlândia (1929-1950)*. Uberlândia/MG: EDUFU, 2013.

GHIRALDELLI JR., Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 2001.

GONDRA, José Gonçalves. Artes de Civilizar: *medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2005, Londrina. Resumos... p.1-8.

_____.Combater a “Poética Pallidez”: a questão da higienização dos corpos. *Perspectiva*, Florianópolis, v.22, n.22, n.Especial, p. 121-161, jul./dez. 2004.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Expansão do Ensino no Triângulo Mineiro (1880-1960). In: Anais do IV Seminário Nacional de História da Educação Brasileira – HISTEDBR. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. 1997. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/trab089.rtf>. Acesso em: 10 de jan. 2014.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. A influência paulista na formação econômica e social do Triângulo Mineiro. In: do Anais IX Seminário sobre a Economia Mineira – CEDEPLAR - Diamantina, 2004.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. História da educação brasileira: *leituras*. São Paulo: Cengage Learning, 2003.

HISTÓRIA e imagens da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. *Histórico da construção: Companhia Mogiana de Estradas de Ferro*. Disponível em: <http://www.cmeff.com.br/PP_construc.htm>. Acesso em: 10 de jan. 2014.

INÁCIO FILHO, Geraldo. Escolas para mulheres no Triângulo Mineiro (1880-1960). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Organizadores). Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002.

LANNA JÚNIOR, Mário Cleber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LOPES, Maria Antonieta Borges; REZENDE, Eliane Mendonça Marquez. ABCZ: *história e histórias*. São Paulo: Comdesenho Estúdio e Editora, 2001.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista: Triângulo Mineiro (1750-1861)*. Uberlândia: Edufu, 2010.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denise Bárbara (Organizadoras). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998.

_____. Tecendo Nexos: história das instituições educativas. Bragança Paulista. Editora Universitária São Francisco, 2004.

_____. Contributo para a História das Instituições Educativas – entre a memória e o arquivo. In. FERNANDES, R., MAGALHÃES, J. (Organizadores). Para a História do Ensino Liceal em Portugal. Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Universidade do Minho, Braga. 1999, p. 63-77.

MENDONÇA, José. *História de Uberaba*. Uberaba: Editora da Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1974.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blank. Os arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Organizadores). *Instituições escolares no Brasil. Conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados, 2007.

MILL, C. Wright. A Elite do Poder. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1968.

MOURÃO, Paulo Krüger Correa. O Ensino Secundário em Minas Gerais no Tempo da República (1889-1930). Belo Horizonte. Centro Regional de Pesquisas. Educacionais. 1962.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1974.

NEVES, Leonardo Santos; VEIGA, Cynthia Greive. Ensino Secundário em Minas Gerais: a construção de uma cultura pedagógica no Império. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2004. Disponível em <<http://www.sbhe.org.br/novo/congresso/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/315.pdf>>. Acesso em: 10 de jan. 2014.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. Instituições escolares: por que e como pesquisar. Campinas: Alínea, 2009.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

_____. O “velho e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. Revista Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 14. Maio/jun/jul/ago.2000. Disponível em: <http://www.anped.org.rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_05_CLARIVE_NUNES.pdf>. Acesso em: jan. 2014.

PESSANHA, Eurize Caldas; BRITO, Silvia Helena Andrade de. Ensino Secundário ou Educação Secundária? Controvérsias e singularidades na escrita de sua história. 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/ENSINO%SECUNDÁRIO/EDUCACAO>>. Acesso em: 10 de nov. 2014.

PONTES, Hildebrando. *História de Uberaba e a Civilização no Brasil Central*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978.

RAMOS, Marise Nogueira. O Ensino médio ao longo do século XX: um projeto inacabado. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Organizadoras). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Vol. III – Século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

REZENDE, Eliane Mendonça Marquez de. Uberaba: *uma trajetória sócio-econômica (1811-1910)*. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 1991.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da Educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Moraes, 1984.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro; SILVA, Elizabeth Farias da. O Grupo Escolar de Villa Platina e a educação: variações intrínsecas sobre um prédio determinado. In: SOUZA, Sauloéber Társio de; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza (Organizadores). *Do público ao privado, do confessional ao laico: história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX*. Uberlândia (MG), 2009.

ROMANELLI, Otazíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1985.

SAMPAIO, Borges, *Uberaba: história, fatos e homens*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo, 1971.

SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2010.

_____ *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 2011.

_____ SAVIANI, Dermeval. A Política Educacional no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Organizadoras). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Vol. III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2009.

SILVA, Geraldo Bastos. *A Educação Secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo, Editora Nacional, 1969.

SILVA, Vânia Cristina. Comemorações Cívicas como Instituidoras da Unidade Nacional no Estado Novo. In: I Semana de Ensino de História da UERN, 2009. Disponível em: <<http://www.isemanadeensinodehistoria.xpg.com.br>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

SOARES, Leônicio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Uma história da alfabetização de adultos no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Organizadoras). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Vol. III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2009.

SOUZA, Mariana Pecoraro de; GATTI Jr, Décio. História, História da Educação e Instituições Escolares: aspectos teóricos-metodológicos. Disponível em:
<<http://www.faced.ufu.br/nephe/images/arq-ind-nome/eixo1/completos/historia-historia.pdf>>. Acesso: 3 de nov. 2013.

SOUZA, Rosa Fátima de. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, Marcus Vinícius da. *Ideário e imagens da educação escolar*. Campinas: Autores Associados, 2000.

_____. História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário). São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A Renovação do currículo do ensino secundário no Brasil: *as últimas batalhas pelo humanismo (1920-1960)*. São Paulo: Currículo sem Fronteiras, v.9, n.1, p.72-90, jan/jun.2009.

VAZ, Aline Choucair. Festividade Cívicas em Minas Gerais (1937-1945): escola, cultura e práticas. VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação. Disponível em:<<http://www.faced.ufu.br/colubhe/anais/arquivos/eixo6.htm>>. Acesso em: 02 de dez. 2014.

VECHIA, Ariclé e LORENZ, Karl Michael. *O Collegio Pedro II: Centro de referência das idéias educacionais transnacionais para o ensino secundário brasileiro no período Imperial*. In: Anais do VI COLUBHE – Uberlândia (MG), 2006.

_____. Imperial Collegio de Pedro II: um elemento de manutenção da unidade nacional. [The Imperial College Pedro II: Contributing to the Preservation of National Unity]. In: Anais do Congresso Iberoamericano de Historia de La Educación Latinoamericana, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.digitalcommons.scredheart.edu/ced_fac>. Acesso: 10 de jan. 2014.

VEIGA, Cynthia Greive. História da Educação. São Paulo: Ática, 2007.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. IN: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de e VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. Currículo, *espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WIRTH, Jonh. Minas e a nação. Um estudo de poder e dependência regional, 1889-1937. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. Tomo III – O Brasil republicano – volume 8 – Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ZOTTI, Solange Aparecida. Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos Jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Autores Associados, Editora Plano, 2004.

TESES E DISSERTAÇÕES

ANDRADE, Renata Fernandes Maia de. Organização da Instrução na Província de Minas Gerais: da legislação aos relatórios dos presidentes (1850-1889). *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós Graduação em Educação. Uberlândia/MG. Universidade Federal de Uberlândia: 2007.

BARROS, Fernanda. Lyceu de Goyaz: elitização endossada pelas oligarquias goianas 1906-1937. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

_____. Fernanda. O Tempo do Lyceu em Goiás: Formação humanista e intelectuais 1906-1960. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás. Goiás, 2012.

BERCHO, Carolina Fuzaro. Higienismo e Educação nas páginas de o Ateneu. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, 2011.

BITTAR, José Eduardo. *Educação religiosa versus laicismo: o “Correio Católico” e as escolas do Triângulo Mineiro 1930-1945*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

DIAS, de Sousa Walêsk Dayse. Identidade profissional docente no curso de medicina da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

DINIZ, Carlos Alberto. A educação secundária no interior paulista: Estudo Histórico sobre o Ginásio Estadual de Matão (1940-1965). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2012.

FILHO, Plauto Riccioppo. Ensino Superior e Formação de Professores em Uberaba (1881-1938): uma trajetória de avanços e retrocessos. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Uberaba. Uberaba, 2007.

FONSECA, André Azevedo da. A construção do mito Mário Palmério: um estudo sobre ascensão social e política do autor de Vila dos Confins. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

_____. A consagração do mito Mário Palmério no cenário político do Triângulo Mineiro (1940-1950). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2010.

GATTI, Giseli Cristina do Valle. Tempo de cidade, lugar de escola: dimensões do ensino secundário no Gymnásio Mineiro de Uberlândia (1929-1950). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. Infra-estrutura pública e movimento de capitais: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho. Dissertação (Mestrado em Economia. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. 1990.

MACHADO, Rosinei Dias Gevezier Turbiani. Qualidade da educação: história e memória do Ginásio Estadual de Jaú (Jaú-SP, 1946 – 1961). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de São Paulo, 2008.

MACHADO, Sonaly Pereira de Souza. História do Instituto Zootécnico de Uberaba: uma instituição de educação rural superior (1892-1912). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

MARQUES, Gabriel Rodrigues Daumas. A Educação do Corpo e o Protagonismo discente no Colégio Pedro II: Mediações entre o ideário Republicano e a Memória Histórica da Instituição (1889-1937). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MARTÍNEZ, Silvia Alícia. O ensino secundário no império e na primeira república no Brasil: entre as ciências e as humanidades. O caso do Liceu de Humanidades de Campos/RJ (1880-1930). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

MATOS, F. C. *Sociedade e educação em Uberaba: Colégio Marista Diocesano (1903-1953)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

MOURA, Geovana Ferreira Melo. Por trás dos muros escolares: luzes e sombras na educação feminina (Colégio Nossa Senhora das Dores – Uberaba (1940-1960). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

MOURA SOBRINHO, Vicente Batista de. Massificação do ensino em Uberlândia-MG: a fala da imprensa (1940-1960). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

NEVES, Leonardo Santos. Organização do Ensino Secundário em Minas Gerais no Século XIX. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG. UFMG, 2006.

OLIVEIRA, S. J. de. A criação e a consolidação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino em Uberaba, MG: uma experiência singular da Congregação Dominicana no Brasil (1948-1961). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Centro Universitário do Triângulo, 2003.

SANTOS, Maria de Lourdes Leal dos. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino: um marco humanista na história da educação brasileira (1960-1980). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

SILVA, Luzia Maria de Oliveira. Whady José Nassif na prefeitura de Uberaba: a administração pública municipal no Estado Novo. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SILVA, Washington Abadio da. A formação de “bons cristãos e virtuosos cidadãos” na Princesa do Sertão: o Colégio Marista Diocesano de Uberaba (1903 -1916). Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação , Universidade Federal de Uberlândia, 2004.

VAZ, Aline Choucair. A escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. Papel das elites no desenvolvimento político e econômico do município de Uberaba (MG) – 1910 a 1950. Dissertação (Mestrado em Geografia – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

ZAGO, Jacqueline Oliveira. A implementação do programa Expansão (2003) e do REUNI (2007) na UFTM. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

MATERIAIS HISTÓRICOS

1 Acervo do Arquivo Público de Uberaba

UBERABA. Relatório da Prefeitura Municipal, 2º semestre de 1931 e 1º semestre de 1932, p.5.

_____. Revista em comemoração ao 7 de setembro: 1951.

2 Jornais – Arquivo Público de Uberaba

LAVOURA E COMÉRCIO. Edição do ano de 1940, n.8.393 de 15/2 e 20/02/1940

_____. Edição do ano de 1940, sem n. de 17/06/1940.

_____. Edição do ano de 1941, sem n. de 06/1941.

_____. Edição do ano de 1941, n. 08680 de 10/01/1941.

_____. Edição do ano de 1941, n. 8.889 de 08/09/1941.

_____. Edição do ano de 1942, n. 10.000 de 7/09/1942.

_____. Edição do ano de 1943, n. 10.265 de 19/07/1943.

O TRIÂNGULO. Edições do ano de 1945, nº 1763 de 20/02/1945.

3 Acervo do Centro de Documentação Mário Palmério

COLÉGIO TRIÂNGULO MINEIRO. Acervo Fotográfico. Uberaba, de 1941 a 1956.
Centro de Documentação Mário Palmério.

_____. Mais um triunfo do Triângulo. Uberaba, 24/04/1959. Centro de Documentação Mário Palmério.

_____. Plantas arquitetônicas. Uberaba, 1942. Centro de Documentação Mário Palmério.

_____. Relação do Corpo Docente – Curso Colegial. Uberaba, 1946. Centro de Documentação Mário Palmério.

_____. Relatório de Vistoria. Uberaba, 1946. Centro de Documentação Mário Palmério.

LICEU TRIÂNGULO MINEIRO. Atestado de Conduta. Uberaba, 1941. Centro de Documentação Mário Palmério.

_____. Escritura Pública de 23/10/1943, Livro 34, Fl. 144. Centro de Documentação Mário Palmério.

_____. Guia de Pagamento, 1941. Centro de Documentação Mário Palmério.

_____.Regimento Interno. Uberaba, 1941. Centro de Documentação Mário Palmério.

_____. Relação do Corpo Docente. Uberaba, 29/12/1941. Centro de Documentação Mário Palmério.

4 Arquivos da Superintendência Regional de Ensino de Uberaba

COLÉGIO TRIÂNGULO MINEIRO. Acervo Fotográfico. Uberaba, entre os anos de 1943 a 1956. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____. As anuidades cobradas pelo Colégio do Triângulo Mineiro, nos anos de 1957, 1958 e 1959. Uberaba. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____.Anuidades que deverão ser cobradas no corrente ano letivo de 1960 e 1961. Uberaba. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____.Condições dos Edifícios e Instalações. Uberaba, 01/12/1952. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____.Constituição da Comissão de favores. Uberaba, s/data. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____. Distribuição de favores. Uberaba, 20/02/1951.

_____. Distribuição de favores. Uberaba, 27/05/1952.

_____. Distribuição de favores. Uberaba, 08/05/1954.

_____. Distribuição de favores. Uberaba, 31/03/1955.

_____. Distribuição de favores. Uberaba, 25/03/1957.

_____. Distribuição de favores. Uberaba, ano de 1959.

_____. “Informações sobre a situação geral do estabelecimento quanto à instalação e material para as sessões de Educação Física”. Uberaba, Relatório de Vistoria, 1944 - 1945. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____. Olimpíadas Colegiais: Triângulo, Cristo-Rei e Magistério - os vencedores de ontem. Uberaba, 15/09/1959. Jornal danificado. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____. Professores que ministraram disciplinas no Colégio do Triângulo Mineiro - 2º ciclo do curso Científico do Ensino Secundário, entre os anos de 1943 a 1954. Uberaba. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____. Quadro Geral de Matrículas. Uberaba, 31/03/1950. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____. Quadro Geral de Matrículas. Uberaba, 31/03/1951. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____. Quadro Geral de Matrículas. Uberaba, 31/03/1952. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____. Quadro Geral de Matrículas. Uberaba, 31/03/1952. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____. Quadro Geral de Matrículas. Uberaba, 4/04/1956. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____. Relação de Disciplinas. Uberaba, 1952. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____. Relação de Pontos. Uberaba, 1944. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____. Relação do Corpo Docente. Uberaba, entre os anos de 1942 a 1959. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____. Relatório da Professora de Educação Física. Uberaba, 1956. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____. Relatório de Vistoria. Uberaba, 09/05/1952. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____. Relatório do Médico Assistente de Educação Física. Uberaba, 1956.
Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____. Relatório do Período de novembro de 1954 a 31 de outubro de 1955, das atividades escolares no Colégio do Triângulo Mineiro. Uberaba. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

DIVISÃO DE ENSINO SECUNDÁRIO. Decreto n. 21.901 de 7/10/1946, concede reconhecimento do Curso Ginásial - Ginásio do Triângulo Mineiro. Uberaba. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____. Decreto n.22.523 de 27/01/1947. Autoriza o Ginásio Triângulo Mineiro, com sede em Uberaba, no Estado de Minas Gerais, a funcionar como Colégio. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

GABINETE DO MINISTRO. Portaria n. 559 de 16/11/1945. Expede instruções para execução do que dispões o Decreto-lei n. 7.637, de 12/06/1945, com nova redação que lhe deu o Decreto-lei n. 7.795. Rio de Janeiro, 30/07/1945. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

GINÁSIO TRIÂNGULO MINEIRO. Distribuição de favores. Uberaba, 10/03/1946.

_____. Distribuição de favores. Uberaba, 01/03/1947.

_____. Distribuição de favores. Uberaba, 01/03/1948.

_____.Distribuição de favores. Uberaba, 20/02/1949.

_____.Programa dos Exercícios. Uberaba, 1945. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba

_____.Quadro Geral de Matrículas. Uberaba, 20/05/1945. Uberaba. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____.Quadro Geral de Matrículas. Uberaba, 09/07/1946. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____.Quadro Geral de Matrículas. Uberaba, 01/03/1948. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____.Quadro Geral de Matrículas. Uberaba, 10/03/1949. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____.Relatório Especial. Uberaba, 08/08/1946. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

LICEU TRIÂNGULO MINEIRO DE UBERABA. Ficha de Classificação. Uberaba, 09/06/1942. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____.Inspeção Preliminar. Uberaba, 10/06/1942. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____.Quadro Geral de Matrículas. Uberaba, 06/04/1942. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____.Quadro Geral de Matrículas. Uberaba, 15/03/1944. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____.Relatório de Inspeção Preliminar.Uberaba, 1942, Proc.61.165/41-RCR/MT. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____. Relatório de Inspeção Preliminar.Uberaba, 1946, Proc.61.165/41-RCR/MT. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____. Relatório de Vistoria, 1943, fl. 176, anexo 8. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. [Circular n. 4]. Em 09/12/1952. Circular aos Diretores de estabelecimentos de ensino comercial equiparados ou reconhecidos. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____.Extinção das taxas de Inspeção – matrícula gratuita. Decreto-lei n. 7.637. Uberaba, 12/06/1945. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____. Modifica a redação do art. 2º do Decreto-lei n. 7.637. Decreto-lei n. 7.795. Uberaba, 30/07/1945. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

_____. Portaria n. 583 de 27/10/1948. Rio de Janeiro. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

SANTOS, Cristiano Barsante. [carta]. Uberaba, 28/12/1958. Carta ao Inspetor Seccional relatando a distribuição de favores, nos anos de 1955 a 1957. Superintendência Regional de Ensino de Uberaba.

ANEXOS

ANEXO A – DECRETO N° 21.901 DE 7 DE OUTUBRO DE 1946



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

DIVISÃO DE ENSINO SECUNDÁRIO

CÓPIA AUTÊNTICA

RIO DE JANEIRO, D. F.

Decreto n.º 21.901 de 7 de Outubro de 1946

Concede reconhecimento ao curso ginásial
do Ginásio do Triângulo Mineiro, de Uberaba.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA usando da atribuição
que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, e nos
termos do artigo 72 da lei orgânica do ensino secundário,

DECRETA:

Art. 1º – É concedido reconhecimento, sob regime de inspeção permanente, ao curso ginásial do Ginásio do Triângulo Mineiro, com sede em Uberaba, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de Outubro de 1946, 125º da Independência e 58º da República.

aa) Eurico Gaspar Dutra
Estêvão de Souza Campos

61 165/41

MA.

Confere:

Zimar Silveira
Zimar Silveira

Visto:

Lucia Magalhães
LUCIA MAGALHÃES
Diretora

ANEXO B – REQUERIMENTO PARA FINS DE CONCESSÃO DE INSPEÇÃO PERMANENTE

Exmo. Snr. Ministro da Educação e Saúde Pública

123
G.W.

Márie de Ascenção Palmérice, abaixo assinada,
diretora-proprietária do GINASIO DO TRIANGULO MINEIRO,
estabelecimento de ensino secundário, sob inspeção pre-
liminar, em funcionamento na cidade de Uberaba, estado
de Minas Gerais, vem requerer de V. Excia. se digne man-
dar proceder à verificação das condições do edifício, ins-
tações, etc. da referida casa de ensino, para fins de
concessão da Inspeção Permanente. Junta ao presente re-
querimento e recibe de Cr\$ 1.500,00 (mil e quinhentos
cruzeiros) da taxa de fiscalização e esclarece que o
GINÁSIO DO TRIÂNGULO MINEIRO está em gozo da inspeção
preliminar desde Abril de 1943 (mil neovecentos e quaren-
ta e tres), vencidas, pertante, os dois anos exigidos
por Lei.

P. D.

Uberaba, 7 de Junho de 1945

Márie de Ascenção Palmérice



Ao Exmo. Snr.
Dr. Gustavo Capanema
Ministro da Educação e Saúde Pública
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA.
RIO DE JANEIRO

ANEXO C – FICHA DE CLASSIFICAÇÃO DO LICEU TRIÂNGULO MINEIRO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
DIVISÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO
FICHA DE CLASSIFICAÇÃO

Liceu Triângulo Mineiro
Localidade: Uberaba Estado: Minas Gerais
Rua Manoel Borges N.º 56
Data da Inspeção: de 193

Regime: Internato - misto
(interv. exterr. ou semi-interv.)
(misto, fam. ou misto)
Outros Cursos Mantidos no Estabelecimento: pré-primário, primário, admissão
(prim. compl. comum. etc.)
Mantido por particular
(Gov. Estadual, Municipalidade, Associação ou particular)

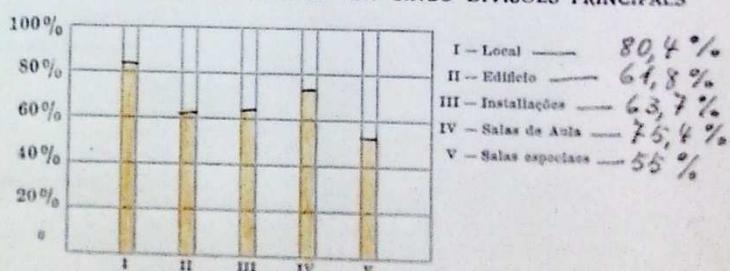
DADOS RELATIVOS AO LOCAL:

Sistema de Esgoto: rede particular
Sistema de Abastecimento d'Água: rede pública
Dispõe de Rede Eléctrica? Sim
Dispõe de Canalização de Gás? Não

Meio de Transporte Disponíveis: Estrada de ferro Mogiana e Peste de Minas, linhas aéreas da Vasp e da Panair e numerosas linhas de ônibus
População da Cidade ou Localidade: 36.000 Hab. (1942)

Número total de estab. de ens. secundário fiscalizados na localidade:

GRÁFICO RESUMINDO OS RESULTADOS OBTIDOS NAS CINCO DIVISÕES PRINCIPAIS



CLASSIFICAÇÃO Categoria: Regular - 6.646 Pontos

Belo, 9 de Junho de 1942

Paulo Costa Rodrigues

Técnic. de Educ.

A. Comunidade

Decisão geral
diretora

ANEXO D – PARECER SOBRE A INSPEÇÃO PERMANENTE



237
w.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Em

Do

Ao

Assunto

COMISSÃO DE ENSINO SECUNDÁRIO
PARECER N. 190

Lido em 9-9-46

Aprov. unte. em 16-9-46

O GINÁSIO DO TRIÂNGULO MINEIRO, sob regime de inspeção preliminar desde 1941, pleiteia inspeção permanente. A situação do estabelecimento é boa, funciona em edifício próprio, cujas instalações lhe mereceram a categoria de bom com 8.859 pontos. Tem professores registrados em todas as disciplinas e devidamente contratados. O desempenho do inspetor, relativo ao período de inspeção preliminar, é favorável. Foram satisfeitas as exigências da Divisão de Educação Física.

Satisfaz assim todas as condições legais, a Comissão de Ensino Secundário é de

P_A_R_E_C_E_R

que ao GINÁSIO DO TRIÂNGULO MINEIRO podem ser concedidas as prerrogativas de estabelecimento livre sob regime de inspeção permanente nos termos da legislação vigente.

Sala das sessões, 9 de setembro de 1946

(ass.) P. Leonel Franca, S. J., relator

Raja Gabaglia

Alceu Amoroso Lima

Josué C. d'Affonseca.

VISTO:

AMÍLCAR OSÓRIO

Pelo Secretário.

ANEXO E - DECRETOS-LEI Nº 7.637 DE 12 DE JUNHO E DE Nº 7.795 DE 30 DE JULHO DE 1945

1945

Extinção das taxas de Inspeção - Matrícula gratuita

DECRETO-LEI N.º 7.637, de 12 de Junho de 1945

Declara extintas as taxas de inspeção que recaem sobre os estabelecimentos particulares de ensino superior, secundário e comercial.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º - Ficam extintas as taxas de inspeção que recaem sobre os estabelecimentos particulares de ensino superior, secundário e comercial.

Art. 2º - Os estabelecimentos beneficiados pelo disposto no artigo anterior porão à disposição do Governo-Federal, de acordo com as instruções que vierem a ser baixadas pelo Ministro da Educação e Saúde, matrículas gratuitas em internato, semi-internato ou externato, em número correspondente a cinco por cento da capacidade total de cada um.

Art. 3º - Este DECRETO-LEI entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1945, 124º da Independência e 57º da República.

Getúlio Vargas
Gustavo Capanema

(DIÁRIO OFICIAL DE 14 DE JUNHO DE 1945)

DECRETO-LEI N.º 7.795 - DE 30 DE JULHO DE 1945

Modifica a redação do art. 2º do Decreto-lei nº 7.637, de 12 de junho de 1945.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo-único - O art. 2º do Decreto-lei nº 7.637, de 12 de junho de 1945, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º - Os estabelecimentos beneficiados reservarão anualmente lugares gratuitos e de contribuição reduzida, perfazendo valor correspondente a cinco por cento do montante de sua arrecadação a título de ensino.

Parágrafo único - O favor será distribuído a adolescentes necessitados por uma comissão constituída pelo diretor do estabelecimento, por um membro do corpo docente e pelo inspector federal, de conformidade com as instruções que baixar o Ministro da Educação e Saúde.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1945, 124º da Independência e 57º da República.

Getúlio Vargas
Gustavo Capanema

(DIÁRIO OFICIAL DE 1 DE AGOSTO DE 1945)

ANEXO F – PORTARIA N° 583 DE 27 DE OUTUBRO DE 1948

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

PORTEARIA N. 583, DE 27 DE OUTUBRO DE 1948.

Expede novas instruções para execução, no âmbito do Ensino Secundário, do disposto no Decreto-lei n. 7 637, de 12 de julho de 1945, com a nova redação que lhe deu o de n. 7 795, de 30 de julho do mesmo ano.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

RESOLVE:

Art. 1º. A distribuição de matrículas gratuitas ou de contribuição reduzida, a que se refere o Decreto-lei n. 7 637, de 12 de julho de 1945, com a modificação que lhe deu o de n. 7 795, de 30 de julho do mesmo ano, compete à Comissão instituída pelo parágrafo único do art. 2º deste último ato.

§ 1º. A Comissão se constituirá:

- a) do Diretor do estabelecimento, que a presidirá;
- b) de um representante da Inspetoria Federal; e
- c) do decano do Corpo Docente.

§ 2º. Quando, no mesmo estabelecimento, tiver exercício mais de um Inspetor, a Diretoria do Ensino Secundário decidirá a quem cabe o desempenho dessa função.

Art. 2º. O benefício será concedido, exclusivamente, a estudantes que foram regularmente matriculados, em qualquer dos ciclos do curso secundário, e a candidatos inscritos ou já habilitados em exame de admissão para ingresso no mesmo, mediante verificação das alegações de:

- a) aproveitamento escolar;
- b) necessidade de auxílio material; e
- c) bom comportamento escolar.

§ 3º. Desde que o julgue conveniente, poderá a Comissão exigir provas das alegações apresentadas.

§ 4º. A prova de aproveitamento far-se-á pela exibição das notas obtidas na série anterior ou no exame de admissão.

§ 5º. A necessidade do auxílio material se provará por atestado de pessoa idônea, a critério da Comissão.

§ 6º. A Direção, ou um professor, do estabelecimento anteriormente frequentado será competente para atestar o bom comportamento anterior.

Art. 3º. Os pedidos, que serão em tempo oportuno encaminhados à Comissão, deverão ser dirigidos, pelos interessados, ao Diretor do estabelecimento do qual pretendam a vantagem, em requerimento no qual os mesmos interessados deverão indicar, claramente, seus endereços.

Art. 4º. O prazo para processamento dos pedidos terá início em 1º de dezembro de cada ano, encerrando-se, improrrogavelmente, no último dia útil de Janeiro do ano seguinte.

Art. 5º. A Comissão, a partir do dia seguinte ao do encerramento do prazo a que se refere o art. 4º, passará a se reunir para classificar os pedidos recebidos.

§ 1º. A classificação se fará sempre por processos objetivos, a critério da Comissão.

§ 2º. O bom comportamento escolar, ao qual não se atribuirão pontos, deve ser entendido como a ausência de elementos suscetíveis de tornar a matrícula prejudicial à coletividade escolar.

Art. 6º. Ultimada a classificação dos inscritos, fixará a Comissão, em face do montante de favores disponível, calculado este na base da arrecadação do penúltimo exercício, o número dos candidatos a serem contemplados.

Art. 7º. Quando o número de benefícios, a serem distribuídos, for menor do que o de pretendentes julgados em condições de receber-lhos, procurará a Comissão agir de maneira a atender ao maior número possível de candidatos:

- a) polo estabelecimento de uma divisão equitativa do montante dos favores disponíveis;

b) pelo encaminhamento dos candidatos não atendidos a outros estabelecimentos locais, que se acharem em condições de beneficiá-los.

§ 19. Para o fim do disposto na letra "a" do presente artigo, poderá a Comissão, verificadas as condições dos candidatos, conceder frações de benefícios, até o limite mínimo de 10% da gratuidade integral.

§ 20. Os Inspetores Federais de estabelecimentos situados em uma mesma localidade, a fim de tornar executível a medida indicada na letra "b", manter-se-ão em contato, tornando, assim, possível o conhecimento recíproco das disponibilidades de cada estabelecimento.

Art. 8º. Até o dia 15 de fevereiro deverão estar encerrados os trabalhos da Comissão.

§ 1º. Cabe à Direção do estabelecimento expedir, dentro de 5 (cinco) dias, pelo correio, sob registro, comunicação ao requerente da decisão dada ao seu pedido.

§ 2º. Os pretendentes beneficiados deverão, até o dia 28 de fevereiro, efetivar suas matrículas, sob pena de cancelamento do benefício concedido.

§ 3º. Será considerado atendido, sem prejuízo dos já contemplados anteriormente, o pretendente inscrito, cuja efetivação de matrícula não tenha sido precedida da notificação prevista no § 1º.

Art. 9º. Dentro da segunda quinzena de março de cada ano remeterá a Comissão, à D. E. Sec., por intermédio da Inspetoria Federal, obedecidos os modelos anexos a esta Portaria, relatório sucinto de todos os seus trabalhos.

§ 1º. O relatório, a que se refere o presente artigo, deverá ser encaminhado, diretamente, à Seção de Orientação e Assistência, da D. E. Sec., acompanhado das seguintes peças:

- a) relação nominal dos beneficiados (Modelo A);
- b) fichas individuais dos beneficiados (Modelo B); e
- c) relação nominal dos não beneficiados.

§ 2º. Quando o beneficiado já tiver ficha anterior (Modelo B) e os dados da mesma não tiverem sofrido modificação, será dispensada a apresentação de nova fórmula, bastando a declaração, no relatório, de sua remessa anterior.

§ 3º. Na relação modelo "A" devem figurar, exclusivamente, alunos de curso secundário, cujos benefícios recaiam dentro da taxa de 5%, estabelecida na legislação.

§ 4º. As sanções por inobservância do prazo estabelecido no presente artigo são as estatuídas na Portaria n. 376, de 12 de maio de 1938.

Art. 10. O Diretor do Ensino Secundário, caso o julgue necessário, expedirá instruções no sentido de tornar, tanto quanto possível, homogêneo o processo de classificação a que se refere o § 1º do art. 6º.

Art. 11. Quando, por qualquer motivo, o montante dos favores distribuídos for inferior a cinco por cento (5%) da arrecadação feita pelo estabelecimento, a título de ensino, no ano penitímo, deverá o estabelecimento em causa recolher, até o dia 30 de abril, ao Tesouro Nacional, importância correspondente aos favores não distribuídos.

Art. 12. À diretoria do Ensino Secundário incumbe fiscalizar a execução do disposto na presente Portaria.

Art. 13. Os pedidos porventura já encaminhados ao Ministério da Educação e Saúde, de acordo com o disposto na legislação anterior, devem ser renovados, junto às Comissões distribuidoras dos benefícios, nos termos de que percebida a presente Portaria.

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pelo Ministro da Educação e Saúde.

Rio de Janeiro, em 27 de Outubro de 1948.

A) Clemente Mariani